

1986

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ed. Venâncio III Sala 311
Caixa Postal 11-1159 — Fone: (061) 225-9457
70084 - Brasília - DF - Brasil

INFORME DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, A PEDIDO DA
PRESIDÊNCIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Está ameaçada a sobrevivência dos povos indígenas na Amazônia

Em recente encontro com o presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Dom Erwin Krautler, Bispo Prelado do Xingu, o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), General Rubens Bayma Denys, afirmou não ser legalmente possível a demarcação de reservas indígenas na faixa de 66 km ou até 150 km ao longo das fronteiras nacionais da Amazônia. O General Denys alegou que os povos indígenas - na medida em que tenham suas terras demarcadas - poderão reivindicar a autonomia territorial e ameaçar as fronteiras do país. Além disso o Secretário Geral do CSN afirmou a necessidade de se fixar um "critério razoável" para a demarcação das terras indígenas, mencionando o módulo rural regional como provável indicador.

Em entrevista posterior com os índios Tukano, o General Denys afirmou que, devido ao seu grau de integração, somente seria possível o estabelecimento de colônia agrícola indígena (isto é, área destinada à exploração agropecuária onde índios e brancos haveriam de conviver), ou a demarcação de glebas pequenas por aldeias, não se admitindo a demarcação de reservas contínuas.

Das mesmas conversas já referidas, percebeu-se a convicção de que os índios da Amazônia devem ser encaminhados, rapidamente, no sentido de sua incorporação aos planos econômicos previstos para a região, como o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia ou o Programa Calha Norte do Amazonas.

Este, talvez, é o motivo pelo qual encontram-se sobrestados, no Ministério do Interior, 36 processos de demarcação já concluídos, que entretanto não são encaminhados à chancela presidencial. Os trustes minerários, madeireiros e

Doc 94/946

1

2

3

4

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ed. Venâncio III Sala 311

Caixa Postal 11-1159 — Fone: (061) 225-9457

70084 - Brasília - DF - Brasil

02

agropastoris desejam que tais áreas não se definam enquanto não se assegurar a incorporação antes mencionada.

A política indigenista e os planos de desenvolvimento acima mencionados preocupam a Igreja no Brasil e os seus setores específicos encarregados do acompanhamento da causa indígena. Diante do recente documento do Episcopado Brasileiro, " Por uma Nova Ordem Constitucional " (anexo 1, itens 81-83), onde é defendida a pluralidade étnica da sociedade brasileira, a autodeterminação dos povos indígenas, a demarcação e a posse coletiva das áreas habitadas pelos índios com o usufruto de todas as suas riquezas, inclusive do subsolo, a política indigenista do General Bayma Denys representa uma ameaça cultural e física para os povos indígenas da Amazônia e do Brasil. Convém ponderar as seguintes objeções:

- Não há, em toda a legislação vigente sobre faixa de fronteira, nenhum impedimento legal à demarcação das terras indígenas aí situadas. Há sim, um compromisso assumido pela Nação, no Estatuto do Índio de 1973, para no prazo de cinco anos, demarcar as terras indígenas (parecer, anexo 2).

- Os povos indígenas desenvolvem suas atividades econômicas, sociais ou religiosas sobre um espaço territorial que transcende a mera utilidade econômica. Este espaço é protegido em lei, assim como se garante aos índios o respeito à sua cultura e tradições. Qualquer tentativa de reduzir as áreas indígenas segundo critérios apenas econômicos da sociedade nacional, ou de não demarcar estas terras para serem sitiadas por posseiros, latifundiários ou mineradoras, significará levar as comunidades à extinção cultural e física.

- Não há precedente histórico nas Américas, que a demarcação dos territórios indígenas teria ameaçado as fronteiras nacionais de um país. Há sim, muitos casos - inclusive no Brasil, onde somente neste século desapareceram 40 povos com seu nome próprio do mapa etnológico - que demonstram, que a não-demarcação dos territórios indígenas resulta num previsível etnocídio e genocídio. A faixa de fronteira, acima mencionada, atinge 33% da população indígena no Brasil. Atinge 88 grupos diferentes e 78 mil indivíduos.

- O estabelecimento de áreas reservadas não substitui o dever do Poder Executivo de demarcar a terra indí

MRL 10, p. 3/354

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ed. Venâncio III Sala 311
Caixa Postal 11-1159 — Fone: (061) 225-9457
70084 - Brasília - DF - Brasil

03

gena. Tampouco é admissível substituir a terra indígena por outra figura jurídica qualquer - como, por exemplo, reserva florestal - que não oferece a proteção específica prevista em lei (pareceres, anexos 3 e 4).

- Esse novo ciclo de ocupação da Amazônia, além de destruir os índios, terá implicações catastróficas para o próprio ecossistema amazônico. Os povos indígenas, com sua experiência secular na região, são os zeladores qualificados da Amazônia, da sua fauna e floresta e de todas as suas riquezas para as futuras gerações do Brasil.

Brasília/DF, 25 de junho de 1986



Antonio Brand
Secretariado Nacional do
Conselho Indigenista Mis
sionário.

Questão indígena é discutida em assembleia regional do Cimi

Reunidos na XIVª Assembleia Regional do CIMI-MT, em Fátima de São Lourenço, de 24 a 29 de julho de 1988, cerca de 50 leigos e religiosos, com os bispos de Barra do Garças, Diamantino, São Félix do Araguaia, Sinop e Rondonópolis refletiram sobre a situação dos povos indígenas e a atuação dos missionários. Na conclusão dos seus trabalhos resolveram:

* Aplaudir as vitórias, embora parciais dos índios na Constituinte e manifestar sua esperança de que elas sejam mantidas na legislação complementar e sobretudo na ação dos organismos executores da política indigenista.

* Declarar total repúdio às medidas draconianas, ilegais e altamente prejudiciais aos povos indígenas, toma-

das pela FUNAI expulsando missionários das áreas indígenas, onde com o consentimento desses mesmos povos — únicos senhores de suas áreas — trabalhavam.

* Repudiar, igualmente, as medidas tendentes a afastar das áreas indígenas os missionários — testemunhas qualificadas da ação destruidora das madeiras, latifundiários e mineradoras dentro destas mesmas áreas.

* Denunciar como inconstitucional e contrária aos povos indígenas e suas terras, a discriminação entre índios aculturados e não-aculturados.

* Urgir, mais uma vez, a demarcação das terras dos índios Enawene-Nawe e responsabilizar a FUNAI pela

suas terras, pela morte do missionário Vicente Canas e pela contínua exploração das madeiras da área, dada a incuria e morosidade burocrática em definir e demarcar as referidas terras, apesar da insistência, há 8 anos, do CIMI e de outras entidades e da vontade expressa dos índios, manifestada na resistência armada aos invasores.

* Urgir, igualmente, a demarcação das terras indígenas, entre outras, as dos índios Arara (Aripuanã) e manifestar a preocupação do genocídio que poderá ocorrer à esse povo.

* Denunciar a atitude criminosa da FUNAI pela contínua diminuição da área dos índios Bororo da reserva Teresa Cristina e as continuas

morte de dez invasores de invasões de suas terras por políticos e latifundiários, posto em risco a sua sobrevivência.

* Manifestar sua preocupação com relação aos projetos e recursos do Polonoroeste II, a serem aplicados nas áreas indígenas, tendo em vista os efeitos negativos dos projetos e recursos do Polonoroeste I, nos setores de educação e saúde dos índios, o que foi documentado por técnicos do Banco Mundial.

* Manifestar, finalmente, estímulo, apoio e solidariedade aos povos indígenas em suas lutas e empenhar-se numa evangelização mais autêntica e comprometida com esses mesmos povos, vítimas cinco vezes seculares da agressão colonizadora.

Com
F

OP

Te
e

X

S

MR.L. 10, p. 4/354
CIMI

CIMI e Olam

PASTA

MRL.10, p.5/354



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

OF. SECODID Nº 034

Brasília, 14 de setembro de 1987

Handwritten note: *Handwritten: cópia a DSI (Hinter)*
Smalley

Senhor Presidente:

1. Encaminho-lhe cópia de representação criminal firmada por entidades de apoio ao índio ^{CIMI} contra a administração da FUNAI.
2. Registro-lhe que nesta data encaminhei correspondência ao il. colega Dr. Italo Fioravanti Sabo Mendes, Procurador da República Chefe no Estado, orientando-o para que requisitasse a abertura de inquérito policial, quando melhor se apurará o veiculado.

Exmo. Sr.

Dr. ROMERO JUCÁ

DD. Presidente da FUNAI - Fundação Nacional do Índio
BRASÍLIA-DF

Handwritten notes and stamps: *Devidu*, *PRJ*, *27/09/87*, *Assessora II*

PRJ/FUNAI

Precedência Secret. Pres.

Recebido em 18/09/87

Rubrica [Signature]

FUNAI/SAE Reg. 3221

Recebido 17/09/87

lis.

ASSINATURA

3. Por oportuno, solicito de V. Excia., desde já, o envio de informações, a propósito do conteúdo da representação.

4. Colho o instante para reiterar votos de apreço e consideração.



CLAUDIO LEMOS FONTELES
SECRETÁRIO DE COODENAÇÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS INDIVIDUAIS E DOS INTERESSES DIFUSOS

EXM^o SR. PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

MRL-10, p. 7/354

REPUBLICA
17 JUL 1961 100.002170/57
CA - ...

O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI, órgão anexo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a **OPERAÇÃO ANCHIETA - OPAN** vem, com fulcro no § 3º do art.153 da Constituição Federal e considerando que o Ministério Público Federal desempenha as funções de fiscal das fundações instituídas pelo Poder Público Federal e de fiscal da lei, **REPRESENTAR** contra o Presidente da Fundação Nacional do Índio, Sr. Romero Jucã Filho, contra o Superintendente Geral da FUNAI, Sr. Marcelo Cutelo e contra o Assessor da Presidência do órgão indigenista, Sr. Francisco de Assis da Silva, vulgo "Chicão" e contra o Sr. Valteir Pereira da Silva pela prática de atos atentatórios aos direitos da comunidade indígena **CINTA LARGA**, expostos no "RELATO DA SITUAÇÃO DA A.I. ARIPUANÃ", elaborado pela indigenista Maria Inês Hargreaves, membro integrante da OPAN.

Do que se depreende do relato supra mencionado, destacam-se os seguintes aspectos:

1. O Sr. Valteir Pereira da Silva e outros garimpeiros praticaram o delito tipificado no art.333 do CPB, por terem oferecido vantagens a funcionários da FUNAI em troca de se omitirem em relação ao delito igualmente tipificado no art.161-II do CPB que iriam praticar. Segundo se nos apresenta, esse seria o delito-meio para se consumir o delito-fim - roubo, art.157 do CPB - na medida em que pretendiam apropriarem-se das riquezas minerais existentes nas terras habitadas pelos **CINTA LARGA**, através da garimpagem no "Garimpo Ouro Preto".



2.

Dispõe o art.44 da lei nº 6001/73 que

"As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício de garimpagem, faiscação e cata das áreas referidas."

3.

Em decorrência da execução do Termo de Compromisso firmado entre o Município de Aripuanã e a FUNAI em 21/01/84, o "Garimpo Ouro Preto" foi fechado (docs. 4 e 5).

4.

Cientes dessa nova investida criminosa contra o patrimônio indígena, os responsáveis pela administração do órgão indigenista oficial, que têm por disposição expressa da lei, a obrigação de:

"I. estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes;"

"VII. exercitar o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio;"

Coisa alguma fizeram no sentido de cumprir suas atribuições legais.

5.

Neste sentido dispõe o art.13 e seu § 2º, a, da lei nº 7.209, de 11/07/84:

"Art.13. O resultado, que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a

qual o resultado não teria ocorrido.

§2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

6. Os funcionários, o Administrador Regional, o Superintendente Regional Executivo, o Superintendente Geral e por fim o Presidente do órgão sabiam, porque haviam sido informados pelos próprios índios, que as invasões dos garimpeiros e ma deireiros estavam ocorrendo. Mesmo assim nenhuma ação concreta foi desencadeada para a garantia da integridade física, moral e patrimonial da comunidade indígena CINTA LARGA.

7. Na verdade, houve uma ação praticada pelo Superintendente Geral da Funai, em relação a esse caso.

Ocorre que não se pode afirmar, que sua ação tenha sido orientada no sentido desejado, na medida em que o agente por ele utilizado antes de proporcionar alguma segurança é em si fator de perigo, não só aos índios, mas o seu patrimônio e ao erário público.

Trata-se do Sr. Francisco de Assis da Silva, o vulgo "Chicão" que:

1- Em sindicância realizada em 1982 na Funai, restou apurada, a sua responsabilidade em fraude de nota fiscal, resultando sua conduta no delito de peculato, previsto no art. 312 do CPB; (doc. 11)

2- Tem se notabilizado por atitudes flagrantemente perniciosas aos índios tendo agido atentatoriamente contra os índios Kayabí, no Parque do Xingú, contra índios Karajã da Ilha do Bananal, já agrediu um índio Pataxó;

3- Já foi denunciado, embora ainda não tenham apurado, por seu envolvimento em transações ilícitas de madeira e ouro respectivamente no Parque Indígena Aripuanã e em terras indígenas em Rondônia.

Com tais antecedentes no mínimo em termos administrativos é uma temeridade atribuir responsabilidades tão

graves a ele, já que a providência indicada pela sindicância de 1982, no sentido de dispensar seus serviços por justa causa ainda não foi adotada.

Agora presencia-se esse mesmo indivíduo envolvido no induzimento de índios para aceitarem algo expressamente vedado em lei e que resulta inexoravelmente contra a integridade física, cultural, moral e patrimonial do grupo indígena.

Agindo como se noticia, além de prevaricar (art. 329 do CBP), patrocina direta e indiretamente interesse privado perante a administração pública.

Face ao exposto, o CIMI - Conselho Indigenista Missionário e a OPAN - Operação Anchieta requerem que V. Excia.:

1- Determine a imediata instauração do competente Inquérito Policial pelo Departamento de Polícia Federal, para se apurar definitivamente as agressões ao patrimônio indígena, bem como o envolvimento de dirigentes e funcionários da FUNAI;

2- Oficie ao Presidente da FUNAI no sentido de que o sr. Francisco de Assis da Silva seja preventiva e cautelarmente afastado de qualquer função ou atividade da FUNAI, em especial as que envolvam contatos com índios e com o patrimônio indígena.

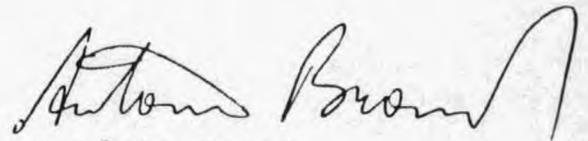
3- Providencie através da Polícia Federal a imediata retirada dos garimpeiros e outros invasores da Área Indígena Aripuanã, bem como reestabeleça o controle efetivo sobre a região, o aeroporto de Aripuanã e as aeronaves que lá se abastecem, sustando o agravamento da situação, de modo a resguardar a vida e o patrimônio indígena. No mesmo sentido, sejam tomadas idênticas providências para o desintrusamento da Área Indígena Zoró, no mesmo município de Aripuanã - MT.

Por fim, encarecemos a V. Excia. significativo empenho dado o grau de tensão e conflito em toda a área. No

momento em que concluimos esta representação somos informados de que Índios CINTA LARGA quatro garimpeiros que invadiram suas terras, na região do rio Capitão Cardoso, no Parque Indígena Aripuanã.

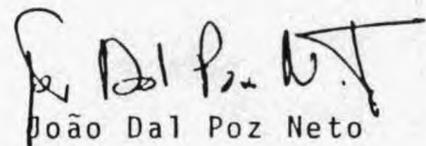
T. em que
P. Defereimento

Brasília, 16 de julho de 1987



Antônio Brand

Conselho Indigenista Missionário



João Dal Poz Neto

Operação Anchieta

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

CT-001/PRESI/ /87 Brasília, de julho de 1987.

Ilmo. Sr.

Dr. CLÁUDIO LEMOS FONTELES
MD. Secretário de Coordenação de Defesa dos
Direitos Individuais e dos Interesses Difusos
Procuradoria Geral da República
BRASÍLIA-- DF

Senhor Secretário

Em resposta ao Ofício SECODID nº 034, de 14 de setembro de 1987, no qual V.Sa. solicita informações referentes à Representação Criminal firmada pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI e a organização Padre Anchieta - OPAN contra a Administração da FUNAI, temos a informar o seguinte:

1. Os problemas relacionados com a reabertura do garimpo do Ouro Preto remonta a setembro de 1986, quando o Sr. Valdeir Pereira da Silva, garimpeiro, residente em Aripuanã/MT, entrou com uma proposta de reabertura do referido garimpo, prometendo vários benefícios aos Índios.

2. Em fevereiro deste ano, quando o Sr. João Andrade de Souza, chefe do Posto Indígena Rio Preto, se encontrava ausente do PIN, um grupo de 35 homens pertencentes ao grupo de garimpeiros do Sr. Valdeir, chegaram àquele Posto Indígena e, um dia depois, chegava o Sr. João Gilberto da Silva Noqueira, chefe

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

do SOP/Administração Regional de Cacoal, com mais dois agentes da Polícia Federal e o Índio Roberto Carlos Cinta Larga, que foram até àquele Posto Indígena e expulsaram os garimpeiros que ali se encontravam.

3. Em junho último, os Líderes Naki Cinta Larga, Paraquida Cinta Larga e Paulo Kasam Cinta Larga se deslocaram até a cidade de Aripuanã-MT, com o pretexto de comercializar alguns artesanatos e retornaram em companhia do Sr. Valdeir, trazendo grande quantidade de gêneros alimentícios e vários outros objetos de valores significativos, comunicando, inclusive, que haviam autorizado a reabertura do garimpo.

4. Os líderes daquela Comunidade Indígena que autorizaram a entrada de garimpeiros no Posto Indígena, a partir de 11.06.87, passaram a recusar qualquer tipo de comunicação com outras lideranças ainda que, pelo rádio, ameaçando, inclusive, destruir os equipamentos para evitar contatos com a Administração Regional de Cacoal ou outros Postos Indígenas.

5. Diante destas circunstâncias, o Sr. João Andrade de Souza, chefe do Posto Indígena da FUNAI, solicitou a presença do Sertanista Francisco de Assis da Silva, a fim de providenciar a retirada dos garimpeiros.

6. Ressalte-se que todos os esforços enviados pela Administração da FUNAI no sentido de evitar a entrada dos referidos garimpeiros sempre foram obstaculizados pelas próprias lideranças indígenas, uma vez que estas sempre apoiaram a entrada dos garimpeiros no Posto Indígena.

7. Em 25.06. p.p., com a chegada do servidor João Gilberto da Silva Noqueira, acompanhado pelo Sertanista Francisco de Assis da Silva e pelo Índio Atrope Cinta Larga, se ini

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

ciaram as negociações objetivando a retirada dos garimpeiros.

8. Como se verifica dos documentos acostados a esta, a Administração da FUNAI, quando soube da invasão da área do Posto Indígena Rio Preto por garimpeiros, iniciou, de imediato, uma negociação junto aos Índios, com o fim de retirá-los em que pese os indígenas terem concordado plenamente com a entrada dos mesmos.

9. Quanto ao servidor Francisco de Assis da Silva, como bem disseram os Requerentes, nada ficou apurado contra suas atividades, pelo que não se pode tomar nenhuma medida objetivando puni-lo.

10. Não podemos, portanto, mandar um contingente da Polícia Federal a fim de retirar imediatamente os garimpeiros do Posto Indígena Rio Preto, como é pedido na Representação, haja vista que, como já foi amplamente provado, os Índios apoiam a entrada dos garimpeiros, tornando-se necessários uma medida mais prudente, no sentido de evitar um conflito grave, posição esta que a Administração da FUNAI vem adotando desde o início, visando a evitar um desfecho desfavorável para todos.

11. Adiantamos, outrossim, que esta Administração determinará com a maior brevidade possível a competente abertura de Sindicância Administrativa, para o devido apuramento das possíveis faltas ou omissões imputadas pelo Requerentes contra a Administração Regional da FUNAI.

12. Na oportunidade, permitimo-nos anexar à presente, cópias dos documentos que comprovam as atitudes desta Administração, quanto à retirada dos garimpeiros não autorizadas do garimpo Ouro Preto.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

13. Aproveito o ensejo para renovar a Vossa
Senhoria protestos de consideração e apreço.

ROMERO JUCÁ FILHO
Presidente da FUNAI

PRJ/MLCRO/mhcv.

BRASIL

Das Sucursais e dos Correspondentes

M.G., DO SUL

Minoria barulhenta

A Igreja católica de Mato Grosso do Sul é, talvez, a mais conservadora do País, embora exista um pequeno grupo que prega a ideologia marxista. É essa minoria que faz mais barulho nos seus envolvimentos político e social. Todas as manifestações dos sem terra no Estado, por exemplo, foram lideradas por padres da esquerda.

A luta deles parece que foi válida, porque não existe mais nenhum acampamento de trabalhadores rurais no Estado. Os governos do estado e Federal assentaram todos eles com a política da reforma agrária.

Esses padres marxistas ou comunistas, como são rotulados por vários proprietários rurais, entre eles o senador Rached Saldanha Derzi, líder do Governo no Senado, deflagraram "guerra" contra a UDR de Mato Grosso do Sul. Os padres faziam sucessivas de denúncias de que os dirigentes regionais da UDR estavam ameaçando de assassinar trabalhadores rurais se as manifestações por reforma agrária continuassem. O caso foi parar na Justiça.

A Pastoral da Terra, por exemplo, é uma entidade que sustenta membros do PT com salários variando acima de 15 mil, para ajudar na liderança dos trabalhadores rurais.

MINAS GERAIS

Atuação marcante

O governador Hélio Garcia e o então candidato a prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, em plena campanha acirrada contra o candidato favorito, Maurício Campos, sentiram no bairro Primeiro de Maio, na periferia de Belo Horizonte, a força das comunidades de base, das lideranças comunitárias e do padre Piggi, um líder dos favelados e dos sem-terra da região, que exigiu que ambos assinassem, Garcia como governador do Estado, e Ferrara, como futuro prefeito, documentos com todas as promessas feitas em palanque para o povo da região.

O exemplo do padre Piggi é bem marcante da atuação da Igreja católica na luta pelos problemas sociais e que acabam se misturando com a política. Conservadora por tradição e por seus bispos e arcebispos, tendo tido em dom Geraldo Sigaud, ex-arcebispo de cidade de Diamantina e de

Universitário da UFPB, ocorrida esta semana, é bem um reflexo do papel desempenhado pela Igreja na vida política, social, espiritual e intelectual do Estado. Anualmente, o arcebispo — que desde o início se pôs ao lado dos oprimidos, apesar das perseguições que sofreu durante o período ditatorial — é escolhido representante das turmas concluintes de universitários locais. Outro episódio recente demonstra o poder de fogo do clero: reunidos há poucos dias em Lagoa Seca (PB), os bispos parabaianos lançaram irritada condenação aos parlamentares do Estado que se posicionaram ao lado do "Centrao", e os apontaram à execução pública, como signatários "de projetos contrários aos interesses populares". A nota ainda hoje provoca reações áfidas dos nela citados. Os 7 bispos parabaianos (e o bispo-auxiliar da arquidiocese) estão afinados com dom José. E, embora não aceite rótulos, a Igreja parabaiana pode ser considerada de "centro-esquerda". Mantém bom relacionamento com o atual governador, mas às vezes, pela intransigente defesa dos camponeses, surgem alguns choques de pontos de vista.

PARANÁ

Postura mediadora

"Evangelizar o povo no Paraná, em processo de transformação social, anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do reino definitivo". Estas são as diretrizes regionais da ação pastoral da Igreja católica no Paraná, traçadas para o quadriênio 88/91, que deixam claro a preocupação maior da igreja para com os menos favorecidos e a sua atuação cada vez mais forte não só no sentido de salvar almas mas também promover a qualidade de vida de suas ovelhas.

A Igreja paranaense não ostenta uma influência política acentuada no Estado, mas a sua presença é marcante junto a quase todos os paranaenses. Afinal, o Paraná é um Estado onde a colonização européia predomina de ponta a ponta, com destaque para os poloneses, ucranianos e italianos, povos historicamente católicos fervorosos.

PERNAMBUCO

D. LUCAS NEVES

Arcebispo de Salvador e primo em segundo grau de Tancredo Neves. Mineiro, volta ao Brasil depois de 12 anos na Santa Sé. Situa-se entre moderados e conservadores. Pode tornar-se uma nova liderança na Igreja.



D. IVO LOPEZ

Bispo de São Paulo e primo de Tancredo Neves. Foi da CNBB, incompreendido na Santa Sé. Incompreendido na Santa Sé. Incompreendido na Santa Sé. Incompreendido na Santa Sé.

Sarney não perde na capela do Alvorada

Católico praticante, o presidente José Sarney — que assiste à missa todos os domingos na capelinha do Palácio da Alvorada e segue religiosamente a liturgia da Igreja Católica — cumulo de atenções e mimos a Igreja Católica, desde que assumiu o Governo. Não apenas pela sua condição de cristão: Também porque sabe que este segmento da sociedade é hoje a maior e mais poderosa força política organizada.

O Presidente não perde oportunidade de elogiar a Igreja e seus representantes mas a política social do Governo não vem agradando aos religiosos: Isto ficou claro no documento divulgado no início deste mês pela Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) no qual, além de criticar a ausência de uma política que atenda às aspirações da sociedade, responsabiliza o Governo pela corrupção que vem sendo denunciada na administração federal.

Este fato quase provocou um rompimento nas relações Igreja/Estado. Irritado o presidente Sarney divulgou carta endereçada ao presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, refutando as acusações e de troco diz que nem a Santa Sé está livre da erva daninha da corrupção, lembrando o escândalo do Banco Ambrosiano. Dom Luciano pede audiência e explica que a intenção não foi responsabilizar o Presidente sobre as corrupções. Sugere no entanto uma investigação mais efetiva e mantém as críticas da política social do Governo contidas na nota.

Mas tudo parece que ficou superado embora permaneçam as cicatrizes de feridas outrás na história do relacionamento entre o Estado e a Igreja durante este Governo. O primeiro abalo ocorreu no



Sarney na Catedral na missa de Ação de Graças

ano passado com a expulsão dos missionários católicos das áreas indígenas. Isto provocou reação nos porta-vozes da Igreja que acusaram o Governo por não dispor de uma política que privilegiasse a demarcação dos territórios tradicionais dos grupos tribais.

Outro estremitamento importante entre o Governo e a Igreja aconteceu, também no ano passado, quando foi assinado em Imperatriz (MA), o padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da Comissão

Pastoral do Araguaia foi mais garantias Federal e cia efetiva te do Minis Igreja voltabilizando verno pelo ro de mortou a mortação da principal entre o Est

ra e destaca-se a resistência dos nativos à presença de grileiros que vêm principalmente do Ceará e Pernambuco.

Exatamente em Picos — a 310 quilômetros da capital — onde está o bispo esquerdista do Piauí, Dom Augusto Rocha, presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ele é um ilustre cabo eleitoral do PT. Na última eleição municipal, o pleito ficou polarizado entre PMDB e PDS, mas os petistas saíram bem nas urnas. Outro município piaulen-

do governo Moreira Franco, o que atesta a proximidade das relações do moderado dom Eugênio com Moreira. Mais de uma vez o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro cedeu os salões do Sumaré, pertencente à diocese, para reuniões do secretariado. Com o prefeito do Rio, Saturnino Braga, as relações são difíceis, em função da orientação do prefeito sobre a realização de abortos em casos de estupro nos hospitais da rede municipal.

R.G.

Ava ritmo

Assim Estado, ticamente correntes Mala, da com o pa

EVES

ivador
gundo
eves.
olta ao
de 12
ta Sé.
rados
Pode
a nova
greja.



D. IVO LORSCHTEITER

Bispo de Santa Maria e primo de dom Aloisio, foi da diretoria da CNBB. E tido como incompreendido pelo Vaticano e pela ala conservadora. Foi vetado para arcebispo de Porto Alegre por suas posições. 60 anos.



D. ALOÍZIO LORSCHDEIDER

Também comprometido com os pobres, pratica a Teologia da Libertação na sua ação pastoral. Eleito diversas vezes para a Secretaria do Sinodo. Duas vezes presidente da CNBB. É gaúcho, 63 anos e foi cogitado para Papa.



S. CATARINA

Teologia da Libertação

Contando com oito dioceses, a Igreja Católica em Santa Catarina tem uma atuação nitidamente progressista, baseada na Teologia da Libertação. Depois de dezenas de anos ligada às oligarquias (as famílias que tradicionalmente dominaram a vida pública no Estado), a Igreja reformulou, nos últimos 10 anos, a sua concepção e passou a atuar de maneira mais identificada com os problemas sociais e comunitários, segundo a avaliação do padre Agenor Briguenti, professor do Instituto Teológico de Santa Catarina.

Do ponto de vista estrutural, o secretário-executivo da Regional Sul-4 da CNBB (ou seja, todo o Estado de Santa Catarina), padre Elias Della Giustina, informa, que existem oito dioceses, com nove bispos na ativa e três resignatários, além de 628 padres, 1 mil e 777 freiras, 287 paróquias, 53 seminários, 1.226 seminaristas e 63 diáconos. Cerca de 90 por cento da população catarinense — aproximadamente 3,4 milhões de pessoas — professam a fé católica.

Politicamente, a Igreja Católica catarinense tem tido uma atuação constante, como no caso da campanha eleitoral de 86. Mesmo não apoiando este ou aquele partido, ela promoveu em todas as comunidades debates sobre a Assembleia Nacional Constituinte. No caso da convocação de eleições presidenciais neste ano, este mesmo trabalho deverá ser repetido, lembra o padre Briguenti.

SERGIPE

Dom Pelé deixa vazio

A organização dos trabalhadores rurais de Sergipe que residem no sertão e no baixo São Francisco, assim como a conquista de suas terras pelos xocó, única tribo de remanescentes indígenas do Estado, deve-se à atuação da Igreja progressista nesta região, que desde 1971 começou a desenvolver e criar as pastorais da terra e comunidades de base. Entretanto, é conveniente frisar que todo este trabalho foi feito pelo ex-bispo de Propriá, a 90 quilômetros de Aracaju, dom José Brandão de Castro.

ey não perde missa
apela do Alvorada



Sarney na Catedral na missa de Ação de Graças

ano passado com a expulsão dos missionários católicos das áreas indígenas. Isto provocou reação nos porta-vozes da Igreja que acusaram o Governo por não dispor de uma política que privilegiasse a demarcação dos territórios tradicionais dos grupos tribais.

Outro estrequecimento importante entre o Governo e a Igreja aconteceu, também no ano passado, quando foi assassinado em Imperatriz (MA), o padre Joslino Morais Tavares, coordenador da Comissão

Pastoral da Terra na região do Araguaia-Tocantins. O fato foi mais grave porque a vítima dias antes havia pedido garantias de vida ao Governo Federal e nenhuma providência efetiva foi tomada por parte do Ministério da Justiça. A Igreja voltou a atacar, responsabilizando a inércia do Governo pelo aumento do número de mortes no campo e criticou a morosidade na implantação da reforma agrária, principal pomo da discórdia entre o Estado e a Igreja.

Identificado pelos progressistas como um dos expoentes do pensamento conservador. Não raramente eles se envolvem em debates sobre posições da Igreja, especialmente com o grupo mais à esquerda, localizado nas pastorais de base.

O inegável é que o perfil da Igreja em sua intervenção política mudou muito nos últimos anos. É praticamente impossível estabelecer ligações entre o clero de hoje e aqueles que integravam, há poucos anos a Liga Eleitoral Católica, responsável pela eleição de políticos conservadores.

Se há 30 anos atrás a esquerda se queixava dos "currals eleitorais da Igreja", agora são os partidos mais tradicionais, como o PFL, PDS ou PMDB, que temem a ação do que chamam de "padres do PT".

O PT nega este apoio direto, embora não esconda ter o apoio de boa parte dos "militantes da Igreja" e até mesmo de alguns padres. O caso mais claro é o padre Roque Graziotin, lançado candidato à prefeitura de Caxias do Sul por uma coligação de esquerda.

RONDÔNIA

Peso da CPT

Em Rondônia a Igreja Católica tem aproximadamente 80 por cento da população, estimada em 1,5 milhão de habitantes, mas seu poder de influência junto aos partidos políticos se restringe, basicamente, à atuação das comunidades eclesiais de base e aos movimentos, como a Comissão Pastoral da Terra, fortemente ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Não há dificuldades nas relações entre a igreja e o governo do Estado e a influência católica, como força política nas últimas eleições, praticamente não existiu, mas é bem provável que em alguns municípios do interior do Estado, como Jaru (a 290 quilômetros de Porto Velho) e Cacoal, a 500 quilômetros, a influência da igreja acabe beneficiando os candidatos a serem apresentados pelo PT.

A comunidade católica rondoniense é dirigida pelo arcebispo dom José Martins da Silva, um mineiro que antes foi bispo de Ji-Paraná, na região central do Estado e citado por alguns setores como membro da "ala vermelha" da igreja, apesar de ter mudado sua linha de atuação, ao assumir o arcebispado. Na área de influência do arcebispado rondoniense se contam ainda dois bispos, o de Guajará-Mirim e o de Ji-Paraná, sendo que em ambos os locais os maiores problemas da instituição

R.G. DO NORTE

Avanços em ritmo lento

Assim como quase tudo no Estado, a Igreja Católica politicamente se divide entre as

do governo Moreira Franco, o que atesta a proximidade das relações de moderado dom Egídio com Moreira. Mais do que uma vez o cardeal-arcobispo do Rio de Janeiro visitou as terras do Sumaré, pertencente à diocese, para receber o secretário. Com o prelado do Rio, Saturnino Costa, as relações são

ano passado com a expulsão dos missionários católicos das áreas indígenas. Isto provocou reação nos porta-vozes da Igreja que acusaram o Governo por não dispor de uma política que privilegiasse a demarcação dos territórios tradicionais dos grupos tribais.

Outro estreitamento importante entre o Governo e a Igreja aconteceu, também no ano passado, quando foi assassinado em Imperatriz (MA), o padre Josimo Morais Tavares, coordenador da Comissão

Pastoral da Terra na região do Araguaia-Tocantins. O fato foi mais grave porque a vítima dias antes havia pedido garantias de vida ao Governo Federal e nenhuma providência efetiva foi tomada por parte do Ministério da Justiça. A Igreja voltou a atacar, responsabilizando a inércia do Governo pelo aumento do número de mortes no campo e criticou a morosidade na implantação da reforma agrária, principal ponto da discordância entre o Estado e a Igreja.

mente ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Não há dificuldades nas relações entre a Igreja e o governo do Estado e a Influência católica, como força política nas últimas eleições, praticamente não existiu, mas é bem provável que em alguns municípios do interior do Estado, como Jarú (a 290 quilômetros de Porto Velho) e Cacoal, a 500 quilômetros, a influência da Igreja acabe beneficiando os candidatos a serem apresentados pelo PT.

A comunidade católica rondoniense é dirigida pelo arcebispo dom José Martins da Silva, um mineiro que antes foi bispo de Ji-Paraná, na região central do Estado e citado por alguns setores como membro da "ala vermelha" da igreja, apesar de ter mudado sua linha de atuação, ao assumir o arcebispo. Na área de influência do arcebispo rondoniense se contam ainda dois bispos, o de Guajará-Mirim e o de Ji-Paraná, sendo que em ambos os locais os maiores problemas são justamente ligados à Teologia da Libertação.

E foi justamente por causa de problemas de terras que um dos padres da paróquia de Cacoal acabou assassinado numa emboscada há dois anos.

eleições presidenciais neste ano, este mesmo trabalho deverá ser repetido, lembra o padre Briguenti!

MRL. 10, p. 18/354

SERGIPE

Dom Pelé deixa vazio

A organização dos trabalhadores rurais de Sergipe que residem no sertão e no baixo São Francisco, assim com a conquista de suas terras pelos xocó, única tribo de remanescentes indígenas do Estado, deve-se à atuação da Igreja progressista nesta região, que desde 1971 começou a desenvolver e criar as pastorais da terra e comunidades de base. Entretanto, é conveniente frisar que todo este trabalho foi feito pelo ex-bispo de Propriá, a 90 quilômetros de Aracaju, dom José Brandão de Castro, conhecido por dom Pelé.

A única ala da Igreja progressista que atua em Sergipe, é a que foi liderada durante 27 anos por dom José. Hoje ele está aposentado e morando em Minas Gerais. Para o seu lugar foi indicado o bispo dom José Lessa, que encontra-se em Roma. As demais dioceses como a de Aracaju, que tem como arcebispo dom Luciano Cabral Duarte e a diocese de Estância, a 100 quilômetros de Aracaju, tendo à frente o bispo dom Hildebrando Mendes Costa, seguem a linha caracterizada como conservadora.

Com a mudança do bispo de Propriá, ainda não se sabe se dom Lessa vai permanecer com a ala progressista da Igreja, embora o novo bispo não tenha feito até o momento nenhuma mudança no quadro da diocese e nem mandou suspender nenhum evento previsto, como o encontro da pastoral da terra.

do governo Moreira Franco, o que atesta a proximidade das relações do moderado dom Eugênio com Moreira. Mais de uma vez o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro cedeu os salões do Sumaré, pertencente à diocese, para reuniões do secretariado. Com o prefeito do Rio, Saturnino Braga, as relações são difíceis, em função da orientação do prefeito sobre a realização de abortos em casos de estupro nos hospitais da rede municipal.

O cardeal do Rio de Janeiro exerce uma influência absoluta na área de sua diocese. Identificado com posições conservadoras, dom Eugênio encontra no pólo oposto pelo menos quatro bispos — em todo o Estado existem quinze — dois deles (dom Mauro Morelli e dom Adriano Hipólito) com dioceses na problemática Baixada Fluminense, região que engloba municípios de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis, onde desenvolve um intenso trabalho social organizado a partir de dezenas de comunidades eclesiais de base. Na mesma linha de dom Mauro e dom Adriano estão dom Valdir Calheiros e dom Clemente Isnard.

R.G. DO NORTE

Avanços em ritmo lento

Assim como quase tudo no Estado, a Igreja Católica politicamente se divide entre as correntes Alves, da situação, e Mala, da oposição. De acordo com o padre Lucas Batista Neto, os avanços da Igreja em Natal são lentos e morosos, mesmo com a tentativa de modificação por parte de alguns padres considerados progressistas. É incrível, mas mesmo nos meios onde o clero procura maior participação popular, os partidos de esquerda, tais como o PT, PCB e outros, têm muito pouca influência. Padre Lucas afirma que a maioria dos sacerdotes são favoráveis à reforma agrária, procurando justiça em sua realização de que a Igreja Católica seja uma grande latifundiária, pois como afirmou, 178 mil hectares de terras rurais são o latifúndio que pertence à instituição em todo o País.

Contando com 56 padres, um diácono e 19 seminaristas, o clero no Estado busca hoje a sua unidade, diante do entendimento existente em sua cúpula, onde o arcebispo de Natal, dom Nivaldo Monte, conservador, e seu bispo auxiliar, dom Antônio Costa, progressista, mantêm profundas divergências nas questões políticas e sociais.

R.G. DO SUL

Na linha da CNBB

A Igreja Católica no Rio Grande do Sul tem seus extremos, que vão de uma ala esquerda bastante definida e poderosa junto às comunidades de base e alguns bispos conservadores plantados nas dioceses mais importantes, incluindo Porto Alegre. Entretanto, a maioria da hierarquia pertence à chamada "linha da CNBB", onde estão bispos como dom Ivo Lorscheister. Este grupo tende para as posições mais progressistas, embora sem acompanhar algumas das atitudes tomadas pela Pastoral da Terra ou pelas Pastorais Operárias.

Os bispos considerados mais conservadores estão nas dioceses de Santa Cruz, Uruguaiana e Novo Hamburgo, além de dom Cláudio Colling, responsável pela arquidiocese de Porto Alegre, onde sucedeu dom Vicente Scherer, também

SÃO PAULO

Prioridade ao social

A Igreja Católica tem marcado presença na área social do Estado de São Paulo. O mais recente exemplo é o apoio à movimentação dos sem-terra, grupos que se apossam de áreas desocupadas. Este ano, o frei Ticão foi presença freqüente na defesa dos invasores e na televisão, pregando o direito à terra. A influência da Igreja na política pode ser avaliada na campanha à prefeitura, em 85. O candidato Fernando Henrique Cardoso admitiu que era ateu numa entrevista conjunta — não houve PMDB que o elege-se.

A política dos direitos humanos tem no arcebispo dom Paulo Evaristo Arns — que assumiu esse cargo em 80 — um representante ativo, especialmente durante o período revolucionário. Inspirado nesse conceito, o secretário da Justiça no governo Montoro, José Erasmo Dias, recebeu uma bateria de críticas pelo tratamento condescendente proporcionado aos presos que tiveram, na penitenciária de Araraquara, alojamento com rádio, televisão e quadra de esportes.

As relações do governo estadual com dom Paulo Evaristo são protocolares. Recentemente, o arcebispo fez uma visita de cortesia ao governador Orestes Quércia. Na verdade, o governador tem relações mais sólidas com o cardeal Agnelo Rossi, atualmente no Vaticano. Além de assistir a duas missas do cardeal, em Campinas, Quércia convidou-o a orientar a instalação de uma capela na casa de inverno do governo, em Campos do Jordão.

Embora nunca tenha feito qualquer manifestação sobre esse assunto, é notória a linha conservadora de dom Agnelo, ao passo que a preocupação de dom Paulo com os direitos humanos o transformaram em alvo das críticas do deputado e radicalista policial Afanázio Jazadji, que chegou a fazerá-lo aos bandidos.

- EQUIPE**
- ACRE — Dilma Tavares
 - ALAGOAS — Raimundo Gomes
 - AMAZONAS — Wilson Nogueira
 - BAHIA — Antônio Sampaio
 - CEARÁ — Paulo Ernesto
 - ESPIRITO SANTO — Rita Tristão
 - GOIÁS — Valdir Mongado
 - MARANHÃO — Ester Marques
 - MATO GROSSO — Pedro Pinto
 - M. GROSSO DOS SUL — Adilson Trindade
 - MINAS GERAIS — Rogério Perez
 - PARÁ — Sérgio Pamquist
 - PARAIBA — Evandro Nóbrega
 - PARANA — Luiza Taranto
 - PERNAMBUCO — Nivaldo Araújo
 - PIAUI — Zózimo Tavares
 - RIO DE JANEIRO — Luiz Carlos Maranhão
 - R.G. DO NORTE — Zenaide Castro
 - R.G. DO SUL — Gustavo Krieger
 - RONDONIA — Lúcio Albuquerque
 - SANTA CATARINA — Luiz Carlos Cancellier
 - SÃO PAULO — Alci Souza
 - SERGIPE — Ofélia Onias

Um governo, é organizada

mações distorcidas sobre a atuação da Igreja no Brasil, como se estivéssemos muito empenhados na ação social e pouco na religiosa". Ainda segundo este bispo, a partir desta reunião, a CNBB recebeu a missão do Papa de promover a Teologia da Libertação no Brasil.

Atualmente a Igreja brasileira não tem nenhuma questão de maior conflito em pauta com a Santa Sé. Há pouco tempo, porém, a situação era outra, quando estava em foco o caso Boff. Frei Leonardo Boff, com livros traduzidos em dezenas de línguas, foi punido pela Cúria por atacar a estrutura da Igreja e a sua hierarquia. Conhecido como "teólogo da libertação", ele aplicou conceitos dessa teologia, em particular a do "opressor e oprimido" dentro da própria estrutura da Igreja. Boff continua escrevendo e lecionando, mas não pode mais dar entrevistas à imprensa e participar da Revista Eclesiástica Brasileira, uma publicação trimestral que ele dirigia.

rizonte, a força das comunidades de base, das lideranças comunitárias e do padre Piggli, um líder dos favelados e dos sem-terra da região, que exigiu que ambos assinassem, Garcia como governador do Estado, e Ferrara, como futuro prefeito, documentos com todas as promessas feitas em palanque para o povo da região.

O exemplo do padre Piggli é bem marcante da atuação da Igreja Católica na luta pelos problemas sociais e que acabam se misturando com a política. Conservadora por tradição e por seus bispos e arcebispos, tendo tido em dom Geraldo Sigaud, ex-arcebispo da cidade de Diamantina e de toda a região, que era tão extremado que assustava seus próprios companheiros por suas posições radicais contra a reforma agrária, a organização do povo e do campesinato e em defesa da iniciativa privada. A Igreja em Minas tem grande força, sendo o Estado um dos mais católicos e que mais Igrejas tem no País.

PARÁ

Penetração no campo

A Igreja Católica do Pará tem forte influência na eleição de Jader Barbalho para governador e Hélio Gueiros para senador, em 1982, derrotando os candidatos do até então imbatível PDS, Oziel Carneiro e Jarbas Passarinho. Na época, os ataques do senador Passarinho ao clero progressista e a consequente prisão dos padres Aristides Camilo e François Gouriou fez com que a maior parte do clero desse apoio aberto ou velado aos candidatos do PMDB. Atualmente, as relações da Igreja com o governador Hélio Gueiros obedecem a política de boa vizinhança. Hélio Gueiros é membro, ou, como ele mesmo se intitula, "free-lancer" da Igreja Batista.

Com uma atuação muito forte no campo, a Igreja Católica do Pará tem uma posição de destaque numa região particularmente afetada por graves problemas sociais, como a posse da terra por camponeses, índios e a população das áreas de influência dos grandes projetos. Por causa dessa disposição para a luta, muitos padres já morreram e a CNBB elenca atualmente cinco padres cujos nomes constariam de listas de pessoas marcadas para morrer.

PARAÍBA

Desafiando o Centrão

A concessão do título de Doutor Honoris Causa", ao arcebispo paraibano, dom José Maria Pires, pelo reitor José Jackson e pelo Conselho

para com os menos favorecidos e a sua atuação cada vez mais forte não só no sentido de salvar almas mas também promover a qualidade de vida de suas ovelhas.

A Igreja paraense não ostenta uma influência política acentuada no Estado, mas a sua presença é marcante junto a quase todos os paraenses. Afinal, o Paraná é um Estado onde a colonização européia predomina de ponta a ponta, com destaque para os poloneses, ucranianos e italianos, povos historicamente católicos fervorosos.

PERNAMBUCO

Duro golpe na esquerda

Em Pernambuco, a Igreja Católica sempre manteve, nas últimas décadas, uma presidente distância do governo do Estado, e, mesmo com a guinada ideológica que deu o Palácio do Campo das Princesas, ocupado agora por Miguel Arraes, substituindo as anteriores administrações engajadas ao regime da revolução de 64, as duas instituições continuam distanciadas, mantendo um relacionamento apenas formal.

Com o advento — no lugar de dom Hélder Câmara — do novo arcebispo da Diocese de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, de linha conservadora, a Igreja progressista em Pernambuco sofreu um duro golpe, vendo praticamente aniquilada sua estrutura no Estado. Exemplo da mudança que iria se dar neste aspecto ocorreu logo na campanha eleitoral de 86. Sentindo a necessidade de esclarecer a posição da Igreja, num determinado assunto, o novo arcebispo se fez representar no programa eleitoral na televisão do candidato do PFL, José Múcio Monteiro, fato que deu lugar a uma resposta da ala progressista, à qual, através dos franciscanos, fez propaganda da candidatura Arraes.

PIAUI

Relações amistosas

São amistosas as relações da Igreja Católica com o Estado do Piauí. Os religiosos não têm influência marcante nas eleições e, em sua maioria, limitam a sua ação ao assistencialismo e à filantropia. Dos seis bispos piaulenses, apenas um alinha-se com a ala progressista. Os demais são conservadores.

As comunidades eclesiais de base têm uma ação muito discreta no Estado. Sua presença é mais notada na região de Picos, onde é grande o número de conflitos pela posse de ter-

ramento entre o Estado e a Igreja durante este Governo. O primeiro abalo ocorreu no

ra e destaca-se a resistência dos nativos à presença de grileiros que vêm principalmente do Ceará e Pernambuco.

É exatamente em Picos — a 310 quilômetros da capital — onde está o bispo esquerdista do Piauí, Dom Augusto Rocha, presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ele é um ilustre cabo eleitoral do PT. Na última eleição municipal, o pietto ficou polarizado entre PMDB e PDS, mas os petistas saíram bem nas urnas. Outro município piaulense onde a Igreja dá palpites na política é Esperantina. Lá, o padre Ladislau João da Silva combate abertamente o poder.

R. DE JANEIRO

Poder de dom Eugênio

Atribui-se ao cardeal dom Eugênio Sales a indicação do secretário de Educação, Carlos Alberto Doretto, na equipe

sinado em Imperatriz (MA), o padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da Comissão

do governo Moreira Franco, o que atesta a proximidade das relações do moderado dom Eugênio com Moreira. Mais de uma vez o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro cedeu os salões do Sumaré, pertencente à diocese, para reuniões do secretariado. Com o prefeito do Rio, Saturnino Braga, as relações são difíceis, em função da orientação do prefeito sobre a realização de abortos em casos de estupro nos hospitais da rede municipal.

O cardeal do Rio de Janeiro exerce uma influência absoluta na área de sua diocese. Identificado com posições conservadoras, dom Eugênio encontra no pólo oposto pelo menos quatro bispos — em todo o Estado existem quinze — dois deles (dom Mauro Morelli e dom Adriano Hipólito) com dioceses na problemática Baixada Fluminense, região que engloba municípios de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis, onde desenvolve um intenso trabalho social organizado a partir de dezenas de comunidades eclesiais de base. Na mesma linha de dom Mauro e dom Adriano estão dom Valdir Calheiros e dom Clemente Isnard.

Parece um governo, mas é organizada

Dividida em arquidiocese, dioceses, paróquias, prelazias, abadias e instituições masculinas e femininas, a estrutura de poder e a hierarquia na Igreja não se distinguem muito das de um governo. Com 6.838 paróquias, sendo que cada paróquia com centenas de igrejas e capelas, a Igreja é muito organizada e está presente em todo o território nacional. Mais de 80 por cento da população é católica.

As relações com a Santa Sé, no Vaticano, são razoavelmente boas. Um bispo explicou ao CORREIO BRAZILIENSE que é necessário se distinguir o relacionamento da Igreja brasileira com o Papa, que é bom, do que com a Cúria Romana (espécie de ministérios), "uma máquina burocrática antiga e conservadora".

Até março de 1986, quando 21 bispos brasileiros estiveram reunidos com o Papa e os cardeais da Cúria, durante três dias, a Santa Sé - de acordo com outro bispo — tinha "infor-

mações distorcidas sobre a atuação da Igreja no Brasil, como se estivéssemos muito empenhados na ação social e pouco na religiosa". Ainda segundo este bispo, a partir desta reunião, a CNBB recebeu a missão do Papa de promover a Teologia da Libertação no Brasil.

Atualmente a Igreja brasileira não tem nenhuma questão de maior conflito em pauta com a Santa Sé. Há pouco tempo, porém, a situação era outra, quando estava em foco o caso Boff. Frei Leonardo Boff, com livros traduzidos em dezenas de línguas, foi punido pela Cúria por atacar a estrutura da Igreja e a sua hierarquia. Conhecido como "teólogo da libertação", ele aplicou conceitos dessa teologia, em particular a do "opressor e oprimido" dentro da própria estrutura da Igreja. Boff continua escrevendo e lecionando, mas não pode mais dar entrevistas à imprensa e participar da Revista Eclesiástica Brasileira, uma publicação trimestral que ele dirigia.

tação do principal entre o E

R.G.

Ava
ritm

Assim Estado, ticamente corrente Mala, d com o pa to, os a Natal s mesmo o difíceis e padres e sistas. E nos melo ra maio lar, os p tais com têm mu Padre I maioria voráveis procurar realizaç tólica se fundiári 178 mil rais são tence à Pais.

Contar diácono clero no sua unid tendime cúpula, Natal, d conserva llar, dom gressista divergên políticas

R.G. I

Na li da C

A Igrej Grande d mos, que quera ba derosa ju de base e servadore ceses m luindo Por to, a ma pertence à CNBB", o mo dom I grupo ten mais pro sem acom atitudes t ra), da Te rals Operá Os bispo conservad ceses de guaiana e além de d responsáv de Porto A dom Vice

A Igreja Católica no Brasil celebrou um casamento indissolúvel entre o espiritual e o material. Cuida da alma, mas não se esquece do corpo social. Ao contrário de outros países, o episcopado brasileiro mantém uma relação de independência com o Governo, aplaudindo (pouco) e criticando (muito) quando acha necessário. Com sua opção preferencial pelos pobres, a Igreja chegou a ser a única voz de protesto e denúncia do período mais duro da ditadura militar. E por isso mesmo, foi perseguida e censurada, ao ponto de os jornais não poderem publicar, durante muitos anos, sequer a celebração de uma missa por dom Helder C'amará, na época o maior expoente do episcopado brasileiro e o principal responsável pela "opção evangélica preferencial pelos pobres" na América Latina.

Na chamada Nova República, após um breve "namoro" com o Governo Sarney, mas sempre mantendo a sua linha de independência, as relações da Igreja com o poder voltaram a ficar estremecidas. Defendendo a tese que o atual Governo tem a obrigação de resgatar uma dívida social com a população mais carente, a Igreja — através de seu braço político, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — vem pregando urgência de um programa social voltado para as necessidades do povo, como habitação, saúde, alimentação, educação e a imediata implantação de uma ampla reforma agrária.

A gota d'água para o rompimento do fiert Igreja-Governo foi o tratamento dispensado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida. Aos gritos, Brossard ofendeu dom Luciano, que estava denunciando ao ministro a perseguição que missionários católicos do Cimi (Conselho Missionário Indigenista) estariam sofrendo por parte do Governo. O incidente repercutiu mal entre os integrantes do Conselho Permanente da CNBB, uma espécie de alto comando do episcopado, resultando em uma nota de solidariedade a dom Luciano.

CREDIBILIDADE

Apontada em diversas pesquisas de opinião pública como a entidade de maior credibilidade entre os brasileiros, a Igreja Católica tem como sua maior força o conjunto de comunidades populares de fé, as chamadas comunidades eclesiais de base (Ceb's), que chegam ao expressivo número de 100 mil.

Com 49 arcebispos, sendo quatro cardeais, 362 bispos, 13.155 padres (sendo 5.464 padres do clero diocesano e 7.691 do clero religioso); 38.192 freiras; 2.380 irmãos professos e 392 diáconos permanentes, segundo o anuário católico do Brasil, de 1985, a Igreja pode ser considerada a entidade mais organizada influente e poderosa do País.

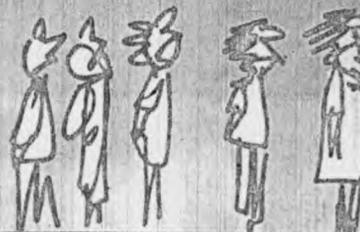
Após o Concílio Vaticano II, na década de 60, a Igreja, outrora aliada dos poderosos, passou a manter uma prudente distância do poder político, identificando-se com as causas do povo e, segundo muitos bispos, com uma maior fidelidade à mensagem de Cristo.

Essa nova postura, concretizada através da pregação de uma sociedade mais igualitária e uma mensagem que não se limitava tão somente ao espiritual, mas para as causas sociais, levaram a um choque com governos e entidades que passaram a ter seus interesses afetados. Um exemplo atual desse impasse é o da União Democrática Ruralista, a famosa UDR de Ronaldo Calado, que não se conforma com os sermões defendendo a reforma agrária.

Dom Luciano Mendes de Almeida acredita que a grande força da Igreja seja a de ter "consciência de sua fragilidade, por ser feita de pessoas humanas, mas tendo consciência disso aprende a recorrer a Deus e a buscar uma constante conversão". Por ser humana, ele admite que a Igreja tem o seu "calcanhar-se-aquiles". Segundo o presidente da CNBB, o grande entrave da Igreja no Brasil "é a deficiência de formação dos batizados, que precisam aprofundar a vivência do Evangelho, pois quando o fermento é bom, ele atua em toda a massa".

Na verdade, a Igreja tem dois "calcanhars-de-aquiles". O primeiro são as tensões entre o próprio episcopado e que se refletem nas suas próprias bases. Apesar da predominância de bispos de centro e centro-esquerda, os moderados e progressistas, a Igreja tem mais de 10 bispos de direita e muitos de centro-direita, que integram a ala conservadora do episcopado. Pontos de vista e até mesmo posições completamente antagônicas sobre aspectos sociais e políticos são freqüentes.

O segundo "calcanhar", por sinal relacionado com o primeiro, é o da formação dos integrantes da Igreja, tanto leigos como sacerdotes. "Falta unidade na formação do clero", lamenta um sacerdote progressista, justificando que isso deve ao fato de o Brasil ser um país continental.



ACRE

Influência na fronteira

No Acre há duas prelazias — a do Acre e Purus, que no plano interno segue a Teologia da Libertação, e a do Alto Juruá, que é conservadora. As duas mantêm grande influência sobre a população do estado, mesmo assim ainda não conseguem converter esse poder de penetração, em votos. As próprias eleições de 86 evidenciaram o fato, quando nenhum candidato de forças políticas ligadas à Igreja, conseguiu eleger-se, o que aliás deverá acontecer nas próximas eleições municipais.

A prelazia do Acre e Purus é ligada ao PT, mais particularmente ao grupo comprometido com a Teologia da Libertação e, portanto, afina-se, no plano externo, com a corrente social democrata. Desse grupo do PT ligado à Igreja, são os maiores líderes Nilson Mourão, Francisca Maranhão e Francisco Nunes (o Bacurão) que entretanto não venceram qualquer pleito até agora e não possuem grandes chances nas próximas eleições.

Esta prelazia, somente em Rio Branco possui 20 padres, sem contar o número de freiras. Tem ainda cerca de 2 mil Comunidades Eclesiais de Base e tem grande influência principalmente nas categorias de baixa renda, que são a maior parte da população.

ALAGOAS

Calcanhar

(arquidiocese de Palmeira dos Índios) Nas eleições de 1986, a Igreja divulgou um documento recomendando aos fiéis a não votarem em candidatos de partidos comunistas. Nas entrelinhas do documento, os candidatos do PT eram os preferidos do clero.

AMAZONAS

Ligação a dom Helder

A partir de novembro de 85, quando a Santa Sé nomeou o então bispo de Coxim (MT), dom Clóvis Frainer, a arcebispo metropolitano de Manaus, a Igreja católica amazoneira passou a ser vista como "progressista" pelas forças políticas do Estado. O rótulo de progressista deve-se principalmente à estreita ligação de dom Clóvis Frainer com o ex-arcebispo de Recife e Olinda, dom Helder C'amará, pois entre os membros das Comunidades Eclesiais de Base, que também militam nos partidos políticos de esquerda (com ênfase para o PT), com Clóvis Frainer ainda é um conservador e, pela sua influência, acaba prejudicando o trabalho de base fundamentado na Teologia da Libertação.

Mas a influência política da Igreja já pode ser medida pela tentativa de aproximação dela dos partidos de esquerda, notadamente o PT e o Partido Socialista Brasileiro, liderado pelo ex-deputado federal Arthur Virgílio Neto. A Igreja tem influência também nos sindicatos, como no caso do Sindicato dos Metalúrgicos.

comunidades eclesiais de base (Cebbs), que chegam ao expressivo número de 100 mil.

Justificando que isso deve ao fato de o Brasil ser um país continental.

DISTRITO FEDERAL

Colaboração e respeito

O último relatório encaminhado pela Arquidiocese de Brasília à Santa Sé informa um total de 1 milhão 371 mil católicos no DF, algo correspondente a 80 por cento da população estimada. Atendendo à esta região de fiéis existem 51 paróquias — 26 delas localizadas no Plano Piloto —, 130 padres e 470 freiras sob orientação pastoral do arcebispo dom José Freire Falcão e dos bispos-auxiliares Geraldo Avila e Raimundo Damasceno.

Completando o quadro estrutural existem, ainda, 43 colégios de 1º Grau, 12 outros para o nível secundário e três faculdades, além de um seminário que conta atualmente com 93 alunos em regime de internato. Não há uma tendência política expressa e tampouco se verificam divergências internas ou o surgimento de correntes antagônicas. Segundo Dom José Freire Falcão a Arquidiocese tem procurado seguir "uma orientação de equilíbrio e de total acatamento às determinações pa-

pais".

O relacionamento com o governo local tem se pautado pela colaboração e respeito e apenas recentemente surgiram pequenas rugas quando a Igreja manifestou opinião contrária ao plano de remoção de invasões, entendendo que era preciso apresentar soluções que atendessem ao favelado de uma forma mais digna. O contato com partidos políticos tem sido feito de maneira indiscriminada e através de relações pessoais com diversos parlamentares.

Não existem comunidades eclesiais de base, o que predomina são os movimentos de leigos — encontros de casais, renovação carismática e cursinhos — distribuídos por todo o DF. Estes movimentos acabam favorecendo o surgimento de grupos de reflexão e têm crescido bastante nos últimos anos com a participação desde as camadas mais pobres até representantes da vida política nacional.

MRL. 10, p. 21/354
ALAGOAS

Colaboração

recíproca

Num Estado onde cerca de 60 por cento dos habitantes são identificados como devotos do padre Cicero, o poder da Igreja é indiscutível. Mas essa influência pode ser usada em Alagoas para fins políticos, como afirma o arcebispo metropolitano de Maceió, dom Edvaldo Amaral. "Dos políticos e do Governo queremos só independência, colaboração naquilo que for para o bem do povo".

A colaboração é recíproca quando o Governo age em benefício dos "pequenos, dos oprimidos, dos injustiçados", como o próprio arcebispo fez questão de destacar, ao anunciar que a Igreja é contra a intervenção federal que poderá ocorrer nos próximos dias no Estado pelo fato de o governador Fernando Collor se negar a pagar os salários dos marajás.

Para os comunistas, não há espaço no meio evangélico alagoano. Esta tem sido a recomendação em todo o clero, liderado por dom Edvaldo Amaral, na capital, e no interior por dom Fernando Iorio

Socialista Brasileiro, liderado por ex-deputado federal Arthur Virgílio Neto. A Igreja tem influência também nos sindicatos, como no caso do Sindicato dos Metalúrgicos, com 9 mil associados, o maior sindicato de trabalhadores do Estado.

O líder do PSB, ex-deputado Arthur Virgílio Neto, tem, por exemplo, mantido permanentes contatos com as lideranças da Igreja, inclusive com dom Clóvis, na tentativa de conseguir apoio para a campanha das Diretas.

BAHIA

Equilíbrio

de forças

A Igreja Católica da Bahia é formada por 18 dioceses e uma arquidiocese e há equilíbrios de forças entre moderados e progressistas — os bispos conservadores são minoria. Desde a morte de dom Avelar, em dezembro de 86, a Igreja está carente de liderança, pois dom Lucas Moreira Neves, novo arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, ainda não parou de refletir. Dom Lucas alega que esteve 17 anos fora do Brasil e somente depois de conhecer a realidade da arquidiocese é que começará a to-

(arquidiocese de Palmeira dos Índios). Nas eleições de 1986, a Igreja divulgou um documento recomendando aos fiéis a não votarem em candidatos de partidos comunistas. Nas entrelinhas do documento, os candidatos do PT eram os preferidos do clero.

AMAZONAS

Ligação a dom Hélder

A partir de novembro de 85, quando a Santa Sé nomeou o então bispo de Coxim (MT), dom Clóvis Fralner, a arcebispo metropolitano de Manaus, a Igreja católica amazonense passou a ser vista como "progressista" pelas forças políticas do Estado. O rótulo de progressista deve-se principalmente à estreita ligação de dom Clóvis Fralner com o ex-arcebispo de Recife e Olinda, dom Hélder Câmara, pois entre os membros das Comunidades Eclesiais de Base, que também militam nos partidos políticos de esquerda (com ênfase para o PT), com Clóvis Fralner ainda é um conservador e, pela sua influência, acaba prejudicando o trabalho de fundamentação na Teologia da Libertação.

Mas a influência política da Igreja já pode ser medida pela tentativa de aproximação dela dos partidos de esquerda, notadamente o PT e o Partido Socialista Brasileiro, liderado pelo ex-deputado federal Arthur Virgílio Neto. A Igreja tem influência também nos sindicatos, como no caso do Sindicato dos Metalúrgicos, com 9 mil associados, o maior sindicato de trabalhadores do Estado.

O líder do PSB, ex-deputado Arthur Virgílio Neto, tem, por exemplo, mantido permanentes contatos com as lideranças da Igreja, inclusive com dom Clóvis, na tentativa de conseguir apoio para a campanha das Diretas.

BAHIA

Equilíbrio de forças

A Igreja Católica da Bahia é formada por 18 dioceses e uma arquidiocese e há equilíbrios de forças entre moderados e progressistas — os bispos conservadores são minoria. Desde a morte de dom Avelar, em dezembro de 86, a Igreja está carente de liderança, pois dom Lucas Moreira Neves, novo arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, ainda não parou de refletir. Dom Lucas alega que esteve 17 anos fora do Brasil e somente depois de conhecer a realidade da arquidiocese é que começará a to-

mar posições, o que tem deixado alguns membros da Igreja e da comunidade desanimados.

E no interior, porém, que a Igreja Católica está atuando com mais vigor, tanto no trabalho de evangelização como na formação das comunidades de base. Um dos exemplos vem da diocese de Juazeiro, formada por mais de 30 municípios, que tem à frente o bispo dom José Rodrigues, tido como da ala progressista. Em dezembro do ano passado ele mobilizou a diocese e dezenas de fiéis para um "período de jejum", que durou cinco dias, como forma de protestar contra a morosidade do Governo Federal em adotar providências para combater a seca na Bahia. Dom José é um dos líderes da Regional Nordeste III — Bahia e Sergipe da CNBB.

CEARÁ

Tendência progressista

A Igreja no Ceará é considerada progressista, a partir da liderança do seu pastor, cardinal Aloisio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, que comanda um clero formado por mais 12 bispos e mais de 200 padres, nas nove dioceses espalhadas pelo Estado. O trabalho de dom Lorscheider não tem agradado aos proprietários rurais, agora integrados na seção local da União Democrática Ruralista (UDR), que são contra a reforma agrária, da forma como é pregada pelos mais de 100 núcleos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) cearenses.

Dom Lorscheider tem trânsito livre entre a esquerda, representada pela prefeita Maria Luiza Fontenele (PT), com quem sempre conversa e sobre quem exerce influência, e o centro, cujo principal representante é o governador Tasso Jereissati (PMDB).

Nas eleições majoritárias de 86, o padre Haroldo Coelho, vigário de uma das paróquias de Fortaleza, candidatou-se, pelo PT, ao Governo do Estado, mas não recebeu o apoio da Igreja, através de dom Aloisio. O padre obteve apenas 68 mil votos, representando apenas 2,5 por cento do eleitorado que compareceu às urnas. Ele não mereceu o apoio dos cearenses, que hoje somam quase 5 milhões em todo o Estado, 80 por cento dos quais são católicos.

E. SANTO

Liderando campanha

O senador José Ignácio Ferreira (PMDB) após 15 anos afastado da militância política — cassado em 1969 quando era

deputado estadual — foi eleito com uma margem expressiva de votos em 1982 cuja campanha foi liderada pela Igreja e as comunidades de base. Da mesma forma as candidaturas estaduais Cláudio Vereza e Antônio Angelo Moschen (PT) em 86 também tiveram seus nomes apoiados pela comunidade católica capixaba, que só na grande Vitória reúne cerca de 1,5 milhão de fiéis e mais de 1,2 mil comunidades de base, no Estado.

Mesmo querendo negar que a Igreja no Espírito Santo não apóia nenhum partido político, e sim sim os políticos que se sentem afinados com os seus critérios de atuação, organização, o arcebispo de Vitória, dom Silvestre Luiz Scandian, de origem conservadora, disse que em momento algum o clero indica um candidato para os seus fiéis, ou pede voto para um outro qualquer. "Nós procuramos conscientizar o povo e apoiamos as suas organizações. Mas não temos candidatos nem partido, no entanto, ajudamos os nossos fiéis abrindo seus olhos para os problemas sociais", comentou o arcebispo.

GOIÁS

Presença no Legislativo

A Igreja Católica já tem seu representante na Assembleia Legislativa de Goiás, na pessoa do deputado Antônio Carlos Moura, líder do PT. A afirmativa pode ser verdadeira se for levada em consideração a atuação do parlamentar nas Comunidades Eclesiais de Base, no Cimi e no Secretariado da Pastoral da Arquidiocese de Goiânia, de quem chegou a ser funcionário.

Estado eminentemente agropecuário, a Igreja exerce grande influência na sociedade, aproveitando as festas religiosas tradicionais em cada comunidade para estreitar o relacionamento do povo com políticos de sua preferência.

Os membros do clero, em Goiás, como um todo, não assumem postura política partidária. "Se algum membro resolve apoiar determinado candidato e isso não cria embarras para a Igreja, ela não faz objeção, mas não incentiva tal procedimento", esclareceu o padre Mário, da CPT.

O lançamento da candidatura do reitor da Universidade Católica de Goiás, Pedro Wilson Guimarães à Prefeitura de Goiânia, pelo PT, é visto como mais um lance dos setores progressistas da Igreja para ocupar o importante espaço político.

As relações do clero com o Governo de Goiás já foram piores. O novo arcebispo de Goiás, dom Antônio Ribeiro de Oliveira é considerado um moderado e por isso mesmo os mais exaltados não encontram respaldo para suas ações.

MARANHÃO

Ação voltada para o homem

A Igreja Católica do Maranhão, possuidora de um quadro de fiéis que abrange 70 por cento da população ou 400 mil pessoas de um total de 700, desde a posse do arcebispo dom Paulo Ponte, também vice-presidente da CNBB, iniciou um processo de conscientização de massa, através das Comunidades Eclesiais.

Essa opção pelos pobres, ressaltada em toda a América Latina no tratado de Puebla, inclui no Maranhão os homens sem-terra, aliados da posse pelos poderes dos fazendeiros os homens sem casa em luta pelo direito da moradia e os homens sem salário enquanto as filhas solteiras dos ex-governadores recebem pensão equivalente à metade do salário do deputado. Um posicionamento mais coerente quanto a conscientização dos fiéis para a escolha do candidato prefeito também está sendo coordenado pela Igreja. Segundo o padre Jocy Rodrigues, substituto de dom Paulo ao adiantar que o candidato da população deverá ser aquele que tiver contato com a causa comum, uma folha de serviços prestados ao povo, além, principalmente, uma consciência limpa.

MATO GROSSO

Bispo no governo

A fé do mato-grossense, do voto de São Benedito e São Gonçalo, chegou a representar um reconhecimento de que a Igreja em Mato Grosso poderia ser o próprio poder político. E foi na década de 70 que o bispo dom Aquilino Corrêa chegou a ser governador do Estado. Em 1982, PMDB tentou repetir a história, não deu certo. Lançou padre Raimundo Pombo pelo governador mas ele acabou perdendo para Júlio Campos. Na verdade quem perdeu foi o padre e não a Igreja, que naquela época não manifestou qualquer atitude de apoio à candidatura de Raimundo Pombo.

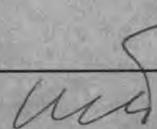
Hoje o poder explícito da Igreja na política está no Departamento do Estado, em São Félix Araguaia, na pequena prela do bispo da ordem clareta, na, dom Pedro Casaldalí. Os adversários do prefeito Culabá, Dante de Oliveira, zem que em 1982 ele foi eleito deputado federal sob as bandeiras e os votos que o cardeal de dom Pedro conseguiu articular entre os fiéis eleito da região. A influência do papa também pode ser sentida em pelo menos quatro cidades do Araguaia: Todos os prefeitos pertenceram à Prelazia São Félix.

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

Pastre CIMI

MRL 10, P 23/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO			CARIMBO DA ESTAÇÃO
Preâmbulo	Espécie OFICIAL	Número	Data Hora
	Origem	Palavras	Via a seguir
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS			HORA DA TRANSMISSÃO
Enderêço	1a. DR - MAO		INICIAIS DO OPERADOR
TEXTO A TRANSMITIR	<p>N.º 054/81 DE 22 __ 07 __ 81 __ REOF NR 17 VG DE 17.JUL.81 PT INCUMBIU-ME SR PRESIDENTE INFORMAR INGRESSO ÁREAS INDÍGENAS SOMENTE PODE SER PERMITIDO ELEMENTOS POSSUIDORES AUTORIZAÇÃO FUNAI PT QUANTO INDAGAÇÕES VG DEVERÃO SER FORMULADAS PRESIDENCIA ÓRGÃO PT CDS SDS TÁVORA CHEFE BSI/FUNAI // // // // // // // // // //</p>		
Assinatura ou rubrica do expedidor 			

ASI/FUNAI
817
EM 10/12/87

PASTA / CIMI

MRL. 10, p. 24/354

De acordo
a ASI
Plaufemar
Em 20/11/87
Rosa Angela

FUNAI/SAE Reg. 4037
Recebido em 30/11/87
hs.

Assessoria II
ASSINATURA

1127.1820

011344FNAIHBR
952141FNAI BR

FUNAI BVISTA RR 148 100 27/11 1400 FT

DR ROMERO JUCAH FILHO - PRESI FUNAI BSB

1810/GAB/ADR/RR DE 261187 COMUNICAMOS VSA ESTA SUER TOMOU CONHECIMENTO DE QUE INDIGENAS HABITANTES DA AREA DESTA JURISDIÇÃO VG LEVADOS PELO CIMI A ESSA CAPITAL COM A FINALIDADE PRECIPUA DE PROTESTAREM CONTRA DECISÕES DE GOVERNO COMO UM TODO VG ESTARIAM REIVINDICANDO ALIMENTAÇÃO VG POUSADAS E PASSAGENS DE RETORNO AS SUAS AREAS DE ORIGEM PTVG SENDO ESTAS INFORMAÇÕES VERDADEIRAS VG ESTA SUER TEM A PONDERAR QUE OS INDIGENAS EM REFERENCIA NAO SEJAM ATENDIDOS VG ENTENDEMOS QUE ESSA RESPONSABILIDADE EH DE QUEM OS DESLOCOU DE SUAS AREAS PT SDS SEBASTIAO ANANCIO DA COSTA SUPE EXEC REG 5.SUER

011344FNAIHBR
952141FNAI BR

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI



Ofício nº 17 /1ªDR/Conf/81.

Manaus-Am, 17.07.81

DO: Substituto do Delegado Regional da 1ªDR

AO: Ilmº. Sr. Chefe da ASI/Funai

CONFIDENCIAL

Senhor Chefe,

Comunico V.Sª, que o CIMI local, deverá se deslocar por estes dias diversos elementos para proceder levantamento geral das Comunidades In dígenas da região, anexo o Questionário que irão utilizar, bem como uma cópia de uma narrativa sobre a matança dos índios Jamamadis ocorrido em 1964, parecendo fazer parte de algum plano para fins de escusas.

Na oportunidade, comunico a V.Sª que um grupo de pessoas ligadas ao CIMI esteve nesta DR dia 15 do corrente mês, querendo obter in formações e exigindo que fosse dado uma posição atual dos andamentos dos processos sobre demarcação das terras, dizendo eles que precisam dar uma informação aos índios, pois iriam se deslocar para diversas áreas e uma das coisas que costumam ser indagadas é com relação Funai, se vai ou não cumprir o prometido, isto é, demarcação das terras.

Na oportunidade, reitero a V.Sª, os protestos de alta es tima e profundo respeito.

Fundação Nacional do Índio
[Signature]
Káete Lima da Martins
Substituto do Regional
Portaria de 24. 5. 78

CONFIDENCIAL

*Responsabilizado com Ad. nº 054, de 22.07.81.
Amp.
[Signature]*

MATANÇA DOS JAMAMADIS (DENIS) NO RIO PAUINI - 1964

Em 1964 pouco tempo depois do massacre dos Jumas no ig. da Onça e no ig. do Veado no município de Tapauá, houve outra chacinha no rio Pauini no ig. República nas imediações do seringal São Pedro. Era no fim do março pelo dia 27.

Segundo Maria Luísa, filha de João Katunã, um dos vitimados, e atual morador no Serui perto de Pauini, isso é o que aconteceu. Ele e sua irmã Maria que está em Manaus agora, estavam ficando na casa de Chico Ramos no seringal São Pedro entretanto que seu pai fazer uma casa nova no ig. Tomé, afluente do ig. República onde ele ia abrir estradas e cortar. Ele saiu a caçar e pegar palha com Raimundo, filho de Pedro Jurubá. João Katunã e sua turma tinha fama de ser muito trabalhador.

Os Selestinos e Araújo no lugar Monte Escuro decidiram acabar com a turma de João Katunã. Com bastante gente eles atacaram as duas casas que tinham os índios no ig. República. As casas eram uma hora de remo desde a boca do igarapé. Houve lugar o ataque entre as 5 e 6 horas da madrugada. Todos foram matados menos uma criança, Eugênia, que escapou correndo pela mata. Depois de saber que todos foram mortos chegou a casa de Antônio Bezerra. A senhora de Chico Ramos ouviu os tiros do ataque.

Depois os assassinos chegaram à casa de Chico Ramos perguntando por João Katunã. Chico Ramos falou que estava no centro e que não podiam matar-o na sua casa, mais informou-os onde estaria. Foram lá e encontraram a João Katunã chegando com um feixe de palha para a casa. Mataram a ele e jogaram o corpo no igarapé. Raimundo, o jovem que estava com ele, escapou pela mata com um tiro nas costas. Sete dias mais tarde Ogi e Delmide, irmãos de João

Katunã, que naquele tempo estavam morando no Meaco no Alto Pauini, chegaram na área. Encontraram o corpo de seu irmão no igarapé e o enterraram.

Ninguém enterrou os outros corpos. Quando por fim alguém foi lá para ver, parece que a mãe de Eugênia, gestante, foi encontrado na sua rede sem ter passado pelo estado de corrupção, dando de entender talvez, que ela não morreu logo como os outros, mas que, incapacitado, morreu paulatinamente.

Quantos morreram? Segundo alguns que conheciam muito bem este grupo de Jamamadis (Denis), a comunidade tinha os seguintes adultos últimos: João Katunã; Zuki (a mãe de João Katunã); TVTV (José); Isabel (esposa de José); Manoel (Sahapiru); Miguel *(muito doente na sua rede na casa de Antônio Araújo)*; Sabiri; Antônio Sabiri (doente, tinha procurado socorro na casa dos Celestinos e foi o primeiro morto); Nene (Maria, a esposa de Antônio Katunã que tinha muitos filhos que estava criando); Pedro Sabiri; Mariano; a mãe de Eugênia e mulher de Miguel; Almiro (uma criança de 12 anos filho de Guarã). Segundo José Said 23 foram os mortos. Muitos se não quase todos tinham sido batizados.

Três dos Denis não estavam no dia do fogo. Guarã, filho de Antônio Katunã; José Cará, filho de Mariano; e José, filho de TVTV; estavam trabalhando em casas de outros longe da aldeia.

Porque fizeram esta chacinha? Era por problema de terras. Os índios não queriam sair do Ig. República porque tinha muita produção em sorva, castanha e borracha. Em vez de sair do igarapé como outros queriam eles iam adentrando mais no igarapé para abrir novas estradas.

Ele que dizia que era dono do seringal São Pedro no começo era Amir Said que deixou o seringal a seu primo, Teófilo Said, que, ao morrer, deixou o lugar para seus filhos, Benjamin (Bayé), José (Velinho), e Mário.

Naquela tempo o motor dos Saids ia subindo até o Saco de Humaitá, seringa explorado pelos Saids no alto Pauini, com muita mercadoria. Os índios também foram fregueses dos Saids. Quando o motor entrou no rio Pauini não tinha acontecido o massacre. Quando saiu trouxe os alegados assassinos. E se sabe que os suspeitos foram vistos depois do acontecido aí encima no Saco de Humaitá.

O prefeito naquele tempo era Mário Said, eleito 03/10/63 com posse a 31/01/64. O delegado ^{Civil} em Pauini era um tal Filício. O vigário da paróquia era Pe. Vicente Etchagaray (hoje casado e residente em Manaus); O coadjutor da paróquia de Pauini era Pe. Cassiano Amorim (hoje vigário em Cachoeira de Itapemirim, Vitória, ES).

Entre os suspeitos do crime encontram-se os seguintes: João Celestino; Antônio Celestino, filho de João; Pedro Roche; Antônio Araújo; Francisco da Silva Rodrigues (França), falecido; Sebastião Celestino (Sinã), irmão do França; outro suspeito mora no Moaco no lugar Kaviano e é genro de Antônio Araújo. Hoje os Celestinos moram perto de Lábrea; Antônio Araújo, aposentado em Lábrea, está no rio Ituxi; Sebastião Sinã esta no Monte Escuro, rio Pauini; e Pedro Rocha também está no rio Pauini. A esta lista devemos acrescentar o nome de Chico Ramos, que sem participar na matança, indicou o lugar onde os jagunços poderiam encontrar João Katunã, sabendo que iam matar-lo.

Dois homens foram forçados acompanhar os assassinos ainda que segundo indicações não participaram na matança. São Santiago, sobrinho de Manoel Lopes e um tal Camilo. ^(Pepengariy que mora em Lábrea. é nomel Camilo de França) Foram ameaçados a morte se não fossem com os criminosos.

Eugenia, a sobrevivente, mora no lugar Laranjeira, perto da boca do Karuzi, igarapé afluente do rio Pauini. Raimundo hoje se encontra no rio Touini nas imediações do ig. Arabi com outro grupo da Jamandis (Denis).

Dei e Delmide, irmãos de João Kabunã, estão morando abaixo de Boca do Acre agora, parece. (Berizã era o nome de um dos irmãos de João Kabunã.)

Guará (Vosará), que estava trabalhando com Almino Sobfeira no dia do fogo, hoje anda pelo seringal S. Vitoria no Purus. José Cará mora na cidade de Pauini. José, filho de TVTV, que estava trabalhando com um seringueiro, Mimi, hoje anda pelo seringal Gamileira de Zeca Sobreira, no rio Pauini.

Pauini, 06 de maio de 1981

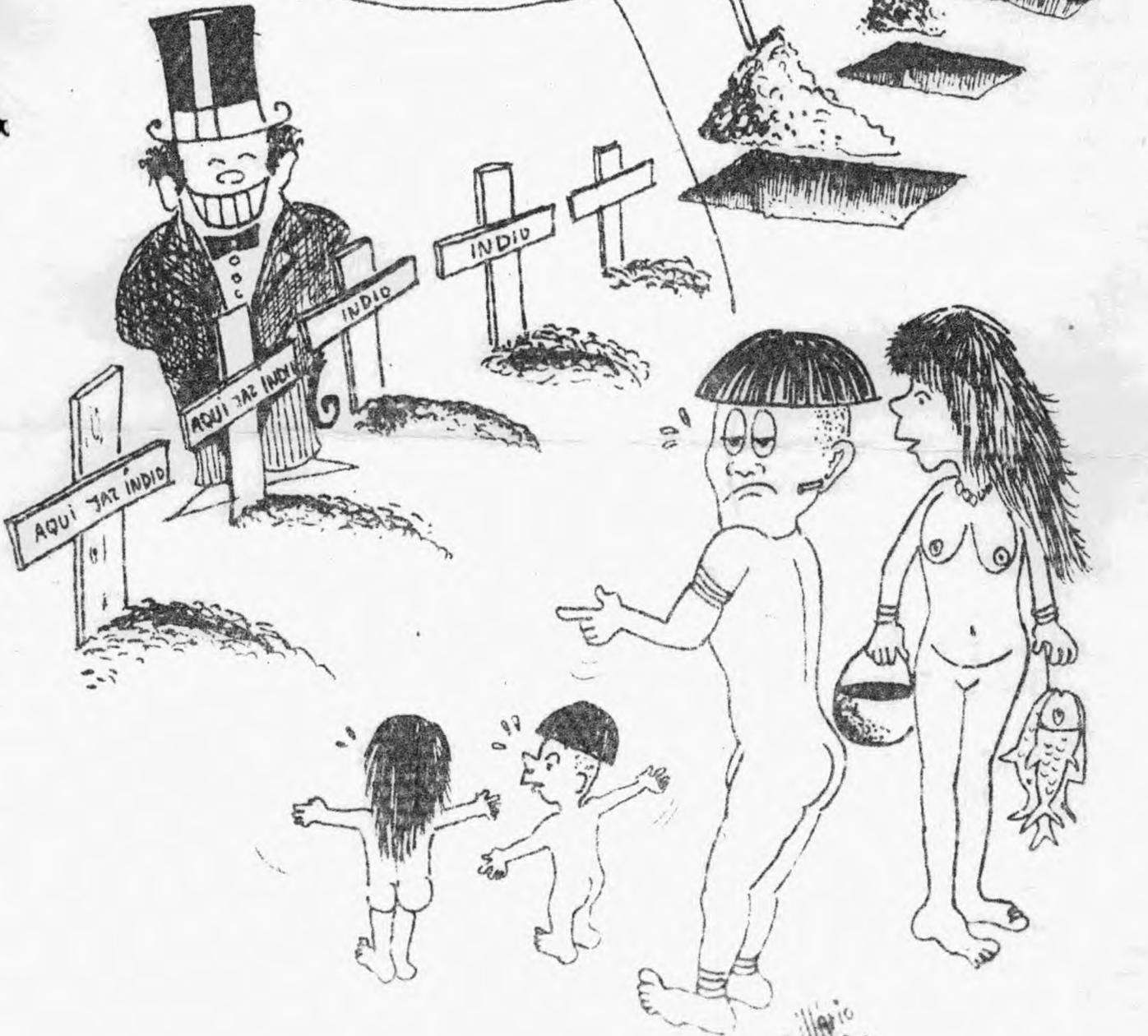
SEMANA DO INDIO

16 a 21 de Abril de 1979 - MANAUS

Promoção: CIMI Regional Norte I - Grupo KUKURO - CPT - AMAPAM - FITAM

Proc. FUNAI 2011/79
Fls. 02
Rubrica [Signature]

EM TAPAUÁ
COMEÇARAM A
DEMARCAR NOSSAS
TERRAS!..



O INDIO PRESERVA O QUE É DE TODOS
DEFENDA O ÍNDIO!

3

**1979: ANO DA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS
TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA**

CHEGA DE BARBARIE !

Nós, estudantes universitários, em comemoração ao Dia Nacional do Índio, vimos de público manifestar o nosso repúdio contra o autoritarismo e o paternalismo da FUNAI, órgão do Ministério do Interior que tem à frente o Cel. Mário Andreazza, conhecido por todos pela política de mordomia e entreguismo desenvolvido no governo de Medici, um dos períodos mais negros dessa ditadura.

Manifestamos nosso repúdio também pela forma brutal e assassina com que tem sido tratados secularmente os Povos Indígenas brasileiros, tendo o coroamento dessa dizimação o seu ponto alto nessa política de extermínio provocada pela expansão do capitalismo internacional em nossos dias.

Unimos nossa voz aos movimentos de apoio a causa indígena que nesse momento manifestam-se publicamente em todo País e conclamamos A LUTAR PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA NESSE ANO DE 1979.

E nós, estudantes amazonenses, precisamos nos organizar para que possamos participar como agente dessa caminhada de libertação das Nações Indígenas.

Portanto:

- NÃO A EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDÍGENA !
- NÃO A POLÍTICA GENOCIDA DA FUNAI !
- NÃO AO LATIFUNDIO E AS MULTINACIONAIS !
- PELA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS !
- PELO DIREITO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DECIDIREM SEU PRÓPRIO DESTINO HISTÓRICO !
- PELA DEVOLUÇÃO DAS TERRAS TOMADAS DOS ÍNDIOS !
- PELA DEMARCAÇÃO URGENTE DAS TERRAS INDÍGENAS !

DIRETÓRIO UNIVERSITÁRIO

URL 10, p 32/354

CIMI



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Prefácio

Espécie OFICIAL Número Data Hora
Origem Palavras Via a seguir

INDICAÇÕES DE
SERVIÇO TAXADAS

HORA DA TRANSMISSÃO

Endereço

A S. EXA. REVMA.
DOM. ERWIN KRUPPLER
MD. PRESIDENTE DO CIMI - ED. VENÂNCIO III S/ 310 BSB/DF

INICIAS DO OPERADOR

TEXTO A TRANSMITIR

N.º279/PRESI/FUNAI DE 03 — 12 — 87 — TRANSCREVO VG PARA CONHECIMENTO DE V. SENHORIA ET PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS JUNTO AS IRMÃS ANGELA VG LELLA ET CELINA VG FIM EVITAR OCORRENCIAS DE FATOS LASTIMÁVEIS VG O TLX RECEBIDO DO ADMINISTRADOR REGIONAL DE GOVERNADOR VALADARES PT ABRASPAS NO MOMENTO ATUAL VG NOSSA PREOCUPAÇÃO ESTÁ ATIVAMENTE VOLTADA PARA OS PROBLEMAS QUE ENVOLVEM AS COMUNIDADES DOS POSTOS INDÍGENAS MAXACALI ET PRADINHO VG LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BERTÓPOLIS/MG ONDE HÁ CARACTERIZADO UM VERDADEIRO CLIMA DE TENSÃO ET REVOLTA ENTRE ÍNDIOS ET FAZENDEIROS PT A SITUAÇÃO É PROVOCADA POR MOTIVOS QUE EXTRAPOLAM NOSSAS AÇÕES NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA PT COMO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA TUTELA DO ÍNDIO VG A FUNAI VEM CUMPRINDO O SEU PAPEL ASSISTENCIAL NAQUELAS RESERVAS VG DESENVOLVENDO UMA EXTENSA PROGRAMA

/Assinatura ou rubrica do expedidor

TELEGRAMA

Nome e cargo do expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

MRL. 10, p. 33/354

ANTONIO ESMERALDO NETO

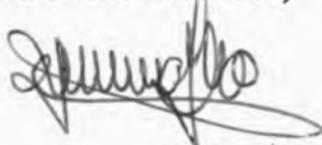
Chefe do Gabinete do Ministro do Interior

Ref.: Telegrama s/nº - Dom Romeu Alberti, Arcebispo Metro-
politano de Ribeirão Preto/SP

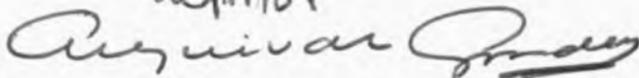
Prezado Jucã,

Envio-lhe o documento anexo, para apreciação e con-
siderações no âmbito dessa Fundação, solicitando-lhe a
gentileza de informar diretamente ao interessado o que
se oferece a respeito, com cópia para este Gabinete.

Atenciosamente,



23/11/87



FUNAI/SAE Reg. 4019
Recebido 26/ 11 / 87
Às _____ hs.



ASSINATURA

MRL-10, p. 34/354

De ordem
à AST

Em 26/11/87



Rosângela Gonçalves de Carvalho
Assessora II

611015MINTA BR
611451PRDFA BR
PRES REP 746 100 171510P/BOY

CIM1

MRL. 10, p. 35/354

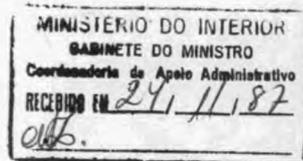
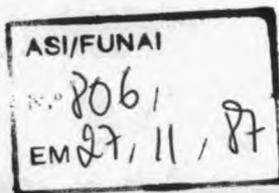
ILMO SR DR ANTONIO ESMERALDO NETO
CH GAB DO MINISTRO DO INTERIOR
BRASILIA-DF

4407 DE 171187 - RETRANSMITO TEOR TELEX DIRIGIDO EXMO SENHOR PRESIDENTE REPUBLICA POR DOM ROMEU ALBERTI VG ARCEBISPO METROPOLITANO RIBEIRAO PRETO:

EXMO SR PRESIDENTE: ACOMPANHANDO ONDA CALUNIAS CONTRA IGREJA CATOLICA DEFENSORA DESINTERESSADA DIREITOS INDIOS BRASIL, CONFIO DISCERNIMENTO ET ATUACAO V.EXCIA. PELA RESTAURACAO DA VERDADE JUNTO OPINIAO PUBLICA. SAUDACOES. DOM ROMEU ALBERTI-ARCEBISPO METROPOLITANO. RUA LAFAIETE 452-RIBEIRAO PRETO/SP CEP 14015 PT CDS SDS ROGERIO SABOIA VG COORD. SUBCH PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS GAB CIVIL DA PR

TR17:11:87 21:15:50CMM#

611015MINTA BR
611451PRDFA BR



611015MINTD BR
611451PRDFA BR

MRL. 10, p. 36/354

RETRANSMISSAO COM CORRECAO DE TEXTO

PRES REP 746 100 171510PCMM

ILMO SR DR ANTONIO ESMERALDO NETO
CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO DO INTERIOR
BRASILIA DF

4407 DE 17 11 87 RETRANSMITO TEOR TELEX DIRIGIDO EXMO SENHOR
PRESIDENTE REPUBLICA POR DOM ROMEU ALBERTI VG ARCEBISPO
METROPOLITANO RIBEIRAO PRETO

TELEGRAMA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
REPUBLICA JOSE SARNEY
PALACIO DO PLANALTO
BRASILIA DF

EXMO SR PRESIDENTE:

ACOMPANHANDO ONDA CALUNIAS CONTRA IGREJA CATOLICA DEFENSORA DESIN
TERESSADA DIREITOS INDIOS BRASIL, CONFIO DESCERNIMENTO E ATUACAO
V. EXCIA. PELA RESTAURACAO DA VERDADE JUNTO OPINIAO PUBLICA.
SAUDACOES.

DOM ROMEU ALBERTI-ARCEBISPO METROPOLITANO.

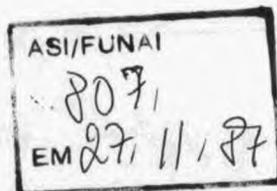
RUA LAFAIETE 452-RIBEIRAO PRETO/SP CEP.14015

CDS SDS PT ROGERIO SABOIA VG COORDENADOR SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS GABINETE CIVIL PRESIDENCIA REPUBLICA PT

NNNN

TR17:11:87 21:40:55CMMF

611015MINTD BR
611451PRDFA BR



CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DA
FAIXA DE FRONTEIRA AOS SENHORES
CONSTITUINTES

Senhores Constituintes,

Nós, representantes de 21 nações indígenas da fronteira norte da República Federativa do Brasil nos reunimos na cidade de Manaus, nos dias 16, 17 e 18 deste mes de novembro, para discutir entre outras coisas, os dois últimos decretos do Presidente Sarney, o chamado Projeto Calha Norte e os artigos do Projeto da Comissão de Sistematização, que decide sobre nosso destino e o nosso futuro.

Depois de tres dias de discussões e diante da situação tão grave que ameaça a nossa própria sobrevivência, nós resolvemos escrever esta carta e indicar uma comissão para entregá-la pessoalmente em Brasília.

O Projeto elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, na parte que trata sobre nós, índios é um Projeto muito ruim, que fere os direitos seculares dos Povos Indígenas. É um Projeto de Constituição injusto conosco.

Durante 400 anos nós fomos escravizados, humilhados, assassinados. Nossas terras foram sendo roubadas, nossas casas queimadas. Muitas nações foram exterminadas e as que sobreviveram tiveram suas populações reduzidas.

Agora o Brasil está fazendo uma nova lei. Nós ficamos cheios de esperança, pensando que nossa vida ia melhorar, acreditando que finalmente o cantinho de terra que sobrou para nós iria ser garantido.

O Projeto da Comissão de Sistematização mostrou que uma vez mais nós fomos enganados. Esse Projeto em um artigo diz "reconhecer aos índios seus direitos originários", com a mão direita tira de nós o que deu com a mão esquerda. Porque nos artigos seguintes permite a exploração das riquezas minerais em nossas terras e a ameaça no artigo 264, que "os índios com elevado estágio de acultura

Alzina Kaipúrio Polikim
Antonio Felles Polikim
Manuel Daluz (Kiam)
Guaraci Julia (Kiam)

Handwritten signature

Bernardo Cabral

Handwritten scribbles

Handwritten notes

ção" não tem nenhum direito, sem falar que no §1º do art. 261 considera os Índios como absolutamente incapazes.

Nós não sabemos o que é "elevado estágio de aculturação", mas estamos angustiados e desesperados, porque sabemos, por experiência própria, que isso vai ser usado contra nós, para tentar dar um golpe final à nossa forma de vida.

Quem vai dizer quando um povo está em "elevado estágio de aculturação"? Que critérios serão usados? Que interesses estão por detrás de tudo isso?

A questão fica clara se nós analisamos o que está acontecendo agora.

A situação é angustiante porque neste momento o Projeto Calha Norte está entrando em nossas terras com o objetivo de colonizar-nos e de aculturar-nos. Se pelo Projeto de Constituição os Índios ditos aculturados perdem seus direitos, e se o Projeto Calha Norte pretende nos aculturar, então o Projeto Calha quer acabar com os nossos direitos.

O Projeto Calha Norte está desrespeitando as nossas comunidades, as estradas estão cortando nossas terras, as escolas oficiais estão destruindo nossas escolas comunitárias, desrespeitando nossa língua, nossos costumes, nossa tradição e nossa forma de viver.

Mortes, prisões, espancamentos, remoção de famílias para construção de quartéis, sedução e engravidamento de Índias por militares, destruição de nossas casas, estão ocorrendo em Roraima, no Rio Negro e no Alto Solimões, como resultado do Projeto Calha Norte. As outras áreas de fronteira também estão ameaçadas.

O Projeto Calha Norte até agora só tem causado prejuízos para os Índios e está acabando com as nações de faixa de fronteira. Esse projeto foi feito sem nos consultar, sem consultar ninguém.

O governo diz que é por causa da segurança nacional, para defender as fronteiras do Brasil. Mas se o Brasil é grande, hoje, é porque nós defendemos o território, nós fomos e continuamos ser a muralha do Brasil.

Em setembro deste ano, o Presidente Sarney assinou dois decretos nº 94.945/87 e 94.946/87 - que nos prejudica ainda mais, porque torna praticamente impossível a demarcação das nossas

terras e determina a criação de colônias indígenas na terra do que eles chamam de "população indígena aculturada".

Senhores Constituintes, nós representantes das nações indígenas da faixa de fronteira não queremos os decretos que o Presidente Sarney assinou, não queremos colônias indígenas, não queremos o Projeto Calha Norte, não queremos uma Constituição contra os Índios.

Nós queremos viver em paz, nós queremos a demarcação de nossa terra. Nós queremos guardar a nossa forma de ser cidadão brasileiro, que é mantendo as nossas línguas e as nossas culturas, a nossa forma de vida, o que só ajuda a tornar o país ainda mais rico culturalmente.

Nós queremos uma Constituição justa com as nações indígenas, que respeite e garanta os nossos direitos. Nossa lei é aquela apresentada no ante-projeto da Comissão da Ordem Social, que nós mesmos assinamos e concordamos.

Senhores Constituintes não entrem na história do Brasil como carrascos dos Índios, não permitam que o Brasil continue a tratar os Índios com tanto desprezo. Não permitam que o massacre continue. Os senhores podem decidir sobre o nosso destino. A provem uma Constituição justa, que pague a dívida histórica que o Brasil tem com os Índios.

Manaus, 18 de novembro de 1987.

Dr. Ulisses Guimarães

Francisco Teófilo Mendes - Ticuna

Antonio de Jesus - Ticuna

Francisco João Teófilo Ticuna

Teófilo Mendes - Ticuna

Estanislau Soares Kabetling - Japurá

Paulo Roberto de Sousa Gomes

Pedro Garcia - Ticuna

José Sábio Pinheiro (engenheiro) Ticuna

Edson Guimarães (Ticuna)

Corre Antonio Felicio Valikan
Bomani Giovanni Santos MIVIVUNA
Indice da Cruz Paula MRL 101 p. 40/354

Corre ... (MILITARE)

... de ...

~~1970~~ João Makuxi
Manual ...

...
Augustinho Paulino (Makuxi)

...
Alberto ... KADHARARI ...
Cristina Rodriguez ...

...
Avelino - ...
Gerardo ...

...
Termino bus Silva Macuxi / RR

RELATÓRIO

Local - Maromba, Manaus

Data - 16 a 18 de novembro de 1987

Participantes - Manuel Fernandes Moura - Tukano, André da Cruz - Kambeba, Genival Oliveira - Mayoruna, Lúcia Vaz - Meriti Tapuia, Pedro Garcia - Tariano, Darcy Duarte - Marubo, Pedro Inácio - Ticuna, Francisco Jubão - Ticuna, Adelino Fernandes - Ticuna, Tertulino Mendes - Ticuna, Manuel Salvador - Ticuna do estado do Amazonas; Francisco Barbosa - Kaxinawa, Antônio Ferreira - Apurinã, Abdias Franco - Apurinã, Benedito - Kulina, Francisco Manduca - Kulina, do estado do Acre; Alberto Kaxarari, Santuca - Kaxarari, do estado de Rondônia; Avelino Carivaldo - Karipuna, Mário dos Santos - Karipuna, Paulo Roberto - Galibi, do território do Amapá; Agostinho Paulino - Macuxi, Terêncio Luís - Macuxi, Clóvis Ambrósio - Wapixana, Tobias - Macuxi, do território de Roraima; Geraldo Getúlio - Galibi, Emiliano Japassa - Palikur, João Antônio - Palikur, também do Amapá; Florência Peixoto - Piratapuia, Deolinda Freitas - Dessana, Pedrina da Silva - Tukano, Ines Lima - Tukano, também do Amazonas, Vitorino Soares - Guajajara, do estado do Maranhão, Jaci Jossi - Macuxi de Roraima. Felisberto Damasceno, assessor jurídico CIMI Norte I, José Ribamar Bessa, professor da UERJ e UNIRio, Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do CIMI Nacional, Denise Garrafiel, Ana Paula Souto Maior, assessora jurídica, ambas do CIMI Amazônia Ocidental, Natália da Campanha Javari, Francisco, coordenador do Norte I. Gersen Baniwa.

Coordenação do encontro - Terêncio Macuxi, Gersen Baniwa, Tertulino Ticuna, Antônio Preto, Mário Karipuna,

(Handwritten signature)

MRL. 10, p. 42/354

Guajajara:

- retirada de madeira através do Projeto Carajás,
- a Funai presta pouca assistência,
- índios vendidos provocando brigas internas
- projeto Carajás prometeu muito, não cumpriu nada, igual ao Calha Norte.

Palikur e Karipuna:

- existência de um posto do exército a 24 km da área indígena,
- a Prefeitura tem presenteado os índios - Calha Norte? a área indígena está localizada em faixa de fronteira, está demarcada mas sem homologação,
- não há conflito direto com a Funai.

Macuxi e Wapixana:

- a Funai e o governo não aceitam os limites das áreas indígenas, querem pequenas áreas em faixa de fronteira,
- fazendas dentro de áreas indígenas, inclusive algumas já indenizadas,
- a Funai alega que o Calha Norte é para ajudar os índios, mas só está piorando, inclusive com a entrada de garimpeiros,
- os brancos usam as coisas dos índios e continuam brancos, o índio também não deixa de ser índio,
- existe uma tensão muito grande entre índios, polícia, fazendeiros e a própria Funai,
- os índios funcionários da Funai ficam presos para trabalhar pelo seu povo,
- a área dos Yanomami está invadida por garimpeiros,
- divisão interna: índios do lado de brancos,
- os índios não tem mais para onde ir, estão encostados na fronteira.

- Marubo:
- Funai desviou dinheiro que era para os índios, e fica esculhambando com os índios,
 - madeiros entram na área, Funai não vai lá, não conhece e permite que eles entrem,
 - no início o Calha Norte deu algumas coisas, agora nem na

APURINÃ

- a Funai ajuda mais interesses dos brancos e não dos índios, não podemos mais ser subordinados temos de falar de frente com o governo.
- falta encontros regionais para discutir para discutir os problemas,
- A Paranapanema faz acordo com os índios para negociar a mineração na área indígena, provocando a divisão interna da comunidade,
- já foram removidas 100 famílias de suas casas através do Calha Norte. No Traueté 30 famílias foram deslocadas para que um quartel fosse construído. Os militares prometeram construir casa para as famílias removidas, o que não aconteceu,
- durante a discussão do estatuto da federação, um general não queria aceitar o uso da palavra autodeterminação no estatuto com medo de que pudesse representar a criação de um novo estado,
- a Funai é uma só em qualquer canto, é sempre a mesma.

Apurinã, Kaxinawa, Kulina:

- organizar primeiro cada comunidade, para depois organizar mais geral,
- a Funai na região consulta os índios,
- a área dos Apurinã na região de Pauini, está sem demarcar,
- as fazendas (Manasa, Zugman) atrapalham e ameaçam os índios,

Tukano:

- índios que estão trabalhando na Funai fazem contratos escondidos, contra o interesse das comunidades,
- é importante comunicar sempre a comunidade do que está acontecendo,
- tomar cuidado com estudiosos que vão para as áreas, muitas vezes eles ajudam a fazer os projetos do governo,
- as três colônias indígenas vão servir para alimentar as pessoas que vão chegar e não os índios
- o nosso direito à terra não é reconhecido,
- somos índios e nosso sangue não passa para os brancos,
- falta infraestrutura nas nossas organizações, precisamos da caneta deles.
- a imprensa só apoia os projetos do Governo, como o Calha Norte, quando o índio fala ela não noticia.

- área vai mais.
- a polícia federal expulsa os missionários para enganar mais os índios.

Kaxarari:

- área demarcada, os invasores que estão esperando a indenização para sair.
- pensando em proteger a área, estamos ocupando os espaços mais próximos da estrada, área que antes era de caça.

Mayeruma:

- já iniciada a demarcação
- desde 1982, madeiros e pesqueiros estão entrando e limpando a área.
- brigas internas
- para trazer benefício ao povo, organizar mais na base
- se não estivéssemos ameaçados não estaríamos aqui reunidos.

.....

Os problemas aqui relatados foram tratados dentro de três temas: Faixa de Fronteira, Projeto Calha Norte e Constituinte.

Faixa de Fronteira

As fronteiras são o limite da dominação de um Estado sobre o seu território.

Antes da Conquista da América pela Europa, a fronteira era definida pela nação. Ou seja, o que hoje é território brasileiro estava dividido em várias nações, que tinham seu território, e os limites desse era o domínio dessas nações. Assim como, a Europa, em determinado momento estava dividida em várias nações, que com o surgimento do Estado foram incorporadas por ele, surgindo Nação - Estado. A partir daí o critério de definição da fronteira passa a ser determinada pelo político e econômico.

Com o tratado de Tordesilhas dividiu-se as terras que hoje são brasileiras, em terras da Espanha e terras de Portugal. Portugal, na sua perseguição aos Índios para escravizá-los aumentou a sua fronteira sobre boa parte da Amazônia.

Essa e outras conquistas formaram o atual território brasileiro. A conquista do estado do Acre para o Brasil data de menos de 100 anos, anteriormente essa região pertencia à Bolívia.

As fronteiras de um mesmo Estado podem compreender várias nações. Uma nação é formada por pessoas que falam a mesma língua, têm os mesmos costumes, tradições e mesma cultura. Exemplo: Os Bascos estão na França e na Espanha; os Shuar estão no Peru e Equador;

Yanomami estão na Venezuela e no Brasil.

MRL. 10, p. 45/354

Nação - nacional - nacionalidade.

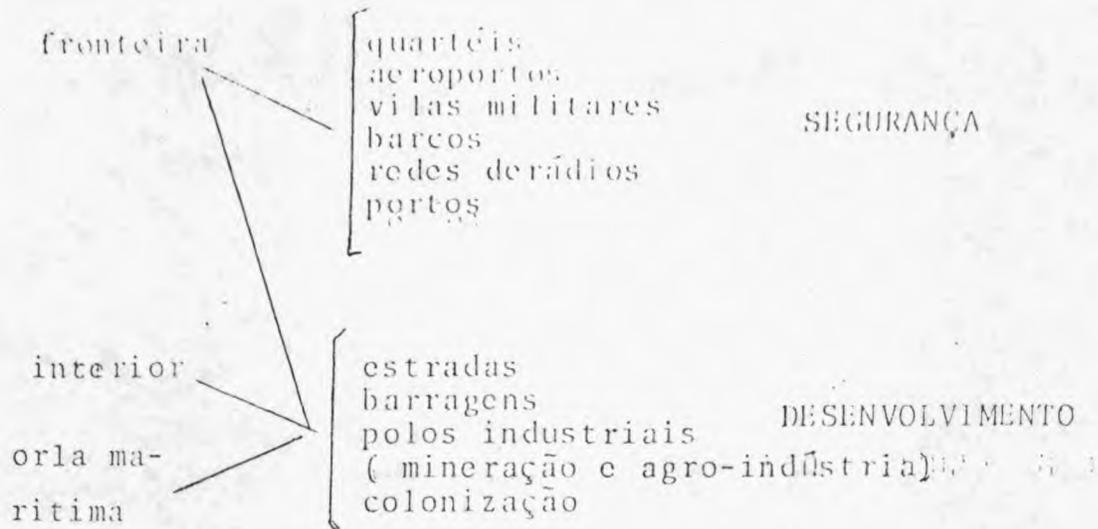
Estado - estatal - cidadania

Ex. - um membro da nação Ticuna também é cidadão brasileiro. eo

Calha Norte

Solimões - Amazonas

Faixas:



Em volta das vilas militares a colonização, próximo também as colônias indígenas, Ex. Alto Rio Negro.

Trabalho em grupo:

- como o Calha Norte está atuando nas áreas indígenas (vantagens e desvantagens)
- o que acham do Calha Norte

Os grupos foram divididos em 5 regiões:

1. Acre/Rondônia
2. Roraima
3. Solimões/Javari/Tefé
4. Pará/Amapá
5. Alto Rio Negro

Plenário:

Grupo 1:

- não tem Calha Norte, não podem afirmar. Já o PMACI não está sendo cumprido devido as áreas de fronteira.

Grupo 2:

- 1
 - desrespeitando as comunidades indígenas,
 - abertura de estradas, cortando as áreas,
 - estão colocando escolas de 5ª a 8ª série nas aldeias para desmoralizar as escolas dos índios,
 - indiciamento dos índios,
 - localização de torres parabólicas nas aldeias,
 - policiamento para proteger interesses de particulares contra os índios,
 - pista de avião dentro de áreas indígenas,
 - mineradoras - invasão de garimpeiros
 - não demarcação da área contínua, como os índios querem,
 - morte de índios,
 - desconhecem a organização indígena e o Conselho.

2

- prejudicial para as comunidades indígenas,
- só beneficia os interesses do Estado,
- não reconhece as nações indígenas,
- destroem todas as tribos que estão em faixa de fronteira

Propostas do Grupo 2:

- não receber nenhuma proposta sem discutir com a comunidade, junto com os líderes, para ficarem conscientes,
- lideranças trabalharem sempre unidas,
- apoiar a luta de outras comunidades, de outros grupos.

Grupo 3 ;

- ¹projeto feito sem consultar o povo indígena,
- chega de enganar com materiais, terçados, machados, enxadas, motores, etc. Gastar esse dinheiro para demarcação da terra.

2

- o dinheiro do Calha.Norte deve ser para a demarcação das áreas dos Ticuna, Marubo, Kambeba, Mayoruna,
- não aceitamos o que eles querem fazer.

Grupo 4:

1

Grupo 4:

MRL. 10, p. 47/354

4

Amapá:

- o projeto Calha Norte está entrando com verbas através da Funai para contratarem índios,

Maranhão

- o projeto Carajás entrou através da Funai, não demarcou o território dos Guajajara, Guajá e Krikati,
- o projeto só beneficiou a Funai,
- contratação de índios para a Funai,

2

- a contratação de índios, inclusive lideranças prejudica a comunidade pois os mesmos não podem falar nada por estarem atrelados,
- o projeto divide a comunidade.

Grupo 5:

1

- projeto autoritário, porque transfere as famílias de suas casas sem consultá-las,
- colonialista, porque está implantando colônias em áreas indígenas,
- desenvolve o capitalismo, mas sem progresso para os índios,
- anti-nacionalista,

2

- os índios não tem infraestrutura para combater o projeto
- precisamos somar forças para exigir nossos direitos do governo federal e estadual,
- as entidades não governamentais devem nos apoiar e dar força,
- não devemos pedir ao governo, mas sim solicitar que respeite nossos direitos.

Discussão na plenária sobre o que fazer:

- tomar cuidado com as muitas promessas,
- ficar de olho aberto com os projetos e a divisão da comunidade,
- discutir e decidir com a comunidade.

O governo e outras pessoas dizem, o índio é:

	atrasado
	tem pouca gente
	não produzem
	tem muita terra
	tem muito minério

Nós índios não concordamos com isso porque: MRL. 10, p. 48/354⁰⁸

- queremos a demarcação da terra, não o dinheiro que só encana o índio,
- o dinheiro acaba e fica com poucos da comunidade, não melhora realmente a vida do índio,
- querem a escola do governo e nós queremos a escola indígena, a escola branca acaba com a nossa cultura,
- não garantem o nosso direito à terra,
- já sofremos muito, vamos mostrar nosso direito às autoridades. Quanto tempo ainda vamos aceitar as promessas de demarcação e ficar quietos.
- dão coisas para fazer a gente esquecer o problema da nossa terra,
- a Funai não defende mais os índios, nem a nossa terra, nós mesmos (a comunidade) temos que defendê-la.

CONSTITUINTE:

Assembléia Nacional Constituinte é onde se faz a Constituição. A Constituição é a principal Lei do Brasil..

O Estado para funcionar precisa ter regras senão vira confusão. Estas normas existem de duas maneiras:

Por escrito: ex- Brasil

Verbal: ex - Inglaterra , Comunidades Indígenas

Para colocar por escrito seria melhor reunir todos para constituir este Estado. Como não dá para reunir todos, elegem representantes de cada lugar. Porém são poucos que podem representar, devido as regras e formas que excluem a maioria.. Mesmo assim, ainda se elegem alguns representantes da maioria do povo sem poder.

A nova constituição foi pensada porque o Estado não estava funcionando bem, teria de dar uma reforma para melhorar. Acabar com a maquina que existia, pegar peças dali e daqui para fazer outra.

Hoje a Constituinte tem mais representante dos que tem poder.

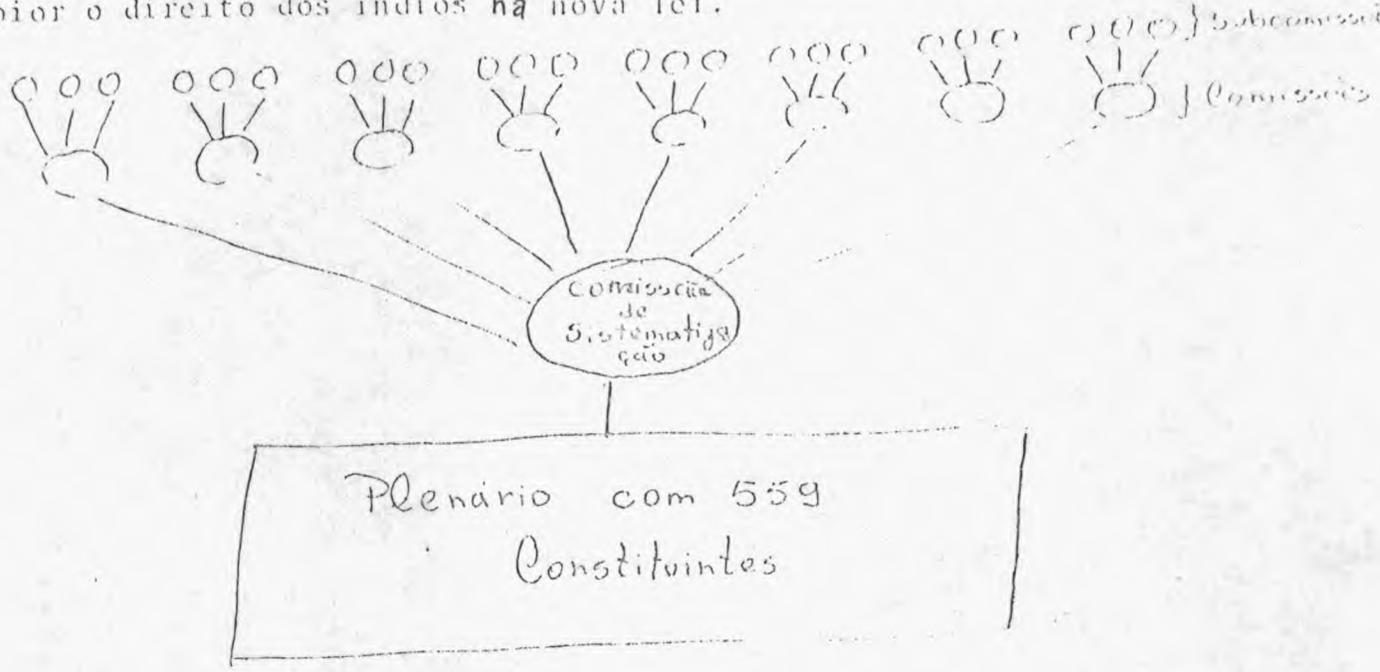
Foram eleitos 559 representantes para a Constituinte, destes:

1. nenhum índio;
2. poucos trabalhadores (\pm 30) do lado do índio;
3. políticos oscilantes ("em cima do muro"), (\pm 100);
4. a maioria contra os oprimidos.

Para elaborar a Constituição, formaram oito comissões, chamadas Comissões Temáticas. Cada uma delas dividiu-se em tres, que chamaram de Subcomissão .

Os índios estavam na última Subcomissão da última Comissão deno

minada de Ordem Social.. O resultado desta foi para a Comissão de Sistematização. Na comissão da Ordem Social estava respeitado o direito das populações indígenas. Só que o relator da Comissão de Sistematização tem o poder de elaborar outro texto. Na Sistematização o relator negou todo o trabalho que foi feito, mudando para pior o direito dos índios na nova lei.



Nunca na história do Brasil teve uma lei tão ruim para os índios.

O texto que deveria ser votado na Sistematização, não foi discutido porque foi antecipada a data do término dos trabalhos. Assim passou direto para o plenário.

Ainda dentro dos temas discutidos foi tratado sobre Aculturação.

Aculturação: encontro de diferentes culturas que sofrem transformações. Todos brancos e índios são aculturados. Não existe nenhuma cultura no mundo que é estática, parada, sempre sofre transformações.

O QUE FAZER?

Organização:

1. Fortalecer as organizações, os conselhos e as federações indígenas.
2. Não aceitar nenhuma proposta do governo sem consultar e discutir com toda comunidade.
3. Trocar permanentemente informações e experiências entre as organizações indígenas sobre o andamento dos projetos na faixa de fronteira.



4. Buscar autofinanciamento para as organizações (doação de sacos de farinha no caso dos Macuxi).

MRL. 10, p. 50/354 /10

VIAGEM À BRASÍLIA

1. Formar uma organização dos povos de faixa de fronteira, somando as forças do:

- a) Conselho Ticuna
- b) FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
- c) Conselho Indígena de Roraima
- e) Outros Povos.

2. Pressionar o Presidente da FUNAI sobre a questão da faixa de fronteira dos decretos do Sarney e da Constituinte.

3. Fazer a mesma coisa com o Ministro do Interior.

4. Entrevista com o José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador Geral da República para anular os decretos 94.945/87 e 94.946/87.

5. Entrevista com o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, General Bayma Dennis.

CONSTITUINTE

1. Apresentar documento aos Constituintes denunciando o projeto do Relator Cabral e exigindo os direitos dos índios.

2. Organizar entrevista coletiva convocando TV, Rádio e Jornais, incluindo os correspondentes internacionais sediados em Brasília.

3. Contatos para solicitar apoio com personalidades de Brasília tais como o Presidente da OAB, o Reitor da UNB, o Conselho de Defesa da Mulher, Conselho de Defesa da Pessoa Humana, CUI, CGT, CNBB, e outros.

.....

TELEGRAMA
CONFIA BILIDADE

ECT

TELEGRAMA
RÁPIDO E
CONFIA BILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

ECT

23721 Z DFBR
27393 A MGTO
21/1910
FMT00941 2112 1300
TEOFILOTONI/MG

FUNAI/SAE Reg. 4305
Recebido 23/12 187
Às _____ hs.

ASSINATURA

CIMI
MRL. 10, p. 51/354
Veja a ASI
Em 22/12/82
Assessoria J. Carvalho

TELEGRAMA
EXMO. SR. ROMERO JUCA FILHO
PRESIDENTE DA FUNAI
SEPS QUADRA 703-SUL
PROGECÃO A-ED. LEX-3/0 ANDAR
BRASILIA/DF

INTENSO TEM SIDO DIALOGO COM LUCIO FLAVIO.
ESTRANHAMOS TELEX NUMERO 279 ENVIADO POR ELE AO SENHOR.
ACOMPANHAMOS DE PERTO TRABALHO DAS IRMAS.
NADA FIZERAM OU FAZEM PARA PREJUDICAR OBJETIVOS FUNAI.
ATIVIDADE DELAS E BUSCAR O BEM-ESTAR E PROMOÇÃO DOS INDIOS.
DESEJO EH PAZ REINANTE ENTRE PROPRIETARIOS E INDIOS NO RESPEITO
AOS DIREITOS DE AMBOS. VERDADEIRA DIFAMACAO SERIA DENIGRIR
TRABALHO DELAS. CONTINUAMOS PRONTOS AO DIALOGO
DOM FERNANDO A. FIGUEIREDO
BISPO DE TEOFILO OTONI

27393 A MGTO
23721 Z DFBR

TELEGRAMA FONADO
COMODO. TELEFONE PARA A
HOJE E PAGUE DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA FONADO
É COMODO. TELEFONE PARA
HOJE E PAGUE DEPOIS

Assinaturas que CNBB obteve para emendas ultrapassam 1 milhão

1ª Edição -
MRL 10, p 52/354

Amanhã, às 15h 30min, o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Luciano Mendes de Almeida, irá ao gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para entregar, pessoalmente, caixotes com mais de 1 milhão de assinaturas recolhidas em apoio às suas quatro propostas, nas áreas de educação, liberdade religiosa, família e ordem econômica. A CNBB organizou um mutirão de jovens católicos para a contagem das assinaturas, que, até as 15h chegavam a 817 mil 631.

Os números surpreenderam os organizadores da campanha, embora a CNBB tenha um dos mais eficientes *lobbies* em atuação na Constituinte. Uma comissão coordenou o trabalho de dioceses e entidades católicas, na coleta de assinaturas nos estados. Além de mobilizar uma rede de 250 aparelhos de telex e produzir um boletim de notícias, distribuído semanalmente para 5 mil pontos em todo o país, a CNBB organiza encontros com parlamentares e conta, no Congresso, com a ajuda de dois jornalistas e uma assessoria que acompanha os debates.

Propostas — Na contagem parcial, a proposta que obteve maior número de assinaturas foi a que estabelece o direito da família. Nessa emenda, a CNBB alia-se a outras entidades religiosas contra os defensores do aborto. A Igreja quer que a lei garanta a preservação da vida de cada pessoa "desde a concepção e em todas as fases de sua existência, não se admitindo prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura".

A emenda sobre educação — 173 mil 87 assinaturas contadas, sem incluir as que a Associação de Educação Católica colheu — opõe-se aos movimentos estudantis e entidades de professores, que não querem a liberação de recursos públicos para escolas particulares privadas. A CNBB quer que o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos seja "somente concedido a entidades educacionais de natureza não lucrativa", classificação que inclui as escolas e universidades católicas.

Na Ordem Econômica, a aliança é com os movimentos a favor da reforma agrária. Além de ter apresentado emenda (230 mil 395 assinaturas) que prevê a desapropriação de terras que não cumpram função social, a CNBB apóia a emenda dos trabalhadores sem terra, subscrita por 18 entidades, que limita o tamanho de todas as terras em 60 módulos rurais (o tamanho dos módulos é estabelecido pelo INCRA, em hectares, e varia de acordo com a extensão dos estados).

Na emenda sobre liberdade religiosa (127 mil 996 assinaturas), a CNBB defende o direito à livre opção religiosa e diz que a Constituição deve ser promulgada sob a invocação do nome de Deus.

RONAIMA

Segundo impressão Polícia Militar,
Porque parte de uma amejuntor, em 14 ABAND, lideranças
das aldeias ASSAMBIÁ, CURICACA, CUMANA E
DRICACA com

DE SUGE	NÚMERO 245/SUGE/86
PARA ASI	DATA 15/08/86

EM RELAÇÃO AO ANEXO, SOLICITO:

APROVAR	DAR PARECER	FORNECER CÓPIAS
ARQUIVAR	DATILOGRAFAR	INFORMAR
ASSINAR	DISTRIBUIR	MINUTAR PROPOSTA
ATENDER	EXPEDIR	PROVIDENCIAR
AUTORIZAR	ESTUDAR	REITERAR
CONFERIR	FALAR-ME	
CONHECER	FORMAR PROCESSO	

ASI/FUNAI
n.º 644/1
EM 15/8/86

OBSERVAÇÕES

CT nº 034/5a. SUER/86 - Enc. xerox de doc. anônimo, reme-
tido à 5a. SUER, ref. crimes da CIME (ORGANIZAÇÃO CATÓLI-
CA E COMUNISTA).

Prazo até o dia /08/86.

Confidencial

ASSINATURA

Marcelo
Marcelo Pontelo Chagas
Superintendente Geral

ARQUIVAR
Marcelo

Dr. Marcelo
Superintendente

CT. Nº 034 /5ª SUER/86

Manaus, 08. de agosto 1986

Ilmº. SR.

Dr. Marcelo Cutelo Fagas
MD. Superintendente Geral
Brasília-DF

Em anexo, estamos remetendo a V.Sª. para conheci-
mento xerox de documento anonimo remetido a esta 5ª Superinten-
dencia Executiva Regional/5ª Região.

Atenciosamente,

ASI/FUNAI
Nº 644,
EM 15 / 8 / 86

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

[Signature]
Sebastião Lima da Costa
Superintendente Executivo Regional 5ª Região
Portaria nº 216 de 09-06-86

SUPERINTENDÊNCIA GERAL
Nº 841 / 86
Rub. 182 Data 13/08

Os crimes que o CIME (organização Católica e Comunista) está cometendo, marginalizando os índios e ameaçando a segurança do Brasil:

- 1) O CIME tira os índios jovens das suas tribos e os leva para a cidade onde são treinados p/ agitadores (mas o CIME diz que está preparando monitores).
- 2) Para facilitar a preparação de índios agitadores o CIME pega os índios já alfabetizados pela Funai ou pelas Missões Evangélicas.
- 3) O CIME domina esses jovens índios na base de presentes como roupas, relógios, dinheiros e viagens.
- 4) O CIME "prepara bem" esses índios com a lavagem cerebral e depois vai com eles em várias aldeias onde juntos fazem reuniões de agitações com a tribo toda. Durante as muitas reuniões o CIME promete muitas coisas, além dos presentes que levam p/ enganá-los. Os primeiros presentes que o CIME leva são espingardas e bastante munição, por que depois das muitas promessas e reuniões de agitações o CIME manda os índios expulsar ou matar os seringueiros, sorveiros, fazendeiros, garimpeiros e até os Missionários Evangélicos que tanto ajudam os índios com remédios, escolas, etc.
- 5) O CIME leva esses índios para as delegacias da Funai, tanto em Brasília como noutras capitais, onde vão especialmente para fazer brigas, confusão e pressão para expulsar ou eleger os delegados e funcionários da Funai que convem ao CIME e sua política comunista.
- 6) O CIME usa esses índios também nos jornais, rádios, televisão etc, afim de propagar a sua política comunista.
- 7) O CIME usa esses índios para o tráfico de maconha e a plantação da mesma nas suas aldeias e tribos.
- 8) O CIME incentiva e até dá ordem à esses para assassinato, (como já tem acontecido em vários seringais, fazendas, etc.), e o CIME garante aos índios que eles não serão presos dizendo que "a lei os protege".
- 9) O pessoal do CIME viaja muito as custas da Funai, tanto de avião, de carro, ou de embarcação (como já tem acontecido de índio doente ficar na tribo porque o lugar dele no avião foi tomado por uma pessoa do CIME).
- 10) O CIME sempre consegue colocar alguém da sua turma (índio ou branco) num emprego de destaque na Funai, porque assim sendo o CIME tem muito mais campo e apoio para praticar os seus crimes.
- 11) Esses índios, que são treinados para servir de robôs e bonecos nas mãos do CIME, estão sempre assinando as cartas de pedidos, reclamações, acusações, etc. que, são mandadas para o governo, Funai, outras entidades e aos meios de comunicações. Mas quem escreve as cartas enganosas são os membros do CIME.
- 12) É muito comum ver acusações escritas pelo CIME (assinadas pelos índios) contra o governo, Funai e as missões Evangélicas, principalmente quando estas não concordam com seus crimes e sua política comunista.

13) O CIME incentiva, através dos seus índios-bonecos treinados, as tribos a mudarem seus líderes, chefes velhos por chefes novos, porque estes chefes novos e inexperientes são facilmente dominados pelo CIME, principalmente diante dos presentes e promessas, mas os índios velhos, líderes e chefes, ficam ofendidos e desmoralizados, porque eles são deixados de lado e sua cultura está sendo destruída pelo CIME.

14) O CIME (homens e mulheres) usa os seus índios-bonecos também para a prostituição, tanto na cidade como nas aldeias.

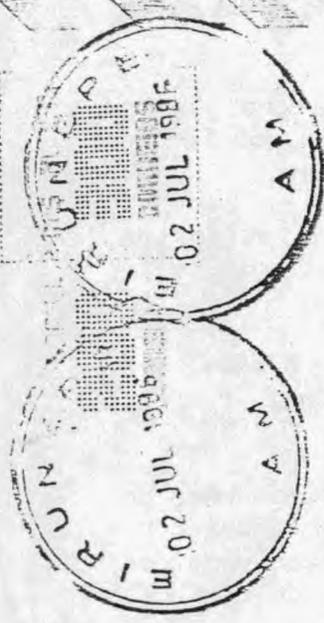
15) A UNI (União Nacional Indígena) que é uma entidade agitadora faz os mesmos crimes nas tribos mas também é dirigida e incitada pelo pessoal do CIME.

16) De maneira que muitos índios, principalmente jovens, de muitas tribos, em vários estados, continuam sendo muito usados pelo CIME na sua política comunista.

17) O CIME é dirigido por Bispos e Padres (e os leigos, homens e mulheres agitadores são chamados de "Missionários" do CIME.)

18) O CIMI faz todas estas agitações entre os índios usando o nome da Funai.

Não entendemos porque o nosso governo não toma providencia contra estes crimes do CIME em todo Brasil.



Funai
FUNAI
AV. SEBASTIÃO AMANCIO
RUA DOS ANDRADAS, 569
MANAUS - AM

CEP 67000-000

CEP [] [] [] [] [] [] [] [] [] []

REMETENTE: Rio Branco - ACRF
ENDEREÇO:

611015MINTD BR

614293CONM BR

614293CONM BR

ASI/FUNAI
N.º 5461
EM 26/6/86

MRL. 10, p. 58/354

Ao

Ao W. Presidente da FUNAI

PARA: MINISTRO DO INTERIOR
SR. RONALDO COSTA CONTO

11.06.86
Densdedilh Righi de Aguiar
Chefe do Gabinete do
Ministro do Interior

APESAR DENUNCIAS VEEMENTES, HOMICIDIO INDIOS N.º 10000 REGIAO
MUNICIPIO COLORADO DO OESTE-ESTADO DE RONDONIA, CONSTANT REPLA-
RIO SUBSCRITO CHIFFE P.I. MAMANINDE-FUNAI, SR. MARCELO SANTOS,
ATEM O MOMENTO N SE TEM NOTICIA REFIRENTE INVESTIGACAO FATOS JAI
PUBLICOS E NOTORIOS. URGE INSTAURACAO PELO DEPARTAMENTO FEDERAL
E JUSTICA, DO COMPETENTE INQUERITO POLICIAL - ART. 1-IV-F DO
C. N. 73.332/73. POR ESTA RAZAO ESPERAMOS QUE V. EXCIA. NO AM-
BITO DE SUA COMPETENCIA ADOTE AS PROVIDENCIAS LEGAIS CABIVEL.
LIMBRAMOS QUE ESTA AREA FOI INTERDITADA POR PORT. 2.030/F -FUNAI
LL.04.86 E SEUS EFEITOS, EMBORA SUSTADOS POR DECISAO JUIZ FEDERAL
RONDONIA, FORAM RECENTEMENTE REVALIDADOS FORCA DESPACHO PRESIDEN-
TE TFR EM SUSPENSAO DE SEGURANCA N. 5.778-RO, REQUERIDA PELA
FUNAI E UNIAO ATRAVES DE SUPROCURADOR GERAL DA REPUBLICA, DR.
GERALDO FONTELLES.
INADMISSIVEL DESCASO DOS ORGAOS COMPETENTES PELA INVESTIGACAO TO-
TAL DE DENUNCIAS DESTA GRAVIDADE.

A ASI
V. Presidente
M. R. J. Santos
Presidente

ANTONIO BRAND
SECRETARIO EXECUTIVO DO CIMI
BRASILIA 11 DE JUNHO DE 1986

MINISTERIO DO INTERIOR
GABINETE DO MINISTRO
Coordenadora de Apoio Administrativo
RECEBIDO EM 12/06/86

FUNAI SOCIEDADE
1896
19/6/86
19/5/86

614293CONM BR
611015MINTD BR

Augusto
Santos

CIME MRL. 10, p. 59/354



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Preâmbulo

Espécie OFICIAL

Número

Data Hora

Origem

Palavras

Via a seguir

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS

HORA DA TRANSMISSÃO

Endereço

ILMº SR.
ANTÔNIO BRAND
MD. SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CIMI

INICIAIS DO OPERADOR

TEXTO A TRANSMITIR

Nº 123/PRES DE 27 — 06 — 86 — EM ATENÇÃO A SOLICITAÇÃO
FEITA SOBRE A PROVÁVEL OCORRÊNCIA DE HOMICÍDIO ÍNDIOS NO MUNICÍ-
PIO COLORADO DO OESTE VG RONDONIA VNFONFO FUNAI SOLICITOU AO ///
DPF VG OF 276/PRES DE 06 MAIO VG O INQUÉRITO POLICIAL VG FIM ///
APURAR VERACIDADE DOS FATOS PT ROMERO JUCÁ FILHO - PRESIDENTE/
FUNAI

Assinatura ou rubrica do expeditor

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

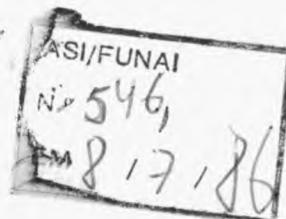
JU BR
 3CONM BR
 14293CONM BR

PARA: MINISTRO DA JUSTIÇA
 SE. PAULO BROSSARD

APESAR DENUNCIAS VEEMENTES, HOMICIDIO INDIOS N CONTATADOS REGIAO
 MUNICIPIO COLORADO DO OESTE-ESTADO DE RONDONIA, CONSTANTE RELATO-
 RIO SUBSCRITO CHEFE P.I. MAMANINDE-FUNAI, SR. MARCELO DOS SANTOS,
 ATEH O MOMENTO N SE TEM NOTICIA REFERENTE INVESTIGACAO FATOS JAH
 PUBLICOS E NOTORIOS. URGE INSTAURACAO PELO DEPARTAMENTO FEDERAL
 DE JUSTIÇA, DO COMPETENTE INQUERITO POLICIAL - ART. 1-IV-F DO
 DEC. N. 73.332/73. POR ESTA RAZAO ESPERAMOS QUE V. EXCIA. NO AM-
 BITO DE SUA COMPETENCIA ADOTE AS PROVIDENCIAS LEGAIS CABIVEIS.
 LEMBRAMOS QUE ESTA AREA FOI INTERDITADA POR PORT. 2.030/E -FUNAI
 LL.04.86 E SEUS EFEITOS, EMBORA SUSTADOS POR DECISAO JUIZ FEDERAL
 RONDONIA, FORAM RECENTEMENTE REVALIDADOS FORÇA DESPACHO PRESIDEN-
 TE TFR EM SUSPENSÃO DE SEGURANÇA N. 5.778-RO, REQUERIDA PELA
 FUNAI E UNIAO ATRAVES DE SUBPROCURADOR GERAL DA REPUBLICA, DR.
 GERALDO FONTELLES.
 INADMISSIVEL DESCASO DOS ORGAOS COMPETENTES PELA INVESTIGACAO TO-
 TAL DE DENUNCIAS DESTA GRAVIDADE.

ANTONIC BRAND
 SECRETARIC EXECUTIVO DO CIMI
 BRASILIA 11 DE JUNHO DE 1986

614293CONM BR
 3110881MJU BR



RESERVADODOCUMENTO FINAL

d o

ENCONTRO ECUMÊNICO PANAMAZÔNICO DE PASTORAL INDIGENISTA

Em Manaus, de 18 a 23 de novembro de 1980, 29 missionários das Igrejas Metodista, de Confissão Luterana, Católica, Pentecostal, Igreja do Facto Evangélico, e 7 indígenas das Nações Shipibo, Quechua, Shuar, Guajiro, Karipuna, Sateré-Mawé, Wapixana, dos diversos países da região amazônica (Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela), nos reunimos no ENCONTRO ECUMÊNICO PANAMAZÔNICO DE PASTORAL INDIGENISTA convocado por CELADEU (Comissão Evangélica Latinoamericana de Educação Cristã) e pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão anexo à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Deploramos a ausência dos irmãos bolivianos que não puderam vir impedidos pela situação política caótica instaurada em seu país, por um regime de força antipopular e anticonstitucional. Lamentamos igualmente a ausência de 10 indígenas que não puderam chegar pelas complicações burocráticas discriminatórias dos diversos países.

I. - REALIDADE INDÍGENA DA AMAZÔNIA

Partindo dos informes de cada país, constatamos a situação trágica em que se debatem os povos indígenas da área amazônica. Somente nos últimos 80 anos desapareceram mais de 60 povos indígenas no Brasil, e muitos outros, em vários países, se vêem ameaçados seriamente em sua sobrevivência física e cultural.

O colonialismo europeu responsável por séculos de genocídio, hoje foi substituído pelo neocolonialismo. Este representado pelas grandes empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, em aliança com os governos locais, dispõe de uma tecnologia muito mais eficiente e destruidora.

A opção pelo modelo de concentrar os capitais e multiplicar os lucros, além de manter dócil e barata a mão-de-obra, levou ao estabelecimento de regimes autoritários e ditatoriais, e de leis de integração e de conquista, sob pretexto da Segurança Nacional e do progresso.

Nesta situação, em que o saque da Amazônia se torna um objetivo estratégico, os povos indígenas não só são vistos como insignificantes, mas são simplesmente arrasados como um obstáculo ao "progresso". Ademais, sua capacidade de resistência se vê debilitada sistematicamente por todo tipo de fronteiras estranhas (geopolíticas, econômicas, confessionais, eclesiásticas, administrativas) que arbitrariamente os fraciona.

II. - SINAIS DE ESPERANÇA

Apesar desta conjuntura altamente negativa, alegramo-nos pelo surgimento de organizações indígenas, que revelam um despertar destes mesmos povos para uma luta em defesa de seus direitos vitais; sobretudo, o direito à vida, à terra, à cultura, à afirmação da identidade étnica, à autodeterminação.

Neste contexto desafiante, a Igreja Missionária, reconhecendo e deplorando séculos de convivência com o projeto colonizador ou de omissão na defesa das nações indígenas, está tomando consciência de que a sua fidelidade ao Evangelho exige uma opção radical e um compromisso sem ambigüidades por estes povos, que são os mais indefesos e explorados.

III. - NOSSA FÉ E COMPROMISSO

Confessamos o amor universal de Deus a todos os homens e povos, e cremos que o Espírito de Cristo está presente em todos eles como mistério salvífico de libertação.

Confessamos que a evangelização, que é o anúncio da Boa Nova libertadora, sempre passa pelos que "nada são" aos olhos do sistema do lucro e pelos que são marginalizados por uma civilização etnocêntrica e autoidolátrica. (Cfr. 1 Cor. 1,27)

Agradecemos - junto com Jesus - que o Pai se revela, sempre e em todo lugar, aos pequeninos e aos simples e não aos entendidos e poderosos. (Cfr. Lc. 10,21)

Por isso, a evangelização para nós é sempre sair ao encontro, despojadamente, para um diálogo e comunhão plenos, com o Deus de Jesus Cristo que já nos espera por séculos na caminhada histórica e na fé destes povos. E também, uma presença fraterna em meio a esses povos, que se traduz num compromisso de encarnação e libertação. Mesmo sabendo que tal compromisso é arriscado, aceitamos vivê-lo até suas últimas consequências para sermos fiéis ao legado testamentário de Jesus: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida pelos seus amigos". (Jo. 15,13)

Nesta vivência pascal, celebramos a memória dos irmãos missionários que nos precederam juntando seu sangue ao sangue de milhões de indígenas, vítimas do massacre da civilização ocidental.

IV. - DESAFIO ÀS IGREJAS

Acolhemos e assumimos as interpelações dramáticas dos indígenas presentes ao Encontro, dirigidas às nossas igrejas cristãs, que ao largo da história contribuíram para o projeto colonizador de dominação, facilitando a desagregação de seus povos através do desprezo de suas culturas, da cristianização compulsiva, do divi-
sionismo provocado pelas diferentes confissões ou seitas e criando vergonha de sua identidade étnica.

Atualmente, os indígenas denunciam, com mais força, a atuação desagregadora do Instituto Lingüístico de Verão, em vários países, e da missão "Novas Tribos", na Venezuela.

Solidarizamos-nos com os indígenas e alertamos as nossas igrejas contra todo tipo de ação missionária que peca neste mesmo sentido.

Contudo, reconhecemos a necessidade de uma presença missionária respeitosa, junto aos povos indígenas, especialmente naqueles ameaçados de extinção, sem nos deter em critérios puramente quantitativos.

V. - CRITÉRIOS E ATITUDES

Tudo isto nos conduziu - num clima de fraterna busca ecumênica e de honesta autocrítica - a assumir alguns critérios e atitudes renovadas para uma evangelização autêntica:

1. - Opção prévia e clara de parte dos missionários pelos povos indígenas.
2. - Seleção cuidadosa dos missionários desde o ponto de vista intelectual, físico e psicológico, e preparação específica dos mesmos nas áreas teológica, antropológica, lingüística, etc.
3. - Conhecimento profundo, respeito e valorização das culturas em todas suas manifestações, incluindo as religiosas.
4. - Estudo das políticas oficiais dos distintos países no que se refere às nações indígenas, para assumir uma atitude crítica frente a ela, juntamente com os povos afetados.
5. - Presença missionária despojada e pobre, numa atitude de aprendizagem humilde e, ao mesmo tempo, científica.
6. - Atitude ecumênica e unitária para que o testemunho cristão em meio aos povos indígenas seja evangélico.

7. - Dentro de uma linha de libertação integral, respeitando os ritmos de cada povo, o anúncio de Cristo - que é a revelação do Pai - implica:
- a) - Solidarizar-se com as lutas concretas dos povos indígenas, principalmente na defesa ou recuperação de seus territórios, com vistas a lograr títulos coletivos de propriedade, de acordo com suas tradições históricas.
 - b) - Apoiar-los no esforço para afiançar ou resgatar sua identidade como povos e nações, e seu direito à autodeterminação.
 - c) - Estimular e apoiar as organizações intragrupoais, os contatos, as federações e/ou movimentos, entre os vários povos por cima de qualquer tipo de fronteira.
8. - Desmantelar evangelicamente as presenças missionárias demasiadamente carregadas de poder (terrenos, edifícios, maquinaria) que através de sua ação paternalista mantêm os indígenas dependentes, para ter liberdade profética de denúncia às atitudes injustas do poder dominante.
9. - Toda esta luta indígena específica se incorpora na luta global dos pobres por sua libertação, numa perspectiva latinoamericana.

VI. - PROPOSTAS CONCRETAS

- 1. - A pedido dos indígenas presentes e para acelerar a sua organização autóctone, solicitar a CELADEC e CIMI que apoiem um Congresso Indígena Panamazônico, precedidos por congressos regionais.
- 2. - Buscar mecanismos para enfrentar os problemas das fronteiras políticas ou das circunscrições eclesíásticas que dividem a um mesmo povo indígena. Favorecer por este motivo os encontros e a coordenação dos missionários que trabalham com as mesmas etnias.
- 3. - Suscitar e reforçar estruturas eclesíásticas autóctones de pastoral indígena (indigenização da pastoral).
- 4. - Organizar encontros Panamazônicos de missionários de base.

5. - Acelerar a formação do Centro Ecumênico de Pastoral Indigenista Latinoamericano (CEPILA).
6. - Implementar canais permanentes de interrelação entre igrejas, de igrejas com indígenas e entre comunidades indígenas.
7. - Favorecer uma educação bilíngüe e intercultural, a partir da realidade de cada povo com vistas a avançar ou devolver aos povos indígenas sua consciência étnica. Fomentar emissoras de rádio indígenas e publicações, como instrumentos de valorização das línguas e culturas indígenas.
8. - Manifestar nossa solidariedade aos povos em luta pela libertação, particularmente de Bolívia, El Salvador e Guatemala.

CONCLUSÃO

Com a ajuda de Deus, num espírito de oração, humildade e vivência pascal, comprometemo-nos a pôr em prática estas linhas de ação.

Chamamos, desde a causa indígena, a todas as igrejas e povos oprimidos de América, para que fortaleçam o processo de unidade na esperança de libertação de todos nossos povos, para a qual caminhamos a partir de nossa fé em CRISTO RESSUSCITADO!

Manaus, 23 de novembro de 1980.

MENSAGEM AOS POVOS INDÍGENASDA AMAZÔNIA

Missionários de várias confissões cristãs, procedentes do Peru, Equador, Brasil, Colômbia e Venezuela, estivemos reunidos, do 18 a 23 de novembro de 1980, na cidade de Manaus, Amazônia brasileira. Devíamos estudar a realidade indígena da Amazônia e ver como melhor poderíamos ajudar vocês em sua Causa.

Têm nos acompanhado, neste encontro, irmãos seus representantes dos povos indígenas Shipibo, Quechua, Shuar, Guajiro, Karipuna, Saté-Mawé e Wapixana.

Deles ouvimos depoimentos muito graves sobre a situação de desintegração, de miséria e até de extermínio em que muitos de vocês se encontram. Eles, mais uma vez nos lembraram a parte de culpa que nossas Igrejas tiveram antigamente e tem ainda hoje nesta situação toda de vocês.

Queremos pedir sinceramente perdão. Reconhecemos que muitas vezes em nome do Evangelho de Jesus Cristo, lhes trouxemos costumes e necessidades estrangeiras e facilitamos a entrada dos invasores, antigos e modernos, que lhes vêm roubando a terra com suas riquezas de minérios, plantas e animais e lhes vêm destruindo a harmonia de sua vida comunitária e lávra.

Ouvindo seus irmãos, nos sentimos obrigados a denunciar particularmente a política de conquista e de integração, falsamente chamada nacional, que os Governos de nossos respectivos Países vêm exercendo contra vocês. Rejeitamos como genocida a cobiça das grandes empresas nacionais e multinacionais, que devastam os territórios de vocês, explorando as minas, derrubando a floresta e criando o gado do latifúndio.

Condenamos a hipocrisia com que estes Governos - por vezes com o aplauso inconsciente ou egoísta de nossos povos - em nome da Pátria, da Segurança Nacional e do progresso, estabelecem leis, constroem estradas e implantam projetos, abertamente contrários aos direitos e as necessidades vitais de vocês.

Denunciamos com indignação a utilização que de vocês se faz através de propagandas turísticas, como no caso do filme que o cineasta alemão Herzog pretende realizar no meio do povo Machiguenga.

Como Igreja de Jesus que confessamos ser, admoestamos energicamente o Instituto Lingüístico de Verbo (ILV), em vários Países e as "Novas Tribos", na Venezuela, que usando também o nome de Cristo, violam a cultura milenar de vocês e sua sobrevivência como povos. Como admoestamos todas as missões cristãs que não respeitem devidamente a identidade cultural de vocês e sua livre autodeterminação.

Apoiando seu clamor e suas legítimas reivindicações, exigimos, ante a opinião pública mundial, que nossos Governos e as empresas nacionais e multinacionais respeitem os territórios e a plena liberdade de vocês. Porque sentimos mais de perto nestes dias algumas concretas reivindicações, exigimos que o Governo do Brasil, como é de seu dever e pelo compromisso que assumiu publicamente, decreta ainda dentro deste ano a demarcação do Parque Yanomami, exigimos do Governo do Peru que respeite integralmente o território do povo Campa; exigimos que o Governo do Equador respeite por sua vez o ancestral território do povo Shuar, ameaçado pelo Projeto de Desenvolvimento Palora-Gualaquiza e que derogue o decreto 31.34/A que ameaça o futuro deste povo.

Defesa dos índios da Amazônia

CARLOS ALBERTO LUPPI

A criação de uma Comissão Permanente de Defesa dos Povos Índios da região amazônica é um dos principais objetivos da atual reunião de 32 representantes das Igrejas Evangélicas e da Igreja Católica que atuam, através de missões, junto aos índios da Amazônia nos seguintes países: Brasil, Equador, Colômbia, Peru, Venezuela e Bolívia. O encontro prosseguirá, ontem, em Manaus numa promoção do Conselho Indigenista Missionário da Regional Norte-1 da CNBB e vai até o dia 23.

Além de padres, bispos e missionários — entre os quais d. Pedro Casaldaliga, d. José Gomes e padre Paulo Suess — do encontro participam também 15 índios de várias nações amazônicas que analisam as dificuldades para sua sobrevivência como povos diante da invasão constante de suas terras daqueles países.

A Comissão Permanente atuará na defesa intransigente das populações indígenas contra "a cobiça internacional pela Amazônia e pelas terras indígenas", segundo revelou ontem o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, padre Paulo Suess. Somente na Amazônia brasileira "esta cobiça ameaça mais de 100 mil índios", revelou o padre acrescentando que "no decorrer de anos, a Amazônia acabou se transformando numa espécie de quintal do mundo capitalista, de tal forma que a invasão das grandes empresas sobre as terras indígenas colocou os povos índios da Amazônia com as costas na parede, aparentemente sem saída. Os índios da região amazônica estão hoje, por causa disso, entre duas alternativas dramáticas: defender em desvantagem suas terras ou então morrer. Diante disso, as Igrejas Evangélicas e a Igreja Católica renovam aqui seu compromisso de defender as populações indígenas da Amazônia contra a ameaça latente de extermínio", acrescentou Suess.

Durante o encontro os missionários discutirão também as linhas de ação junto aos índios. Uma ala mais conservadora — a exemplo dos salesianos cujo provincial no Rio Negro participa da reunião — insiste na necessidade de "catequizar os índios", enquanto outros, mais realistas e menos dogmáticos, insistem na defesa dos índios como "povos e nações de cultura e costumes diferenciados". A primeira linha de atuação tem provocado verdadeiros "desastres étnicos", enquanto a segunda tem evitado a duras penas o agravamento da situação dos índios diante das ameaças dos grandes grupos econômicos.

OUTRAS ÁREAS

Ontem, em São Paulo, a Comissão Pró-Índio e a Comissão para a Criação do Parque Yanomami denunciaram a iminente invasão, por mais de 7 mil garimpeiros, de "outras áreas dos índios Yanomamis na região do garimpo Santa Rosa em Roraima". Na busca de uma "veia de ouro", os garimpeiros tentam invadir várias outras áreas indígenas, além do fato de que "muitos invasores pretendem apenas ocupar a região indígena em nome de multinacionais a pretexto do garimpo", segundo afirmou Claudia Andujar.

Ang

CORREIO BRAZILIENSE,
20.11.80, PAG. 17



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Edital de Tomada de Preços nº 016/CPL/80

OBJETO: Móveis de aço em geral, cadeiras fixas e giratórias, fichário giratório, fichários variados, Mapoteca, Mesas, estantes, pranchetas, circulador de ar, copiadora heliográfica, copiadora de mesa, máquina de plastificar, gravador, geladeira a querosene e elétrica, projetor de slides e móveis hospitalares em geral.

HORÁRIO: 15:00 horas.

ABERTURA: 28 de novembro de 1980.

LOCAL: Sala de Licitações - 6º andar - Bl. "A" - Q. 01 do Setor de Autarquia Sul

EDITAL: As firmas interessadas, poderão apanhá-lo no endereço acima no horário das 14:30 às 18:30 horas dos dias úteis.

JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO
Presidente da CPL
Port. nº 429/P/79

FOLHA DE S. PAULO, 25/11/80 - PAG. 06

Manifesto pede pelos índios da Amazônia

MANAUS (Do Correspondente) — O Encontro Ecumênico Pan-amazônico de Pastoral Indigenista, encerrado domingo em Manaus e que reuniu missionários cristãos da Venezuela, Peru, Equador, Colômbia e Brasil, divulgou manifesto dirigido aos povos indígenas da Amazônia, denunciando uma série de arbitrariedades contra os índios da região. Participaram do encontro representantes de diversas nações indígenas.

Depois de se referir à "situação de desintegração, miséria e extermínio" dos índios, o documento afirma: "Rejeitamos como genocida a cobiça das grandes empresas nacionais e multinacionais, que devastam os territórios de vocês, explorando as minas, derrubando a floresta e criando o gado de latifúndio."

Missionários afirmam opção por indígenas

Manaus — Missionários do Brasil, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela que participaram de encontro ecumênico destinado a examinar a situação dos povos indígenas da Amazônia divulgaram documento em que "reconhecem e deploram séculos de convivência da Igreja missionária com os colonizadores" e salientam, que está havendo uma "tomada de consciência de que a fidelidade ao Evangelho exige uma opção radical em favor dos índios, que são povos indefesos e explorados".

Entre os religiosos da Igreja Católica brasileira presentes ao encontro esteve o Bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, que durante a missa de encerramento da reunião leu mensagem aos povos indígenas da Amazônia condenando "a hipocrisia com que os Governos dos países da Amazônia — por vezes com o aplauso inconsciente ou egoísta dos povos — em nome da pátria, da segurança nacional e do progresso, estabelecem leis, constroem estradas e executam projetos contrários aos direitos e às necessidades vitais dos índios."

No documento final do encontro, os missionários dizem que o colonialismo europeu, "respon-

sável por séculos de genocídio, hoje foi substituído pelo neocolonialismo", representado "pelas grandes empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, em aliança com os Governos locais, dispostos de uma tecnologia muito eficiente e destruidora".

— A opção pelo modelo de concentrar os capitais e multiplicar os lucros, além de manter dócil e barata a mão-de-obra, levou ao estabelecimento de regimes autoritários e ditatoriais, e de leis de integração e de conquista, sob pretexto da segurança nacional e progresso.

Nesta situação, em que o saque da Amazônia se torna um objetivo estratégico, os povos indígenas não só são vistos como insignificantes, mas são simplesmente considerados obstáculos ao progresso.

Depois de lembrar que a evangelização é uma presença fraterna em meio a esses povos e se traduz num compromisso de "encarnação e libertação", o documento salienta que, "mesmo sabendo que tal compromisso é ariscado, aceitamos vivê-lo até suas últimas consequências para sermos fiéis ao legado testamentário de Jesus".

JB - 25/11/80

pede perdão aos índios

As igrejas cristãs reconheceram que colaboraram para dizimar os povos indígenas do Brasil. "Queremos pedir sinceramente perdão. Reconhecemos que muitas vezes em nome do Evangelho de Jesus Cristo lhes roubamos costumes e necessidades estrangeiras e facilitamos a entrada dos invasores, antigos e modernos, que lhes vêm roubando a terra com suas riquezas de minérios, plantas e animais, lhes vêm destruindo a harmonia de sua vida comunitária livre" - afirmam em mensagem aos índios da Amazônia os participantes do Primeiro Encontro Ecumênico Panamazônico de Pastoral Indigenista, realizado em Manaus, este mês. O documento, somente agora divulgado, exige "que nossos governos e as empresas nacionais e multinacionais respeitem os territórios e a plena liberdade de todos os índios".

Participaram do encontro de Manaus 29 missionários das Igrejas Metodistas, Luterana, Católica, Pentecostal e do Pacto Evangélico, além de índios das nações Chiriguano, Quechua, Chuar, Guajiro, Caripuno, Mawé e Wapixana. Entre os bispos católicos, estavam dom Pedro Casaldáliga, dom José Gomes, presidente do Conselho Indigenista Missionário-Cimi, e dom Aldo Fogliani de Roraima.

A MENSAGEM

A mensagem, dirigida aos índios da Amazônia, tem o seguinte teor:

"Missionários de várias confissões cristãs, procedentes do Peru, Equador, Brasil, Colômbia e Venezuela, estiveram reunidos, de 18 a 23 de novembro de 1980, na cidade de Manaus, Amazônia e ver como melhor poderíamos ajudar vocês em sua causa.

"Têm nos acompanhado, neste encontro, irmãos seus representantes dos povos indígenas Shipibo, Quechua, Shuar, Guajiro, Caripuna, Sataré, Mawé e Wapixana. Desse ouvimos depoimentos muito graves sobre a situação de desintegração, de miséria e de extermínio em que muitos de vocês se encontram. Eles mais uma vez nos lembraram a parte de culpa que nossas Igrejas tiveram antigamente e têm ainda hoje nesta situação toda de vocês.

"Queremos pedir sinceramente perdão. Reconhecemos que muitas vezes em nome do Evangelho de Jesus Cristo lhes roubamos costumes e necessidades estrangeiras e facilitamos a entrada dos invasores, antigos e modernos, que lhes vêm roubando a terra com suas riquezas de minérios, plantas e animais, lhes vêm destruindo a harmonia de sua vida comunitária e livre".

DENÚNCIAS

"Ouvimos de seus irmãos, nos sentimos obrigados a denunciar particularmente a política de conquista e de integração, falsamente chamada nacional, que os Governos de nossos respectivos países vêm exercendo contra vocês. Rejeitamos como genocida a política das grandes empresas nacionais e multinacionais, que devastam os territórios de vocês, explorando as minas, derrubando floresta e criando o gado do latifúndio.

"Condenamos a hipocrisia com que esses Governos - por vezes com o aplauso insensível ou egoísta de nossos povos - em nome da Pátria, da Segurança Nacional e do progresso, estabelecem leis, constroem escolas e implantam projetos, abertamente contrários aos direitos e às necessidades reais de vocês.

"Denunciamos com indignação a utilização que de vocês se faz através de propagandas turísticas, como no caso do filme e o cineasta alemão Herzog pretende reeditar o filme de novo 'Machiguenga'".

REPÚDIO AO INSTITUTO

"Como Igreja de Jesus confessamos ser, admoestamos energicamente o Instituto Linguístico de Verão (ILV), em vários Países e as "Novas Tribos", na Venezuela, que usando também o nome de Cristo violam a cultura milenar de vocês e sua sobrevivência como povos. Como admoestamos todas as missões cristãs que não respeitem devidamente a identidade cultural de vocês e sua livre autodeterminação.

"Apoiando seu clamor e suas legítimas reivindicações, exigimos, ante a opinião pública mundial, que nossos Governos e as empresas nacionais e multinacionais respeitem os territórios e a plena liberdade de vocês. Porque sentimos mais de perto, nestes dias, algumas concretas reivindicações, exigimos que o Governo do Brasil, como é de seu dever e pelo compromisso que assumiu publicamente, decrete ainda dentro deste ano a demarcação do Parque Yanomani, exigimos do Governo do Peru que respeite integralmente o território do povo Campa; exigimos que o Governo do Equador respeite por sua vez o ancestral território do povo Shuar, ameaçado pelo Projeto de Desenvolvimento Palora-Gualaquiza e que derogue o decreto 31.34/A que ameaça o futuro desse povo".

FORÇA DOS POVOS

"Para vencer tantos inimigos, antigos e novos, vocês sabem muito bem, qual é a força de seus povos, tão habituados à luta. Mantenham altivos o orgulho de serem o que são, raízes e símbolo da verdadeira Amém e cultivem sua língua nativa como se ama a própria mãe. E caminhem cada dia com maior decisão e com uma visão sempre mais larga do mundo, nesse movimento de organização, de federação e confederações que está se espalhando como torrente de vida nova por todo o continente Latino Americano.

"Nesta luta organizada, juntem suas mãos, suas vozes e o sangue de seus mártires às mãos, às vezes e ao sangue de tantos lavradores e operários igualmente oprimidos, igualmente combatentes em nossa América Latina. O mesmo inimigo despeja a eles e a vocês. Uma só é a causa dos pobres na terra".

APOIO AOS POVOS

"É necessário destacar hoje com fraterna emoção e com apoio incondicional o sacrifício e a luta dos povos de El Salvador, Guatemala e Bolívia, nos quais tantos indígenas, camponeses e operários estão sendo massacrados.

"Finalmente, de nossa parte, arrependidos por tantos erros e abusos que nossa civilização e nossas Igrejas cometeram contra vocês, nos comprometemos, diante de vocês e do mundo, a prestar-lhes total solidariedade, até as últimas consequências.

"Perante o Deus Senhor da História, que a todos nos dá a vida e a liberdade e que caminha com todos os povos da terra, lhes pedimos que aceitem essa nossa aliança e que nos exijam integral fidelidade a nossa missão.

"A causa indígena não é uma causa perdida, apesar do que possa pretender o sistema de dominação que os massacra, apesar da incompreensão de nossos povos, apesar do desânimo que às vezes possa tomar conta de vocês mesmos.

"Nos cremos que chegará para os povos indígenas da Amazônia e da América o Dia Novo da Libertação. Com amizade de irmãos, a todos vocês abraçamos nesta esperança".

Porautim - Junho / 85
n.º 076

Pankararé defendem suas terras

Um conflito armado, de graves proporções, entre índios **Pankararé** e posseiros pode acontecer a qualquer momento em Brejo do Burgo, no município baiano de Glória. A advertência, divulgada na imprensa pelo Regional Nordeste do Cimi e pela Anai-seção da Bahia, foi feita depois que posseiros invadiram, dia 17 de maio, a aldeia indígena **pankararé** em Brejo do Burgo, queimando a casa onde são guardados materiais e máscaras sagradas. Os índios ficaram revoltados com a invasão e com a atitude irresponsável das Polícias Militar e Federal. Em entrevista à imprensa, o cacique **Pankararé** Afonso Eneas Feitosa disse que a revolta maior de seu povo está no fato de que a Polícia Federal recebeu Cr\$ 7 milhões e 860 mil cruzeiros da

Funai para passar menos de 24 horas na área indígena. Com a retirada do contingente policial de Brejo do Burgo, os posseiros prometem voltar a atacar os índios.

Os **Pankararé**, em contrapartida, pretendem, a todo custo, defender-se das ameaças dos posseiros, "já que a Polícia veio aqui e nada resolveu".

LEI 6001 DE 19 DE DEZEMBRO
DE 1973ESTATUTO DO ÍNDIO
LEI DO ÍNDIO

(versão simplificada e
comentada)

ARTIGO 1º A Lei 6001 é a Lei que o Governo do Brasil fez para proteger os índios, respeitar sua cultura e integrar os índios devagarinho na Sociedade do Caria.

ARTIGO 2º O Governo do Brasil por obrigação dessa Lei deve ajudar e defender os índios, deve respeitar sua cultura, seu jeito de viver, deve garantir a terra dos índios só para os índios e para ninguém mais.

ARTIGO 3º Índio é toda pessoa que nasce e vive como Madija, como Kaxinauá, como Apurinã, como Iauanauá, como Katuquina, como Kaxarari, como Kanamari, como Xavante, como Kampa, como Yanomami, como Kamaiurá e está ligado à sua Comunidade e o caria o respeita como índio.

ARTIGO 4º Tem índio que vive isolado no mato, tem índio que já vive perto dos caria e parecido com caria e se relaciona com caria. Tem índio que já mora na cidade como caria. O do mato caria chama isolado, o que vive parecido com caria em vias de integração e o que vive na cidade como caria integrado.

ARTIGO 5º Todo índio, porque nasceu no território do Brasil, é considerado também cidadão brasileiro, embora seja relativamente incapaz como os menores de idade.

ARTIGO 6º Toda a comunidade indígena tem uma Lei própria que a Lei brasileira respeita e aceita.

ARTIGO 7º Os índios no Brasil são tutelados pelo Governo, através da FUNAI. É a FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO que é o órgão do Governo responsável pela tutela.

 É como se os índios fossem crianças sem pai, "medse" do Governo e o Governo então tem obrigação de cuidar dos índios.

Esta tutela é boa se o Governo garante as terras dos índios e defende as comunidades indígenas contra os brancos, os caria, que querem explorar os índios.

Mas não é boa quando o Governo quer mandar nos índios, não deixa os índios se reunirem, não deixa os índios lutarem por seus direitos, pelas suas terras e não aceita o jeito que as comunidades têm para defenderem a sua gente.

ARTIGO 8º Caria não pode prejudicar ao índio. Quem prejudicar o índio em algum negócio pode ser preso e o negócio não vale nada.

 Por exemplo, em 1983 um marreteiro tirou madeira da área dos Kulina do Purus e não pagou. Só deu em troca um pouco de roupa, sal, querozene. Aí os Kulina prenderam e tomaram a madeira do marre-

teiro, mais de 100 toras. O marreteiro botou no jornal, falou na Polícia, mandou o Exército que chegou a descer de helicóptero na aldeia de Santo Amaro, mas não conseguiu nada. Os Kulina ficaram com a sua madeira e depois venderam em Sena Madureira.

Outro exemplo. No Juruá o patrão diz que Kulina só pode vender borracha para ele. É mentira. Kulina é livre, pode vender a sua borracha para quem quiser e pagar melhor. A terra e a borracha é do Kulina e não do patrão.

ARTIGOS 9º e 10º Qualquer índio pode ficar livre da tutela quando:

- 1) tiver 21 anos.
- 2) saber falar a língua portuguesa, do caria.
- 3) tiver profissão
- 4) conhecer a sociedade do caria.

Ele escreve para o Juiz e o Juiz vai decidir e o declarar integrado, emancipado, como a FUNAI .



Será que vale a pena um índio sozinho viver no meio dos caria como caria ? Um madija sozinho ia gostar de viver na cidade como caria ?

ARTIGO 11º Se uma comunidade indígena quiser pode escrever uma carta para a FUNAI que encaminha para o Presidente do Brasil pedindo para ficar livre da tutela. Isto só é possível se toda a comunidade quiser.



Será que é bom para Madija, para Kaxinauá ficar livre da tutela para que o Governo então fique livre da obrigação de ajudar e defender os índios?



Quem vai ajudar as comunidades indígenas a defender as suas terras se o Governo falar que isso não é mais com ele ?

ARTIGO 12º Todo índio pode fazer seus documentos através da

e
ARTIGO 13º FUNAI com o nome na língua do seu povo. A FUNAI registra tudo isso num livro que fica com ela.

ARTIGOS 14º Quando o índio trabalha para o caria o trabalho dele
15º e 16º vale tanto quanto o trabalho de outra caria. O caria patrão deve respeitar a lei brasileira que defende o direito do trabalhador. A FUNAI deve acompanhar o índio para protegê-lo.



Será que vale a pena trabalhar para o caria ?
Madija sabe que caria só pensa em ganhar dinheiro com o trabalho de madija. Por isso paga pouco, uma miséria.

Se os patrões caria já exploram outros caria pobres, ele vai explorar madija também.

É melhor madija trabalhar só no meio do seu povo. Assim ajuda a comunidade e a comunidade aumenta e vive bem.

Hoje já tem índios trabalhando na FUNAI. Madija já conhece. Será que é bom ? Como estes índios da FUNAI podem ajudar as outras comunidades indígenas? Como eles podem ajudar a defender as terras das comunidades indígenas ?

ARTIGOS 17º Terra indígena é toda terra onde tem índio morando.
e 18º

Também é terra indígena as terras reservadas pelo Governo para as comunidades ou as terras no domínio

da comunidade indígena.

de uma comunidade indígena. Estas terras são só dos índios. Ninguém pode arrendar, viver nela, pescar ou caçar nessa terra e muito menos criar gado nela. Terra do índio é só do índio, da comunidade e de ninguém mais.

ARTIGO 19º

As terras indígenas devem ser demarcadas pela FUNAI e o Presidente do Brasil, no fim, deve assinar um documento que fica registrado e que garante, para sempre, aquelas terras para a comunidade.



Por que o Governo não cumpre este artigo 19º da Lei do Índio e demora tanto para demarcar as terras indígenas, colocando os marcos de cimento e as placas e assinando o documento ?

É por isso que Madija, Kaxinauá, Apurinã, Jaramadi, Xavante vivem gritando contra a FUNAI e exigindo a demarcação das suas terras. E não vão parar de gritar até que a demarcação seja feita.

ARTIGO 20º

O Governo pode se meter na vida da comunidade indígena nos seguintes casos:

- 1) quando ocorre guerra contra outros índios.
- 2) quando ocorre doenças muito graves (epidemia de sarampo, de malário, de gripe, etc).
- 3) quando ele quiser (segurança nacional).
- 4) quando quiser construir estrada ou hidrelétrica.
- 5) quando alguém quiser prejudicar a comunidade.
- 6) quando o Governo quiser tirar minério debaixo da terra dos índios.

Este artigo dá direito ao Governo de até mudar a comunidade do lugar onde sempre viveu para outro lugar onde a comunidade nunca esteve, não conhece e não gosta.



Será que os índios podem concordar com este artigo da Lei do Índio? Ele é claramente contra o índio e a favor dos interesses do Governo e dos caria que tem muito dinheiro e querem aproveitar a terra do índio para aumentar o seu dinheiro.

ARTIGO 21º A terra indígena abandonado pela comunidade fica para o Governo.

ARTIGO 22º A terra indígena é de posse da comunidade. A comunidade pode usar tudo o que tem nessa terra para ela mesma. O Governo é o proprietário da terra para proteger esta terra de outros caria que gostariam de expulsar os índios e tomar a terra. Até onde a comunidade ocupa esta terra, trabalha nela, pesca e caça nela, até lá vai a terra da comunidade. Onde tem cemitério antigo, maloca antiga, pupunha plantada, até lá vai a terra da comunidade.



Até aonde vai a terra da tua comunidade ?

Todo índio deve saber até aonde vai a sua terra e cuidar dela e não deixar que nenhum caria entre nela para morar. Terra indígena é só do índio.

ARTIGO 25º

Esta terra ocupada pela comunidade indígena é da comunidade, conforme a Constituição do Brasil no seu artigo 198, mesmo sem a demarcação no chão e o documento. Terra habitada pela comunidade indígena é terra indígena. Este é o direito maior do índio que ninguém pode tirar.

ARTIGOS 26º
27º, 28º,
29º, 30º,
e 31º

Além destas terras, o Governo pode reservar outras áreas para os povos indígenas como:

- a) reserva indígena.
- b) parque indígena.
- c) colônia agrícola indígena.
- d) território federal indígena.

Estes artigos valem conforme o artigo 198 da Constituição do Brasil que é a Lei Maior que defende os direitos dos índios.

ARTIGOS 32º
e 33º

As comunidades indígenas podem também ser proprietárias das terras, por compra ou doação. E a Lei brasileira garante esta terra e este domínio para a comunidade indígena. Do mesmo jeito, se um índio mora sozinho num lugar por 10 anos consecutivos a terra é desse índio.

ARTIGO 34º

Quando algum caria invade a terra indígena ou cria qualquer problema para a comunidade, a FUNAI pode chamar a Polícia Federal ou o Exército para proteger a comunidade. Mas, nunca a Polícia ou o Exército podem vir para atacar esta comunidade ou ameaçá-la.

Por exemplo, o caso do rio Eiru, em agosto deste ano. Os Conrado que dominam a cidade de Eirunepé, levaram a Polícia para tirar os Madija do rio Eiru. Isto é contra a Lei do Índio. Os Conrado não podiam ter feito isso. O delegado de polícia também não pode entrar na área indígena sem a FUNAI.

ARTIGOS 35º
e 36º

A FUNAI e o próprio Governo são obrigados a colocar advogado para defender na Justiça qualquer questão da comunidade, por exemplo, defender as terras da comunidade indígena.

- ARTIGO 37º A própria comunidade pode ajudar o advogado a defender a sua terra, mostrando que conhece ela, onde ficam os cemitérios, os lugares de caça, onde tinha maloca antiga, etc.
- ARTIGO 38º As terras indígenas são dos índios e só deles e sobre elas não poderá recair desapropriação em benefício de fazendeiros, colonos ou qualquer outro caria.
- ARTIGO 39º A Lei do Índio diz que o patrimônio indígena são as
ARTIGO 40º suas terras, as riquezas que existem nestas terras e as coisas que as comunidades compraram.
- ARTIGO 41º Só não faz parte deste patrimônio a terra de um índio que vive sozinho e a casa e as coisas de cada índio que ele usa para si mesmo.
- ARTIGO 42º A FUNAI é quem administra este patrimônio e só pode fazer isso para o bem da comunidade e com a participação dela. Nunca para benefício da própria FUNAI ou de algum seu funcionário. Onde a FUNAI não trabalha, são as próprias comunidades que cuidam do seu patrimônio, como é o caso dos Kulina. É Madija mesmo quem cuida das suas riquezas.
- ARTIGO 43º O dinheiro que a comunidade ganhar com o produto do seu trabalho ou do uso das suas riquezas pertence à comunidade e não pode reverter em benefício de outros caria.
-  Por exemplo, um funcionário da FUNAI no rio Envi-ra comprou madeira dos Kulina, vendeu em Feijó e não pagou aos índios. Isto é crime e não pode acontecer.
- ARTIGO 44º Só os índios podem utilizar as riquezas da sua área, da sua terra (madeira, minério, coleta de frutos do mato, peixe dos lagos, borracha, fibras, etc.)
- ARTIGO 45º O Governo reservou para si a utilização das riquezas que estão debaixo da terra (os minérios) dizendo que o dinheiro ganho com essa exploração deverá ficar para a comunidade indígena. A FUNAI deve estar presente nesses negócios para defender as comunidades contra qualquer ação que venha prejudicar a vida dos

índios.



Este artigo da Lei do Índio é muito perigoso. Por exemplo, a PETROBRÁS faz pesquisa de gasolina ou gás na área dos Kanamari e dos brabos no Juruá, na área dos Kampa no alto Envira. Estas pesquisas só trazem prejuízo para as comunidades. As bombas, as picadas espantam a caça, matam os peixes, os trabalhadores do Governo trazem doenças e ainda dão presentes para enganar os índios.

Será que as comunidades podem aceitar estas ações do Governo ?

ARTIGO 46º O Governo permite cortar madeira na área indígena se houver programa para plantar outras árvores ou criar gado.



Para que cortar madeira justamente nas terras indígenas que já são tão poucas ?

Em alguns lugares, como no sul do Brasil, nas terras indígenas como dos Kaingang é que ficam o resto das matas. Tudo o mais já acabou. Só os índios ainda têm mata.

Por isso, as comunidades deveriam proibir o corte de madeira das suas terras.

ARTIGOS 47º
48º e 49º A comunidade indígena pode viver do seu jeito pois a Lei brasileira garante. A escola do índio começa na sua língua. Depois pode passar para o português.

ARTIGO 50º A escola do índio vai ajudar a comunidade a entender a vida dos caria e o Governo dos caria para que a comunidade possa melhor se defender dos caria e lutar pelos seus direitos.

ARTIGOS 51º
52º e 53º A escola do índio será sempre na aldeia e servirá para a comunidade preparar a sua gente para trabalhar como ela gosta e quer.

ARTIGOS 54º
e 55º O Governo é responsável pela proteção à saúde das comunidades. Remédio é o Governo que deve dar às comunidades. Vacina também. Quando o índio precisar de hospital, é o Governo que deve providenciar e

pagar. Quando algum índio precisar e quiser, o Governo paga a ele a aposentadoria.

ARTIGO 56º Se algum índio for condenado por algum crime, ele vai cumprir a pena perto da sua aldeia, num Posto da FUNAI e junto a funcionários da FUNAI.

ARTIGO 57º Cada comunidade indígena sabe como repreender um companheiro seu se ele causar problema na comunidade. Em qualquer caso, a Polícia não pode se meter nas questões da vida da comunidade indígena, mesmo quando há brigas entre os índios. É a comunidade que deve resolver suas próprias brigas. Para isto tem seus chefes, seus "tamine-deni".

ARTIGO 58º Caria não pode:

- 1) rir, achar graça das coisas dos índios, das festas, dos "ajihe", dos "adsaba", dos "toco-rime" de madija.
- 2) fazer propaganda com índio ou com a comunidade para ganhar dinheiro à custa da comunidade.
- 3) vender cachaça ou outra bebida alcoólica nas aldeias.

Caria que fizer isso pode ser preso por 6 meses até 2 anos.

ARTIGO 59º Se um caria matar algum índio ou incomodar a comunidade também será preso e pode ficar bem mais tempo na cadeia.

ARTIGO 60º Índio não paga imposto de jeito nenhum.

ARTIGO 61º

ARTIGO 62º Todo negócio com terra indígena é nula. A terra indígena é só do índio e de ninguém mais. Por isto, nenhum caria ao deixar a terra indígena pode exigir do Governo indenização por ocupar a terra indígena.

ARTIGO 63º Nenhum juiz ou delegado pode entrar na área indígena sem ordem da FUNAI.

ARTIGO 65º O Governo se comprometeu com esta Lei a demarcar as terras indígenas até o ano de 1978. Não fez. Por isto, os índios e suas comunidades lutam e

exigem esta demarcação até hoje. É urgente que o Governo demarque todas as terras indígenas do país.



Como a FUNAI não demarca, os índios fazem. No Purus, em 1984, Kulina e Kaxinauá se uniram e fizeram a picada da demarcação da sua terra. Isto foi muito importante, pois agora lá no Purus todos os caria respeitam esta demarcação. Os caria que moravam na terra dos madija estão todos saindo e procurando outro lugar pra morar.

x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x

Artigo 198 da Constituição Federal do Brasil
(versão simplificada)

"Terra onde mora índio é terra indígena e de ninguém mais. Tudo o que tem nessa terra, mata, caça, peixe, e outras riquezas pertence à comunidade indígena. Esta é a riqueza da comunidade indígena."

Manifestação indígena em Pato Branco repercute ainda

Pe. NATALÍCIO J. WESCHENFELDER

O Sudoeste do Paraná ainda está chocada com a morte do cacique Angelo Cretã de Mangueirinha. Os jovens de Pato Branco, cidade polo da região, querendo dar um apoio à causa indígena promoveram uma manifestação indígena nos dias 5, 6 e 7 de setembro, coincidindo com a Semana da Pátria e a data da Independência. Houve em Pato Branco na promoção da Proarte e com pleno apoio do posto cultural do Mobral e Rádio Celinauta uma exposição de fotos do "mundo indígena", as projeções de: "Póstuma de Cretã" de Ronaldo Duque, a "Terra dos Índios" de Zelito Viana, um jogo de futebol entre os índios Guaranis e Caingangues de Mangueirinha e um debate na Câmara Municipal com a presença de Dom José Gomes, Presidente do Cimi Nacional e bispo de Chapecó, além de participantes do Cimi Sul, da Anai, da ordem dos advogados do Brasil, lideranças locais, imprensa sediada na cidade, comissão de justiça e paz, Pastoral da Terra, Funai e populares. Este encontro demonstrou que a cidade de Pato Branco está despertando para a realidade nacional e indígena.

Dom José Gomes, Presidente nacional do Cimi afirmou: "O Brasil, estava habitado por 5 (cinco) milhões de índios. Os portugueses trouxeram a cruz como símbolo de salvação. Mas para os índios foi a crucificação. Naquele dia da descoberta e da 1ª missa neste país 3 índios foram levados para Portugal e ninguém mais souberam o seu paradeiro. Em Portugal 800 índios foram vendidos como escravos. Todavia, da parte dos índios começou a resistência. Eles não se sujeitaram a ser escravos dos colonizadores portugueses.

Hoje somos tão criminosos como os portugueses de ontem. Em 1910 ainda havia 1 milhão de índios no Brasil. Em 1980 existem apenas 200 mil. Conseguimos exterminar em apenas 70 anos 800 mil índios. No Brasil nos nossos dias com a Transamazônica foram exterminados milhares de índios e foram atingidas 20 comunidades indígenas. O índio não se enquadra na nossa civilização capitalista.

Infelizmente para as autoridades o índio é um estorvo ao progresso nacional. E para ser destruído e suas terras ocupadas pelas grandes firmas. Suas terras se fossem preservadas seriam um ensinamento para a preservação da ecologia.

Existe um circo enorme quanto às terras indígenas.

Para um projeto Jari estrangeiro vendem-se milhares de hectares de terra e para 1300 índios de Mangueirinha não se quer legalizar suas terras onde sempre habitaram. Não podemos continuar a destruir os povos indígenas. A questão indígena é um ponto de consciência nacional. Devemos respeitar os índios como o povo e como nação. Cada comunidade é uma nação e um povo.

Agora os próprios índios estão dando uma lição para nós, estão assumindo a sua própria defesa. Quando o índio defende suas terras e ataca na última instância mata ele é criticado por todos, enquanto o branco dizimou milhões de índios e ninguém nada falou. Defendamos os índios e estamos ajudando a sua sobrevivência".

Diário da Manhã - 20 e 21/09/80

BISPO DE CHAPECÓ: *Diário da Manhã* - 26-09-80

ATENTADOS DEVEM-SE A FALTA DE LIBERDADE, SITUAÇÃO ECONÔMICA E IDEOLOGIAS EM CHOQUE"



Dom José Gomes

Em entrevista concedida ontem ao DM, o bispo Dom José Gomes, falou sobre os atentados à bomba ocorridos recentemente no Brasil, emitindo sua opinião, a quem e a que atribui os mesmos e, apresentando solução para estes atos violentos.

O bispo chapecoense explicou que os atentados são frutos de uma sociedade violenta em âmbito internacional, "aqui no caso, evidentemente, o problema é a falta de liberdade, situação econômica, ideologias em choque, que gera uma insatisfação, levando a extremos de violência". Para ele, no Brasil, os extremismos são ideológicos, tanto de esquerda quanto de

direita. Mesmo assim, atribuiu os atentados às bancas de jornais, OAB e Câmara de Vereadores, à extrema direita. "há uma nítida característica de extrema-direita, pois estes, são órgãos de contestação, principalmente as bancas de jornais, que vendem uma imprensa alternativa, mas as duas são formas violentas de ser, pensar e agir", observou.

CULPADOS

Por outro lado, Dom José Gomes não acredita na possibilidade que sejam descobertos os culpados, responsáveis pelos atentados ocorridos, e menos que sejam apontados, porque "apesar de ser uma forma violenta de ação, é uma maneira de calar as reivindicações populares, que nem sempre são injustas e arbitrarias.

ATENTADOS PODEM CONTINUAR

O bispo chapecoense acredita na possibilidade destes atentados continuarem ocorrendo, pois segundo ele, a violência, tanto de esquerda quanto de direita, não teme repressão policial, "a não ser que o povo lute, se manifeste contra este tipo de violência", observou.

A solução apresentada pelo bispo diocesano, Dom José Gomes, para acabar com este tipo de violência, é "uma sociedade mais justa, mais equilibrada, onde o senso de humanidade e fraternidade fosse mais sensível.

ENCONTRO

Dom José Gomes, também presidente do CINE, viajará no início do mês de outubro, com destino à capital federal, para presidir o 3º Encontro do Conselho Indigenista Nacional, que tratará de troca de informações de bases.

O encontro será realizado de 8 a 12 de outubro, em Brasília, sendo o terceiro de uma série de 4 que realizam-se normalmente todos os anos. O 4º Encontro será realizado em dezembro deste ano.

Também para um encontro rotineiro, para um curso de reciclagem e formação, Chapecó receberá de 14 a 17 de outubro, padres e auxiliares de pastoral, reunião realizada todos os anos, uma em cada diocese. Nesta reunião, professores da Universidade Federal de Santa Catarina, deverão estar palestrando, a convite da Diocese local, sobre a realidade catarinense, nos campos político-cultural, econômico e social.

Diário da Manhã - 26.07.80

Construção de uma usina hidrelétrica modifica uma comunidade por completo

Pe. NATALÍCIO J. WESCHENFELDER

Nos próximos anos diversas usinas hidrelétricas serão construídas no sul do país, especialmente ao longo do Rio Uruguai. As comunidades em geral são bem constituídas e suas famílias sólidas.

O que se percebeu no Paraná com a construção das hidroelétricas foi uma calamidade quanto ao assentamento dos proprietários onde as águas tomaram conta com as grandes represas e ainda uma mudança sócio-cultural-religiosa-econômica das famílias afetadas. O que se pode dizer a primeira vista são os grandes prejuízos acarretados pelos municípios afetados pelas barragens, pela perda de melhor terra junto às águas.

Depois vem os prejuízos dos proprietários que devem deixar suas terras com um indenização irrisória e impossibilitados de adquirirem terras hoje com preços exorbitantes, se sujeitam a qualquer tipo de vida mesmo nas periferias das cidades. Grande parte do povo que saiu das terras tornam-se pobres e desanimados de continuarem o trabalho, tais o prejuízos que tiveram. A prova melhor que se tem são as famílias desalojadas ou prestes a saírem pela formação do enorme Lago Itaipú, que estão recorrendo inclusive a greves para conseguirem seus direitos sobre a terra.

Se não bastassem esses problemas, vem a desagregação

familiar, a decadência completa da moral por causa dos barrageiros (nome da aos que acompanham a construção das barragens), que muitas vezes vindo do Norte do país, nada mais tem a perder na vida. As casas de prostituição são a primeira preocupação dos que acompanham as barragens. Haja visto em Foz do Chopim a construção de Salto Osório, Saudades e Urutú na recente construção de Salto Santiago, Faxinal do Céu e na construção de Foz da Areia e os problemas surgidos em Foz do Iguaçu.

O progresso material alardeado pelos propagandistas das barragens não compensa os prejuízos das terras, da moral, da desagregação das famílias e de todos os problemas que surgem na construção deste mausoléu do Faraó, onde os sofrimentos são sempre o povo.

O progresso e o desenvolvimento são necessários, mas é também urgente que se esclareça o povo sobre o que se pretende e com que meios.

Onde as usinas foram construídas depois desaparece o povo e um imenso lago se forma, as terras agricultáveis são inundadas, as indenizações deixam muito a desejar. Nas construções de barragens sempre há separações entre as diversas vilas das empreiteiras. De um lado surge a vila dos engenheiros, médicos, pessoas qualificadas e do outro lado surgem as vilas das empreiteiras e surge uma terceira ou quarta vila do submundo.

A comunidade afetada pela construção de uma barragem se modifica por completo em um ou dois anos quando iniciada a obra. Os males que surgem não compensam o progresso material que advém destas construções.

CAGIQUE KAINGANG ANGELO KRETÄ



**MORTO
NA LUTA PELA
TERRA**

Desastre do Carro

LUTA

INDÍGENA

42

Mais uma vez pedimos desculpas aos amigos pelo atraso do LUTA INDÍGENA. Justamente quando reorganizamos nosso fichário. Novamente os problemas foram o pequeno número de pessoal e, desta vez, inúmeros problemas de urgência da questão indígena.

Como os leitores do LUTA INDÍGENA devem estar informados, lutamos no momento contra uma nova tática de emancipação: a chamada "estadualização", a passagem da assistência dos Povos Indígenas para a responsabilidade dos Estados. Nesse número do LUTA INDÍGENA estamos anexando um texto sobre o assunto, intitulado: "Emancipação: Estado vai cuidar do índio", que complementa, inclusive, a matéria: "RGS - Proteção aos Índios - Isso que é um absurdo !"

Aproveitamos para comunicar aos amigos que nos enviaram contribuições que as mesmas darão direito ao recebimento de 6 números do Luta Indígena.

Secr. Regional Sul do Cimi
Junho de 1980

ESTE LUTA INDÍGENA É DEDICADO À MEMÓRIA

DO CACIQUE KAINGANG ANGELO KRETÁ ASSASSINADO .

LUTA INDÍGENA - informativo para os indígenas e missionários do Sul de Brasil.

CX. POSTAL 02

89820 - XANXERÊ - SC - BRASIL

KRETA

QUANTO
CUSTOU
ASSASSINÁ-LO ?

Mataram Angelo Kretã, cacique Kaingang de Mangueirinha.

Para a Polícia, após inquérito, foi um "acidente automobilístico", pura e simplesmente. A Funai por sua vez "confirma o acidente". (O Estado de São Paulo, 31/01/80).

A verdade é que mataram Kretã !

O "ACIDENTE"

Conforme noticiou a imprensa, no último dia 22 de janeiro aproximadamente às 19 horas, um caminhão Mercedes colidiu frontalmente com a Volkswagen (IT-0253) dirigido por Angelo Kretã na altura do Km 277 da BR-373, que liga Pato Branco a Guarapuava. O acidente ocorreu quando o caminhão passou à contra-mão para desviar o Volkswagen de placa NP-0213 abandonado na pista.

Do acidente resultaram feridos o cacique Angelo dos Santos e Souza Kretã, gravemente, e os policiais que o acompanhavam (destacados para proteger a reserva indígena). No dia 28 de Janeiro, Kretã foi submetido a uma cirurgia, apresentando em seguida problemas respiratórios e vindo a falecer no dia seguinte, terça-feira, "vítima de embolia cerebral", segundo noticiou "O Estado de São Paulo". A morte de Angelo Kretã causou profunda reação de tristeza e revolta entre os Kaingang do Posto Indígena de Mangueirinha, e repercutiu em diversas outras áreas indígenas da região. No dia 31 de Janeiro, às 18 horas, Kretã foi enterrado no cemitério Kaingang de Mangueirinha numa cerimônia da qual os Kaingang foram marginalizados, tomada que foi por políticos, funcionários da Funai, representantes da Igreja e curiosos. Ironicamente o Governador do Paraná, Sr. Ney Braga (ligado aos Slaviero) se fazia representar pelo Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná.

O O A T E N T A D O

Dias antes dos fatos relatados, o cacique Angelo Kretã solicitou a delegacia da Funai em Curitiba garantias de vida, uma vez que vinha sendo ameaçado por jagunços. Informações da Funai dão conta que "antes do atentado, Angelo Kretã havia apresentado queixas na delegacia de Chopininho contra Atilio Pereira e Osvaldo Camargo" (O Estado de São Paulo, 26/01/80).

LUTA INDÍGENA

13

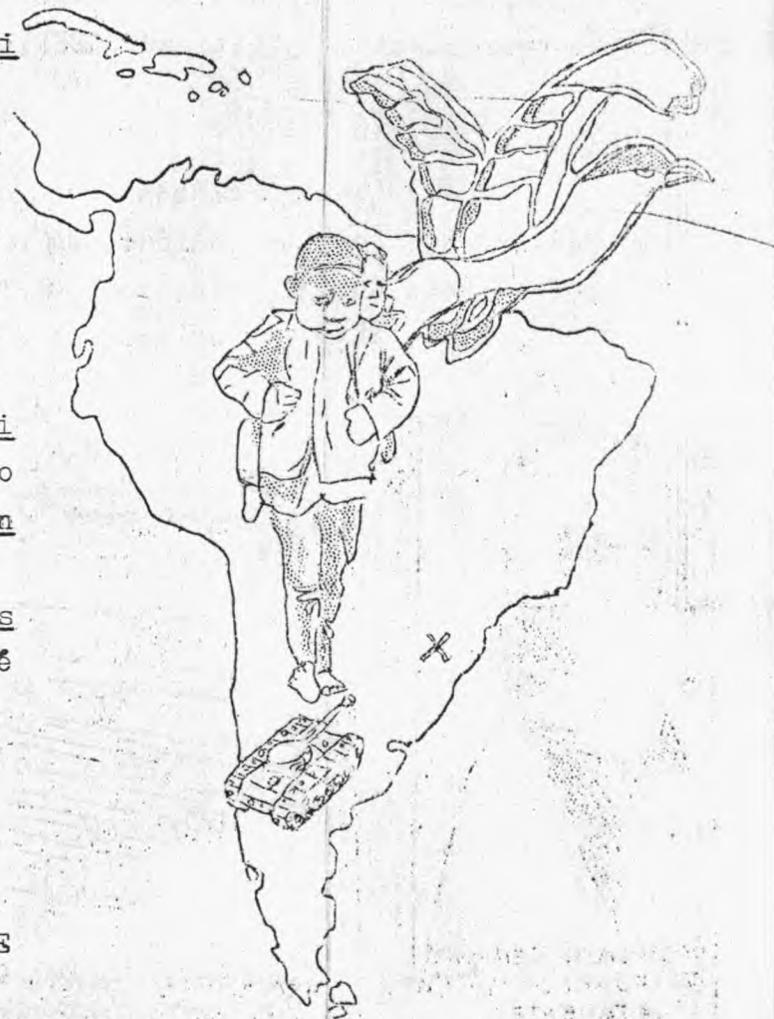
Outras informações dão conta de que Angolo sofreu ameaças uma semana antes do acidente, no dia 17.

Segundo depoimento do motorista do caminhão acidentado, Antônio de Souza Lima, a um fotógrafo de Curitiba, após o acidente viu quatro homens armados deixarem o mato, na beira da estrada. Posteriormente, no depoimento dado durante o Inquérito, o mesmo motorista negou as declarações anteriores. Outra fonte informou que diversos passageiros de um ônibus que parou no local após o acidente também viram os referidos homens armados.

Naturalmente os suspeitos eram os proprietários do veículo abandonado na estrada, o Volkswagen placa NP-0213. No entanto, o delegado de Chopinzinho, José Carlos de Oliveira, até o dia 25 de Janeiro ainda afirmava estar "sem qualquer pista dos suspeitos" (OESP, 26/01/80) enquanto que no dia anterior chegara ao absurdo de afirmar que não tinha recebido os nomes dos suspeitos, quando estavam em seu poder os documentos encontrados no VW abandonado - provavelmente dos seus ocupantes - além de um recibo de depósito de 65 mil cruzeiros da Agência Bamerindus de Chopinzinho, em nome de Antônio Rosevaldo da Silva, cuja identidade estava também entre as ferragens do carro acidentado (OESP, 25/01/80).

OS JAGUNÇOS

No dia 28 de Janeiro apresentaram-se na delegacia de Chopinzinho para alegar inocência, Antônio Rosevaldo da Silva, Francisco Monteiro e Romildo Bueno. Contaram que estavam sendo perseguidos na rodovia pelo carro ocupado por Kretã e pelos 3 policiais. Por causa de uma falha no motor, segundo seus depoimentos, tiveram que abandonar o carro na pista e se embrenhar no mato "quando viram um homem armado descer do carro do cacique. "Pensamos que fosse um assalto e fugimos, deixando até a chave no Volks'... A Polícia Rodoviária de Pato Branco, contudo, um dia após o acidente informou que o Volks foi levado para o pátio da delegacia através de ligação direta, pois as chaves não foram encontradas. E sem apresentar defeito no motor". (OESP, 29/01/80)



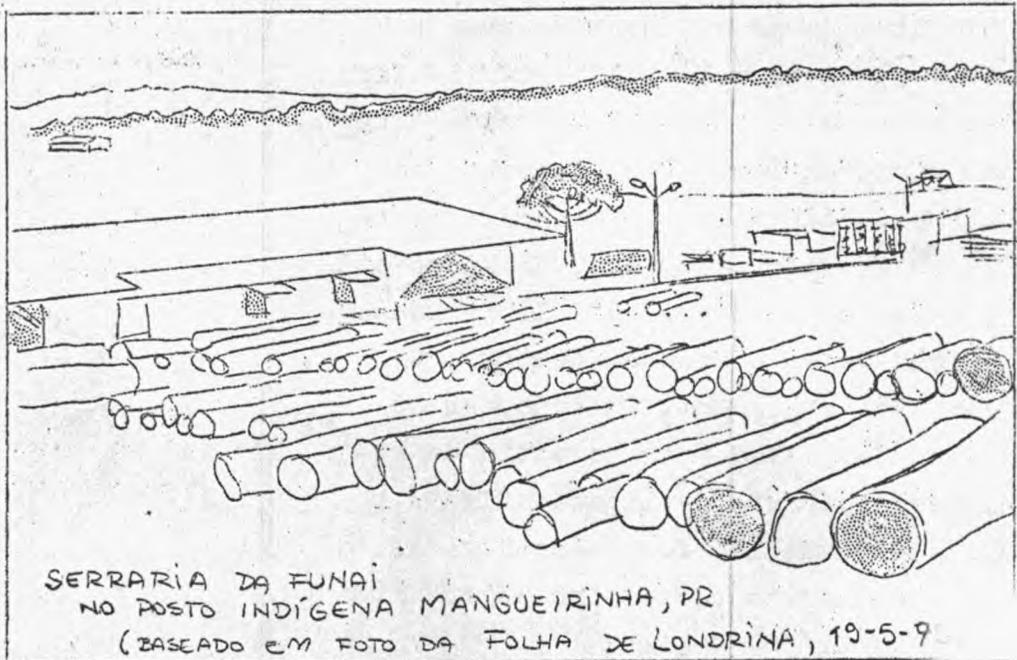
LUTA. INDÍGENA

Vale notar que os suspeitos eram, até a hora da apresentação daqueles indivíduos, José da Silva, proprietário do VW (na delegacia se informou que Francisco Monteiro adquiriu o carro recentemente de José da Silva); Antônio Pompeu da Silva e Antônio Rosevaldo da Silva (da família Pompeu, grandes proprietários de terras da região, os dois irmãos possuem antecedentes criminais. Mas segundo o delegado de Chopinzinho, "Homicídio é um fato normal" - OESP, 24/01/80); Osvaldo Camargo, "Valtinho", "Osvaldinho" ou "Vadinho" (em 19/01/80 jornal OESP noticiava que naquela semana "Vadinho" ameaçara de morte a Angelo Kretã, sendo que possui também antecedentes criminais por homicídio), e Atilio Pereira ("consta que certa vez agrediu um índio, e que seu irmão foi responsável pela morte de outro em Xanxerê" - O Estado do Paraná, 26/01/80). Eram esses os suspeitos porque "as pessoas que socorreram os feridos encontraram documentos de José da Silva, proprietário do carro, e dos irmãos Antonio Pompeu da Silva e Antônio Rosevaldo, que possuem antecedentes criminais em Chopinzinho e Coronel Vivida" (OESP, 24/01/80). Já Atilio Pereira e Osvaldo Camargo haviam sido denunciados pelo próprio Angelo Kretã, conforme dito anteriormente.

Quando se apresentaram na Delegacia, Antônio Rosevaldo da Silva, Francisco Monteiro e Romildo Bueno se faziam acompanhar do advogado Nelson Sguarezzi que, no entanto, dois dias depois abandonava a causa de seus clientes "por questões políticas" (OESP, 31/01/80).

CUSTOU 65 MIL CRUZEIROS

Talvez existam poucos crimes tão evidentes quanto o assassinato de Angelo Kretã (a colisão com o caminhão somente atrasou a morte que seria pelas armas dos jagunços e criou a confusão sobre o "acidente"). Não são poucos, no entanto, os crimes como esse que nesse país se tornam de difícil solução.



LUTA INDÍGENA

5

A morte de Angelo Kretã custou € 65 mil e bico calado. Os € 65 mil já foram pagos, já se sabe, o problema agora é conservar o "bico ca-
lado", ou seja, evitar problemas para os jagunços para que eles evitem pro-
blemas para os mandantes. É evidente que se este inquérito se desenrolasse
a ponto de começar a aparecer a verdade, esses jagunços teriam que sofrer tam-
bém algum " acidente " .

O mais curioso - prá quem não a conhece - é que a própria Funai entrou no Jogo do "bico calado", distribuindo nota no dia 30 de Janeiro afirmando que a morte de Kretã " foi decorrência de um acidente de trânsito" (OESP 31/01/80). Esse fato pode parecer estranho/para quem não conhece a ação repressora da Funai e sua espolição das áreas indígenas. Esse fato pode pa-
recer estranho também para quem não conhece os antecedentes do crime de Manguei-
rinha, que inicia com o célebre acordo de 1949 no Governo Moysés Lupion (ver "Luta Indígena" nº 9) e chega à decisão judicial de Setembro de 1979 contra o direito inalienável dos indígenas e a favor do grupo econômico- político dos Slaviero (ver "Luta Indígena " nº 11). Aliás, parecerá estranho também so-
mente a quem não conhece as profundas ligações que envolvem os Slaviero, os Forte, os Khoury, o Sr. Ney Braga , Ítalo Conti, Paulo Pimentel, o grupo Martinez, e o próprio juiz, Bley Viei-
ra, que decidiu contra os índios .

Mais que isso, no entanto, e mais estarecedor - para quem desconhece a ação da Funai - é o nome do novo advogado da 4a Delega-
cia do órgão, em Curitiba; Dr. Nil-
ton A. Romanowski, indicação pelo De-
legado José Carlos Alves, e que nada
mais, nada menos, já foi Procurador
Judicial dos Slaviero.

O assassinato de Angelo Kretã, que sairia por 65 mil cruzeiros, certamente hoje está im-
plicando em 'novos "investimentos" ,
novos " silêncios " , novas "colabo-
rações " .

Há muito de podre nesse " Reino da Dinamarca " ! se pode dizer, quase parafraseando Shakespe-
are.



PADRE NATALÍCIO WESCHENFELDER,
DO REGIONAL SUL DO CIMI,
DOS PRIMEIROS A DENUNCIAR O
ROUBO DA ÁREA DE MANGUEIRINHA

ASSEMBLEIA CIMI SUL

Realizou-se , em São José dos Pinhais, PR, de 30 de Abril a 4 de Maio último a VIª Assembléia Regional Sul do Cimi. Seguindo as determinações da Va Assembléia, estudou-se a questão da Auto-determinação dos Povos Indígenas. A Assembléia reuniu padres, religiosos e leigos de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contou também com a participação de Dom José Gomes, bispo de Chapecó e Presidente do Cimi; Pe Paulo / Suess, Secretário do Cimi; missionários da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), e representantes do CAM, de Curitiba, e ANAI.

Paralelamente à Assembléia dos missionários realizou-se uma reunião de indígenas Kaingang e Guarani de diversas áreas do Sul, que discutiram seus problemas e os expuseram à Assembléia. Colocaram as dificuldades / que enfrentam, principalmente a preocupação com suas terras, sua cultura e a política da Funai. A presença dos representantes indígenas, e o filme "TERRA DOS ÍNDIOS", de Zelito Viana - trazido especialmente para a Assembléia -, foram de muita importância para a discussão e o entendimento da questão da Auto-determinação.

Um dos problemas levantados pelos participantes na avaliação final da Assembléia foi a ausência de diversos missionários, em especial do Paraná e Rio Grande do Sul, bem como dos bispos da Dioceses onde há indígenas. A falta desses missionários e bispos prejudicou o estudo dos problemas comuns das áreas do Sul, bem como a avaliação das respostas das Igrejas locais à questão indígena.

Nas páginas seguintes publicamos as Conclusões da Assembléia, bem como a Nota à imprensa da mesma Assembléia (em acordo às Conclusões, item 1 do subtítulo "Política Indigenista Oficial").

Telegrama enviado pela VI Assembléia do Reg. Sul do Cimi ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, em solidariedade à Igreja de S. Paulo:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		TELEGRAMA	
Número Expedição	CARIMBO POSTAL	Dom Paulo Evaristo Arns	
Recebido		Av. Higienópolis, 890	
horas		SÃO PAULO - SP	
<p>PREÂMBULO</p> <p>MISSIONÁRIOS INDIGENISTAS CIMI SUL REUNIDOS</p> <p>ASSEMBLEIA ANUAL MANIFESTAM IRRESTRITO APOIO</p> <p>ATTITUDE IGREJA SÃO PAULO DEFESA DIREITOS</p> <p>OPERÁRIOS EM ABSOLUTA FIDELIDADE EVANGELHO .</p> <p>JOSE GOMES E ASSEMBLEIA</p>			

que são frequentadas pelos indígenas não estão ajudando estes Povos no seu processo de autodeterminação, resolvemos:

1. Propor à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e Fidene (Ijuí-RS) a realização conjunta de um Curso-Encontro sobre Educação Indígena no Sul do Brasil, com participação de indígenas.
2. Fazer publicações de História antiga indígena e História do contato.
3. Incentivar a visita entre indígenas de grupos diferentes.
4. Realizar um encontro nacional sobre projetos econômicos junto a comunidades indígenas e a questão da dependência econômica.
5. Propor para os índios, em diferentes níveis (nacional, regional e local), a discussão sobre as publicações existentes da causa indígena.

AÇÃO MISSIONARIA

Reconhecendo nossas limitações para um trabalho mais eficaz no sentido de favorecer a autodeterminação dos Povos Indígenas, bem como a falta de reflexão e avaliação mais sistemática da nossa ação, nos propomos:

1. Realizar encontros Micro-Regionais
2. Promover curso-encontro com os missionários que trabalham com as comunidades Kaingang
3. Sob a responsabilidade do secretariado do Regional Sul, melhor informar os missionários sobre Pedagogia Libertadora e Legislação Indígena.

POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL

Tendo em vista que a Política Indigenista Oficial (Funai) tem como finalidade "integrar" os Povos Indígenas na sociedade nacional, o que significa decretar a sua extinção enquanto Povos, decidimos:

1. Acompanhar e denunciar as mudanças e novas táticas desta política, que tem por objetivo confundir a opinião pública.
2. Divulgar o novo Estatuto da Funai e a questão da Estadualização.
3. Possibilitar que os índios se encontrem e discutam sobre as novas táticas do órgão oficial (ex: Estadualização)
4. Ao lado dos Povos Indígenas lutar pela justiça como norma que está acima da lei, fazendo desta luta um meio para fortalecer a nossa fé.
5. Trabalhar em conjunto com a Pastoral da Terra e Pastoral Operária, no sentido de possibilitar um maior conhecimento e divulgação da causa indígena, bem como um solidariedade comum.

As conclusões acima, elaboradas e aprovadas pela Assembléia, tomaram em conta o conhecimento de cada missionário sobre a realidade em que atuam e mais a valiosa colaboração dos representantes indígenas presentes à Assembléia.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI

CONCLUSÕES DA

VI ASSEMBLÉIA REGIONAL SUL DO CIMI

A VI Assembléia Regional Sul do CIMI, reunida em São José dos Pinhais, PR, de 30 de Abril a 4 de Maio de 1980, tendo estudado e debatido a questão da Autodeterminação dos Povos Indígenas, constatou que a questão Terra é ainda o mais grave problema dos Povos Indígenas do Sul do País, existindo:

a) Áreas invadidas:

São Jerônimo da Serra (PR), Pinhalzinho (PR), Guarita (RS).

b) Áreas totalmente griladas:

Chimbandue (SC), Serrinha (RS), Ventarra (RS), Matos Costa (SC), Caseiros (RS), Lagoão (RS), Itaporanga (SP) e outras.

c) Áreas parcialmente griladas:

São Jerônimo da Serra, Rio das Cobras, Mangueirinha, Ivaí, Queimadas, Faxinal, Apucarana, Palmas (PR), Xapecó (SC), Nonoai, Inhacorá, Votouto, Foido Guarani (RS).

d) Terras tomadas por barragens :

Porto Irene (PR), Mangueirinha (PR), Ibirama (SC).

e) Terras ameaçadas por barragens :

Xapecó (SC), Nonoai, Ligeiro, Cacique Doble (RS).

f) Sem terra garantida :

Diversos grupos Guarani.

g) Áreas devastadas :

Todas as áreas onde existem Postos da Funai.

Diante desta situação, assumimos:

1. Cada missionário que atua junto aos Povos Indígenas, procure conhecer a situação do grupo no aspecto global, ou seja, situação / das terras, cultura e lideranças deste grupo.
2. Que cada missionário se conscientize de que as próprias comunidades indígenas é que devem lutar pelas suas terras. Para isso, no entanto, deve fornecer-lhes instrumentos:
 - a) explicando para as lideranças a Lei 6001/73 (Estatuto do Índio)
 - b) esclarecendo as artimanhas da nossa sociedade.
 - c) favorecendo o encontro entre líderes de várias áreas.
 - d) informando através de recortes de jornais sobre a luta em outras áreas.
- 3) Que o Regional Sul do Cimi procure ter uma assessoria jurídica, para atender os índios e missionários em caso de necessidade.
4. Estudar, com especial atenção, a questão da terra para os grupos Guarani, com assessoria de conhecedores da cultura Guarani.

EDUCAÇÃO

Eientes de que não possuímos suficiente conhecimento sobre o processo de educação indígena, e de que as escolas instaladas nas áreas indígenas ou outras

N O T A

DA VI ASSEMBLEIA REGIONAL SUL DO CIMI
Conselho Indigenista Missionário

Os missionários indigenistas do Regional Sul do CIMI, reunidos em sua VI Assembleia nos dias 12 a 14 de Maio de 1980 em São José dos Pinhais, PR, após analisar a realidade indígena do Sul do Brasil e sua ação missionária, denunciam as novas táticas da Política Indigenista Oficial Brasileira.

Hoje se verificam, na prática, ações concretas da Funai no sentido de passar aos Governos Estaduais a sua responsabilidade pela tutela e assistência aos Povos Indígenas. Denunciamos que essas ações são parte de um plano mais antigo que visa a extinção dos Povos Indígenas em nosso país. Como ontem se falava da "emancipação", hoje se fala da "regionalização" da política de proteção aos índios.

Ontem, como hoje, esses planos na da mais são do que um decreto de morte dos Povos Indígenas, sob a capa do cumprimento da lei.

Com esses planos novamente o que se quer é a espoliação do que resta das terras e das riquezas dos Povos Indígenas, atendendo aos mais mesquinhos/interesses regionais e seus aliados/nos Governos Estaduais.

O que os Povos Indígenas poderiam esperar de Governos como o do Estado do Paraná, que lhes roubou mais de... 150 mil hectares de suas terras, demarcadas por estes mesmos Governos ?

A presente Nota teve publicação parcial no dia 06/5/80 nos seguintes diários de Curitiba: Correio de Notícias, O Estado do Paraná, Gazeta do Povo e Tribuna do Paraná.

O que os Kaingang e Guarani do Paraná podem esperar do Governo que lhes tirou mais da metade da área de Mangueirinha em favor de grupos econômico-políticos como os Forte-Khoury e os Slaviero ? O que os Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul podem esperar de um Governo que lhes reduziu drasticamente quase todas as suas reservas, além de extinguir totalmente as reservas de Ventarra e Serrinha ?

Enfim, o que os Povos Indígenas do Brasil podem esperar de Governos Estaduais subservientes ao Governo Federal e totalmente comprometidos com os latifundiários e o capital estrangeiro ?

Renovamos, portanto, nosso veemente repúdio à Política Indigenista Oficial e à manobra da Estadualização.

Por outra parte, reafirmamos nosso irrestrito apoio às lutas dos Povos Indígenas do Sul do Brasil, na sua caminhada pela reconquista dos seus direitos, das suas terras e pela construção do seu futuro como Povos Livres.

No mesmo sentido, manifestamos nosso integral apoio à luta dos Xavante de Pimental Barbosa, MT, pela recuperação de suas terras tomadas por fazendeiros.

Pelo Respeito aos Direitos das Minorias Étnicas.

VOZ INDIGENA

A seguir transcrevemos alguns pensamentos extraídos dos depoimentos dos indígenas aos missionários na VI Assembleia do Regional Sul do Cimi.

Representante Kaingang:

"Existe jornais por aí denunciando as nações indígenas, Povos Indígenas brasileiros que o índio não trabalha, que o índio tem terra e não trabalha, que o índio é vadio, é bebado, tem terra e não aproveita..."

Então a gente tem que caminhar se explicar no público, porque não adianta a gente ficar conversando sózinho lá..."

"... Eles se interessam mais na riqueza das áreas indígenas. Não é o índio que aproveita as riquezas das áreas indígenas."

Em nome da tutela tá terminando tudo as nossas riquezas ... "

"Cansei de andar carregado pelas costas do pai no mato catando pinhão, melando e caçando... E agora não existe mais isso que entraram os arrendatários e acabaram com tudo, não é índio que arrendou essa terra, foi o branco..."

"Dizem que o índio é bobo, mas não é bobo não, é humilde... O índio trabalha sobre trabalho dele, por que nós é que somos donos da terra, não é que temos que lutar."

"Quanto índio já morreu nessa nossa caminhada, luta pelas nossas terras indígenas?"

Representante Kaingang:

"Até hoje a minha defesa é dos braços, das mãos calcadas... Eu não conheci fruta de natureza, peixe de natureza muito poucos, doce de natureza já não existia mais, caça de

pelos já não existia mais, pássaros de aves naturezas selvagens já não existia mais.

Hoje homens responsáveis não só pelo índio e também pelo povo nacional criticando o índio, que o índio é preguiçoso... Antes de criticar, pensassem aquelas terras que ficou com seus irmãos brancos.

57 anos o SPI foi patrão das áreas indígenas a maioria do Brasil. A Funai assumiu em 1967, o restante daquelas áreas que eram estadual. Em 70 anos, qual é o resultado que foi encontrado desse comando desses 2 órgãos?

Em 3 anos o que é que o Governo do Estado pode fazer, que em 70 anos estava mais fácil, as terras estavam excelentes, as matas azuis estavam quase inteiras, as famílias indígenas estavam mais fortes?"

"Esse Convênio é um caso que vai fazer o índio decair pouco a pouco do sistema dele, costumes tradição idioma."

O dinheiro e a terra é coisa mais fácil na mão do índio ela sumir. São dois objetos que pode acontecer com qualquer índio: Terra não se brinca, dinheiro não se brinca; terra se acaba, dinheiro se acaba. Nem que criado, a terra um dia de certo vai ter serventia pros nossos filhos, nossos netos..."

"Esse Brasil, isso tudo era nosso, do D. Pedro II os primeiros habitantes que foi encontrado o primeiro foi o índio."

" O nosso atraso não é que nós somos atrasado, não é que nós somos preguiçoso, não é que nós somos vagabundos.

Porque ninguém nasceu professor...

Eu queria ver, tirando fora a vida famílias indígenas brasileiras que se colocasse 180 anos famílias de origem, sem escola, prá ver se chega antes no meus pé...

Muito sangue já correu nessa luta. Tá os nossos patrícios... Quantos índios foram pauleados na mão dos intrusos? Quantas mulheres indígenas famílias foram desaforados com abusos? "



Representante Guarani:

" É muito grande a viagem que a gente fez de Mangueirinha. Quatro meses de viagem, a pé, criança nas costas...

Aqui em Mangueirinha, 50, 53 por aí já continuei de trabalhar no Posto... " Tem que pegar foice se não vai no gaiola. E a gente tá cha

mando prá trabalhar e não vem, então a polícia índios pega, você é vagabundo, índio preguiçoso, então vai prá gaiola, isso aqueles tempos... O tempo do atílio, já trabalhei no Posto, já entrava arrendatários. Naquele tempo a língua do branco eu não conhecia... Saiu o Atílio entrou o Vitor, sempre o mesmo trabalho.

Nós fizemos 200 alqueires de roça pros índios, prá ver se aparece dinheiro do índio. Quando chegou a colheita, nós colhemos feijão, milho (1000 sacos)... E prá onde foi o dinheiro?

Então nós pensamos, vamos fugir, então o resto fica ajudando o chefe prá comprar um carro, e nós fomos de a pé.

Então nós chegamos em São Paulo, paramo numa rodinha de mato... "

"Funai disse: " o índio é vagabundo gosta de andar" . E anda porque é vivo.

... Prá contar histórias dos meus irmãos e irmãs então prá tudo isso tem que viajar. "

Representante Kaingang:

" Antes, nas áreas dos índios não tinha chefe de Posto, era só os índios. Depois começou Chefe do Posto sei lá se é da Funai se é do SPI... Me parece que só serviu prá tirar a cultura do índio.

"Uns dizem que o Governo não pode mais devolver a terra dos índios que foi entregue prá colono... Mas eu acho que roubo não pode ser...

" Mas já que tem gente que estudaram sobre na causa do povo, problemas humano... Não só falar problemas de religião, tal e tal, não é grande solução pro povo pobre isso.

Mesmo meu pai conta que De gosta tudo mundo... Acho que tam - não é pecado devolver o que é dele, pecado é tirar o que é do outro ! "

" Nesses encontro, padre encontro muito, mas bispo muito pou . Então tem que aumentar esse lado."

" Não é necessário dizer o índio "Vamos fazer capela natua á - a". Mais necessário é dizer " Vamos gar os pedaços de terra que foi tira "

" Orientar o índio prá ele o perder sua cultura. Porque antes vocês entrar no Brasil o índio só via aquela sistema dele, e foi só a bando.

Eu encontro gente que diz e os índios tão aumentando, que quan veio os branco tinha 15 mil tribos índio e hoje me parece (em compara - o) que ainda é muito pouco, e eu a - o que não sei se chega de novo a ter mil, só se cuida muito. "

"Não orientar (estudantes) se envolver na vida da vocês (bran - os) assim. Não gosto que fala pró - dio ir na vivência dos brancos... A vivência (dos brancos) é que muita gen - gusta de querer ter mais, ter mais - ra..."

Vou criticar nessa parte - ssas autoridades que são os nossos Go - ernos.

Eu não quero que o índio pe - a os costumes de vocês. Não interes - ar o índio pela vivência dos branco."

" Lei não é uma coisa que - toridade que faz, pessoa que sabe se - rrigir ela mesma que faz a lei."

Representante Kaingang :

"Quando o Brasil era habitado pelos índios tinha lindas florestas , caça, pesca... e hoje não tem mais... E hoje não tem mais nada, por causa do veneno, que não é índio que usa, e os granjeiros. "

" Agora eu trouxe minha meni - na prá vim conhecer bicho aqui na ci - dade, que lá não tem mais... Mas não foi nós que terminou, foi o branco que terminou "

" O Chefe do Posto , quando vê um índio mais esclarecido, ou ele pega prá trabalhar prá ele, ou ele coz - re com ele. Não faz isso diretamente, mas ele conquista a comunidade e joga a comunidade prá cima dele. "

" Qual foi o governador que ajudou o índio até agora? Se um gover - nador me tirou 6 mil alqueires, seu vou querer ficar assistido por ele ? "



LUTA INDIGENA

LIVROS

13

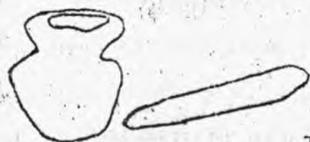
AS ALTERNATIVAS DOS VENCIDOS :
INDIOS TERENA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Edgard de Assis Carvalho

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

"O autor retrata a situação dos moradores do Posto Indígena Araribá fazendo intervir na análise a especificidade das relações de trabalho." Porém, "o livro ... está longe de aprisionar o leitor nos limites de uma comunidade indígena; estimula o próprio repensar dos caminhos da antropologia".

"Meditar sobre a situação indígena, após a leitura deste livro não é mais tarefa fácil que envolva sonhar com a libertação étnica em abstrato. Penetra-se em relações profundas da sociedade de classes, encontrando-se aí povos que ingressaram na História, sem cidadania completa, mas com plena capacidade de criar riqueza e de valorizar o Capital" (do Prefácio de Carmen Junqueira).



EM DEFESA DAS TERRAS INDÍGENAS :
UMA LUTA DE MOYSÉS WESTPHALEN

Org. por Ligia T.L. Simonian

Ijuí, FIDENE/M seu Antrop. Diretor Pestana, 1979
(Cadernos do Museu, nº 8)

No trabalho de pesquisa sobre os Povos Indígenas do Rio Grande do Sul Ligia Simonian deparou-se com os escritos de Moysés Westphalen, publicados em sua quase totalidade no Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre. "Engenheiro Agrônomo de formação, Moysés Westphalen dedica parte de seu esforço intelectual a analisar, denunciar, informar a opinião pública a respeito dos atentados, crimes, desmandos, praticados por setores da sociedade e, inclusive, pelo Estado do Rio Grande do Sul, contra os povos indígenas remanescentes". "Hoje, quando os povos indígenas recobram suas forças e lançam-se à luta em defesa de seus legítimos direitos, impõe-se a publicação unificada da produção de Moysés Westphalen, inclusive pela sua atualidade" (da Introdução, por LTLS). Esse é o conteúdo do trabalho, acrescido de um quadro demonstrativo da expropriação das terras indígenas no RGS.

VISUALIZAÇÃO :

ESTADO EXPROPRIA E DOMINA POVO GUARANI E KAINGANG

Ligia T.L. Simonian

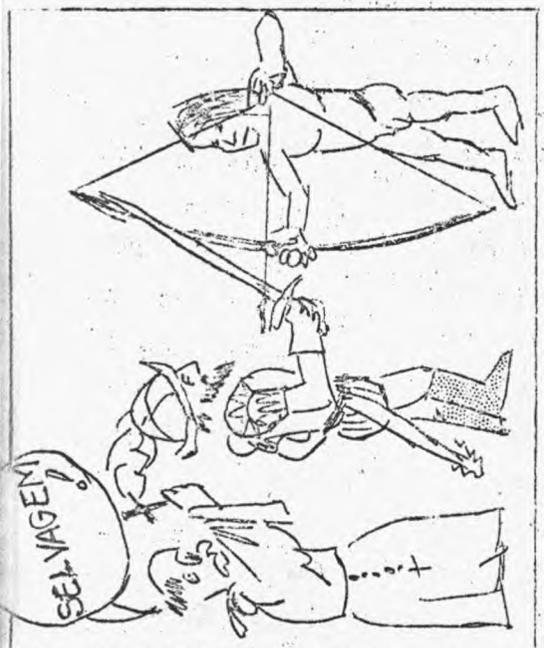
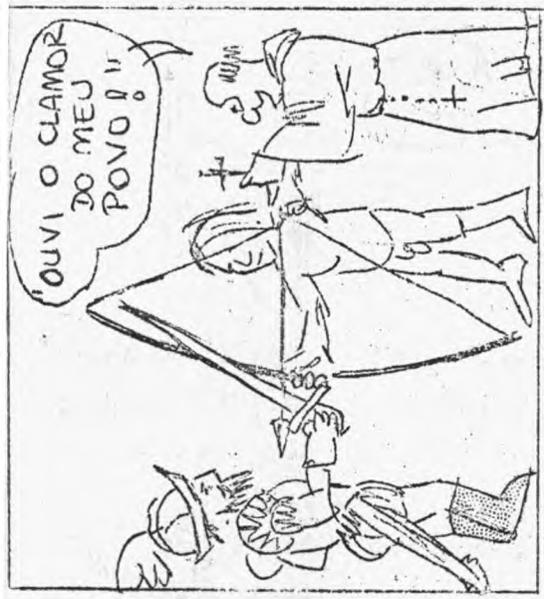
Ijuí, FIDENE/Museu Antrop. Diretor Pestana, 1980 (Cadernos do Museu, 9)

Este trabalho surge como que em resposta ao Programa do Governo do RGS para atender às populações indígenas e em reforço à reivindicação dos indígenas daquele Estado exigindo do Governo a devolução de suas terras.

O trabalho historia rapidamente o processo de esbulho sofrido pelas áreas indígenas do RGS e é de extremo valor inclusive pelos mapas das mesmas que reproduz (dos originais). FIDENE - Cx Postal 560 - Ijuí, RS



I ENCONTRO PASTORAL INDIGENISTA CONE SUL



Quase três anos após o Primeiro Encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indigenista, realizou-se em Fevereiro último o Primeiro Encontro de Pastoral Indigenista do Cone Sul de América Latina.

Reunidos em São Paulo, missionários de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguay discutiram, de 11 a 15 de Fevereiro, a ação da Igreja junto aos Povos Indígenas na região.

Entre os presentes estiveram Monsenhor Roger Aubry, Presidente da Comissão Episcopal de Missões da Bolívia; Monsenhor Alejo Obelar, Presidente da Equipe Nacional de Missões da Conferência Episcopal do Paraguay; Dom José Gomes, Presidente do Cimi, e o Pastor Ornulf Steen, da IECLB, além de representante do Instituto Indígena de Temuco, Chile.

Num primeiro momento foram apresentados os informes de cada país, onde se buscou retratar a situação dos Povos Indígenas e a resposta (ação) das Igrejas, bem como as questões que cada Igreja vem se formulando com respeito a Evangelização dos Povos Indígenas.

No momento seguinte, a partir dos informes se levantaram questões que, após discussão, foram agrupadas em três grandes temas. Seguiu-se então trabalho em grupos (cada grupo com um tema) e discussão no plenário.

No último dia os missionários procuraram estabelecer linhas comuns de ação, a partir do que fora discutido, chegando as linhas que publicamos nas páginas seguintes.

PRIMEIRO ENCONTRO DE PASTORAL
INDIGENISTA DO CONE SUL
DE AMERICA LATINA

Em São Paulo, estivemos reunidos missionários indigenistas das Igrejas Católicas e Luterana do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Bra-^{Chile}sil e Paraguay), convidados pelo CIMI (Conselho Indigenista Missi-
onário), do Brasil, e a ENM- Equipe Nacional de Missões da Confe-
rência Episcopal Paraguaia.

Se nos fazia necessária uma intercomunicação de experiências e a busca de linhas de convergência para um melhor serviço ao povo indígena, à luz da Palavra de Deus e das situações históricas de nossas culturas.

Recolhemos a seguir as linhas de ação em comum:

1- Empenhar toda a nossa força missionária na defesa dos direitos dos Povos Indígenas à sua sobrevivência como Povos Indígenas.

2- Encontrar a presença do Senhor no coração dos Povos Indígenas e desde aí descobrir juntos, em diálogo fecundo, o anúncio de Cristo. Conseqüentemente, criar condições para uma Igreja Indígena, reconhecendo e promovendo sua liderança religiosa própria, sem uma imposição de práticas, ritos, liturgia e esquemas alheios à sua cul-
tura. Promover que todos os missionários convivam com o povo e aprendam antes de tudo a língua para conhecer desde dentro sua cul-
tura e cosmovisão. Sabendo que nunca poderemos chegar a ser de
como eles, porém procurando ser aceitos no povo, fazendo cada vez um maior esforço de encarnação.

Em toda proclamação da Palavra de Deus, cremos ser muito importan-
te que ela esteja adaptada às interpelações e situações de cada po-
vo.

Cremos oportuno intensificar a presença de leigos organizados na Pastoral indigenista.

3- Criar um compromisso de união entre os missionários de América Látina, aproveitando a estrutura eclesial para uma ampla solidarie-
dade entre os povos indígenas e entre os missionários. De modo par-
ticular não perder a oportunidade de um apoio em casos de situações
conflitivas divulgando e celebrando em espírito pascal as persegui-
ções e martírios de indígenas e missionários.

(segue)

4- Continuar em conjunto a reflexão missionária a nível de América Latina mediante:

- a. Estudos especializados por áreas e temática (anтропologia, teologia, etc)
- b. Institutos e pessoas especializadas para a capacitação de missionários.
- c. Tentar a criação de um centro latino-americano de assessoria para o intercâmbio de experiências, reflexões e cursos.
- d. Elaborar a bibliografia existente em cada país sobre temas missionários indigenistas tratando de polo em comum para todos os países.
- e. Procurar ajudar-nos mutuamente em revisões periódicas para evitar parcialidades ideológicas, que nos impeçam de ver com amplitude nosso trabalho apostólico.
- f. Tomar consciência de que não deve entrar no campo missionário quem não esteja preparado em estudos humanísticos e teológicos indigenistas.
- g. Criar, a nível de cada país, um organismo próprio que anime uma ação pastoral específica para os Povos Indígenas.

5. Formular o Anúncio em termos de libertação integral, defendendo os direitos fundamentais dos povos para que avancem harmonicamente em seu caminhar histórico.

Apoiar os Povos indígenas na luta por suas terras. Terra apta e suficiente para seu desenvolvimento social, econômico e cultural, sabendo que para os indígenas a terra é parte de sua identidade como povo e é elemento essencial de sua vida.

6- Cremos fundamental na ação missionária das igrejas cristãs promover e conservar a unidade dos povos indígenas, evitando qualquer ação que possa causar ou fomentar divisões por problemas religiosos. Tal atitude é um desafio ao ecumenismo ainda não alcançado..

PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ISSO QUE É UM ABSURDO!

17

GOVERNO DO ESTADO ROUBA AS TERRAS INDÍGENAS
E DEPOIS DÁ GALINHAS PARA OS ÍNDIOS CRIAREM

No dia 5 de dezembro de 1979 os jornais noticiavam a assinatura de um "Protocolo de Cooperação" entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, referente a assistência oficial aos indígenas naquele Estado. O referido protocolo nada mais era do que o primeiro passo na concretização da nova tática da Política Indigenista do Governo, que pretende entregar a cada Estado a responsabilidade pela assistência e Tutela dos Povos Indígenas, com supervisão da Funai. Ou seja, uma vez que não se pôde aprovar o projeto da Emancipação - por força da opinião pública nacional e internacional - o Governo procura agora uma nova maneira de chegar aos mesmos objetivos: "integrar", ou seja, desintegrar os Povos Indígenas, para poder tomar-lhes as terras.

No caso do Rio Grande do Sul, escolhido para abrigar o "Projeto Piloto" dessa nova tática, ocorreram absurdos de toda ordem. Como fruto daquele "Protocolo" assinado, constituiu-se um Grupo de trabalho, presidido pelo Sr Augusto Trein, Secretário do Trabalho e Ação Social, e com elementos das Secretarias da Saúde e Meio Ambiente; Agricultura, Cultura, Desporto e Turismo, e Educação. Participaram também do GT o Diretor do Museu Antropológico do RS, a representante da Funai no Estado e o Diretor do Departamento Técnico da Secretaria do Trabalho e Ação Social, tecno-burocrata de nome Tarácio Deretti, este na qualidade de Secretário Executivo do Grupo.

PROJETO FEITO LEM APENAS DOIS MESES
UM MARCO PARA A BUROCRACIA NACIONAL!

Em apenas dois meses esse grupo, segundo relatório datado de 08/02/80 fez o seguinte:

"Foram ouvidas pessoas de notório conhecimento da causa silvícola. Realizaram-se contatos e reuniões com entidades particulares, destacadamente com a Associação Nacional de Apoio ao Índio. O grupo de trabalho ... reuniu material, bibliografia, estabeleceu debates, formulou hipóteses e passou a visitar com regularidade as populações silvícolas do Estado... Elaborou por fim, os delineamentos de um programa, cuja versão preliminar constitui o presente documento" (Proposição Global para um Programa de Promoção

das Comunidades Indígenas do Rio Grande do Sul, Estado do RGS, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Porto Alegre, 1980. 70 pp., fotocopiado- grifo nosso).

A tradução de todo o trecho acima do documento redigido pelo Sr. Tar- císio Deretti é a seguinte: Não foram ouvidas pessoas de notório conheci- mento da causa indígena a não ser um ex-funcionário da Funai chamado Getúlio Co- uto Ribeiro (atuou no Posto Indígena Apucarana , PR), de conhecimento duvi- doso., Os contatos com entidades particulares se restringiram à Associação Nacional de Apoio ao Índio, ANAI, que entregou por escrito sua colaboração ao Governo do Estado para a elaboração de um programa de assistência, colabo- ração esta que sequer foi levada em conta. Os debates a que se refere o relatório são as próprias reuniões do GT e, por fim, as visitas com regulari- dade a que se refere são nada menos que uma visita por Posto Indígena (São 7 no RS), sendo que essa visita se restringia à sede do Posto, onde está o fun- cionário da Funai. Ou seja, os índios com quem manteve contato o GT foram aqueles que moram próximos ao Posto da Funai e o cacique de cada Posto, sen- do que mesmo estes falavam a " Comissão do Estado" (como os índios chamaram) na presença do Chefe da Funai. Somente em duas áreas não houve a presença do Chefe do Posto: no P.I; Inhacorá, onde ela foi compensada com a presença do prefeito de Santo Augusto, e no P.I. Votouro, onde a Comissão do Estado ouviu coisas que certamente não gostou de ouvir, como a acusação de que o Es- taço do RGS roubou a terça parte das terras daquela área.

O fato é que, em apenas dois meses e com apenas aquelas visitas...às áreas indígenas, e sem nenhum contato anterior dos membros do GT com os Gru- pos indígenas do Rio Grande do Sul, elaborou-se um fabuloso programa de as- sistência redigido em 70 páginas, com duração prevista para 3 anos e orçamen- to total de R\$ 443.684.257,00.



Diante disso o Cimi encami- nou um pedido de consulta a diversas entidades e instituições, buscando co- lher pareceres técnicos sobre o Progra- ma do Governo do RS e preparando um en- contro e debate entre as entidades con- sultadas. Estas entidades foram: Asso- ciação Gaúcha dos Sociólogos, Associação Nacional de Apoio ao Índio, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Departamento Antropológico da FAPES+ Erechim, Igreja Evangélica de Con- fissão Luterana no Brasil, Museu Antropo- lógico Diretor Pestana- FIDENE- Ijuí, Mo- vimento Justiça e Direitos Humanos - Por- to Alegre e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre.



Debate
 PROJETO DO
 GOVERNO DO ESTADO E FUNAI:
 PRESERVAÇÃO ou
 DESTRUIÇÃO
 DA CULTURA INDÍGENA ?

No dia 15 de abril reuniram-se em Porto Alegre representantes das diversas entidades consultadas, juntamente com o Presidente do Cimi e uma Comissão de indígenas Kaingang das áreas de Votouro e Nonoai. Durante o dia foram discutidos os pareceres de cada entidade, buscando-se um consenso com relação ao assunto. À noite, às 20 horas, realizou-se um Debate público no salão Nobre do Colégio do Rosário, que contou com a participação também do Sr Tarcísio Deretti, redator do Programa do Governo rio-grandense e com a presença também do Diretor do Museu Antropológico, Sr Antônio Augusto Fagundes.

As colocações das entidades no debate podem ser resumidas nos pontos comuns que se ressaltaram:

_ a "Proposição" Governamental é um desrespeito ao Direito dos Povos Indígenas de se auto-determinarem, uma vez que para sua elaboração não se contou com a participação ampla de representantes e líderes indígenas.

_ a "Proposição" tem como ponto de partida uma distorcida compreensão de cultura, pretendendo "preservar as culturas indígenas" ao mesmo tempo que pretende implantar naquelas comunidades um sistema de trabalho mecanizado, mais ou menos sofisticado tecnologicamente, e paralelamente conduzir os grupos indígenas a uma economia competitiva com base na família nuclear.

_ a "Proposição" estadual não contempla de maneira correta a questão das terras indígenas, omitindo-se no que toca ao esbulho sofrido por aquelas comunidades e no tocante aos incessantes apelos das mesmas pela recuperação das terras perdidas.

_ amplos setores da pesquisa científica e da prática indigenista não foram consultados para a elaboração da referida proposição, sendo que a ANAI foi chamada a colaborar na elaboração e sua contribuição não foi considerada.

Já a colocação do Sr. Tarcísio Deretti marcou pelos sofismas e pela citação de clássicos, indo de filósofos gregos a antropólogos estadunidenses, passando por Voltaire. Na prática defendeu o Sr. Deretti que foram ouvidos os indígenas e que estão satisfeitos com o projeto; tentou dizer até mesmo que o Cimi fora convidado a participar da elaboração e se omitiu, o que não é

20
 verdade; que a orientação do "programa" se baseia " no respeito às idéias e hábitos dos indígenas"; e finalmente, após as críticas das diversas entidades, afirmou que "o projeto foi mal lido por diversos daqueles que se pronunciaram".

O ponto mais forte no debate, no entanto, foi as colocações dos próprios indígenas. A Comissão de Indígenas Kaingang de Nonoai leu um documento por ela elaborado e assinado que prometeram entregar no Palácio do Governo no dia seguinte (reproduzimos as conclusões da Comissão de Indígenas ao final desta matéria). Posteriormente vários indígenas falaram, e nos parece importante transcrever seus depoimentos (Obs: várias vezes se referem ao Protocolo de Cooperação do MINTER e Gov. do RGS como "Convênio", ou "Convênio entre a Funai e o Estado").

AS TERRAS FORAM TUDO TOMADO, NA MÃO DO ESTADO

XANGTE- O conflito vem de 63 praca. Naqueles tempos o índio vivia que nem cavalo, vivia judiado. Hoje o índio vem se envolvendo pra se defender. O índio não luta contra o Governo, ele luta pelo direito.

Fizemos uma reunião entre nós mesmos e achamos que le (o Convênio) vai prejudicar muito o índio. O índio já tem medo porque ele foi muito judiado. As terras foram tudo tomado, na mão do Estado (1). As medições de terras (2) pararam quando passou para o Governo Federal.

Eu fui transferido para a área de Nonoai, que a minha área de Serrinha foi tomada pelo Governo do Estado. Então o Estado vendeu aquela terra pros colonos e esses mesmos colonos venderam de novo aquela terra e foram invadir nossa área de Nonoai, atrás de nós de novo.



Péri- A causa que nos trouxe aqui foi esse Convênio elaborado pela Funai e o Governo do Estado. Até o dia de hoje o índio brasileiro só sofreu na mão do homem branco. Até 62 o benefício que o índio teve do Governo do Estado foi a medição de terras, que eu perdi minha terra Natal de Serrinha, na mão do Estado. Se a Funai, que é um órgão Federal, não fez em 12 anos, o Governo (Estadual) pretende fazer em 3 anos? Se dentro de cinquenta e poucos anos o Governo do Estado não fez, o que pretende agora em 3 anos? (3)

(nesse momento é que se fez a leitura do documento da Comissão das áreas de Votouro e Nonoai).

QUANDO EU VI O PROJETO DO ESTADO EU ME LEMBREI
DE QUANDO O ESTADO ME DIRIGIA

NIRE- Eu estava aqui olhando meus companheiros amigos e pensando outras coisas.

Eu gostaria de falar aqui durante 60 minutos, mas vou respeitar os 10 minutos que tem outros que querem falar também. Eu gostaria de levar esse microfone na nossa área indígena, e ia ficar o dia todo prá dizer tudo o sofrimento que vimos passando na mão do Estado.

Quando eu vi o projeto do Estado eu me lembrei de quando o Estado me dirigia... Eu estou sem terra, que eu sou natural de Serrinha.

Nós não precisamos de uma ajuda do Estado desse ano ou do ano 82. Nós precisamos as áreas perdidas.

Eu estou numa área, mas a maior parte dos meus patrícios (do Toldo Serrinha) está na colônia, em cima das terras deles mesmos, trabalhando de agregado. Então, quando nós vimos esse projeto maravilhosa do Estado foi o choque que eu tomei.

Talvez algum vai voltar prá casa triste (desse debate), algum contente. Também por isso é prá aprender a pensar antes de fazer alguma coisa prá não se arrepender depois(referia-se a fisionomia do Sr. Deretti).

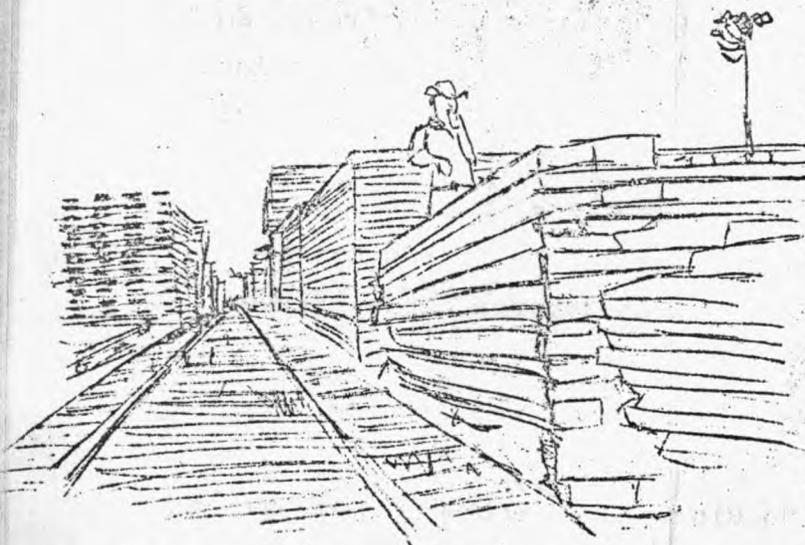
Quem se queimou com água quente ,tem medo de água fria. Assim somos nós.

O Governo quer dar umas galinhas e porco prá cada família indígena. Mas onde é que eu vou criar esses bicho, se eu não tenho terra? Mais antes que o Governo me dê um cavalo encilhado, porque eu não tenho terra ,tenho que viver andando pela estrada mesmo.

" SEM LUGAR NEM PARA FAZER UM FOGUINHO.
SERÁ QUE A CULPA É MINHA ?

RITKAG- Isso foi o projeto que prá nós foi um sonho (4), quase que nem uma surpresa. Porque já vem vindo anos que o índio vem sendo iludido. As promessas chegam na frente e a verdade nunca chega.

Essa culpa do arrendamento com esse projeto nós encontramos no artigo(5). Os responsáveis levaram as coisas boas. Hoje o índio que vem carregando a culpa de ter vendido suas madeiras, de ter arrendado suas terras. O índio que está carregando as cargas; os



SERRARIA DO P. I. XAPECO, SC -

22
outros, que eram os responsáveis, saíram com o bolso cheio.

Os nossos responsáveis, que estavam em lugar de pai, foram conversando com o índio para mudar de área, sendo que teve índio que prometeram até cadeia (para ele), sendo que estava no direito (dele).

Área de Ventarra, desde aquele dia que fomos obrigados a desocupar a aquele pequenino pedaço de terra até hoje tem meus patrícios vivendo nas colônias, trabalhando de peão. Isso que é um absurdo! Muitas vezes sofri por essas terras; muitas vezes tive ameaça de cadeia...

Hoje a maioria dos índios está desconfiado, porque não é o primeiro e não é o último que está sofrendo nesse Brasil afora. Eu estou sem lugar nem prá fazer um foguinho. Será que é culpa minha? Será que eu fiz um presente dessas terras, que eu não podia produzir? Não!

NOTAS

(1) Foram as seguintes as áreas perdidas pelos Kaingang do Rio Grande do Sul: Cacique Doble: na década de 40 tiveram 942 hectares roubados pelo Estado.

Caseiros: toda a área do toldo foi tomada na década de 20= 1.003 ha.

Guarani: em 1962 o Estado lhes roubou 461 hectares e posteriormente lhes foram tomados cerca de mais de 200 por invasão de colonos.

Inhacorá: em 1962 o Estado rouba-lhes 4.799 hectares, destinando 3.049 a colonos e 1.750 ha ao próprio Estado (Secretaria da Agricultura).

Lagoão: as terras não chegaram a ser demarcadas, e tudo indica que os Guarani desta terra foram forçados a abandoná-las.

Nonoai: demarcação de 1856 garantida aos índios mais de 400 mil hectares. Em 1911 nova demarcação define a área em 34.908 hectares.

Em 1941 o Estado do RGS rouba desta área 19.998 hectares, que em 49 transforma em Reserva florestal. Em 1962 o Estado destina 2499 hectares da área de Nonoai a colonos e em 1963 mais 1200 hectares são tirados dos indígenas, igualmente para entregar aos colonos.

Serrinha: em 1949 o Estado rouba 6.623 hectares dessa área. Em 1962 extingue a reserva entregando os restante 4.725 hectares a colonos.

Ventarra: o Estado roubou essas terras no ano de 1962, num total de 753 hectares, extinguindo a reserva.

Votouro: Em 1962 o Estado lhes roubou 1.664 hectares, destinando 1032 a colonos e 632 para uma reserva florestal. Os índios conseguiram em 68... após devastado o pinheiral da Reserva, ^{que} esses 632 hectares lhes fossem restituídos.

(2) "medições de terras" = significam as redemarcações de áreas, onde se tira a parte das terras indígenas.

(3) Refere-se ao fato de que o Governo do Rio Grande do Sul já teve sob sua jurisdição e assistência as áreas indígenas de seu território, especialmen-

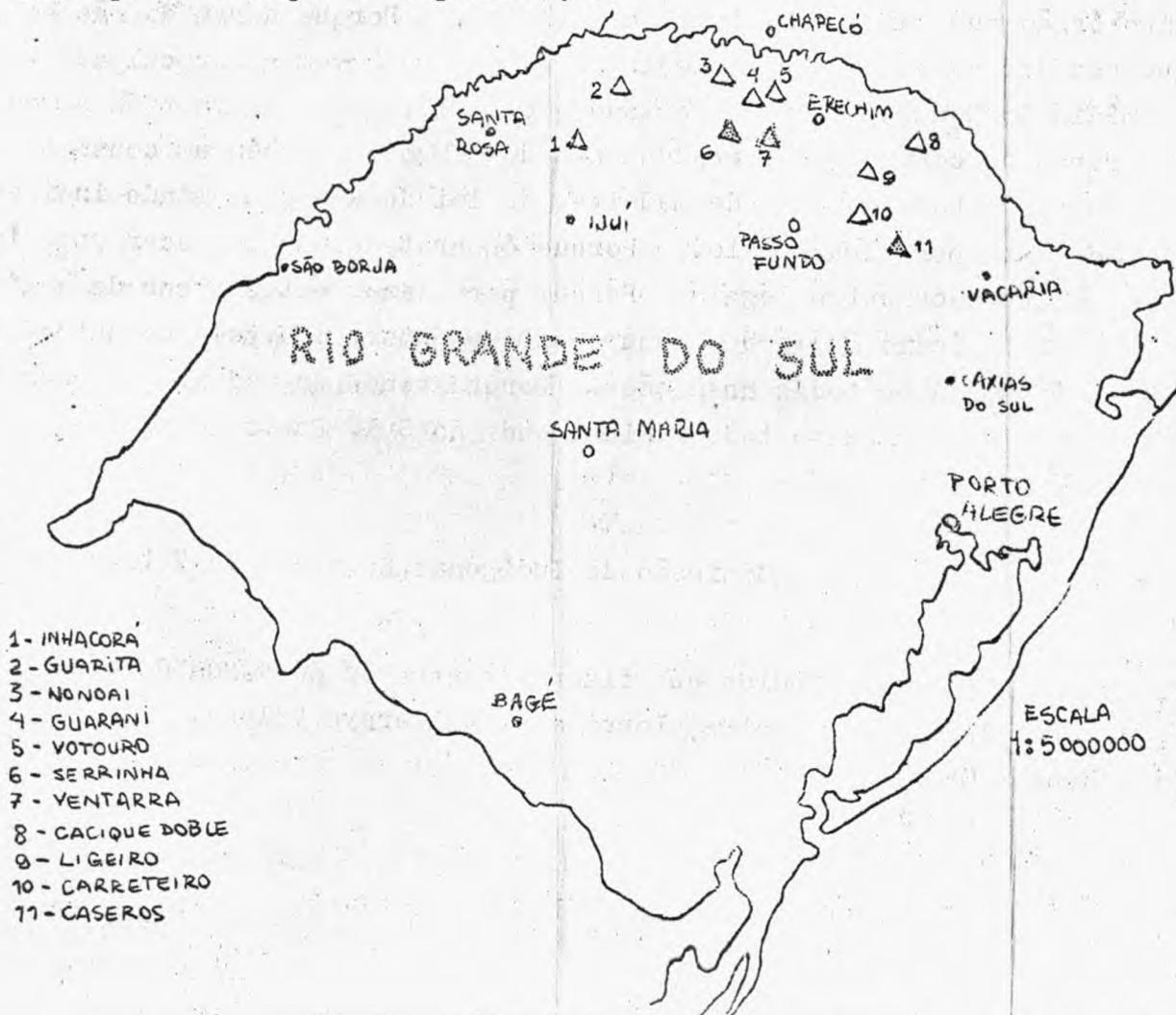
te a partir das demarcações de áreas feitas por esse mesmo Governo por volta de 1911 a 1913. Até o ano de 1941 o Estado do RGS, dirigiu as áreas de Caci que Doble, Nonoai e Guarita, sendo que até 1967 dirigiu ainda Inhacorá, Carreteiro, Ventarra e Serrinha, e por fim até 1968 dirigiu a área de Votouro e o Toldo Guarani. O SPI- Serviço de Proteção aos Índios- atendeu somente Ligeiro a partir de sua fundação em 1910, assumindo as demais áreas nos anos acima mencionados, quando o Estado entregava à assistência Federal.

(4) "um sonho" = expressão comum também a caboclos da região. Significa uma coisa "sem pé nem cabeça", sem nexos, sem sentido, inexplicável.

(5) Refere-se ao capítulo "Preservação das terras..." da "Proposição" Estadual, onde se omite o roubo da terra indígena promovido pelo próprio Estado e se lança sobre os indígenas a culpa dos arrendamentos da área indígena, das invasões das mesmas e do desmatamento, como se não existissem os contratos de arrendamento do SPI e da Funai, como se não existissem os políticos Rio-Grandenses estimulando as invasões de terra indígena, como se não existissem os contratos de venda de madeira do SPI e da Funai, as serrarias desses órgãos e as plantações dos mesmos em área indígena.

PARECERES SERÃO PUBLICADOS.

Conforme decisão das entidades Consultadas pelo Cimi e participantes do Debate do dia 15/04/80, os pareceres das Entidades serão publicados pelo Cimi, além de outras informações a respeito da "Estadualização". No próximo número do Luta Indígena anunciaremos como se publicará e como os interessados poderão adquirir a publicação.



C O N C L U S Õ E S

da Comissão de Indígenas do Rio Grande do Sul
sobre o Convênio FUNAI - Governo do Rio Grande do Sul

Não precisamos de ajuda. A ajuda que nós precisamos é devolver as terras que foram tiradas de nós.

Nosso plano que nós achamos quando conversamos no nosso idioma, é ajuda que nós queremos é que devolvam aquelas terras que os Governos tomaram de nós até 63. O nosso plano é esse. Depois nós vamos pensar em outras ajudas.

A população indígena está crescendo. Queremos terras aonde que foi encontrado índios no Brasil de Sul a Norte. Primeiro lugar que nós vamos pedir de auxílio pro governo do Estado é terras que tomaram de nós.

Nós não estamos criticando os Governos de 63 prá cá. Estamos criticando os anteriores.

Esse convênio nos deixava fora. Primeira coisa que queremos é as terras porque a nossa população indígena Kaingang está bastante crescida.

Pretendemos dentro de 40 dias fazer o resto do trabalho consultando os índios mais velhos e os demais postos indígenas sobre as terras que foram tiradas até 1963.

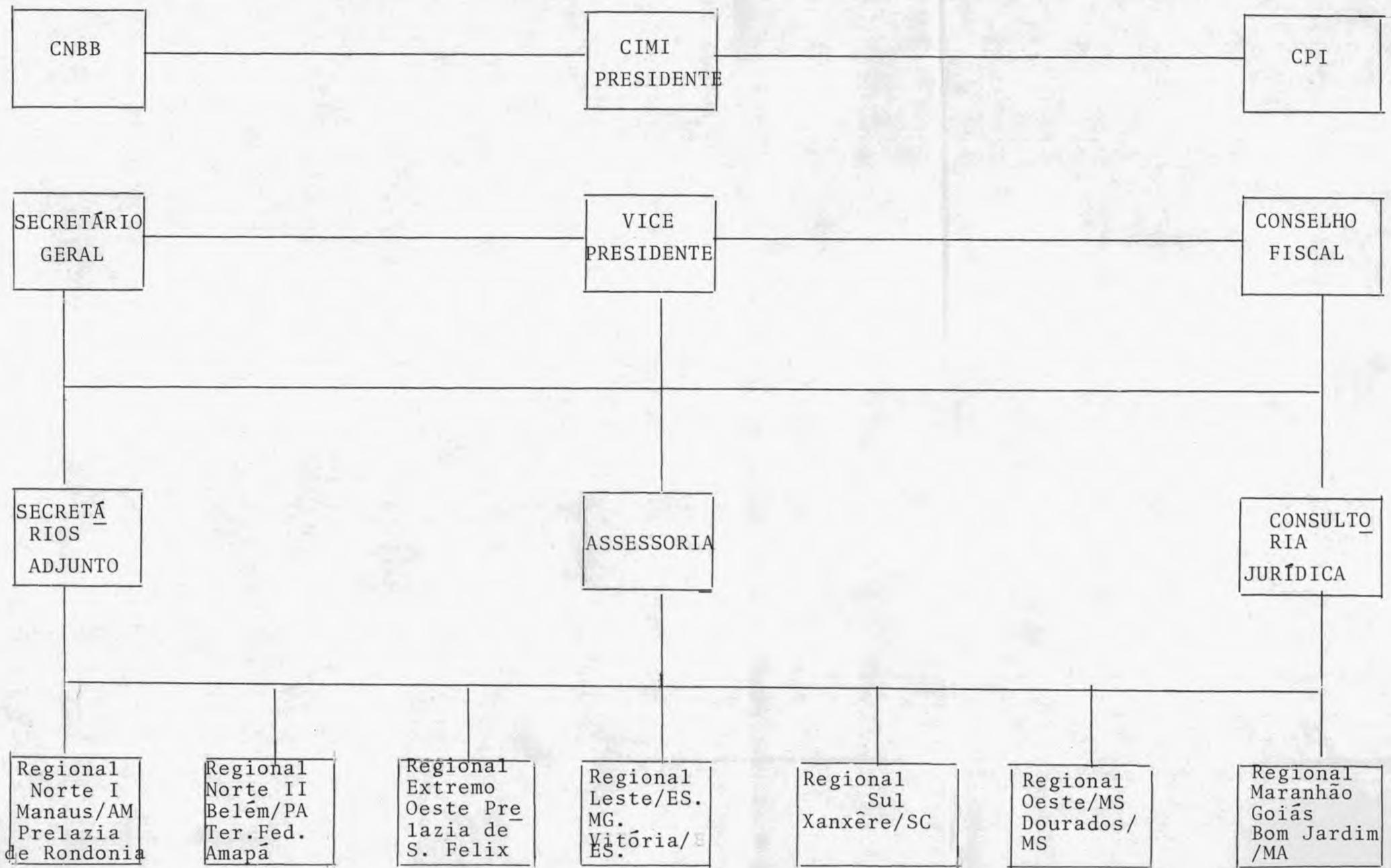
O que a Comissão achou um absurdo foi de achar os maus intuitos do antigo órgão que cuidava do índio Brasileiro. Porque deram de mão em tudo o que era das comunidades indígenas no País e hoje vem a ser culpado - por intermédio do Convênio Funai e Estado - o índio. Mas agora pedimos aonde encontrarão um contrato de arrendamento de terra ou também um contrato de venda de pinheiros, ou seja de madeiras de lei de uma comunidade indígena e que seja feito por algum índio. Porquenos pretendemos conhecer este índio. E também seus documentos legais. Porque para fazer estes tipos de negócio tem que ser um índio muito bom documentado e autorizado pela comunidade. E não é só índio, é em todas as nações. Porque venda de madeira e arrendamento de terras foi em quase todo o Rio Grande do Sul, Posto por Posto.

Comissão de Indígenas Kaingang de Votouro e Nonoai.

Seriam talvez esses os índios que fizeram contratos de venda de madeira: João Lopes Velloso de Oliveira, Lourinaldo Waldereys Veloso, Eroides Teixeira, Renier Gasparotto.

MRL. 10, P. 110/354

ORGANOGRAMA
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO



CURSO DA PASTORAL INDIGENISTA

LOCAL : São Paulo/SP - Seminário da Consolata, bairro da Cantareira.

DATA : De 07 a 23/05/85

PARTICIPANTES: Cerca de 50 missionários (vários deles, índios), de 13 países da América Latina (Padres, religiosos e leigos).

PATROCINADOR : Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

COORDENAÇÃO : PAULO SUESS (Assessor, Latino Americano do CIMI);
 CLODOMIRO SILLER (Diretor do CENAMI - Centro Nacional de Missões Indígenas), México.
 JOAQUIM GARCIA (Diretor do CETA - Centro de Estudos Teológicos da Amazônia - PERU; JUAN BOTASSO - Diretor do Centro Abya - Yala de Pesquisa e Publicações da Amazônia Equatoriana.
 JÚLIO DE SANT'ANA, ex-dirigente do Conselho Mundial de Igrejas.

*

Os temas principais a serem discutidos derivaram de cinco pontos fundamentais: prática vivencial, história, etnologia.

Questões Sócio - políticas e Teologia Pastoral.

- Linha comum no curso: revisão das atitudes pastorais e da evangelização junto aos indígenas.

- Dia 8/05 - foi feito um painel sobre a realidade indígena dos diversos países.

- Conclusão do Padre JOSÉ OSCAR BEOZZO (Coordenador da Comissão de História da Igreja na América Latina - CEHILA - :

" As histórias que acabamos de ouvir são parte da história de dominação da América Latina. Mas, apesar de todo o massacre, a desculturação etc..., há uma capacidade incrível de resistência e renascimento. O índio não é algo que vamos estudar no passado. Ele está vivo".

* → JORGE PIXLEY - Pastor Betista, teólogo, bibliista e analista
 - FRANCISCA FILADORO (Peru)
 - IRMA EULALIA CARRASCO (equatoriana)
 - Pe. JAIRO MIGUEL GUERRA

Citou que existem 450 línguas indígenas vivas na Améríndia e se forem contados os desdobramentos chegam a mais de 2.200.

OUTRO TEMA IM
PORTANTE : Terra. →

O representante de cada país expõe a sua realidade.

- sistema de propriedade;
- as leis que garantem ou não a terra para os índios;
- os grupos de interesse;
- os grupos prejudicados;
- as formas de defesa encontradas em cada região.

OUTROS TEMAS : - Plano Político
- Projetos Indígenas existentes
- As esquerdas - constatação: " Em nenhum país da América Latina os partidos de esquerda têm um plano concreto de mudanças que leve em conta a especialidade dos indígenas".

APRESENTAÇÃO
DE PAULO SUESS
SE : Tipologias de alternativas que restam aos povos indígenas:

- nacionalista;
- populista;
- racista;
- classista, e a
- opção libertadora.

CONCLUSÃO DA
APRESENTAÇÃO
DE PAULO SUESS : " temos de lutar para que a etnia sobreviva. As classes devem desaparecer. Temos que ser ecumênicos com os povos indígenas".

Na segunda semana do curso, o antropólogo JOÃO PA
CHECO do Museu do Índio, do Rio de Janeiro, fez uma abordagem sobre os conceitos básicos da antropologia, etapas históricas da etnologia Latino Americana, teorias políticas e práticas indígenas

tas, potencialidades das culturas e outros temas afins.

OUTROS DE
BATES SOBRE

- : - projeto comum de mudança de sociedade, para índios e não índios;
- etnia e classe;
 - autodeterminação e Estado Nacional;
 - evangelização e religião indígena;
 - formas de propriedade;
 - educação;
 - mobilização e consciência da população "branca";
 - ação das seitas em aldeias;

Sobre a autodeterminação, CLODOMIRO SILLER, do CE NAMI foi taxativo: "se não colocarmos a conceituação nas mãos deles (dos indígenas); novamente pa recerá um projeto somente da igreja".

O pastor metodista - JULIO DE SANT'ANA, ex-dirigente do Conselho Mundial de Igrejas, foi escalado para analisar a conjuntura eclesiástica nas Américas e no Terceiro Mundo.

Iniciando sua exposição com uma análise econômica, o Pastor, que integra a Associação de Teólogos do Terceiro Mundo, mostrou a relação entre situação da América Latina ("que não é mais de dependência, e sim de submissão") e os ataques à teologia da libertação.

Referindo-se especialmente à questão indígena, afirmou que a "evangelização tem de ser feita visando o Reino de Deus").

Os últimos dois dias do curso foram dedicados à a valiação geral e para se definir linhas e opções pastorais.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

DOCUMENTOS PESQUISADOS NA A.S.I

I - O CIMI - Documento nº 231-A/75

No período de 02 a 04 de setembro de 1975, realizou-se na Colônia de MERURI um Encontro de Chefes Indígenas convocados pelo líder BORORO Lourenço Rondon, com a participação do padre Thomás Aquino Lisboa, que conduziu ao Encontro 17 índios da Missão Anchieta; o padre Egydio Schwade, Secretário do CIMI; dom Thomás Balduino, bispo de Goiás; dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix.

Objetivos do Encontro:

- a) sensibilizar os chefes indígenas para possíveis irregularidades que estariam ocorrendo nos PIs da FUNAI; LSN - Art. 36
- b) conscientizar o índio para um movimento nacional de defesa da terra, alheios à obediência das autoridades constituídas; LSN - Art.: 21, 23 e 36
- c) argumento utilizado: o governo não pretende solucionar o problema de terras indígenas e vem obstando o trabalho daqueles que desejam fazê-lo; LSN - Art. 27 e 42
- d) foi abordado o episódio do padre Francisco Jentel, apontado como vítima de arbitrariedade do governo; etc. etc. etc.

O esquema da Reunião na Colônia Indígena de Meruri contou com a participação de 15 padres jesuítas, entre eles três bispos:

dom Henrique Frochlicd - diretor da Missão Anchieta
dom Thomás Balduino - Presidente do CIMI (à época)
dom Pedro Casaldáliga.

*Pesquisa Prof. ENALDO
DA AGESP NA ASI
ABRIL/83*

IRMÃ MERCEDES SETEM

Admitida na FUNAI, na condição de Enfermeira, em 18.06.74, no HOSPIN, ligada ao bispo Casaldáliga, ocupava-se da tarefa de subverter os índios de Santa Isabel do Morro, procurando p/ choque de índios com militares do Destacamento da FAB, no Parque Indígena do Araguaia.

DOM THOMÁS BALDUÍNO

Remonta há já cerca de 15 anos atrás a atuação desse bispo com pronunciamentos e apoio ao bispo dom Pedro Casaldáliga, incentivando a luta de classes e jogando o trabalhador rural contra o próprio governo. É um dos autores do Documento de Urgência: "Y-JUCA-PIRAMA - o índio é aquele que deve morrer". LSN - Art. 36 - Itens I, III e IV

VIII ASSEMBLÉIA DE CHEFES E REPRESENTANTES INDÍGENAS

A Assembléia realizou-se nos dias 16 a 19/04/77, nas ruínas de São Miguel (RS), com a presença de chefes BORORO, PARECI, KAINGANG, XAVANTE, GUARANI, APIAKÁ e KAYABI.

Assuntos discutidos:

- a) Acusação ao Chefe do PI de escolher o cacique;
- b) Acusação ao Chefe do PI de apoiar mais o intruso do que o próprio índio;
- c) Quando o Chefe do PI é bom, a FUNAI retira;
- d) Proibição das reuniões;
- e) FUNAI promete mas não cumpre seus tratos;
- f) Assistência Médica discriminada;
- g) FUNAI não garante as terras.

LSN - Art.: 36 e 42

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

O CIMI conseguiu em 1976, contra a FUNAI, a qual foi realizada em março de 1977.

II - PROPAGANDA ADVERSA

Atuação do CIMI como fonte de informações contra Brasil no Exterior:

Carta apreendida no tráfego postal da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em Brasília e endereçada ao CIMI pelo INSTITUT DE MISSIONOLOGIE ET DE SCIENCE DES RELIGIONS.

O material citado não deixa dúvida quanto à posição do CIMI que deturpa a imagem do Brasil no Exterior.

Início da carta: "Muy estimados señores, ustedes me han mandado material de información. Quiero agradecerles cordialmente su amable ayuda, etc.

Vale acentuar que os assuntos publicados no Exterior através de informações prestadas pelos padres, eram comentados por eles mesmos na CPI realizada em março de 1977.

LSN - Art. 6º e 23

MORTE DO PADRE JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER

Rendeu, a partir da data do fato: 13.10.76, o maior escarcêu até à prisão e expulsão da polícia militar do soldado EXY FEITOSA RAMALHO. O CIMI colocou-se, então na condição de vítima mais infeliz e desgraçada.

JORNAL DE BRASÍLIA, DE 26.10.76

Missionários aditem diálogo com a FUNAI, mas com restrições:

Dom THOMÁS BALDUÍNO: "Este diálogo precisa ser feito em campo aberto à opinião pública, sem cochichos e segredos. Isso sim interessa à sobrevivência do índio, além de ser uma exigência do viver humano e do existir cristão" (...)

APELO AO MINISTRO DO INTERIOR

Em 29/10/76 (ofício nº 512/PRES) - O Presidente da FUNAI resolveu fazer apelo ao Ministro Rangel Reis, quanto à situação insuportável decorrente das atividades desenvolvidas por bispos e padres junto às comunidades indígenas.

COMISSÃO PASTORAL DA CNBB - 09.11.76

"O Globo" divulga apoio da CNBB aos bispos ligados aos movimentos de ação junto aos índios.

RELATÓRIO DO CHEFE DO PI TUPINIQUINS

Of. nº 006/Confidencial - Membros do CIMI têm gerado inúmeros incidentes e mobilizações diversas de índios, num propósito único de criar embaraços e dificuldades para a FUNAI e para o governo, constituindo, sem dúvida alguma, uma ação subversiva e contrária aos interesses do país. LSN - Art. 27

A MÁSCARA MISSIONÁRIA DO CIMI

Artigo publicado na FOLHA DE RORAIMA de 01.08.80 de autoria do jornalista João Alencar. Trata-se de longa reportagem denunciando as infâmias do CIMI e com a legenda: "A MÁSCARA MISSIONÁRIA DO CIMI COMEÇA A CAIR. ALGUNS NÃO TÊM COMPROMISSOS COM OS INTERESSES NACIONAIS".

JORNAL "LUTA INDÍGENA" MIMEOGRAFADO

Jornaleco rodado com apoio do CIMI acusa a FUNAI (junho de 1980) de ocultar o assassinato do cacique ÂNGELO KRE TÃ (KAINGANG) morto num acidente de automóvel.

Nesse mesmo jornaleco, um ataque ao Governo do Rio Grande do Sul: "Governo do Estado rouba as terras indígenas e depois dá galinhas para os índios criarem, etc. LSN - Art.: 14 e 42

PEÇA TEATRAL EMBARGADA EM MANAUS

Do Delegado da 1a. DR (Kazuto): Elementos ligados ao CIMI prepararam a peça intitulada "A Grilagem do Cabeça", mas a censura não deixou que a mesma fosse encenada no Teatro Amazonas. LSN - Art. 42

A peça é uma crítica sarcástica, falando sobre terra;

Fala da invasão da fazenda do Cabeça Branca;

Fala do Apoená Meirelles. Percebe-se o veneno nas entrelinhas.

CARTA ABERTA AO PAPA

Uma série de queixas e acusações contra a FUNAI, principalmente queixa-se da falta de assistência ao índio. LSN - Art. 6º

GUERRA CONTRA A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU

critica o governo, critica o Decreto nº 86.629, diz ser o decreto que roubou ao índio 500.000 hectares aos Waimiri-Atroari. LSN - Art. 14, 27 e 36

PALESTRA DE PAULO SUESS NO COLÉGIO DOM BOSCOINFORME

A informação foi de que um padre Paulo do CIMI fez uma palestra no Colégio Dom Bosco, acusando o Governo e a FUNAI do seguinte:

- 1) A FUNAI e o Governo prejudicam os índios;
- 2) Funcionários da FUNAI tiram sangue dos índios para identificá-los e resolverem o problema de terras;
- 3) O branco entra na terra dos índios por dinheiro;
- 4) A FUNAI é uma bagunça, pois já trocou de Presidente três vezes.

Ao término da palestra foram distribuídos diversos panfletos. LSN - Art. 36 - I, IV e VI

O CIMI RECEBE DINHEIRO DA HOLANDA PARA APLICAR EM ATIVIDADES INDIGENISTAS, NO BRASIL (...)

Informação confidencial da DSI do MINTER, datada de 14.05.82, segundo a qual o CIMI Norte II recebeu da Organização Católica para Co-financiamento de Programas de Desenvolvimento (CEBEMO) da Holanda, HF I 164.790 Florins holandeses, equivalente a CR\$ 9.366.000,00 para atender Projeto denominado "Programa Educativo para Grupos de Índios" a ser desenvolvido no prazo de três anos entre índios Tembê, Assurini, Parakanã e Arara, no Estado do Pará e Território Federal do Amapá.

O CIMI justifica o Projeto com a nota: "proteger o índio contra o potente capitalismo, para que eles possam manter sua própria cultura e se organizarem para que possam se defender (???...)"

O CIMI justifica ainda à CEBEMO que "as terras são tomadas dos índios para a construção de estradas, desenvolvimento das grandes empresas agrícolas, lucros com a exploração de minérios como bauxita e carvão, e construção de uma represa - Tucuruí. LSN - Art.: 12, 14 e 42

LITERATURA NÃO RECOMENDÁVEL DIVULGADA PELO CIMI E PELA ANAÍ (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO)

Trata-se, aqui, de duas publicações do CIMI e da ANAÍ de Ijuí:

- 1) CIMI: "A História de São Sepé"
- 2) ANAÍ/IJUÍ: "Procurando"

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS ACERCA DO CIMI
COLHIDAS EM JORNAIS E DOCUMENTOS

"FOLHA DE SÃO PAULO" - 16.12.81 - pág. 05

Manchete: "DOM THOMÁS CONSIDERA O USUCAPIÃO COMO "BURLA"

Síntese do Texto: "Bispo de Goiás Velho e Vice-Presidente do CIMI - Dom Thomás Balduino" - classificou a Lei do Usucapião como "uma burla com fins eleitoreiros", acrescentando que a legislação foi "uma concessão puramente burocrática bacharelista do governo". Disse ainda que "os índios recebem indenizações irrisórias, em troca da perda de suas terras". Disse ainda: "A FUNAI age como uma mãe tutora do interesse dos índios". LSN - Art.: 14 e 27

"ZERO HORA" - 02.08.82

Manchete: "DENÚNCIA"

Síntese do Texto: DENUNCIA o CIMI que a FUNAI e a CAPEMI desviaram CR\$ 69.000.000,00 da indenização devida aos índios PARAKANÁS. LSN - Art.: 42 - V

"FOLHA DE SÃO PAULO" - 26.08.82

Síntese do Texto: CNBB encampa denúncia do CIMI, segundo a qual a FUNAI realiza distribuição de anticoncepcionais para as mulheres índias do Nordeste. Dom Orlando Doti declarou que o objetivo é o aniquilamento dos índios. LSN - Art. 42 - V

RESQUISA PROZ INALDO
DA AGESP NA ASI
APR 183

"JORNAL DO BRASIL" - 29.08.82

Síntese do Texto: CIMI denuncia exploração de petróleo em 35 aldeias dos índios SATARÉ-MAWÉ, com aquiescência da FUNAI, pela empresa estrangeira British Petroleum. LSN - Art. 42 - V

"PORANTIM" - Setembro/1982 - pág. 03

Síntese do Texto: Denuncia a FUNAI de haver feito acordo com a empresa BENFAM, para esterilizar os índios com a aplicação de anticoncepcionais, começando pelos índios KAPINAWÁ, em Buíque-PE. LSN - Art. 42 - V

Síntese do Texto: CNBB aprovou moção de apoio ao CIMI "por sua firme posição a respeito da esterilização das mulheres indígenas e distribuição de anticoncepcionais. LSN - Art. 42 - V

Síntese do Texto: Acusa severamente o Governo Brasileiro em relação ao Projeto CARAJÁS, apontando erros com a ocupação da área pela barragem do Tucuruí. LSN - Art. 27

"PORANTIM" - Setembro/1982 - pág. 04

Síntese do Texto: O CIMI fala de remessa de telex ao Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, comentando a autodeterminação dos povos indígenas do Brasil COMO POVOS e COMO NAÇÕES (grifos da AGESP). LSN - Art.: 6º e 13

Síntese do Texto: Crítica ao Ministro Ludwig, dizendo que S.Exa. chamara os jornalistas de comunistas, por ocasião da apresentação da maquete do Museu Nacional do Índio.

"PORANTIM" - Outubro/1982 - pág. 1

Síntese do Texto: Acusa a FUNAI de EXPULSAR os PATAXÓ para agradar aos fazendeiros do PDS baiano. Afirma que o Presidente Leal tenta iludir os índios com chantagens, ameaças, falsas promessas e dinheiro. (grifo da AGESP) LSN - Art.: 14, 27 e 23

página 03

Síntese do Texto: CIMI acusa Polícia Federal de haver torturado posseiros e índios com a inteira conivência da FUNAI através do Chefe do PI, servidor JORGE AMORIM. LSN - Art.: 3º § 2º, Art. 14 e 42 - V

página 05

Síntese do Texto: Acusa de agressão aos índios MACUXI: 1 fazendeiro, alguns capangas, quatro policiais militares, tudo sob a cobertura da AERONÁUTICA e da polícia federal. Declara o CIMI que os fatos ocorreram na maloca de CAMARAREM. LSN - Art. 36

página 07

Síntese do Texto: Classifica de carnaval as festividades de 7 DE SETEMBRO, quando em Dourados-MT, foi organizado um desfile com duas apresentações (segundo o CIMI) - índios KAYOWÁ enfeitados de penas - mostrando a Dourados de ontem e índios KAYOWÁ uniformizados de estudantes, mostrando a Dourados de hoje. No final do comentário, vem o veneno: "Dourados de hoje estão "despenados" e sem as suas terras". LSN - Art. 36

"PORANTIM" - Outubro/1982 - página 7

Síntese do Texto: Sob o título: **"A FUNAI É TODA OLHOS E OUVIDOS"**, informa o CIMI que "cada Posto Indígena é, hoje, um virtual Posto do SNI, que controla não só o movimento dos índios como o dos posseiros". LSN - Art.: 14 e 36

Nota da AGESP: Defendem os índios e advogam a causa dos posseiros que, de alguma sorte, incomodam os índios !!!

idem, idem - pág. 9

Síntese do Texto: Sob o título: **"A FUNAI É TUTORA IRRESPONSÁVEL"**, a representação movida contra a FUNAI e assinada por MARIA DO ROSÁRIO GONÇALVES DE CARVALHO p/ ANAÍ/BA, MARIA ARACY DE PÁDUA LOPES DA SILVA p/ CPI/SP, ANA GITA DE OLIVEIRA p/ CTI e dom JOSÉ GOMES p/ CIMI (seu Presidente). LSN - Art. 42

idem, idem - pág. 10

Síntese do Texto: Declara o CIMI que o Governador da BAHIA, em 1976, declarou infiltração comunista, naquele Estado, no Posto Indígena Paraguaçu, exatamente como pretexto para expulsar os índios HÃ-HÃA-HÃE de suas terras. LSN - Art. 42

"O ESTADO DE SÃO PAULO" - 17.09.82

Manchete: **CIMI ACUSA A FUNAI**

Síntese da Notícia: Dom JOSÉ GOMES, Presidente do CIMI, decidiu representar contra a FUNAI junto ao Ministério Público, com base no art. 20 da Lei 6001.

"O ESTADO DE SÃO PAULO" - 18.09.82

Síntese da Notícia: O CIMI resolve acusar a FUNAI de estar exercendo um tipo de "terrorismo tutelar".

LSN - Art. 42

"JORNAL DO BRASIL" - 22.09.82

Síntese do Texto: "O CIMI" diz que a FUNAI foi pressionada por forças políticas, às vésperas das eleições de novembro, e ameaçou retirar o seu apoio e o da Polícia Federal e de entregá-los à ira dos arrendatários se os PATAXÓ não concordarem com a transferência". LSN - Art.: 39 e 42

"JORNAL DE BRASÍLIA" - 26.09.82

Manchete: **CIMI REVELA CAUSAS DA EXPULSÃO DOS PATAXÓ**

Síntese do Texto: Entre outras coisas denuncia o CIMI que a FUNAI tentou com muitas pressões, promessas e chantagens convencer os PATAXÓ a se deixarem transferir. LSN - Art.: 39, 27 e 42

"JORNAL DE BRASÍLIA" - 06.10.82

Manchete: **"CIMI ACUSA A FUNAI"**

Síntese do Texto: O CIMI acusa a FUNAI de subversiva, declarando que ela é subvertora da ordem, fazendo-se infiltrar na comunidade PATAXÓ, por ter transgredido o art. 20 da Lei 6001, transferindo os índios de sua área. LSN - Art.: 39, 27 e 42

"O GLOBO" - 20.10.82

Síntese da Notícia: Em documento da Pastoral Indigenista de Ita-coatiara, o padre EGYDIO SCHWADE denunciou, ontem, o fato de o governo ao elaborar o Decreto-Lei 86.630, de 23/11/81, que desmembrou 31% da reserva indígena WAIMIRI-ATROARI, ter praticado um ato consciente e programado de genocídio, a fim de favorecer empresas de ocupação e propiciar a construção de uma hidrelétrica. LSN - Art.: 3º, 14 e 42

"CORREIO BRASILIENSE" - 24.10.82

Síntese da Notícia: O coronel Ivan Zanoni Hausen foi visto como inimigo dos indígenas na Conferência Internacional de Washington. A conferência foi organizada pelo "Antropology Resource Center".
LSN - Art. 14

"CORREIO BRASILIENSE" - 06.11.82

Manchete: **"CIMI DENUNCIA PRISÃO DE TRÊS MISSIONÁRIOS"**

Síntese do Texto: Nota historiando a captura dos três missionários, aprisionados quando no cumprimento de sua "missão".

MRL. 10, p. 126/354

4. TEMA: POLÍTICA INDIGENISTA

Os artigos escritos sobre Política Indigenista, totalizaram 363,5cm de coluna, ou pouco menos de uma página de jornal Standard.

O maior volume de notícias (15 artigos) publicados está relacionado à eleição da nova diretoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para os próximos quatro anos.

As cinco matérias restantes abordaram os seguintes assuntos: 1) críticas às declarações feitas pelo atual presidente da FUNAI Octavio Ferreira Lima, ao assegurar que a sua administração dará prioridade à assistência ao índio; as críticas foram feitas pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, diretora da Comissão Pró-Índio: Tanto a assistência quanto a demarcação das terras - disse - são aspectos fundamentais. De nada adianta oferecer aos índios boas condições de saúde, sem terras onde possam sobreviver e, inversamente, também não adianta apenas demarcar sem oferecer boa assistência de saúde e educação - (O GL - 07.07); 2) críticas à política indigenista vigente, de acordo com a nota da ANAÍ-Bahia, divulgada pelo Globo (08.07) que pede a urgente modificação da política indigenista, "que deve se desatrelar dos interesses de grandes fazendeiros, grandes empresas, políticos racistas e outros inimigos dos índios". A ANAÍ conclama a opinião pública a rejeitar com vigor as linhas de ação delineadas pelo Ministro do Interior e governo Figueiredo, e apoiar cada vez mais a luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras e contra o racismo; 3) um leitor do CB protestou contra as metas declaradas pelo presidente Octavio Ferreira Lima, enviando uma carta à redação do jornal (edição do dia 08.07), cujo texto assim conclui: As estradas que cortam a região Centro-Oeste, onde se concentra a maior parte da população indígena, as fazendas multinacionais que invadem reservas, queimam florestas e sujam o ecossistema, estas são ameaças que a FUNAI precisa combater; 4) o presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, Mário Junqueira de Azevedo, denunciou o projeto da FUNAI, que deverá retirar madeira

nobre do posto indígena Porto Lindo, em Iguatemi (MS), num total de sete mil metros cúbicos, atingindo árvores de diversas espécies, como peroba, jacarandá e canela. "Achamos que é errada a política da FUNAI, que muitas vezes elege como área indígena áreas que já são produtivas - disse ele - mas não concordamos com a destruição de reservas indígenas como ocorrerá agora, em Porto Lindo".

5) A edição do CB (06.07), noticiou que o Padre Paulo Suess, do CIMI, não está muito esperançoso com as últimas mudanças, principalmente, porque nenhuma pessoa ligada diretamente aos problemas indígenas faz parte da nova equipe escolhida pelo novo presidente (da FUNAI).

5ª ASSEMBLÉIA DO CIMI EM ITAICI

Toda a imprensa noticiou a realização da assembleia, marcada para o dia 25 de julho, em Itaici, Município de Indaituba/SP, para eleição dos novos diretores do Conselho Indigenista Missionário, avaliação dos 11 anos de atuação da entidade e apresentação da proposta de trabalho para o período que se segue.

DIA 14.07(CB) - De 19 a 23 de julho, o CIMI irá se reunir em assembleia geral, em São Lourenço de Fátima, para discutir e avaliar sua atuação no Mato Grosso, além de indicar o delegado regional de MT para representar o Estado na Assembleia prevista para o período de 25 a 29 do mesmo mês, em Itaici/SP.

DIA 24.07(CB) - A "autodeterminação dos Povos Indígenas" é o tema central da V Assembleia Nacional do CIMI, que contará com 120 participantes. Durante a reunião, que termina dia 29, será feita uma avaliação da atuação da entidade desde a sua fundação, em 1972, e suas relações com os Poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário, com a CNBB, com as igrejas locais, com as entidades indigenistas e com a União das Nações Indígenas(UNI).

DIA 24.07(FSP) - O mais forte candidato ao cargo de presidente é o bispo de Altamira (PA), dom Erwin Krautler, preso recentemente durante o movimento dos cortadores de cana da usina Abraham Lincoln, no Pará.

A proposta do CIMI, a ser discutida, refere-se à autodeterminação dos povos indígenas na América Latina com a participação mais decisiva dos índios nas assembléias, conselhos e reuniões dos missionários.

"O CIMI deve caminhar para o passo intermediário de ser um conselho indigenista e indígena ao mesmo tempo" - diz um documento da entidade.

A proposta visa a criação de um Conselho de Pastoral junto aos povos indígenas, onde os missionários se tornariam assessores dos índios.

DIA 24.07(JBr)- Deve-se, nos anos vindouros, ainda mais, reforçar as alianças com todas as forças dentro da Igreja, no Brasil e nas Américas, que visam uma transformação radical da sociedade e do sistema que considera os povos indígenas uma ameaça a sua segurança e um fator de distúrbios e um atraso ao progresso.

O CIMI critica a política indigenista do governo, que encara com desconfiança o trabalho do novo presidente da FUNAI, baseado nos fatos de o presidente Octavio Ferreira Lima haver solicitado proteção policial para o patrimônio do órgão, optado pela assistência ao índio em lugar da demarcação de suas terras, e resolvido escolher para assessorá-lo, pessoas da casa, que não tem mais muitas reservas de honestidade. Outra observação do CIMI, é com relação ao modelo de desenvolvimento adotado a partir de 1964, que atingiu as populações indígenas com construção de estradas e ocupação da Amazonia. A política indigenista do Estado recebeu, em função desse modelo, a incumbência de tornar o

índio inofensivo, de pacificá-lo e neutralizá-lo mediante contatos apressados, transferências, redelimitação de terras já demarcadas, etc, tudo isso à custa da vida de milhares de índios, vítimas de uma integração compulsória na sociedade nacional.

DIA 25.07(GL)- O artigo aponta o nome de D. Erwin Krautler, bispo do Xingu, para presidente, e, D. Thomaz Balduino, de Goiás, para continuar como vice-presidente do CIMI.

DIA 26.07(GL)- "A sobrevivência dos 200 mil índios junto à sociedade brasileira não pode ser pensada independentemente das condições de vida do povo marginalizado que compõe esta sociedade. A aliança que determina qualquer projeto de libertação de nossa sociedade é a aliança dos povos oprimidos" - diz ainda o documento do CIMI.

DIA 28.07(ESP e FSP)- "O índio só assumirá definitivamente sua história e seu destino quando recuperar as terras que lhe foram roubadas durante séculos de opressão. Mas não há nenhuma previsão de que o governo tome medidas para resolver a questão da terra. Na verdade, não há interesse em resolver o problema", disse o presidente do CIMI, que apresentou dois exemplos: 1) a determinação da Lei 6001, do Estatuto do Índio, de que até 1978 todas as terras indígenas deveriam estar demarcadas pela FUNAI, estando apenas 5% delas; o outro exemplo, refere-se à transferência da responsabilidade de atender aos índios em suas reivindicações pela posse da terra, da FUNAI para o Ministério dos Assuntos Fundiários.

DIA 29.07(FSP) - O jornal aponta o resultado da 5ª Assembléia Nacional do CIMI. O bispo Erwin Krautler foi escolhido presidente, e nomeou as seguintes prioridades: 1) Respeita os direitos que assistem aos povos indígenas de serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento, capazes de construir sua própria história com voz e responsabilidade; 2) reconhecer,

Começa uma batalha também para controlar nova Funai

21.01.85

ROSANE GARCIA
Da Editoria Nacional

Definida a sucessão do presidente da República, uma nova mudança passa a preocupar uma minoria étnica nacional. Os índios já revelam a sua ansiedade para saber quem será o próximo nome a dirigir a Fundação Nacional do Índio, no governo Tancredo Neves. Cautelosos, preferem não apontar nomes e aguardam que a indicação venha do Palácio do Planalto e, a'í sim, dar ou não sinal verde.

Paralelamente à postura de cautela dos índios, os candidatos ao cargo começam a se articular na expectativa de presidirem o órgão tutor. Como não poderia deixar de acontecer, os choques de interesses são inevitáveis, ainda mais se considerando que, no Governo Figueiredo, a Funai bateu recorde em conflitos e em constantes sucessões. Nos últimos seis anos, o órgão teve nada menos do que seis presidentes, superando todas as marcas, desde a sua criação em 1967.

Assim, a questão torna-se mais complexa, pois existem mais candidatos ao cargo do que houve em todo o processo à sucessão do presidente Figueiredo. Há, na verdade, mais caciques do que índios.

Nesta corrida rumo ao poder, em primeiro lugar saiu o atual presidente do órgão, Nelson Marabuto Domingues. Quando já definida praticamente a vitória do ex-governador mineiro no Colégio Eleitoral, Marabuto se disse, em novembro, apoiado por indigenistas do órgão para prosseguir no comando da Funai no próximo governo. Convicto de que tinha grandes chances, fez, perante um grupo de diplomatas estrangeiros que participavam do seminário sobre indigenismo, um discurso em tom futurista. Não tardou a reação dos indigenistas. Na mesma semana, em breve recado, afirmaram que tal apoio inexistia e que toda a categoria tinha compromisso exclusivo e restrito com os povos indígenas. Dessa forma descartaram, de pronto, a possibilidade de darem apoio político a Marabuto, ou a qualquer um dos seus antecessores.

Na semana passada, a cidade reuniu mais de 600 índios atraídos pela notícia do decreto que regulamentaria a mineração em território indígena. Muitos chegaram para confirmar se de fato o presidente Figueiredo havia sustado a publicação do ato. Assim, aproveitaram a viagem não só para discutir problemas relacionados com suas áreas, mas também para se inteirar da questão sucessória. E, quase que por unanimidade, rejeitaram o nome de Marabuto, por entender que ele representa o contínuismo.

Ao lado de Nelson Marabuto, corre o seu superintendente executivo, Gerson da Silva

Alves, que embora lembrado em épocas de crise como uma alternativa para dirigir a Funai, não conta atualmente com o apoio das verdadeiras lideranças indígenas, nem dos indigenistas, mas é prestigiado pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ). O veto ao desejo de Gerson da Silva tem razões bem simples. Ele não desfruta de trânsito entre os políticos em evidência e não possui pulso administrativo para colocar em ordem o órgão tutor, carente de profundas reformas. Mesmo assim, a sua disposição é bastante grande. Na última quarta-feira, acompanhado de Mário Juruna, foi ao encontro do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) dando o primeiro passo para uma articulação política junto ao novo governo. Ao mesmo tempo Gerson não dispensa uma campanha no âmbito interno da Funai. Sempre muito atento às sucessivas reuniões das lideranças indígenas, procura visitar grupos isoladamente, e não deixa de favorecer ao seu simpatizante, o cacique-deputado. Na sexta-feira, ele verbalmente autorizou que uma aeronave do órgão transportasse Mário Juruna e toda a sua família a'í Barra do Garças (MT), para aproveitarem o fim de semana.

A figura do deputado Mário Juruna neste contexto representa um capítulo à parte. Pelo fato de ter votado em favor de Tancredo Neves no último dia 15, quer para si o direito de escolher, conforme o seu humor, o sucessor de Nelson Marabuto. De forma bem clara, disse, perante os grandes líderes que se encontram em Brasília, que a ele deve ser outorgada a competência de negociar com a assessoria do Presidente da República o próximo dirigente do órgão, usando do argumento de que com o ex-governador de Minas tem compromissos firmados, sem contudo enunciá-los. Além disso, afirmou pateticamente que não quer nenhum índio depois de 15 de março, assumindo cargos ou funções no órgão tutor, cuja administração deve ser de competência exclusiva dos "brancos".

A posição de Mário Juruna conflita frontalmente com os projetos das lideranças, que embora não almejem ver um índio, no momento, à frente da Funai, não querem perder a conquista de participar da cúpula administrativa. Assim, ao invés de somar para que a Funai tenha uma solução melhor no futuro, em favor dos interesses das nações indígenas, o ingênuo deputado está tentando aumentar fissuras, reclamando para si direitos que jamais lhe foram conferidos.

MAIS UM

O ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca,

é outro candidato que tem péssima cotação entre índios e indigenistas. Embora a seu favor pese a iniciativa de ter aberto o órgão à participação dos índios, contra ele existem argumentos muito fortes, como o seu envolvimento na prorrogação do arrendamento das terras Kadwéu, na serra do Bodoquena. A irregularidade denunciada logo depois de sua saída da Funai, pelo então procurador do órgão, Irineu de Oliveira, envolveu inclusive o deputado malufista Albino Coimbra DS-MS, cuja intermediação teria rendido cerca de Cr\$ 155 milhões a Jurandy.

A par dos declarados candidatos, há outros nomes que merecem apoio de alguns setores do indigenismo. Entre eles, destaca-se o antropólogo Olympio Serra, que já ocupou o cargo de administrador do Parque Indígena do Xingu. Ele conta com o respaldo das entidades de apoio ao índio, que durante o simpósio "Índio e Estado", realizado no ano passado, na Câmara dos Deputados, lançaram o seu nome como uma alternativa a ser pensada. Também o ex-superintendente da Funai, Pedro Paulo Fatorelli, na administração do engenheiro Ademar Ribeiro da Silva, sempre foi avocado quando o órgão se deparava com fortes crises. Além deles, o jurista Dalmo Dallari sempre foi lembrado por índios e por alguns blocos do indigenismo.

Mas, o presidente Ideal na concepção de índios e observadores ter'a de ser uma pessoa com livre trânsito no novo governo, para obter recursos para dirigir a Funai e respaldo para defender uma tese perante os grandes grupos econômicos, principalmente no que tange à questão fundiária. Ter'a de ter autoridade e probidade suficientes para excluir dos quadros do órgão aqueles funcionários que lesaram o patrimônio indígena, possuidores de estabilidade empregatícia, e que se encontram prestando serviço em outras repartições federais, com ônus para a Funai. Além desses atributos, deverá ser bem conceituado e respeitado pelas comunidades indígenas.

Alguns líderes indígenas entendem que este momento não seria o mais propício para um índio assumir a presidência da Funai, considerando que por mais que haja elementos capazes entre as diversas nações, nenhum se enquadra no perfil político desejado. Contudo, o desejo de verem um silvícola no poder está enrustido, e é incontestável. E está sempre presente nos encontros e reuniões realizados. A casa do índio deveria, na opinião de vários líderes, ser de fato governada por um índio, já que em casa de branco, índio não apita.

ENTIDADES/PESSOAS LIGADAS À PROBLEMATICA INDÍGENA - ENDEREÇOS

Alain Moreau

Rua Jacarezinho, 147
01.456 - Sao Paulo - SP

Fone: (011)2119173

Centro Acadêmico de C. Sociais e S. Social
Universidade de BrasíliaCaixa Postal 152894
70.000 - Brasília - DF

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

MSPW - Conjunto 502 - Lote 2
71.700 - Núcleo Bandeirante - DF

SASKATCHEWAN INDIAN CULTURAL COLLEGE

Fed. of Saskatchewan Indians
Emmanuel St. Lhad - Box 3085
Saskatoon - Saskatchewan
S7K 359 - Canada

OXFAM - CANADA

251 Laurier Avenue West
Room 310 - Ottawa - Ontario
Canada K1P 509

SURVIVAL INTERNATIONAL

C/O Phil Hazalton
Yukon Indian Center
22 Nisatin Drive
White Horse, Y.T. - Canada

Bernard Arcand

Dept. D'Anthropologie-Universite Laval
Faculte de Sciences Sociales
Cité Universitaire
Quebec 10^e - Canada

CANADIAN ASSOCIATION IN SUPPORT OF NATIVE PEOPLE

251 Launer Ave. W. Suite 901
Ottawa - Ontario - Canada

FUNCOL - Fundación Comunidades Colombianas

Apartado aereo 92099
Bogota, D.E.
Colombia, South America

UNIDADE INDIGENA

Apartado aereo 32395
Bogota - Colombia

Nemesio Rodriguez

Centro de Documentacion da America Latina
Apartado Postal M-2405
Mexico 1 DF - Mexico

Cathrine Watson
N 546-THE WORLD BANK
Washington, D.C. 20433
USA

COPAL - (Solidariedad con los grupos nativos)
Santa Isabel 180
Lima 18 Peru

PAZ Y JUSTICIA
Casilla del Correo 17
Prov. Buenos Aires
Argentina

VENEZUELA MISIONERA
Apartado Correo 261 (Carmelitas)
Luneta Mercedes 48
Caracas (101)
Venezuela

Suplemento Antropológico
Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos
Eligio Ayala 973
Assunção - Paraguai

D. José Gomes
Caixa Postal 41
89.800 - Chapecó - SC

D. Tomas. Balduino
Caixa Postal 5
76.600 - Goiás - GO

EQUIPE INDIGENISTA
Caixa Postal 13
58.000 - Joao Pessoa - PB

Mr. Jimmy Durham
International Treaty Organisation
777 United Nations Plaza
New York, NY 10017
USA

Mr. Lee Swepston
International Labour Office
CH 1211 Geneve 22, Suíça

THIRD WORLD PUBLICATIONS
151 Stratford rd
Birmingham B11 1RD - Inglaterra

WORLD COUNCIL OF INDIGENOUS PEOPLE
Suite B-844, University of Lethbridge
Lethbridge - Alberta
Canada TLK 3M4

CEASPA - Centro de Estudios y Acción Cultural
Ap. Postal 6-133
El Dorado - Panamá

AMUESHA CONGRESSO
C/O Richard Chase Smith
Apartado 12 - Oxapampa
Pasco - Peru

INSTITUTO VENEZUELANO DE INVESTIGACIONES CIENTIFICAS
Dra. Neley Arvelo Jimenes
Apartado 1827
Caracas, 101 - Venezuela

CENTRO DE INVESTIGACIÓN y PROMOCIÓN DEL CAMPESINATO DE LA PAZ
CIPCA
A/C Xavier Albo
Casilla 5854
La Paz - Bolivia

MITKA- Movimiento Indio Tupak Kataiu
Casilla 20045
La Paz - Bolivia

APCOB - Ayuda para el Campesino del Oriente Boliviano
Casilla 4213
Sta. Cruz - Bolivia

FEDERACIÓN DE CENTROS SHUAR
SACNA - Morona - Ecuador

P. Juan Marcos Mercier
Organización Kichwaruna "Wangu", rio Napo
Apartado 216 - Iquitos - Peru

Alberto Chirif
CIPA-Centro de Investigación y Promoción Amazonica
Santa Isabel 100
Lima - 18 - Peru

Simone Dreyfus Gamelon
École des Hautes Études en Sciences Sociales - ERA 715
44, rue de la Tour
75.016 - Paris - França

Patrick Mengët
(Xingu - Université - Paris)
131 rue St. Charles
75.015 - Paris - França

Anne Chapman
15, rue du Petit Musc. apto 28
75.004 - Paris - França

Jacques Soustelle
President de la Societé des Americanistes
Musée de L'Homme
Place du Trocadéro
Paris - 16e - França

Dr. Jean Rouch
Comité du Film Ethnographique
Musée de L'Homme
Place du Trocadéro
Paris - 16e - França

Prof. Bernard Potlier
Comité de Rédaction Amerindia-ERA 431
3, rue Gay-Lussac
75.005 - Paris - França

Prof. Aurore Monod et Pierre Becquelin
6, rue Rollin
Paris 5e - França

INTERNATIONAL LEAGUE FOR HUMAN RIGHTS
236 East 46 TH Street
New York - NY 10017 - USA

INSTITUTE FOR THE DEVELOPMENT OF INDIAN LAW
Mr. Tim Coulter
B 927 15 TH Street NW-Suite 200
Washington, DC 20005-USA

Prof. Robert Murohy
Dept. of Anthropology-Columbia University
New York, NY 10017 - USA

Bruce Buschey
The Ford Foundation
320 East 43 rd Street
New York, NY 10017 - USA

OXFAM - AMERICA
302 Columbus Avenue
Boston, Mass 02160-USA

Prof. Irving Goldman
Sarah Lawrence Col. Bronxville
New York 10708 - USA

INDIGENA NEWS FROM INDIAN AMERICA
PO Box 4073
Berkeley, California 94704
USA

INTERNATIONAL WILDLIFE
225 E, Michigan Milwaukee
Wis. 53202
USA

Dr. William Crocker
Smithsonian Institution
Washington - USA

Adams, R.N.-University of Texas
Dept. of Anthropology
Austin, Texas 78712
USA

Carlos Moreira Neto
Rua Fernando Mendes, 7 , ap 142
22.021 - Rio de Janeiro - RJ

Darcy Ribeiro
Av. Atlântica, 2536
22.041 - Rio de Janeiro - RJ

AMNESTY INTERNATIONAL
10 Southampton Street
London WC 2 E 7 HF
Inglaterra

THE ABORIGENES PROTECTION SOCIETY
180 Brixton Rd
London SE 9 6 at.
Inglaterra

COMITÊ COORDENADOR MAPUCHES EXILADOS NA EUROPA
29 Islington Park Street
London N1 1QB
Inglaterra

THE INDIGENOUS MINORITIES RESEARCH COUNCIL
20-22 Hepburn Road
St. Paul's, Bristol 2
Inglaterra

TRIBAL LIFE FUND
Avenue Fort Jaco 80
1180 - Bruxelles - Belgica

Alan Campbell
Dept. of Anthropology University of Edinburgh
George Square
Edinburgh - Escocia

OXFAM - Belgique
39 rue du Conseil
1080 Bx. - Belgica

COMITÊ JAPONES DE AÇÃO PARA A AMERICA LATINA - CJAAL
1-20-9-202-Ebara
Shinagawa - KU
Toquio - Japão

Prof. Christopher Crocker
Dept. Anthropology-University of Virginia
Charlottesville VA
22903 - USA

Dr. Paul Aspelin
Dept. Anthropology-Cleveland State University
1983 East 24 Street
Cleveland, Ohio 44115
USA

UNIVERSAL COMMISSION FOR HUMAN RIGHTS
Palais des Nations
CH 1211 Geneve 10
Suiça

AMAZIND - Documentation and Information Center on Amazonian and
American Indians in General
28 rue Saint-Leger
1024 - Geneve - Suiça

Executive Secretary
Int. Comm. of Jurists
P.O. Box 120
109 route de Chans
1224 Chans - Bougaries
Geneve - Suiça

Sr. José Chipenda
World Council of Churches
150 route de Ferney
1211 - Geneve - 20 Suiça

WIZA - WERKGROEP INDIANAN ZUID AMERIKA
Minhassastraat, 1.
1094 RS Amsterdam - Holanda

Paul Applemen
Indianan Project
Postbus 51322
Amsterdam - Holanda

DEUTSCH-INDIANISCHER KREIS
German American Indian Group
Dr. Axel Schulze - Thulin
Koellestrasse 11
D 7000 Stuttgart 1
Alemanha

GESELLSCHAFT FUR BEDROHTE VULKER
SURVIVAL INTERNATIONAL DEUTSCHE SEKTION
Gemsinnetziger Verein a. V.
Posttack 159
D-3400 Guttingen - Alemanha

PUENTE
Casilla 6464 - CCI
Quito - Ecuador

Mr. John Hemming
Royal Geographical Society
Kensington Gore
London SW7 2AR
Inglaterra

Il Regno
Via Nosadella 6
C.P. 568
40.100 - Bologna - Italia

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION
1703 New Hampshire Avenue
NW Washington, DC 20009
USA

Robert Carneiro
American Museum of Natural History
Central Park W at 79 TH. ST.
New York, NY 10024 - USA

CENTER FOR LATIN AMERICAN STUDIES
University of Florida, Gainesville
Room 319 - Linton E. Grinter Hall
Florida 32611 - USA

Prof. Shelton Davis
Anthropology Resources Center - ARC
P.C. Box 90 - Cambridge
Massachusetts 02138 - USA

Maybury Lewis
Dept. of Anthropology
Peabody Museum
Cambridge MA 02138 - USA

Prof. Judith Shapiro
Dept. of Anthropology
Bryn Mawr College
Bryn Mawr, PA 19010 - USA

Dr. Joan Bamberger
Dept. of Anthropology Wellesley Coll.
Wellesley, MA 02181
Massachusetts - USA

INDIAN RIGHTS ASSOCIATION
1505 Race Street
Philadelphia, PA 19102 - USA
(215) LO 3-0349

SURVIVAL INTERNATIONAL - Foreign branch
C/O Miriam Wiegler
Gesellschaft für Bedrohte Völker
Österrachische Sektion
Zieglargasse - 2810ba
1070 - Viena - Austria

INTERNATIONAL DEVELOPMENT ACTION - IDA
73 Little George Street
Fitzroy 3065
Victoria - Australia

Mr. Alexander Kirby
Research Secretary - Programme to Combat Racism
World Council of Churches
150 route de Ferney
PO Box 66
1211 Geneva - Suisse

Mario Ibarra
International Indian Treaty Council
C.P. 59 - CH-1211 - Geneve 21 - Suíça

Dexter Tiranti
New Internationalist
62a Higt Street
Wallingford
Oxon - Inglaterra

CISA
Ramiro Reynaga
Casilla Postal 11081
Obrajes
La Paz - Bolivia

DOCIP
C.P. 59 - CH 1211
Geneve 21 - Suíça

Dr. J.H. Schraivesand
Secretariado para Colaboração em Desenvolvimento do Diaconato
Mundial das Igrejas Reformadas da Holanda
P.B. Box 2211
3830 AH - Lensden - Holanda

A. Notícia



Os índios reclamam a falta de apoio da Funai e pedem a intervenção do Governo

Índios denunciam invasão de suas terras ao Governo

"A Funai se negou a nos ajudar. Vamos recorrer ao Governador. Se ninguém resolver nada, nós resolveremos à nossa maneira". A afirmação é do líder indígena Paulo Mendes, da tribo Tikuna do Solimões. Ele e mais 11 representantes de várias tribos estão em Manaus para impedir que empresas madeireiras invadam, definitivamente suas terras.

Segundo Paulo Mendes, a Funai alegou problemas financeiros para resolver a questão. "São 20 mil

Tukunas que habitam 250 mil hectares de terras. As madeiras já há muito tempo vêm causando problemas a nossa população, agora a invasão está se acentuando e não vamos ficar parados". Ele afirmou que os representantes irão procurar o Governador do Estado, "se ele não resolver, nós mesmos resolveremos", ressaltou.

Os representantes são Paulo Mendes, Francisco Mendes, Osvaldo Honorato Mendes, Nestor Cordeiro, Edson Dário, Zenóbio Ave-

lino, João José e Gilberto Luciano, dos Tikunas. Alcides Garcia e Manuel Cordeiro, da tribo Kanamari. Alexandre Curico e Jurandir Torres, da tribo Kokkan. Eles disseram ainda que a alegação da Funai não procede, pelo fato desse órgão ter recebido 15 milhões da Suframa e afirmaram que conflam na sensibilidade do Governo para a questão da terra, "que é o mais importante para a sobrevivência do Índio", concluiu o líder Tikuna.

Índios denunciam invasão do INCRA

"Está é a terceira vez que tratamos nossos problemas junto ao delegado da FUNAI e agora caso não haja uma solução nós mesmos vamos demarcar nossas terras", disse ontem o líder Tukuna e um dos dirigentes da UNI — União das Nações Indígenas — Paulo Mendes, que junto com mais 13 líderes das Nações Tukuna, Kokama e Kanamari, denunciou uma nova invasão das suas reservas pelo INCRA.

A invasão, segundo os líderes indígenas está ocorrendo nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Tonantins, no Alto Solimões, onde atualmente vivem 20 mil Tukunas, além de milhares de índios Kokama e Kanamari.

Os líderes disseram que desde de 1979 que vêm se reunindo com o delegado Kasuto Kawamoto e sempre recebem a mesma resposta de que enviará uma equipe da Funai ao local. Mas, acontece, disseram, que isto não passa de uma enganção de parte do delegado em benefício dos brancos, uma vez que lá ninguém da FUNAI até hoje apareceu.

INCRA INVADE

O Grande desgosto dos líderes dessas tribos do Alto Solimões é

que eles estiveram reunidos em Brasília, com o presidente do INCRA, Paulo Yokota, e receberam deste a garantia de que o órgão que dirige não mais iria se envolver em invasão de terras indígenas no Alto Solimões. Mas, isso não vem sendo obedecido, disseram os índios, pois as invasões são tão constantes que agora os brancos, num gesto de que parece já terem ido longe demais, começam a ameaçar os índios de morte. Essas invasões, afirmam os líderes, são todas acobertadas e incentivadas pelo INCRA.

TERRAS RICAS

A grande cobiça por parte dos brancos e decorrência das contínuas invasões, segundo os índios, é devido as grandes riquezas existentes nesta vasta área do Alto Solimões, principalmente com relação a madeiras, seringa e suas terras, que são consideradas como uma das mais férteis de toda a região amazônica.

BOICOTE DO DELEGADO

Os líderes indígenas disseram também que o delegado Kasuto Kawamoto já armou até uma intriga entre os índios e o Governo

Gilberto Mestrinho, pois todas às vezes que ele tinha notícia de que haveria um encontro com o chefe do Executivo do Estado, entrava em contato com o mesmo, dando informações distorcidas e inverídicas sobre os índios.

Os índios também informaram que o delegado Kasuto os acusa de serem contra a FUNAI. "Nós não somos contra a FUNAI", disseram "Somos contra a má administração a que o órgão está submetido".

Todos os líderes Tukuna, Kokama e Kanamari disseram que por todos esses dias que permanecerão em Manaus vão tentar de todas as maneiras um encontro com o governador Gilberto Mestrinho, pois, segundo eles apoiaram Gilberto nas eleições e precisa conhecer os problemas que os índios vêm enfrentando com relação as suas reservas, agora com maior incidência de invasão.

Eles adiantaram também que caso os órgãos envolvidos na demarcação das terras não tomarem uma posição urgente, eles mesmo irão iniciar picadas, demarcando toda a reserva do Alto Solimões, e se ocorrer algum incidente entre índios e brancos a culpa toda será da FUNAI, que insiste em se omitir na demarcação das suas terras.

22/03/85

Brasília, sexta-feira, 22 de março de 1985

MRL 10, p. 141/354



QUEREMOS VIVER!

Tive terra
não tenho
Tive casa
não tenho
Tive pátria
venderam
Tive filhos
estão mortos
ou dispersos
Tive
caminhos
foram
fechados

Um grito pela causa indígena

"Queremos Viver!" O grito não é de hoje. Vem de cinco séculos de colonização. É o grito de todos os povos que estão ameaçados na sua sobrevivência ou na dignidade de sua vida. Grito que ressoa na boca do povo, pelos quatro cantos deste Brasil afora.

Queremos Viver! É o slogan da Semana do Índio 85, a ser comemorada entre 15 a 21 de abril. Para isso, o Conselho Indigenista Missionário - Cimi e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB elaboraram dois livretos de reflexão. O primeiro dá subsídios didáticos sobre a questão indígena. O outro apresenta texto-base **Queremos Viver** e temas para reuniões nas comunidades. Fala dos povos indígenas, situação de suas terras no Brasil e traz um roteiro sobre a **Celebração da Vida**.

Segundo o texto-base da campanha, **Queremos Viver** é o grito causado pela estrutura fundiária que visa a integração da terra e dos recursos naturais dos índios ao "modelo" de desenvolvimento excludente para a maioria do povo e predatório para o meio ambiente, concentrador de renda nas mãos de poucos e gerador de dívidas para todos.

DECISÃO

- **Queremos Viver!** É a opção pela vida com sua criatividade e beleza, que cada povo vive na sua cultura particular, nas suas festas, na construção das suas casas, na fabricação dos seus objetos materiais, nas suas lavouras e nas suas crenças. **Queremos Viver!** é também uma decisão. Os índios no Brasil, onde são pouco mais de 200 mil, só podem sobreviver quando se unem entre si, em nível nacional e continental.

Conforme o livro do Cimi, estes 220 mil índios estão concentrados principalmente na Amazônia e na região Centro-Sul.

- Pouco sabemos deles, a não ser o que aprendemos na escola ou o que vemos na televisão. Isso, geralmente, nos dá uma visão falsa da situação do índio, de seus problemas e de sua cultura. Nestes últimos setenta anos, mais de quarenta povos indígenas desapareceram no Brasil; muitos, massacrados e outros, restam os descendentes, que se tornaram empregados de fazenda, peões, posseiros, bóias-frias, operários ou favelados.

Na página 24 comenta que "se a história dos povos indígenas no Brasil e na América é uma história de morte, é também por outro lado, uma história de luta pela vida".

- Hoje, ainda, os índios são um estorvo para o "progresso". Mas, também hoje, como sempre aconteceu, os índios estão reagindo contra esta sentença de morte. A história dos índios é a sua resistência, sua luta para viver.

ESTEREÓTIPOS

Já no livro **Queremos Viver!** Subsídios Didáticos Sobre a Questão Indígena, o Conselho Indigenista Missionário - CNBB explicita que as duas instituições novamente se unem para oferecer subsí-

dios aos professores e alunos interessados em conhecer a realidade do índio no Brasil.

- Representamos um pequeno instrumento de conscientização para se contrapor à carga de estereótipos transmitida diariamente através dos meios de comunicação, incluindo aí os livros didáticos. Nestes subsídios daremos apenas uma contribuição na luta contra o racismo e o preconceito. Acreditamos que somente quando estas duas armas dos dominadores forem destruídas, todos passarão a respeitar o direito de os povos indígenas viverem autonomamente, como nações dentro do território brasileiro.

No documento, o Cimi e a CNBB abrem um capítulo sobre a **Violência Contra os Povos Indígenas**, onde afirma que "grandes projetos e mineradoras constituem, hoje, o empecilho (destruição cultural) de um povo, quando seus valores são atingidos de tal maneira que provoca seu desaparecimento como grupo diferenciado) programado mais violento e ameaçador a sobrevivência dos povos indígenas no Brasil, roubando o que lhes é mais caro e sagrado: a terra".

- O colonizador do passado é o mesmo de hoje. Agora, o saque às terras indígenas adquire facetas variadas e criminosas: latifúndio, estradas, grandes hidrelétricas, projetos desenvolvimentistas, mineradores, decretos e projetos de lei. Muitas vezes, contudo, esse saque é feito com o consentimento do governo brasileiro e da Funai.

INDAGAÇÕES

No final do livreto, surge a pergunta, **você sabia?**, com cinco reflexões:

- Que em apenas 60 anos, os espanhóis, na época da Conquista, mataram cerca de 40 milhões de indígenas? Que um grupo de índios **Kayapó**, vivia às margens do rio Araguaia, no início do século, e era formado por aproximadamente oito mil pessoas? E que em 1958 restava apenas um único sobrevivente deste povo? Que **tenochtlán**, capital Asteca, na época da chegada dos espanhóis no México, tinha uma população de 300 mil habitantes enquanto Sevilha, a maior cidade espanhola do século XVI tinha apenas 120 mil habitantes e Lisboa 100 mil habitantes? Que no Brasil, segundo o levantamento antropológico do indigenista Curt Nimuendaju, havia 1.400 grupos étnicos diferentes e que atualmente existe apenas 221?

Os interessados em adquirir os livros da campanha **Queremos Viver!** podem procurar pessoalmente ou enviar correspondência para o Secretariado Nacional do Cimi, no SDS, edifício Venâncio III, sala 310, Caixa Postal 11-1159 CEP 70.084, Brasília DF, fone (061) 225-9457.

Criado em 1972, o Cimi é expressão da presença missionária junto aos povos indígenas.

SÚSAN FARIA

CIMI NACIONAL

Assembléia debate a unificação de lutas e elege nova diretoria

A perspectiva de união entre as lutas comuns de índios, lavradores, operários e outros setores oprimidos da sociedade foi a abordagem central da VII Assembléia Nacional do Cimi, realizada em Goiânia no período de 24 a 28 de junho último, quando também se elegeu a diretoria da entidade para o próximo quadriênio. O pleito reconduziu Dom Erwin Krautler à Presidência e Antônio Brand à Secretaria Executiva, colocando na Vice-Presidência o missionário leigo Fábio Martins Villas, que atua no Espírito Santo junto aos Guarani e Tupinikim. Os secretários adjuntos serão escolhidos somente em outubro, durante reunião da diretoria.

Entre religiosos e leigos, participaram do encontro aproximadamente 130 agentes pastorais que trabalham junto aos povos indígenas de todas as regiões do País. Dez bispos compareceram e havia representantes também da Colômbia, Bolívia, Paraguai e Peru, além de membros da Comissão Pastoral Operária e do GTME — Grupo de Trabalho Missionário Evangélico, ampliando o fórum para o debate do tema "A Causa Indígena dentro do Projeto Popular no Brasil e na América Latina".

Conclusões

Durante o encontro, foram feitas várias constatações, algumas delas



Henrique Jordan, da Bolívia

vindo ratificar a posição do Cimi frente aos povos indígenas no Brasil e em toda a Ameríndia, que deverão nortear o trabalho nos próximos dois anos. Reafirmou-se que a sociedade brasileira é pluriétnica, constituída por várias nações indígenas. A nação majoritária, que historicamente resultou da invasão do território dos povos indígenas, é

interna e profundamente desigual, devido à sua divisão em classes sociais.

Apesar de controlados pela classe dominante, os oprimidos, segundo os participantes da Assembléia, procuram de todos os modos reagir e organizar-se para conquistar seus direitos. Há, sem dúvida, avanços, mas ainda insuficientes para enfrentar o poder que os domina.

Para os povos indígenas no Brasil e na Ameríndia, sua vitória



Amadeo Benz, do Paraguai

estará intimamente ligada à vitória dos oprimidos. Daí, concluíram os missionários, a necessidade urgente de elaboração, a partir dos movimentos populares e indígenas, de um projeto político, além da consolidação de alianças para o crescimento da organização política dos oprimidos.

Em toda essa história, a pastoral indigenista é limitada e, às vezes, até mesmo fraca. O que não impediu que o Cimi reassumisse seu compromisso de evangelização libertadora dos povos indígenas e propusesse para os próximos dois anos, ao final dos quais outra assembléia ocorrerá, várias prioridades e linhas de ação.

Quanto às prioridades, o Cimi deverá incentivar e apoiar as organizações autônomas dos povos indígenas, capacitar cada vez mais os agentes de pastoral indigenista, criar canais para a articulação da pastoral indígena nos vários países da América e intensificar os esforços junto à Assembléia Nacional Constituinte, visando o reordenamento institucional do País.

Organizações indígenas

Buscando uma eficiente mobilização e organização das nações



Dom Erwin (acima, à esquerda), Fábio Villas (à direita) e Antônio Brand foram eleitos para dirigir o Cimi no próximo quadriênio

indígenas, a partir de suas bases, o Cimi deverá promover, como instrumento de luta, a comunicação das comunidades, levando sempre em conta o quadro de interesses contrários a elas. Ao mesmo tempo, ter presente os aliados dos índios, com vistas a uma possível ação conjunta.

O Cimi se propôs, ainda, a oferecer às organizações indígenas assessoria nos planos político, jurídico, sanitário, educacional e de tecnologias alternativas, apoiando a defesa do grupo, sua autonomia econômica e sua afirmação cultural e política. O objetivo é suscitar nas comunidades uma análise crítica de suas organizações, para que elas próprias construam, frente aos projetos dominantes, seu projeto alternativo.

Regionais

Para viabilizar as linhas de ação referentes às organizações indígenas, os dez regionais do Cimi deverão se estruturar mais e criar uma articulação entre si, principal-



Joaquim Garcia, do Peru

mente nas ações específicas de saúde, educação e pastoral. Esses regionais deverão também estabelecer uma articulação maior com as igrejas locais e da região e com os diversos setores do movimento popular.

Ameríndia

Os problemas e as lutas que envolvem os povos indígenas não são exclusivos do Brasil, mas de todas as Américas. Assim, viu-se a necessidade de se concretizar uma organização ou coordenação de pastoral indígena nos países onde ela ainda não existe. Essas organizações devem nascer das bases missionárias ou, pelo menos, ser reflexo delas.

O Cimi deverá liberar uma pessoa que possa dedicar-se especificamente a essa tarefa. Mas os problemas têm uma dimensão continental e não serão resolvidos, segundo a Assembléia, sem a criação de canais e formas de comunicação entre as pessoas envolvidas na pastoral indigenista.

Por ocasião do 500º ano de evangelização no continente, o Cimi deverá preparar, juntamente com missionários de outros países, publicações e encontros, para que se crie a consciência de que a Ameríndia é uma realidade e uma unidade que compreende 54 milhões de indígenas na América Latina e outros três milhões vivendo nos Estados Unidos e Canadá. Povos esses, lembraram os participantes, que não tiveram ainda sua independência, mas que têm o direito inalienável a suas terras comunitárias, a fim de que possam viver como povos diferenciados que são.

Arguilar

COLÔMBIA

Assassinados este ano 58 Emberá

Em menos de cinco meses, 58 Emberá, no Departamento de Chocó, Colômbia, foram assassinados pelo Exército Colombiano e grupos paramilitares (ver PORANTIM nº 99). A 1ª de junho passado ocorreu o último ataque, quando três indígenas foram mortos. O Emberá José Antonio Gomes, membro da Organização Indígena Regional Emberá Waunana (Orewa), falou ao PORANTIM o que está por trás desses assassinatos que vêm pondo em risco a sobrevivência de seu povo. Ele esteve no Brasil para participar da VII Assembleia Nacional do Cimi (ver páginas 14 e 15) e conseguir apoio de entidades e grupos brasileiros à luta de sua gente contra as agressões.



Desde 1980 que os Emberá vêm sendo sistematicamente perseguidos em seu próprio território

PORANTIM — Cinquenta e oito Emberá foram mortos de fevereiro a junho últimos. Quais as causas desses assassinatos?

José Antônio Gomes — Tudo começou em 1980, quando foi descoberta uma mina de ouro. Os assassinatos vêm ocorrendo a partir de fevereiro deste ano, quando foram mortos nove indígenas e dois mestiços que exploravam a mina de ouro dentro do território. Tudo foi feito de maneira inescrupulosa e opressora.

PORANTIM — E qual a participação do Exército colombiano nessas massacres?

José Antônio — No dia 24 de março, por pressões externas às comunidades indígenas, soldados do Exército incursionaram à região, realizando uma espécie de "rastero" na comunidade. Foi quando doze crianças foram mortas, uma "tenda" comunitária foi roubada, plantações foram queimadas e animais foram abatidos.

PORANTIM — Essas pressões externas são de quem?

José Antônio — São de brancos. Brancos interessados na exploração



AMERÍNDIA

da mina de ouro. O governo diz que os assassinatos são em consequência de uma luta interna entre companheiros indígenas. Nós dizemos que essa é uma versão completamente falsa. Há uma pressão externa, de brancos, de fazendeiros interessados na exploração da mina.

PORANTIM — A imprensa tem relacionado essas mortes à presença de guerrilheiros na comunidade indígena.

José Antônio — A imprensa colombiana e mesmo o governo têm dito que há a possibilidade da presença de guerrilheiros na região. Nós conhecemos a região, as



José Antônio Gomes, membro da Orewa, participou da Assembleia Nacional do Cimi, em Goiânia-GO, e relatou a aflição de seu povo

comunidades, e até agora não temos encontrado nada que o governo, os militares têm afirmado. Não acreditamos que existe a guerrilha na região. O problema real é a mina, se as pessoas de fora que querem se apoderar dela.

PORANTIM — Falou-se muito, durante a Assembleia do Cimi, sobre a organização indígena a nível de América Latina. Mas se no Brasil essa organização ainda engatinha, é possível falar de América Latina?

José Antônio — Realmente, a organização dos povos indígenas da América Latina é difícil. Primeiro, pelo nível de organização em cada país; segundo, pela diversidade cultural de todos esses povos. No entanto, nosso lema de unidade, terra, cultura e autonomia pouco a pouco nos "acera" no trabalho de organização em cada país. Assim, fortalecemos o trabalho latino-americano.

PORANTIM — Qual é a realidade da Orewa com a Igreja?

José Antônio — Nós não temos nenhuma relação com a Igreja enquanto instituição. A Organização Indígena Regional Emberá Waunana, de Chocó, é membro da Organização Nacional Indígena da Colômbia (Onic). Há uma relação com centros pastorais e religiosos que, de uma maneira ou de outra, estão comprometidos com o caminho evangélico do índio.

PORANTIM — Mas a maioria desses missionários está efetivamente comprometida com os povos indígenas?

José Antônio — Neste momento, há um número considerável de sacerdotes comprometidos com o movimento indígena. Infelizmente (desafortunadamente), a hierarquia da Igreja na Colômbia não tem permitido que essa relação e esse compromisso dos religiosos e dessa pastoral indígenista cresçam. É um caminho espinhoso e ainda falta muito para a Igreja caminhar junto aos indígenas colombianos.



PANAMA — Durante o mês de agosto, na Cidade do Panamá, estará ocorrendo o I Encontro Latino-Americano de Parlamentares Indígenas. Organizado pelo Instituto Indigenista Interamericano, Instituto de Cooperação Ibero-Americano, da Espanha, Direção Nacional da Política Indigenista, do Panamá, Assembleia Legislativa do Panamá, Assembleia e organizações Kuna e Guaymí, o Encontro contará com participantes de Belise, Brasil, Bolívia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Peru. O objetivo é rever os mecanismos com que contam os organismos legislativos para defender os

movimentos indígenas que lutam pela sobrevivência dos povos nativos enquanto grupos diferenciados culturalmente.

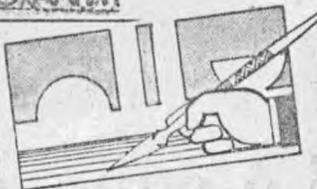
ARGENTINA — O governo argentino anunciou que pretende criar um depósito de lixo nuclear na região de Gastre, Província de Chubut, onde vive uma comunidade mapuche. A denúncia foi feita durante a V Assembleia Geral do Conselho Mundial dos Povos In-

dígenas, ocorrida de 11 a 16 de julho último (ver página 13), representantes daquele povo. Os Mapuche, em Chubut, não conseguiram ainda que a posse de suas terras fossem reconhecidas legalmente. Dos 320 mil indígenas que vivem na Argentina, 35 mil são Mapuche que, como outras 16 etnias, estão com grande parte de seu território invadido.

PERU — Em encontro realizado na cidade de Lima, de 15 a 17 de maio último, doze organizações indígenas dos Departamentos de Amazonas, Cuzco, Ucayali, Junín, Pasco, Loreto e Madre de Dios oficializaram a criação da Confe-

deração das Nacionalidades Amazônicas do Peru (Conap). O Yanesha Aníbal Francisco Coñivo foi eleito secretário-geral e Helman José Caicat Chias, da nação Auaruna, secretário. O objetivo da Conap é, entre outras coisas, conseguir a unidade das nações indígenas e suas respectivas organizações, única maneira de garantir o futuro da cultura, economia e organização próprias desses povos. O Projeto de Declaração de Princípios, elaborado pela comissão organizadora do Conap, deverá ser aprovado durante o primeiro congresso da Confederação.

CIMI



CONSTITUINTE

Campanha antiíndio já tem os seus campeões

Confirmando alerta publicada pelo PORANTIM em sua edição de abril deste ano, ao esboçar rápidos perfis políticos das subcomissões temáticas da Constituinte, a causa indígena vem encontrando os seus inimigos declarados no percurso da elaboração da futura Constituição. Em sua maioria, são latifundiários e empresários do setor de mineração, ou representam os interesses destes e — o que é pior — das multinacionais.

No início, eles pouco falavam do assunto, limitando-se a encaminhar emendas que, se aprovadas em última instância, legitimariam definitivamente o processo de extermínio das nações indígenas, legalizando o genocídio dentro do próprio texto constitucional. Ultimamente eles vão mais além: reapresentam suas emendas sempre que são derrotadas, utilizam a grande imprensa como instrumento de pressão, envolvem governadores e outras autoridades na discussão e discursam na tribuna.

Há, porém, entre os parlamentares, os campeões das emendas antiíndios e que como inimigos da causa indígena devem ser qualificados: os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e o senador José Richa (PMDB-PR). Na trilha deles estão ainda: Edivaldo Motta (PMDB-PB), Eraldo Trindade (PFL-AP), Renato Vianna (PMDB-SC), Siqueira Campos (PDC-GO), Darcy Pozza (PDS-RS), Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Roberto Balestra (PDC-GO), Christóvam Chiaradia (PFL-MG), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Ronaldo Aragão (PMDB-RO), Francisco Diógenes (PDS-AC), Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Bosco França (PMDB-SE), Oswaldo Almeida (PL-RJ), José Dutra (PMDB-AM), Arnaldo Martins (PMDB-RO), Raquel Cândido (PFL-RO), Alfredo Campos (PMDB-MG), Arnaldo Prieto (PFL-RS) e Prisco Vianna (PMDB-BA).

De olho no minério

Muito mais que o interesse em tomar as terras dos povos indígenas, o que motiva a grande maioria dos constituintes antiíndio é a cobiça pelos recursos minerais existentes no subsolo dessas terras. Isto é flagrante no volumoso pacote de emendas apresentado por esses parlamentares, desde a fase das subcomissões até à da Sistematização. Com eles fazem coro autoridades como o governador

Nilson Gibson encabeça a lista de inimigos da causa indígena na Constituinte



Amazonino Mendes, do Amazonas, que até anunciou a intenção de organizar um lobby de governadores para pressionar o relator da Constituinte, Bernardo Cabral.

Nilson Gibson, de Pernambuco, é um dos recordistas em número de propostas contrárias aos direitos indígenas e favoráveis aos interesses das empresas mineradoras. Só na fase das subcomissões, apresentou nada menos que 17 emendas. Mais recentemente, sua investida foi no sentido de priorizar os dispositivos antiíndios aprovados na Comissão da Ordem Econômica, deixando os da Ordem Social restritos à teoria humanitária.

Outro pernambucano, o deputado Ricardo Fiúza, escreve na "justificativa" de uma emenda: "As reservas indígenas no Brasil abrangem extensão exagerada para os estimados 100.000 índios assistidos pela Funai e 25.000 arredios (...) O índio seria melhor servido se, por acordo entre índios e mineradores industriais, supervisionados pela

Funai, fosse permitida a mineração industrial do subsolo...".

Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, não só tenta diminuir no texto da Comissão de Sistematização os dispositivos que encampam reivindicações dos povos indígenas, como quer jogar para a legislação ordinária os pontos mais polêmicos, de forma que as conquistas mais importantes daqueles povos fiquem fora da Constituição.

O senador José Richa, do Paraná, conjuga sutilidade com vivacidade. Com uma simples supressão da referência "e do subsolo", no texto do anteprojeto onde se fala da propriedade e usufruto das riquezas do subsolo das terras indígenas, ele tenta abrir o direito de mineração a quem se habilitar, o que equivale a escancarar as portas inclusive às multinacionais.

Estes são apenas alguns exemplos de investidas contra os direitos dos povos indígenas na Constituinte. Os demais estão sendo catalogados pela equipe do PORANTIM, que deverá publicá-los oportunamente.

APOIO EXTERNO

Austríacos mandam 50 mil assinaturas

No dia 20 de julho, em audiência marcada pela Embaixada da Austrália, abaixo-assinados contendo 50 mil assinaturas coletadas entre os austríacos foram entregues ao deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Os abaixo-assinados reivindicam a garantia dos direitos dos povos indígenas na nova Constituição do Brasil.

Colhidas pela Juventude Católica Austríaca, organização ligada à Ação Católica da Austrália, essas 50 mil assinaturas significam que 0,6% de toda a população daquele País assinaram a proposta. Os documentos foram entregues ao deputado por Anna Maria Kramer, membro da coordenação nacional da Juventude Católica, e Georg Grünberg, antropólogo do Instituto de Cooperação Internacional.

Segundo ele, conseguir com que tantas pessoas assinassem só foi possível porque nações indígenas atualmente se transformaram em uma questão humanitária; por existirem também na Austrália algumas minorias; pelo fato de o assunto envolver questões ecológicas; e, finalmente, porque os índios, enquanto cultura, são patrimônio da humanidade e devem ser preservados. «Não dá pra negar — afirmou —, que há intenções de genocídio no Brasil. Por isso queremos apoiar aqueles que acham que o País deve dar ao índio o direito à cidadania sem que ele deixe de ser índio».

EMENDA POPULAR

Dia 13 de agosto encerra o prazo para entrega das emendas populares na Assembléia Nacional Constituinte. Até lá, a proposta que está sendo encaminhada pelo Cimi, Associação Nacional de Apoio Índio-RS (Anai), Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Operação Anchieta (Opan) deverá ter sido assinada por no mínimo 30 mil pessoas. Assim como a proposta de emenda popular da União das Nações Indígenas (UNI) que, igualmente, reivindica a garantia dos direitos dos povos nativos na nova Constituição do País.

Para quem ainda não assinou nenhuma das duas, ainda há tempo. A relação dos endereços onde a proposta do Cimi pode ser encontrada foi publicada na última edição do PORANTIM (nº 99). A da UNI pode ser assinada na própria organização indígena: rua Ministro Godói, 1484, sala 57, nas Perdizes-SP. O telefone é (011) 263-0163.

Bo
C
po
O rel
da C
indig
que

Ele ac
interess
Estado Y
incluir n
tigos que
digenas a
ao mesm
defender
País. É o
nardo Ca
relator
Sistemat
cipal fun
Nacional
texto fin
stituição do
Ex-pres
dos Adve
(OAB) e
político
Mestrinho
nador do
do Cabral
pletamente
teprojeto da
PORANTIM
corporou ba
reivindicaç
digenas. Na
PORANTIM
ainda, as
digenas a
contra as
colidem com
na Constitui

PORANTIM
que saiu no p
vai entrar no s
Bernardo C
so lhe dizer o
vai deixar de
ficar, porque
emendado em
respeitar tant
que está na
porque eu ve
que tem un
Quando eu era
idos Advogad
problema indig
conheço muito
ser respeitado
PORANTIM
mineradoras, a
tas a essas emp
Bernardo C
as áreas indig

Demarcações, entre a propaganda e a realidade

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, afirmou, há pouco tempo, que "o presidente Sarney entrará para a história deste País também como o presidente dos índios", dado o incremento da demarcação de terras indígenas que, segundo ele, viria ocorrendo na "Nova República". No "Jornal da Funai" n° 3, de outubro do ano passado, o mesmo ufanismo se estampava na manchete da primeira página: "Demarcações em ritmo recorde". Quem, porém, não se deixa fascinar pelos brilhantes promocionais da atual administração da Funai, e resolveu pesquisar o verdadeiro andamento dos processos de

demarcação, vai descobrir que a realidade é bem outra. Dos 85 processos de demarcação apreciados de maio de 1985 a dezembro de 1986 pelo GTI (Grupo de Trabalho Interministerial - o "Grupão"), criado pelo Decreto 88.118/83, referentes a 19.913.054 hectares, 51 estão paralisados. Destes, 20 foram interrompidos por estarem as áreas localizadas na malhada faixa de fronteira (150 km que o Conselho de Segurança Nacional quer ocupar para a "defesa" do País); e outros oito foram sustados pela Presidência da República, que os encaminhou ao Conselho de Segurança

Nacional. Nesse mesmo período, apenas oito áreas, totalizando 1.818.371 hectares, chegaram a ser homologadas. Em contrapartida, foi descoberta pelo menos uma das razões para a sustação das demarcações: o Governo Federal abriu nove das 51 áreas referidas, para a invasão de mineradoras, nacionais e multinacionais (ver página 5). As 51 áreas cujos processos estavam paralisados, pelo menos até janeiro último, totalizam 11.654.021 hectares. A relação, que o PORANTIM publica abaixo, baseia-se em levantamento efetuado pela Assessoria Jurídica do Cimi.

Área Indígena	UF	Povo/População	Superfície (hectares)	Situação (guarda)	Motivo da Interrupção	Instância Responsável
Tubarão/Latundê	RO	Aikana, Tubarão, Latundê Sabané - 103	118.000	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Menkü	MT	Menkü - 31	47.094	homologação	?	Funai/Minter
Xocó-Kariri	AL	Kariri e Xocó - 1.050	640	delimitação	?	Funai/Minter
Poyanawa	AC	Poyanawa - 258	19.987	delimitação	faixa de fronteira	Presidência/CSN
Nukini	AC	Nukini - 244	30.900	delimitação	faixa de fronteira	Presidência/CSN
Waiãpi	AP/PA	Waiãpi - 274	543.000	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Evaré II	AM	Tikuna 1.230	165.000	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Evaré I	AM	Tikuna - 8.000	569.500	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Betânia	AM	Tikuna - 1.387	137.700	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Vui-Uata-In	AM	Tikuna - 1.354	627.000	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Pirakuá	MS	Guarani/Kaiowá - 210	2.346	delimitação	sub-judice	Funai/Minter
Kulina Médio Juruá	AM	Kulina - 915	770.300	delimitação	dimensão?	Funai/Minter
Nhamundá-Mapuera	AM/PA	Wai-Wai, Xirieu, Hix karyana, Kokuryana, katuena, Mawayara - 1.061	1.022.400	delimitação	dimensão?	Presidência/CSN
Zuruahã	AM	Zuruahã - 123	233.900	delimitação	delimitação	Presidência/CSN
Rio Biá	AM	Katukina - 380	1.180.200	delimitação	dimensão	Presidência/CSN
Anta	RR	Makuxi e Wapixana - 101	2.550	homologação	faixa de fronteira sub-judice	Funai/Minter-CSN
Tenharim	AM	Tenharim - 250	488.500	delimitação	?	Funai/Minter-CSN
Raimundão	RR	Makuxi e Wapixana - 101	4.300	homologação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Pium	RR	Makuxi e Wapixana - 128	3.810	homologação	faixa de fronteira sub-judice	Funai/Minter-CSN
Cansuanim	RR	Makuxi e Wapixana - 191	6.324	homologação	faixa de fronteira sub-judice	Funai/Minter-CSN
Camicuá	AM	Apuriná - 220	35.000	homologação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Rio Mequens	RO	Makurape Sakirabiak - 51	105.250	delimitação	faixa de fronteira	Presidência/CSN
Tiracatinga	MT	Halotezu, Morcego, Irantxe e Paresi - 80	130.576	homologação	?	Funai/Minter
Utiariti	MT	Paresi - 61	412.305	homologação	?	Funai/Minter
Kanamari	AM	Kanamari - 496	607.553	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter
Juminá	AP	Karipuna e Galibi - 65	24.000	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Apuriná km 124	AM	Apuriná - 110	33.400	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Jaminawá	AC	Jaminawá - 300	23.117	delimitação	faixa de fronteira	Presidência/CSN
Macarrão	AM	Tikuna - 400	23.312	delimitação	?	Presidência/CSN
Merure	MT	Bororo - 524	82.301	delimitação	?	Funai/Minter
Arara do Igarapé	AC	Arara - 130	27.700	homologação	?	Funai/Minter
Humaitá	PA	Assurini - 86	288.600	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter-CSN
Kostinemo	SP	Guarani e Terena - 300	1.930	homologação	?	Funai/Minter
Araribá	PA	Araweté - 139	985.000	delimitação	?	Funai/Minter
Araweté	PA	Wayana/Apalai - 281	1.182.800	delimitação	faixa de fronteira	Funai/Minter
Rio Paru D'Este	MT/RO	Surui e Cinta Larga - 109	233.065	homologação	?	Funai/Minter
Roosevelt	PA	Mundurucu - 3.200	126.000	delimitação	?	Funai/Minter
Sai Cinza	MT	Cinta Larga - 83	753.400	delimitação	?	Funai/Minter
Aripuanã	PR	Guarani - 45	390	delimitação	?	Funai/Minter
Rio Arcaia	MA	Guajajara - 2.496	413.288	homologação	?	Funai/Minter
Araribóia	SP	Guarani - 27	1.212	homologação	?	Funai/Minter
Itariri	SP	Guarani - 136	27	homologação	?	Funai/Minter
Barragem	SP	Guarani - 110	948	delimitação	?	Funai/Minter
Ribeirão Silveira	SP	Guarani - 10	2	homologação	?	Funai/Minter
Jaraguá	SP	Guarani - 36	26	homologação	?	Funai/Minter
Krukutu	GO	Krahô - 890	32.534	homologação	?	Funai/Minter
Kraolândia	MT	Rikbahtsa - 424	79.935	homologação	?	Funai/Minter
Rikbahtsa	MT	Bororo - 160	28.120	homologação	?	Funai/Minter
Umutina	MT	Irantxe - 191	46.790	homologação	?	Funai/Minter
Irantxe	RS	Kaingang - 98	235	delimitação	?	Funai/Minter
Iraí	GO	Tapuya - 95	1.744	homologação	?	Funai/Minter
Carretão						

1. Superfície total das 51 áreas sustadas: 11.654.021 ha
2. Superfície total apreciada no GTI, de maio/1985 a dezembro/1986: 19.913.054 ha (85 áreas, 88 povos, 41.250 índios).
3. Superfície total das 20 áreas sustadas por estarem em faixa de fronteira (150 km): 4.527.801 ha.
4. Superfície total das 05 áreas sustadas pela Presidência da República, que as encaminhou ao CSN: 2.169.004 ha.
5. Superfície total das 08 áreas homologadas desde maio/1985: 1.818.371 ha
6. Superfície total das 26 áreas delimitadas desde maio/1985: 6.440.662 ha.

Áreas não demarcadas são abertas para mineradoras

Das 51 áreas indígenas cujos processos de demarcação foram interrompidos nos últimos 20 meses (ver relação na página 4), apesar de aprovadas pelo GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), formado por representantes da Funai e Ministérios do Interior e da Reforma Agrária, nove estão liberadas pelo DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral) para pesquisa e exploração mineral. São 465.348,2 hectares, localizados em territórios reconhecidamente indígenas, que foram distribuídos entre 33 empresas de mineração, conforme levantamento realizado pelo Cedi (Centro Eucumênico de Documentação e Informação) e a Conage (Coordenação Nacional dos Geólogos).

Na Área Indígena Paru do Leste, de 1.182.800 hectares, no Estado do Pará, habitada por 281 Wayana e Apalai, as reservas de zinco, columbita, ouro, paládio, titânio, nióbio e tântalo estão sendo exploradas pela Brascan British Petroleum, Jaruaana Mineração Indústria e Comércio Ltda, Mineração Berimbau e Progeo Projetos de Geologia e Mineração, que se instalaram em 153.015,9 hectares do território indígena.

Os 1.061 Waiwai, Xirieu, Hixkaryana, Kokuryana, Katuena e Mawayara, que juntos ocupam a Área Indígena Nhamundá-Mapuera, de 1.022.400 hectares, nos Estados do Pará e Amazonas, estão com 148.043 hectares de suas terras em poder da Paranapanema, Best Metais e Soldas, Brascan British Petroleum, CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), Promix Produção de Minérios do Xingu e Mineradora Ribeirão de Ourives. Para os seis grupos econômicos, o DNPM forneceu 23 alvarás que permitem a retirada de ouro, columbita, wolframita, tantalita e cassiterita.

Ainda no Pará, a Área Indígena Sai Cinza, onde vivem 3.200 Mundurucu, está ocupada por 4 grupos econômicos: a Anglo American/Simonsen, a Jaddo Barbosa Babel, a Incospal Indústria de Concreto de São Paulo S.A. e a Mineração Manacapua Ltda, possuidores de seis alvarás que permitem a retirada de prata, cassiterita e titânio em 20.497,5 hectares. A extensão do território mundurucu é de 26.000 hectares.

E há também no Pará a Área Indígena Araweté, habitada por 139 índios, onde, apesar de não haver ainda nenhum alvará autorizando a exploração mineral já existem 13 requerimentos no DNPM solicitando a liberação para as empresas.

Roraima

Das nove áreas abertas às mineradoras, duas se localizam em Roraima: as áreas indígenas Anta e Pium, habitadas por Makuxi e Wapixana, cujas reservas de prata estão em poder da CPRM.



Garimpo makuxi: hoje dividido com grandes empresas mineradoras

No Amazonas, os 250 Tenharim da Transamazônica tiveram 44.755,64 hectares de seu território (total de 488.550 hectares) divididos entre a Brascan British Petroleum, Best Metais e Soldas e a Paranapanema, que exploram tântalo, molibdênio, columbita e cassiterita. Para essa área, o DNPM liberou nove alvarás, e há 34 requerimentos aguardando aprovação do órgão do Ministério das Minas e Energia.

Na Área Indígena Aripuanã, localizada nos Estados de Mato Grosso e Rondônia e habitada pelos Cinta-Larga, são 12 alvarás que liberaram 77.445,85 hectares de terra dos atuais 753.400 tradicionalmente indígenas para cinco empresas de mineração: Brascan, Mineradora Rondon Ltda, Empresa de Mineração Aripuanã, CPRM e a Anglo American/Simonsen. Elas exploram no território cinta-larga enxofre, zinco, manganês, wolframita, chumbo, cromo, cobre e ouro.

Localizada nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, a Área Indígena Roosevelt, dos Suruí e Cinta-Larga, está com 1.745 de seus 233.056 hectares divididos entre a Gerwarde Unde e Matapu Companhia de Mineração Ltda, que exploram cassiterita.

E há o território dos Waiwapi, no Pará e Amapá, onde 4.527,5 hectares dos atuais 543.000 estão controlados pelos grupos empresariais Odilon Barcick, Walter Pereira do Carmo, Newton de Almeida Rodrigues e Reginaldo Sarcinelli. Não há informações disponíveis a respeito dos minérios explorados.

Apesar de ilegal, CSN pode ir para o Grupão

Circula nos amplos corredores da Funai, e a essa altura também nos gabinetes do Ministério do Interior, a idéia de se alterar dispositivos do Decreto nº 88.118, de 23 de dezembro de 1983, que instituiu o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) e dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas.

A modificação refere-se, principalmente, a dois aspectos. O primeiro, e mais grave, consiste em incluir como membro do GTI, ou Grupão, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), quando se tratar de áreas que atinjam a faixa de fronteira; e a segunda, em alterar a sequência burocrática para demarcar os territórios indígenas.

A inclusão do órgão de segurança no Grupão, como quer o general Rubens Bayma Denys, secretário geral do CSN, é na verdade, completamente descabida. O Conselho de Segurança não tem a menor competência para opinar sobre o processo de demarcação de terra indígena em lugar algum do país e, portanto, muito menos em faixa de fronteira. Essa participação no GTI seria a institucionalização, pelo Governo, da intervenção militar em matéria indígena.

Como se sabe, a movimentação implementada pelo então secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini, após a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fun-

diários (Meaf), culminou com a edição do Decreto nº 88.118/83, que nada mais era do que a formalização de que também as terras indígenas seriam matéria de apreciação do órgão de segurança, travestido de Ministério. Como o Meaf cedeu lugar ao Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário), os militares não se conformaram e insistiram em continuar opinando.

A segunda modificação prevê a retirada da exigência de se demarcar as áreas indígenas após a edição do decreto do presidente da República, que declara determinado espaço de terra como indígena nos termos dos artigos 4-IV e 198 da Constituição Federal. Esta previsão está contida no parágrafo 4º do artigo 2º do referido decreto. Em substituição, propõe-se que a demarcação se dê com base em ato conjunto dos ministros do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, através de uma portaria interministerial. A homologação demarcatória continuaria sendo por decreto presidencial, conforme exigência do artigo 19 da Lei nº 6001/73 (Estatuto do Índio).

Duas são as justificativas para esta modificação: a primeira consiste na desburocratização do processo, e a segunda pelos problemas existentes quanto aos limites cartográficos que não têm sido coincidentes entre o que consta no decreto e o que é concretizado em área. (Paulo Machado Guimarães — assessor jurídico do Cimi)

Supremo susta decreto que desapropria fazenda

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Carlos Madeira, do Supremo Tribunal Federal, sustou ontem, através de medida liminar, o decreto do presidente José Sarney que desapropriou para fins de reforma agrária a fazenda Esmeralda, de 2.824 hectares, no município de Pereira Barreto (SP). Em seu despacho, Carlos Madeira ressaltou que a concessão da medida visa a impedir a imissão da posse e a transcrição da propriedade para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), até o julgamento final do mandado de segurança.

O ministro do STF acatou os argumentos apresentados pelos advo-

gados do proprietário da fazenda, o médico Raul Franco de Mello, residente em Araçatuba, de que o indeferimento da liminar lhe acarretaria danos irreparáveis. A base legal encontrada pelos advogados de Franco de Mello está contida no Decreto-Lei nº 554/69 que não permite a discussão das terras, somente da indenização, depois de feita a imissão da posse.

Os advogados assinalaram que o médico exerce atividade no ramo agrícola e pecuário há mais de meio século e garantiram que a propriedade é uma empresa rural modelo na região. Afirmaram ainda que o decreto presidencial é uma violação ao direito, pois as terras são produtivas e cumprem a função social, conforme determina a legislação agrícola.

Para comprovar que a fazenda é uma empresa rural, os advogados demonstraram que o rebanho supera a 1.600 cabeças de gado (cria-recria e engorda), além de comprovar a utilização de 64 eqüinos. Outro dado apresentado no mandado de segurança: o fluxo diário na fazenda é de aproximadamente 120 pessoas que ali trabalham.

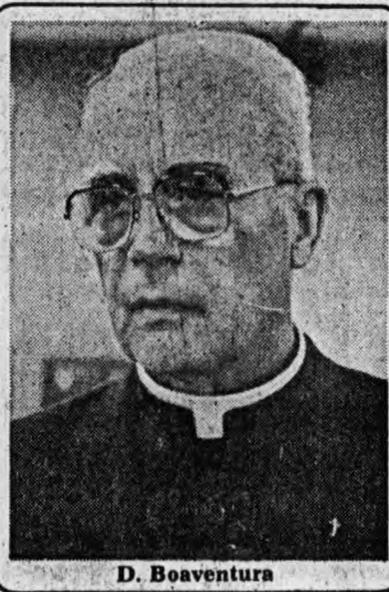
O ministro Carlos Madeira requisitou ontem mesmo as informações ao presidente da República sobre a desapropriação. O mérito só será julgado depois de parecer da Procuradoria Geral da República, com base nos esclarecimentos do presidente Sarney e do ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire.

Bispo contra Pastoral da Terra

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O bispo de Novo Hamburgo (RS), d. Boaventura Kloppenburg, acusou ontem, em Porto Alegre, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio Grande do Sul de ser a "genitora" do chamado Movimento Estadual dos Sem-Terras. Ele advertiu que, com seus "métodos marxistas" de ação, a CPT está desenvolvendo todos os esforços para que haja conflitos com os proprietários rurais. Integrante da Comissão Teológica Internacional da Santa Sé — formada por 30 membros escolhidos pelo papa —, d. Boaventura disse ter ficado "horrorizado" ao ler a ata da 8ª reunião estadual da CPT, realizada em junho passado. Nela, foram utilizadas com frequência as palavras "luta" e "conflito", e apresentava a figura de Jesus Cristo "totalmente errada, como modelo de agitador social".

Em entrevista à imprensa, após participar de reunião-almoço na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, que teve como palestrante o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, d. Cláudio Col-



D. Boaventura

ling, d. Boaventura Kloppenburg manifestou-se "cheio de indignação" com as posições da CPT. Revelou que vai escrever um estudo apontando esses desvios e frisou que até bis-

pos participam da entidade. Citou d. Orlando Dotti, da diocese de Vacaria, região da serra Gaúcha, além de d. José Gomes, de Chapecó (SC), presidente nacional da CPT.

Indagado sobre a crescente tensão no meio rural gaúcho — com o movimento dos sem-terra anunciando que irá começar a promover invasões armadas, e os proprietários também se armando —, o bispo de Novo Hamburgo advertiu: "Acontece que não faltam aqueles que querem o conflito. Há organizações que provocam o conflito. Os sem-terra nasceram para fazer o conflito, e não são produto de geração espontânea. A CPT é a genitora dos sem-terra. Foi ela que engendrou o movimento".

D. Boaventura ressaltou serem evidentes os métodos marxistas na ação da CPT. Observou que, em sua dialética, a entidade acredita na necessidade de conflito no meio rural para o surgimento de uma nova realidade. Frisou que na ata da 8ª reunião estadual da CPT ficou claro que "eles não apenas desejam que haja conflito, como estão se alegrando que isso ocorra também no Rio Grande do Sul".

E os sem-casa pressionam

SANTOS
AGÊNCIA ESTADO

Centenas de pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-casa distribuíram ontem pelas ruas de Cubatão um manifesto criticando a prefeitura pela demora na divulgação da lista das mil famílias carentes a serem beneficiadas com lotes do Projeto Habitacional São José. Irritado, o prefeito José Osvaldo Passarelli explicou que um cadastramento foi inicia-

do há três semanas e que o computador analisa os dados sobre os inscritos para liberar a relação dos nomes.

Anteontem, uma multidão tentou mais uma vez ocupar a frente do paço municipal para chamar a atenção do prefeito sobre o problema da falta de moradia e a Polícia Militar reprimiu os manifestantes. O vereador Dojival Vieira dos Santos (PT), um dos líderes do movimento, informou que o déficit habitacional do

município é de 20 mil moradias, "o que deve ser encarado de frente pelo prefeito". Passarelli garantiu que até o final do ano a área próxima à Ilha de Caraguatá estará aterrada, com obras de infra-estrutura — gulas e sarjetas — concluídas. Cada família receberá um lote de 128 metros quadrados para construir sua casa com ajuda de engenheiros da prefeitura. Os sem-casa, desconfiados com a demora, exigiram a divulgação dos mil contemplados "já".

Noticiário Geral

Assessor do cardeal do Rio acusa: CNBB estimula conflitos

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O coordenador da Campanha da Fraternidade da Arquidiocese do Rio, sociólogo Cândido Feliciano de Ponte Neto, acusou ontem a CNBB de pretender resolver o problema do racismo no País, "através do conflito e da divisão".

Por isso, o cardeal d. Eugênio Sales determinou que o slogan da CF-88 no Rio seja diferente do proposto pela CNBB.

O lema nacional será "Ouvi o Clamor deste Povo" e o da arquidiocese do Rio será "Muitas Raças e um só Povo". Cândido Feliciano denuncia que, no próprio texto para justificar a adoção do tema da discriminação racial contra o negro, a entidade "já cria um povo diferenciado dentro da nação brasileira, rachando qualquer tipo de integração que exista e estimulando a defesa de seus direitos através de um conflito racial".

O sociólogo disse que o objetivo de d. Eugênio é evitar que através da CF seja estimulado um conflito sócio-racial que não existe no Rio de Janeiro, assim como em outras partes do

País. O cardeal, acrescentou Cândido Feliciano, reconhece existir um problema social grave no Brasil, que atinge indistintamente brancos e pretos e que exige da parte do cristão uma responsabilidade social. O assessor afirmou que a nova frase escolhida por d. Eugênio "se adapta melhor à realidade da capital fluminense, onde o negro convive sem maiores problemas com os brancos". Não teria sentido então, segundo o cardeal, a importação de soluções estranhas à realidade racial e social brasileira e especialmente carioca.

Ao contrário de d. Eugênio, a posição de d. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu—maior cidade da Baixada Fluminense—é de que o conflito leva a uma participação mais clara para que os negros consigam sua integração social. "O enfoque da CNBB é de fraternidade. A Igreja precisa corrigir o erro de — como toda a sociedade da época — ter aceitado a escravidão." O presidente do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra, Januário Garcia, diz que "o problema do racismo no Brasil existe e o principal inimigo do negro não é o branco, mas o Estado, pois ele mantém leis que fazem do racismo uma ideologia de dominação".

Tribo desmata reserva para vender a madeira

AGÊNCIA ESTADO

Dois mil índios pataxós que vivem numa reserva que faz parte da área do Parque Nacional de Monte Pascoal estão desmatando a área e derrubando árvores de madeira nobres como jacarandá e sucupira para vender a madeiras do município de Porto Seguro, no Sul da Bahia. A denúncia foi feita em Salvador pelo delegado regional do IBDF, Everaldo Alcântara, acrescentando que a guarda florestal já encontrou em poder dos índios várias moto-serras e que caminhões carregados de madeira são regularmente autuados em estradas de acesso ao parque.

Segundo a delegacia do IBDF em Salvador, o desmatamento começou no ano passado e, apesar dos guardas florestais prenderem alguns índios em flagrante, o escritório da Funai na área sempre consegue libertá-los. A funcionária Cléa Bastos, do IBDF, informou que já foram feitas várias reuniões com representantes da Funai e da tribo pataxó para

se tentar resolver o problema, mas isso nunca foi conseguido. Os índios, segundo ela, querem toda a área do parque e se isso acontecesse a devastação seria em toda a reserva ecológica, pois Cléa afirma que os pataxós perderam seu senso preservacionista e já estão aculturados, utilizando sua condição de índio apenas para escapar das penalidades previstas na lei.

X Em Campo Grande, Ambrósio Silva, líder cadiveu e filho do mais importante chefe de nação indígena que Mato Grosso do Sul já teve, o João Príncipe, morto por uma picada de cobra há pouco mais de um ano, está cobrando da delegacia da Funai em Campo Grande Cz\$ 5 milhões, destinados pelo Ministério do Interior para sua tribo, que vive na reserva da Bodoquena, numa área de 365 mil hectares. Ambrósio diz que esse dinheiro estava destinado à assistência médica e alimentação dos cadiveus, sendo retido pela Funai em função de denúncias de que os índios da Bodoquena estavam comprando armas. X

Cimi aprova intervenção na Funai

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi — aplaudiu ontem a decisão do Tribunal de Contas da União — TCU —, que pediu a intervenção na Funai — Fundação Nacional do Índio — por haver "fortes indícios" de que a instituição não está levando a sério a política indigenista. O Cimi, entretanto, não concorda com o pedido de "extinção" da Funai feito pelo TCU, por entender que algum órgão do governo deve responsabilizar-se pelos índios.

Segundo Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Cimi, o Conselho sempre indicou ao governo a existência de irregularidades como empregulismo e desvio de recursos orçamentários para outros interesses do órgão tutor que não a demarcação de terras e a manutenção da saúde e educação nas aldeias. Apesar disso, explica, o Cimi nunca foi ouvido, mas é importante que o TCU tenha averiguado tais irregularidades e sugerido punição. Paulo Guimarães diz que será preciso que o Tribunal também examine a contratação de pessoal na atual gestão.

Aumenta a repressão ao contrabando

A Superintendência do Departamento de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul divulgou ontem balanço das apreensões de contrabando feitas no primeiro semestre deste ano. Elas chegam a mais de Cz\$ 151 milhões, quase o dobro do que foi encontrado no ano passado, quando atingiu Cz\$ 88 milhões. De janeiro a junho de 87, foram apreendidos cerca de Cz\$ 57 milhões em contrabando de café, soja e produtos eletrônicos, estes entrando no País vindos do Paraguai, enquanto os produtos agrícolas faziam rota inversa.

CARROS

Desde que o Paraguai anunciou a devolução dos carros brasileiros que foram roubados e estão naquele país, a subdivisão da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, no Paraná, na fronteira com o Paraguai, não pára de receber telefonemas de pessoas interessadas na recuperação dos seus veículos. Mas a alegria durou pouco. Ontem o governador da província paraguaia de Alto Paraná, Bernardo Caballero, enviou telex à Polícia Federal brasileira cancelando a solenidade que seria realizada hoje, com a presença do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, para a devolução do primeiro lote de carros roubados.

MRL. 10, p. 149/354

“Igreja popular” e seu plano subversivo

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Estão assombrando, estarrecendo de fato a opinião pública do Rio as revelações feitas pelo bravo jornalista Otávio Tirso de Andrade numa série de artigos para o JB (e o Jornal da Tarde, SP) sobre a estratégia revolucionária de bispos e clérigos da chamada “igreja progressista”, a fim de subverter toda a ordem social e política na América Latina e no Brasil. Essa “igreja popular”, produto típico acabado da famosa “Teologia da Libertação”, tem conseguido bons resultados para a sua “causa” — a transformação do Brasil num “paratso socialista” nos moldes de Cuba e da Nicarágua — sobretudo nas zonas mais carentes, miseráveis e marginalizadas do Grande Rio, ou seja, favelas, morros e subúrbios onde imperam quadrilhas de assaltantes e manipuladores do mercado do tóxico, sediadas muitas delas nas cidades-dormitórios da Balçada Fluminense, onde bispos existem preocupados exclusivamente com as famosas “pastorais” da terra e dos presídios, que agem também como técnicos refinados em promover invasões de terras alheias, produzir “mártires” para a causa dos apelidados “sem-terra”. Todos empenhados, sem reservas, na defesa de quantos presidiários cumpram sentenças nas cadeias do estado, sob a égide da Falange Vermelha, permanentes aticadores de quantas rebeliões possam estourar aqui e alhures, em sinal de vingança contra o “capitalismo selvagem” e a “democracia burguesa” que essa igreja “progressista” insiste em destruir a qualquer preço.

Ninguém ousou dizer até hoje a verdade nua e crua: muito se enxerga do dedão “progressista”, daquilo que Otávio Tirso magistralmente define como o “Partido Clerical Revolucionário”, nessas recentes, criminosas e brutais sublevações, todas elas marcadas por farto derramamento de sangue, nos pátios e corredores dos presídios do Rio, São Paulo e de Porto Alegre. Outras revoltas de presos, de igual peso, estão sendo preparadas pela radicália extremista de esquerda, sob os auspícios desse “Partido Clerical Revolucionário” e dos seus inúmeros aliados civis e, quem sabe, até mesmo militares. O episódio, narrado afinal por Otávio Tirso com base em informações de Jane Kramer, no The New Yorker de 2 de março do ano em curso, do desespero a que foi levado o cardeal colombiano Alfonso Lopez Trujillo, durante reunião de mitrados sul-americanos, a ponto de, provocado pelas teses “marxistas-leninistas” do cardeal de Fortaleza, Ceará, dom Aloísio Lorscheider, esbofetá-lo na presença de outros bispos, seria uma novidade e constituiria escândalo sem precedentes, não fossem já por demais conhecidas as atividades de implacável e pertinaz “agente provocador”, a serviço dos demolidores da ordem democrática, do referido arcebispo, ora no Ceará. O ex-ministro da Jus-

tiça nos governos Geisel e Juscelino, Armando Falcão, que está ultimando um livro de memórias cujo título deverá ser Tudo a Declarar, é um dos políticos mais aptos a contar, minuciosamente, o que tem sido a autêntica atividade revolucionária, dentro e fora do Nordeste e do Brasil, desse franciscano gaúcho em má hora designado para chefiar a Igreja em Fortaleza.

Lá, Lorscheider tem-se metido em poucas e boas, criando assim insuportável clima de desagregação em meio ao rebanho católico da terra. É verdade que, certa vez, ao tentar promover a invasão de fazendas, pertencentes ao deputado Nogueira Diógenes, no Vale do Jaguaribe (onde a família Diógenes cria e cultiva; há mais de 200 anos, talvez), Lorscheider teve de recuar, estrategicamente, quando foi devidamente informado pelo referido parlamentar que seria inapelavelmente mimoseado, no púlpito de Jaguaribara, com alguns enérgicos bofetões, caso tentasse pregar a invasão de tais glebas secularmente produtivas por grupos de “sem-terras” (já existe até no Ceará e no Nordeste a profissão de “sem-terra”), os quais, vendo seu eminente pastor e purpurado em vias de ser desacatado dessa forma, logo se passaram a outras plagas, na chapada da Ibiapaba, fronteira do Piauí, onde ocuparam terras alheias (exceto as da Igreja), devastando plantações de bananas e criatórios, contando para isso com todo o apóio de outro celebrado “agente pastoral libertador”, o famoso bispo Antônio Fragoso, de Crateús, o antigo príncipe imperial. Falcão sabe detalhar bem, aliás, essa e outras histórias ligadas ao atual arcebispo de Fortaleza, principal eleitor da prefeta esquerdista Maria Luitz Fontenelle (que encheu as repartições da municipalidade de elementos do PT do Lula e, inclusive, nomeou um secretário vindo de Angola para integrar a sua equipe, da qual já faziam também parte três ex-maridos da própria alcaide) — e dizem que até pretende reviver um sintomático e ilustrativo episódio — a prisão do padre francês Jeantan, que, ameaçado de expulsão do Brasil no governo Geisel, se retirou sob a proteção do general Golbery, tendo retornado, logo em seguida, às escondidas, homiziando-se na residência de Lorscheider.

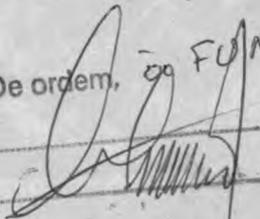
Esse Jeantan, por sinal já falecido, era um dos maiores agitadores clericais entrados no Brasil, tendo reagido à prisão dos federais com violência inusitada, pois, além da sua enorme estatura física e coragem pessoal, fora ele durante a Segunda Guerra um “maquis” dos mais ativos na Resistência Francesa. Há outros fatos que, certamente, uma vez contados pelo ex-ministro da Justiça, trarão fatalmente novas luzes sobre a ação deletéria do “Partido Clerical Revolucionário” entre nós, sobretudo nos sertões do Araguaí e nos municípios do interior nordestino, além de outras áreas do Pará, Goiás e Mato Grosso.

N.M.

FUNAI/SAE Reg. 2043
Recebido 26/08/87
Às _____ hs.

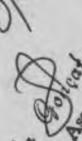
PASTA CIMI
MRL-10, p. 150/354


ASSINATURA

De ordem, ^{do} FUNAI
24/06/87


Subchefe Administrativo do
Gabinete do Ministro
- MINTER -

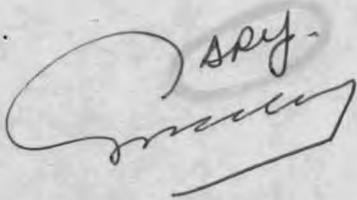
ASI/FUNAI
...433 /
EM 9 / 7 / 87

De ordem
a ASI
em 29/06/87
Rosângela 
Assessora II
Gabinete do Carvalho

23855 Y DFMM
89801 A AMMN
23/1819
FAN03254 2306 1601
MANAUS/AM

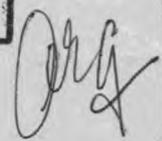
TELEGRAMA
MINISTRO DO INTERIOR
JOAQUIM FRANCISCO F. CAVALCANTE
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BL-A 7/0 ANDAR
BRASILIA/DF

DIANTE SITUACAO CRITICA DOS INDIOS DENI, SOLICITAMOS COM URGENCIA
GRUPO DE TRABALHO NA AREA. SAUDACOES
CIMI-NORTE I



MINISTÉRIO DO INTERIOR
GABINETE DO MINISTRO
Coordenadoria de Apoio Administrativo
RECEBIDO EM 24/06/87

CIMUK
89801 A AMMN
23855 Y DFMM



ECT

TELEGRAMA RAPIDEZ E
CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

ECT

RAMA RAPIDEZ E
MADE A SUA DISPOSIÇÃO

NADO
PARA A
DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA FONADO
É CÔMODO. TELEFONE PARA A
ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA
É CÔMODO. TELEFONE
ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

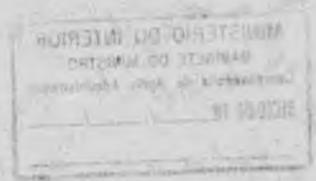
MRL 10, p. 154

RECEBUE DE
RECEBUE DE



GT Vai identificar area

VENI



DEBORA
SARA A
MADO

ECT
ECLI

ECT HOJE E PAGUE DEPOIS
E COMO TELEFONE PARA A
TELEGRAMA FONADO

ECT
ECLI

ECT HOJE E
E COMO TELEFONE
TELEGRAMA

MINISTERIO DA INTERIOR
RECEBUE DE
RECEBUE DE

TELECONF

ECT

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSICAO

CT

23721 Z DFBR
89801 B AMMN
2371800
FAN03255 2306 1602
MANAUS/AM

TELEGRAMA
ROMERO JUCA FILHO
PRESIDENTE DA FUNAI
SEVP SUL QUADRA 702 BLOCO A
EDIFICIO LEX 3/0 ANDAR
BRASILIA/DF

DIANTE SITUACAO CRITICA DOS INDIOS DENI, SOLICITAMOS COM URGENCIA
GRUPO DE TRABALHO NA AREA. SAUDACOES
CIMI-NORTE I

89801 B AMMN
23721 Z DFBR

ASI/FUNAI
N. 388,
EM 25, 6, 87

MRL. 101 p-158/354

~~ASI~~ (ASI)
Romero Jucá Filho
Presidente

FUNAI/SAE Reg. 2008
Recebido 24/ 06 / 87
Às _____ hs.


ASSINATURA

FUNDAÇÃO FONAD
TELEFONE PARA A
E PAGUE DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA FONAD
É CÔMODO. TELEFONE PARA
ECT HOJE E PAGUE DEPOIS

611344FNAI BR
611039NINT BR
611344FNAI BR
611039NINT BR

PE. MANOEL VALDEZ
MRL-10, p. 153/354 CIMI

ASI/FUNAI

TX NR 22/0674/G.3/87 VG 24 SET 87 PT PARA CONHEC ESSA ASI VG
RETRANS SEG RAD BIPT ABRASPAS RD NR 1937/01/V DE 24 SET 87
PT INFO INDIOS URU EU WAU FORAM CONTACTADOS PELO PADRE MANOEL
VALDEZ VG INTEGRANTE CIMI/RO VG O QUAL INCITOU CONTRA BRANCOS
QUE SE ENCONTRAM EM AREAS VG INCLUSIVE TITULADAS PELO INCRA
VG AN MAIS DE OITO ANOS VG POSSUINDO BENFEITORIAS ET PRODUZIN-
DO CACAU PT REF PADRE INCITOU-OS VG TAMBEM VG CONTRA MADEIREI-
ROS ET POSSEIROS VG DIZENDO QUE AREAS OCUPADAS POR BRANCOS PER-
TENCEN A FUNAI VG QUE CONFIRMA ISTO PTVG JAH INCRA NEGA ESTA
HIPOTESE VG DEVENDO O CASO SER DISCUTIDO EM JUIZO OU NEGOCIA-
DO A NIVEL SUPERIOR PT PADRE RETIROU-SE DA AREA INDIGENA AH
CERCA DE VINTE DIAS ET INDIOS JAH ESTARIAM SE MOBILIZANDO PA-
RA MASSACRE DOS BRANCOS VG INCLUSIVE PINTANDO-SE PARA ABRASPAS
GUERRA FECHASPAS PT SOL CONFIRMAR E AMPLIAR ASSUNTO PT CDS
PT

HERCIO GOMES SOARES
DIR/DSI/NINTER

sky.
é um assunto para
reunir a
parte do Presidente
do CIMI

611344FNAI BR
611039NINT BR

ASI/FUNAI

N.º 6561

EM 25/9/87

PASTA CIMI

MRL. 10, p. 154/354

53

611344FNAI BR

332570FNAI BR GOVERNADOR VALADARES-NR. 23 167 10-08-87. 1700

ASI/SUER-3AREG/RECIFE-PE
CY ASI/BRASILIA/DF

TELEX-NR. 608/ADRGV DE 10-08-87. . SOLICITANDO ESSA ASSESSORIA-
ADOTAR PROVIDENCIAS CABIVEIS JUNTO ESCALAO SUPERIOR DESTA FUNDA-
CAO, RETRANSMITIMOS SEGUINTE RADIOGRAMA:
ABRASPAS-NR. 360/PIN-PRADINHO DE 06-08-87. INFO A V.SA, TIVEMOS VISITA
NESTA DATA DAS IRMANAS ANGELA ET FERNANDA. OUTROSIM, INFO, AINDA QUE A
S
MESMAS CONTINUAM DANDO NAOS CONSELHOS AOS INDIGENAS DESTE
PIN, SOLICITO DE V.SA TOMAR AS MEDIDAS CABIVEIS JUNTO AS MESMAS PARA
QUE NAO ACONTEÇA UMA TRAGEDIA COM ESTA COMUNIDADE DESTE PIN ET FUN-
CIONARIOS .CARLINDO-CH SUBST PIN-PRADINHO FECHASPAS.
COMPLEMENTANDO TEOR ACIMA ET TELEX-607/ADRGV DE 10-8-87, INFORMAMOS
A V.SA, QUE ESTAMOS ORIENTANDO CHEFIAS PINS, SENTIDO OBSERVAREM FIEL-
CUMPRIMENTO PORTARIA PP-NR. 1852/87 DE 01-07-87, VISANDO EVITAR RE-
NETRAÇÃO ET ATUAÇÃO PESSOAS ESTRANHAS AO SERVIÇO AREAS INDIGENAS. CON-
SIDERANDO , REFERIDOS ELEMENTOS PERTENCEREM AO C.I.N.I. ET QUE ~~III~~
VEM CAUSANDO TRANSTORNOS TRABALHOS FUNAI, SOLICITAMOS ADOTAR MEDIDAS
PROIBINDO A ENTRADA ELEMENTOS LIGADOS REFERIDA ENTIDADE RELIGIOSA
AREAS INDIGENAS DESTA JURISDIÇÃO.

LUCIO FLAVIO COELHO
ADM REG/ADRGV

Arquivado
[Assinatura]

ASI/FUNAI

N.º 5211

EM 17/8/87

NNNNNO

611344FNAI BR

332570FNAI BR

CT.001/PRESI/Nº 081 /87

Brasília, 04 de fevereiro de 1987

Ilmo. Sr.

ANTÔNIO BRAND

MD. Secretário Executivo do CIMI

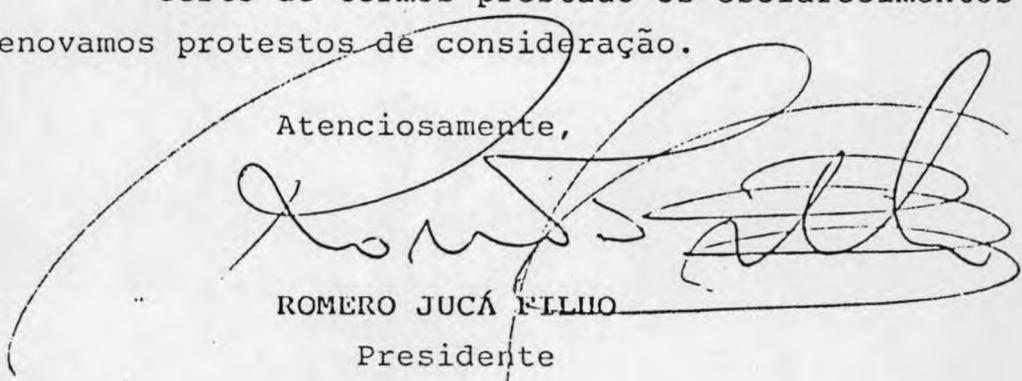
Nesta

Conforme entendimento e atendendo ao pleito colocado pelo CIMI através da carta de 02 de Fevereiro do corrente ano, estamos encaminhando as informações solicitadas a respeito da saída dos Missionários **Silvio Cavuncens, Marlete de Oliveira, Egídio Schwade e Doroty Alice Müller**. A este respeito gostaríamos de registrar a nossa preocupação acerca das informações registradas por funcionários da FUNAI no processo do casal **Silvio Cavuncens e Marlete de Oliveira**. No tocante ao casal **Egídio Schwade e Doroty Alice Müller** é importante informar inclusive da preocupação da Superintendência de Manaus acerca da segurança pessoal dos Missionários. Segundo informações, o referido casal, que foi retirado da área indígena por solicitação dos índios, estaria passível de sofrer violências.

Finalmente, quanto a desinterdição da área **Igarapé-OMERÉ**, recomendamos o contato com a Procuradoria Jurídica desta Fundação, que já está orientada a proceder dentro das normas.

Certo de termos prestado os esclarecimentos necessários, renovamos protestos de consideração.

Atenciosamente,



ROMERO JUCÁ FILHO

Presidente

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

MRL. 10, p. 157/354

Ed. Venâncio III Sala 311 "

Caixa Postal 11-1159 -- Fone: (061) 225-9457

70084 - Brasília - DF - Brasil

Brasília, DF, 02 de fevereiro de 1987

Senhor Presidente

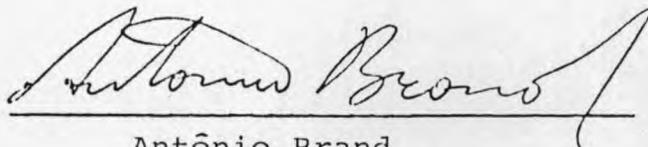
Tendo em vista o esclarecimento de situações e com base no art 153 § 35 da CF, solicitamos nos sejam fornecidas cópias re_{re}prográficas ou certidões de inteiro teor dos processos que tra_{re}tam da expulsão dos missionários:

-SILVIO CAVUNCENS e MARLETE DE OLIVEIRA

-EGÍDIO SCHWADE e DOROTY ALICE MÜLLER

Outrossim, solicitamos com o mesmo objetivo e fundamento cópias reprográficas ou certidões de inteiro teor do processo FUNAI-BSB- 4185/85, relativo à Área Indígena IGARAPÉ-OMERÊ e do processo que culminou a desinterdição dessa área.

Atenciosamente



Antônio Brand

Secretário Executivo-CIMI

Ao Ilmo Sr.

Dr. Romero Jucá Filho

DD Presidente da FUNAI



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MRL.10, p 158/354

gena nos vários países da América e intensificar os esforços junto à Assembléia Nacional Constituinte, visando o reordenamento institucional do País".

- Essas prioridades e linhas de ação foram estabelecidas para os próximos anos, tendo em vista que, segundo eles, a pastoral indigenista é limitada e, às vezes, até mesmo fraca. Fato que não impediu que o CIMI reassumisse seu compromisso de evangelização libertadora dos povos indígenas.

4. Com vistas à mobilização e organização das nações indígenas o CIMI deverá promover, como instrumento de luta, a comunicação das comunidades. Se propôs também a oferecer às organizações indígenas assessoria nos planos político, jurídico, sanitário, educacional e de tecnologias alternativas, apoiando a defesa do grupo, sua autonomia econômica e sua afirmação cultural e política. O objetivo é suscitar nas comunidades uma análise crítica de suas organizações, para que elas próprias construam, frente aos projetos dominantes, seu projeto alternativo.

5. Entre religiosos e leigos participaram do encontro aproximadamente 130 agentes pastorais que trabalham junto aos povos indígenas de todas as regiões do País.

Des bispos compareceram e havia representantes também da BOLÍVIA (HENRIQUE JORDAN), do PARAGUAI (AMADEO BENZ), do PERU (JOAQUIM GARCIA), além de membros da Comissão Pastoral Operária (CPO) e do Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), ampliando os debates que teve como tema "A CAUSA INDÍGENA DENTRO DO PROJETO POPULAR NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA".

A maioria dos agentes acha que não existe um projeto popular e sim movimentos populares específicos que não conseguiram elaborar ainda um projeto político comum. "Consequentemente esses movimentos limitam sua ação aos problemas imediatos que o cercam e não avançam no sentido de alterar em profundidade a situação de dominação mantida pela elite econômica sobre a terra, as riquezas naturais, os meios de produção de um modo geral, os trabalhadores e os índios. Em relação às populações indígenas (os movimentos populares) se manifesta em forma de hidrelétricas em suas áreas, mineradoras, madeireiras, empreendimentos tipo Calha Norte e outros".

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do Decreto n.º 79.093/77 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS)



072/87

11 AGO 87

VII ASSEMBLÉIA NACIONAL DO CIMI - GOIÂNIA/GO
ASI/FUNAI

PE Nº 22/0442/G3/87, de 09 JUL 87

-

-

DSI/MINTER

-

09 AVALIAÇÃO : 2

1. A VII Assembléia Nacional do CIMI, realizada em GOIÂNIA, no período de 24 a 28 de JUN/87, reelegeu o Bispo Dom ERWIN KRAUTLER à Presidência e ANTÔNIO BRAND à Secretaria Executiva, ficando como vice-Presidente o Missionário leigo PÁBIO MARTINS VILLAS, que atua no Espírito Santo junto aos Índios Guarani e Tupiniquim.
2. - Os secretários adjuntos serão escolhidos somente em outubro, durante reunião da diretoria.
2. Esta Assessoria, até a presente data não conseguiu cópia do documento elaborado na referida Assembléia.
3. Segundo o Porantim as conclusões do encontro foram:
 - " reafirmou-se que a sociedade brasileira é pluriétnica, constituída por várias nações indígenas. A nação majoritária, que historicamente resultou da invasão do território dos povos indígenas, é interna e profundamente desigual, devido à sua divisão em classes sociais".
 - " necessidade urgente de elaboração, a partir dos movimentos populares e indígenas, de um projeto político, além da consolidação de alianças para o crescimento da organização política dos oprimidos". (Os oprimidos são controlados pela classe dominante por isso procuram reagir e organizar-se para conquistar seus direitos).
 - " O CIMI deverá incentivar e apoiar as organizações autônomas dos povos indígenas, capacitar cada vez mais os agentes de pastoral indigenista, criar canais para a articulação da pastoral indígena".

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO INTERIOR
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA N.º

MRL 10, p. 160/354
22/0442/G.3/87

- 1. DATA : 09 JUL 87
- 2. ASSUNTO : VII ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI) GOIÂNIA/GO
- 3. ORIGEM : DSI/MINTER
- 4. REFERÊNCIA : -
- 5. ~~ÁREA~~ : -
- 6. DIFUSÃO ANTERIOR : -
- 7. DIFUSÃO : ASI/FUNAI - CI/DPF
- 8. ANEXO : -

ELEMENTOS DISPONÍVEIS

- a. No período de 24 a 28 JUN 87, realizou-se em GOIÂNIA/GO a VII ASSEMBLÉIA GERAL do CIMI, com o objetivo de debater a política indígenista brasileira e de eleger a nova diretoria da entidade, para um mandato de quatro anos.
- b. Dia 29 seria elaborado um documento contendo as diretrizes a serem adotadas pelos indígenas, principalmente no que diz respeito à Constituinte, como foro de defesa dos direitos das nações indígenas.

NECESSIDADES

- 01. Nova diretoria eleita na Assembléia.
- 02. Documento citado no item "b".
- 03. Conclusões dos debates do encontro.
- 04. Outros conhecimentos julgados úteis.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO É AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (Art. 12 do Decreto n.º 79.089/77 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

ARY

ASI/FUNAI
N.º 437,
EM 10,7,87

"Encaminhar o pedido ao Superintendente"

[Handwritten signature]

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MRL. 10, p. 161/354



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

C.I. Nº 21/ASI/87

Em 13 JUL 87

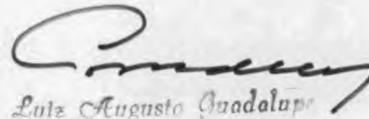
Do: Assessor Chefe da ASI

Ao: Sr. Superintendente - 6ª SUER

Assunto:

Realizou-se nesta Capital, de 24 a 28 de junho a VII Assembléia Geral do CIMI, com o objetivo de debater a política indigenista brasileira. Solicito levantar seguintes dados:

- Diretoria eleita na Assembléia;
- diretrizes que serão adotadas quanto a constituinte;
- conclusão dos debates do encontro.


Luiz Augusto Guadalupe
Chefe/ASI-FUNAI

CONFIDENCIAL

CIMI NACIONAL

Assembléia debate a unificação de lutas e elege nova diretoria

A perspectiva de união entre as lutas comuns de índios, lavradores, operários e outros setores oprimidos da sociedade foi a abordagem central da VII Assembléia Nacional do Cimi, realizada em Goiânia no período de 24 a 28 de junho último, quando também se elegeu a diretoria da entidade para o próximo quadriênio. O pleito reconduziu Dom Erwin Krautler à Presidência e Antônio Brand à Secretaria Executiva, colocando na Vice-Presidência o missionário leigo Fábio Martins Villas, que atua no Espírito Santo junto aos Guarani e Tupinikim. Os secretários adjuntos serão escolhidos somente em outubro, durante reunião da diretoria.

Entre religiosos e leigos, participaram do encontro aproximadamente 130 agentes pastorais que trabalham junto aos povos indígenas de todas as regiões do País. Dez bispos compareceram e havia representantes também da Colômbia, Bolívia, Paraguai e Peru, além de membros da Comissão Pastoral Operária e do GTME — Grupo de Trabalho Missionário Evangélico, ampliando o fórum para o debate do tema "A Causa Indígena dentro do Projeto Popular no Brasil e na América Latina".

Conclusões

Durante o encontro, foram feitas várias constatações, algumas delas



Henrique Jordan, da Bolívia

vindo ratificar a posição do Cimi frente aos povos indígenas no Brasil e em toda a Ameríndia, que deverão nortear o trabalho nos próximos dois anos. Reafirmou-se que a sociedade brasileira é pluriétnica, constituída por várias nações indígenas. A nação majoritária, que historicamente resultou da invasão do território dos povos indígenas, é

interna e profundamente desigual, devido à sua divisão em classes sociais.

Apesar de controlados pela classe dominante, os oprimidos, segundo os participantes da Assembléia, procuram de todos os modos reagir e organizar-se para conquistar seus direitos. Há, sem dúvida, avanços, mas ainda insuficientes para enfrentar o poder que os domina.

Para os povos indígenas no Brasil e na Ameríndia, sua vitória



Amadeo Benz, do Paraguai

estará intimamente ligada à vitória dos oprimidos. Daí, concluíram os missionários, a necessidade urgente de elaboração, a partir dos movimentos populares e indígenas, de um projeto político, além da consolidação de alianças para o crescimento da organização política dos oprimidos.

Em toda essa história, a pastoral indígenista é limitada e, às vezes, até mesmo fraca. O que não impediu que o Cimi reassumisse seu compromisso de evangelização libertadora dos povos indígenas e propusesse para os próximos dois anos, ao final dos quais outra assembléia ocorrerá, várias prioridades e linhas de ação.

Quanto às prioridades, o Cimi deverá incentivar e apoiar as organizações autônomas dos povos indígenas, capacitar cada vez mais os agentes de pastoral indígenista, criar canais para a articulação da pastoral indígena nos vários países da América e intensificar os esforços junto à Assembléia Nacional Constituinte, visando o reordenamento institucional do País.

Organizações indígenas

Buscando uma eficiente mobilização e organização das nações



Dom Erwin (acima, à esquerda), Fábio Villas (à direita) e Antônio Brand foram eleitos para dirigir o Cimi no próximo quadriênio

indígenas, a partir de suas bases, o Cimi deverá promover, como instrumento de luta, a comunicação das comunidades, levando sempre em conta o quadro de interesses contrários a elas. Ao mesmo tempo, ter presente os aliados dos índios, com vistas a uma possível ação conjunta.

O Cimi se propôs, ainda, a oferecer às organizações indígenas assessoria nos planos político, jurídico, sanitário, educacional e de tecnologias alternativas, apoiando a defesa do grupo, sua autonomia econômica e sua afirmação cultural e política. O objetivo é suscitar nas comunidades uma análise crítica de suas organizações, para que elas próprias construam, frente aos projetos dominantes, seu projeto alternativo.

Regionais

Para viabilizar as linhas de ação referentes às organizações indígenas, os dez regionais do Cimi deverão se estruturar mais e criar uma articulação entre si, principal-



Joaquim Garcia, do Peru

mente nas ações específicas de saúde, educação e pastoral. Esses regionais deverão também estabelecer uma articulação maior com as igrejas locais e da região e com os diversos setores do movimento popular.

Ameríndia

Os problemas e as lutas que envolvem os povos indígenas não são exclusivos do Brasil, mas de todas as Américas. Assim, viu-se a necessidade de se concretizar uma organização ou coordenação de pastoral indígena nos países onde ela ainda não existe. Essas organizações devem nascer das bases missionárias ou, pelo menos, ser reflexo delas.

O Cimi deverá liberar uma pessoa que possa dedicar-se especificamente a essa tarefa. Mas os problemas têm uma dimensão continental e não serão resolvidos, segundo a Assembléia, sem a criação de canais e formas de comunicação entre as pessoas envolvidas na pastoral indígenista.

Por ocasião do 500º ano de evangelização no continente, o Cimi deverá preparar, juntamente com missionários de outros países, publicações e encontros, para que se crie a consciência de que a Ameríndia é uma realidade e uma unidade que compreende 54 milhões de indígenas na América Latina e outros três milhões vivendo nos Estados Unidos e Canadá. Povos esses, lembraram os participantes, que não tiveram ainda sua independência, mas que têm o direito inalienável a suas terras comunitárias, a fim de que possam viver como povos diferenciados que são.



Em reuniões plenárias e trabalhos em grupo, durante cinco dias se debateu a questão indígena dentro da visão de um projeto político popular

CIMI/AVALIAÇÃO

Está faltando o projeto popular

Antes mesmo de localizar a questão indígena dentro do projeto popular no Brasil e na América Latina, como indicava o tema geral da VII Assembleia Nacional do Cimi, os 130 agentes pastorais que participaram da reunião procuraram, primeiro, responder se há no País esse projeto popular. A maioria concluiu que não.

O que existe, admitiram os missionários, são movimentos populares específicos, que não conseguiram elaborar ainda um projeto político comum. Conseqüentemente, esses movimentos limitam sua ação aos problemas imediatos que os cercam e não avançam no sentido de alterar em profundidade a situação de dominação mantida pela elite econômica sobre a terra, as riquezas naturais, os meios de produção de um modo geral, os trabalhadores e os índios.

Tudo isto dizer que, enquanto permaneceram dispersos entre si — e não articulados, segundo a constatação reiterada na VII Assembleia do Cimi —, os movimentos populares não modificarão o projeto político dominante, que, em relação às populações indígenas, se manifesta em forma de hidrelétricas em suas áreas, mineradoras, madeiras, empreendimentos tipo Caiha Norte e outros.

As agressões contra os povos índios do Amazonas e de Roraima, mostradas pelos membros do Regional Norte I do Cimi, ilustram bem esse quadro. A concentração da terra é evidente. Conforme dados do próprio Incra, somente no Estado do Amazonas 152 empresas concentram 40 milhões de hectares, superfície equivalente à soma dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba. Como poderão as comunidades nativas do Estado sair ilesas disso?

Um sonho?

Nos outros regionais do Cimi, a situação não é menos grave. E a resposta dos movimentos indígena e popular é ainda, talvez, um sonho, como afirmaram os membros do Regional Norte II do Cimi.

Sul — Somente na bacia do rio Uruguai, localizada em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, está prevista a construção de 25 usinas hidrelétricas, que cobrirão 320 hectares da Área Indígena Ligeiro (SC), habitada pelos Kaingang, e 3.400 hectares da Área Indígena



Xapécó, dos Kaingang e Guarani.

Leste — Tendo retomado parte de seu território original em 1982, os Pataxó Há-Há-Hãe, no sul da Bahia, estão hoje com sua luta enfraquecida. E a maior parte de seu território continua invadida por aproximadamente 400 cacauicultores, pecuaristas e posseiros.

Ainda no Regional Leste do Cimi, especificamente no Espírito Santo, a multinacional Aracruz Celulose, que na década de 1960 se instalou nas terras dos Tupinikim, já secou seis rios da região. Em conseqüência disso, a comunidade da Área Indígena Caieiras Velhas tem sido obrigada, já há um ano, a recorrer aos caminhos-pipa da Prefeitura de Aracruz, para conseguir água.

Em Minas Gerais, os Maxakali tiveram, de agosto de 1986 a abril deste ano, 14 crianças com menos de dois anos mortas pela fome. Entre os Kakriabá, três índios foram assassinados apenas no decorrer deste ano. Quanto aos Krenak, eles continuam ocupando apenas 70 hectares dos quatro mil a que têm direito.

Nordeste — A recuperação do território original é hoje uma das principais marcas das comunidades indígenas do Nordeste, junto ao reconhecimento público de sua indianidade. Mas a reação dos invasores de suas terras vem a reboque. O assassinato do Kaimbé Nilo, a 9 de março deste ano, a

mando do fazendeiro Ari Ferreira de Almeida, é apenas um exemplo.

Maranhão — Os membros desse regional apontaram as usinas de ferro-gusa, que fazem parte do Grande Projeto Carajás, como um dos principais problemas que em pouco tempo as comunidades indígenas do Maranhão irão enfren-

tar. Muitas dessas usinas estão sendo instaladas próximas às comunidades índias. Como tais indústrias funcionam à base de carvão vegetal, a procura de madeira certamente incentivará mais ainda a invasão dos territórios indígenas e poderá até mesmo transformar os índios em mão-de-obra das usinas.

Norte II — Para os representantes desse regional, os povos indígenas estão sendo as maiores vítimas da implantação dos grandes projetos na região amazônica: suas terras não vêm sendo demarcadas, lideranças são cooptadas e grandes somas de dinheiro introduzidas nas comunidades, gerando dependência e corrupção.

Acre — Os planos do Governo são de que esse Estado se desenvolva integrando-se às regiões Centro-Oeste e Sul do País. Tais planos prevêm a retirada do índio e do seringueiro da floresta e destruição, até o ano de 1993, toda a floresta do Acre, pelo menos se o desmatamento continuar no ritmo atual.

Rondônia — Há nesse Estado 20 áreas indígenas, incluídas as localizadas no Parque Aripuanã. A maioria delas, porém, invadida por vários dos 51.957 grandes proprietários que, juntos, possuem 4.550.719 hectares de terra. Existem ainda as empresas mineradoras que, juntas, obtiveram do DNPM 165 alvarás de pesquisa e mineração em áreas indígenas.

Mato Grosso — Os grandes latifundiários passaram a se instalar nesse Estado, principalmente a partir de 1960. Para as comunidades índias, a conseqüência foi a invasão de suas terras, não só pelos fazendeiros mas pelas mineradoras, madeiras, garimpeiros e até mesmo por lavradores.

Mato Grosso do Sul — Aqui, a violência física contra as populações indígenas é, já, marca registrada. De julho de 1986 a abril deste ano, ocorreram quatro despejos de índios Kayová-Guarani das áreas de Maracaju, Jararã e Paraguassu. Todos eles tendo à frente grandes proprietários, que, juntos, controlam 60% das terras legalizadas do Estado. São 29 as áreas indígenas existentes no Mato Grosso do Sul. Dessas, apenas quatro estão com a demarcação homologada.

Presença de Dom Luciano

Nos últimos nove anos, das questões levadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à Presidência da República, ministérios do Interior, Reforma Agrária e Minas e Energia, 60% passaram a se referir à problemática indígena. A afirmação é de Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que durante toda a manhã de 26 de junho falou aos 130 agentes pastorais que participavam da Assembleia do Cimi. Segundo ainda ele, o Conselho Indigenista hoje é como uma concha aberta para repercutir o que se faz com os povos indígenas.



Segundo Dom Luciano, o Cimi tem funcionado como uma concha aberta para repercutir a problemática indígena

CIMI
MRL. 10, p. 164/354



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
MINISTÉRIO DO INTERIOR
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE RIO BRANCO - AC

N.º 449 /ADM REG ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE RIO BRANCO-AC. DATA: 24.08.87
Protocolo N.º 01482/87
Data 02.09.87
5ª SUER-AM

ADM REG SUBSTº PARA: SEBASTIÃO AMANCIO DA COSTA - CH SUAF 5ª SUER
RESPONSÁVEL PROTOCOLO

Estamos remetendo em anexo a V.Sª., cópia, da Carta da Denise Regina Carrafiol/CIMI/AC, integrante do GT Portaria 1347/86, onde solicita honorários pela execuções de relatórios de Identificações de Áreas Indígenas.

Solicitamos de V.Sª., encaminhar a SUAF/BSB, para providências, no que diz respeito.

Atenciosamente,

Cláudio Delucchi
Adm. Reg Substº 141/ADR RBR
Port PP nº 1 de 29 05.87

Ilmº SR.

Administrador Regional da Funai

Rio Branco - AC

Rio Branco, 14/08/87.

Prezado Senhor

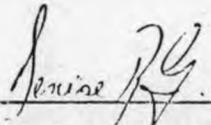
Embora tenha sido indicada pela Portaria nº 1347/86, participei, efetivamente, dos trabalhos do GT sob Portaria nº 1349/86, para identificação das áreas: A.I. Jamamadi do Inauini/Teuini e Capana, cujos relatórios, por mim elaborados, foram entregues em março e maio de 1987. Conforme protocolo da Funai/Rio Branco-AC.

Para a elaboração dos relatórios foram gastos tres meses de trabalho cujos honorários, embora tenha solicitado diversas vezes, até a presente data não foram à mim repassados.

Dessa forma, solicito formalmente desse órgão o depósito da importância correspondente ao pagamento desses trabalhos em minha conta nº 100.000.344 do Banco do Brasil/ Ag. Boca do Acre - AM, com a maior previdade possível.

Certa de que fui suficientemente clara e sem mais para o momento, fico no aguardo.

Atenciosamente,



Denise Regina Garrafiel

Socióloga do GT/Portaria nº1347/86

MRL-10, p. 166/354

811390FUNAI BR
611344FUNAI BR
RECIFE 1357 ACT 15.08 17,35

39 SUER
ADR GOVERNADOR VALADARES
PIN XACRIABA
CIMI
REGIÃO

ASI/FUNAI
GSD

NR 084/ASI/3A SUER DE 150887 PT INFORMAMOS VSA QUE NO DIA 12/07
/87 DOIS INDIOS XACRIABA OTELICE NUNES DE OLIVEIRA ET JOSE
FIUZA PARTICIPARAM DE UMA REUNIAO COM O CIMI NO RIO DE JANEI-
RO PT ESTA ASSESSORIA SOLICITOU DA ADR MAIORES DETALHES DA VIA-
GEN ET DOS ASSUNTOS TRATADOS NA REFERIDA REUNIAO PT AS RESPOS-
TAS ESTAO CONTIDAS NOS TELEX QUE ESTAMOS RETRANSMITINDO PARA
CONHECIMENTO DE VSA PT ABRASPAS TELEX NR 585/ADR GV DE 310787
PT INFO VSA SITUACAO AREAS INDIGENAS JURISDICIONADAS ESTA ADR VCG
NO MOMENTO VG ESTAH TRANQUILA PT ESTAMOS ORIENTANDO CHEFIAS
PIN'S SENTIDO RECEBER AUTORIDADES POLICIAIS COMPETENTES VISAN-
DO COIDIR FORNECIMENTO BEBIDAS ALCOOLICAS AOS INDIOS PT SOL
CHEFIA PIN XACRIABA PROVIDENCIAS SENTIDO AVERIGUAN JUNTO INDIOS
PARTICIPANTES VG FINALIDADE REUNIAO REALIZADA PELO CIMI VG CIDADE
RIO DE JANEIRO PT INFORMAREMOS POSTERIORMENTE SOBRE ASSUNTO PT
NAO HOUE DURANTE ESTA SEMANA OUTRAS SITUACOES QUE POSSA SER
ENQUADRADAS ITENS QUESTIONARIO SEMANAL DAS ADRS PT SDS ELIO
NELO PALMEIRA ADM REG SUBST ADR GV FECHASPAS PT ABRASPAS TELEX NR
601/ADRGV DE 070887 PT EN ADIANTAMENTO TELEX NR 554/ADRGV DE
230787 VG RETRANSMITIMOS A ESSA ASSESSORIA SEGUINTE RADIOGRANA
DOIS PONTOS ABRASPAS NR 277/PIN XACRIABA DE 070887 PT PERA NR
1.114/ADR GV DE 29.07.87 PT REFERIDA REUNIAO TEVE COMO FINALIDADE
ABORDAR ASSUNTOS REFERENTES A PARTICIPACAO DOS INDIGENAS NA
NOVA CONSTITUINTE VG SEGUNDO INFORMACOES DO INDIO DESTA RESER-
VA QUE PARTICIPOU VG TEVE PRESENCIA DE DOIS REPRESENTANTES DA ONU
VG REPRESENTANTES DO CIMI DE TODO PAIS ET INDIOS DE PAISES
ESTRANGEIROS VG SENDO QUE REFERIDA PESSOA NAO SABE QUAIS PAI-
SES PT ADAO DOS REIS OLIVEIRA CH PIN XACRIABA FECHASPAS PT SDS
ELIO NELO PALMEIRA ADM SUBST ADR GV PT SDS ROBERTO CARVALHO NOU-
RA ET SILVA CHEFE ASI DA SUER

NNNN

811390FUNAI BR
611344FUNAI BR

ASI/FUNAI
N.º 530,
EM 14, 8, 87

Smalley

TELEX TELE

LEX TELE TELE TELE

MRL 10, p. 167/354
CIMI

MINISTÉRIO
DO INTERIOR
FUNAI

PAPELETA DE ENCAMINHAMENTO

DE SUGE	NÚMERO /SUGE/87. 577
PARA AS1	DATA 03 /06/87.

EM RELAÇÃO AO ANEXO, SOLICITO:

<input type="checkbox"/> APROVAR	<input type="checkbox"/> DAR PARECER	<input type="checkbox"/> FORNECER CÓPIAS
<input checked="" type="checkbox"/> ARQUIVAR	<input type="checkbox"/> DATILOGRAFAR	<input type="checkbox"/> INFORMAR
<input type="checkbox"/> ASSINAR	<input type="checkbox"/> DISTRIBUIR	<input type="checkbox"/> MINUTAR PROPOSTA
<input type="checkbox"/> ATENDER	<input type="checkbox"/> EXPEDIR	<input type="checkbox"/> PROVIDENCIAR
<input type="checkbox"/> AUTORIZAR	<input type="checkbox"/> ESTUDAR	<input type="checkbox"/> REITERAR
<input type="checkbox"/> CONFERIR	<input type="checkbox"/> FALAR-ME	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> CONHECER	<input type="checkbox"/> FORMAR PROCESSO	<input type="checkbox"/>

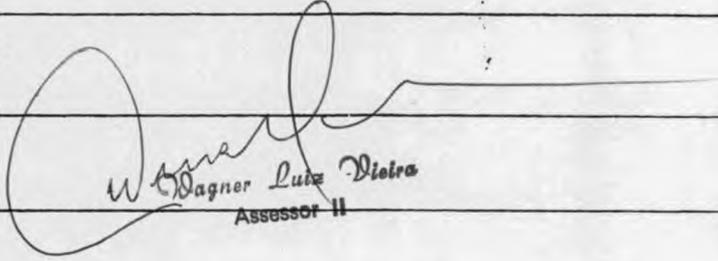
OBSEVAÇÕES:

Telex nº 510/GAB/2ª SUER, de 02.06.87.

ps. 34/87

ASSINATURA

amc/SUGE


Wagner Luiz Diógenes
Assessor II

MRL. 10, p. 168/354

FUNAI-BRASILIA-DF
02 JUN 1987
SEMI DE TELECOMUNICAÇÕES
SET

811344FNAI DR
653100FNAI DR

DE CGB/NT NR 35 40 02/06 1515HS

SUGE BSB

NR 510/GAB/2A SUER DE 020687 INFO VSA VG ESTAH SENDO REALIZADA NA CIDADE DE VARZEA GRANDE/NT VG ENCONTRO LIDERANÇAS INDIGENAS DESSE ESTADO VG COM APOIO CIMI PT SDS ERALDO FERNANDES DA SILVA SUPTÉ INT 2A SUER =

DN-///1552HSG
811344FNAI DR
653100FNAI DR

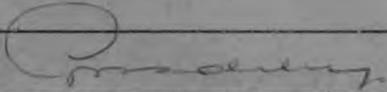
ASI/FUNAI
N.º 341 1 -
EM 316/87

SUPERINTENDENCIA GERAL
N.º 1435 /86
Rub. *A* Data 02/6

MRL. 10, p. 169/354

TELEGRAMA

Nome e cargo do expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

 <p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</p>		CARIMBO DA ESTAÇÃO	
		<p>Preâmbulo</p> <p>Espécie OFICIAL Número</p> <p>Origem</p>	<p>Data</p> <p>Via a seguir</p>
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS		HORA DA TRANSMISSÃO	
Endereço	<p>ILMº SR. CEL HÉRCIO GOMES SOARES! DIRETOR DSI/MINTER</p>		INICIAIS DO OPERADOR
<p>TEXTOS A TRANSMITIR</p> <p>N.º 123/ASI/FUNAI DE 03 — 06 — 87 — INFO V.SA, ESTÁ SEENDO REALIZADO VG NA CIDADE DE VARZEA GRANDE/MT VG ENCONTRO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS DO ESTADO DE MATO GROSSO VG COM APOIO DO CIMI PT LUIZ AUGUSTO GUADALUPE - CHEFE ASI/FUNAI</p>			
<p>Assinatura ou rubrica do operador </p>			

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ed. Venâncio III Sala 311

Caixa Postal 11-1159 — Fone: (061) 225-9457

70084 - Brasília - DF - Brasil

PASTA CIMI

MRL. 10.1p.170/354

*Medalha
Romero Jucá Filho
Presidente*

ILUSTRÍSSIMO SENHOR Dr. ROMERO JUCÁ
DD. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

O Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo à CNBB, com distinção dirige-se a V. Sa., para encaminhar cópia de correspondência, endereçada ao Superintendente Geral da Polícia Federal, pelos membros das equipes dos Projetos Knanamari e Kulina, povos indígenas localizados no Estado do Amazonas.

Cabe informar, que por disposição do Decreto nº 73.332/73, compete a Polícia Federal, prevenir e reprimir crimes contra a vida, o patrimônio e as comunidades indígenas (art. 1º, IV letra f). Como cabe a repressão contra o uso e tráfico de entorpecentes.

Concorre, entretanto, a essa Fundação, como finalidade primeira, adotar medidas que visem garantir as terras indígenas, seus valores culturais, e sobretudo o respeito à pessoa do Índio. (art. 1º, a, b, c e demais, da Lei nº 5371/67).

No caso presente, cabe ressaltar o exercício do poder de polícia que cabe a FUNAI, que poderá solicitar a colaboração da Polícia Federal, sugerimos que adote medidas de resguardo das comunidades indígenas.

Com referência, ao caso presente, tomamos a liberdade, de sugerir a imediata adoção de medidas consignadas no art. 19 da Lei nº 6.001/73, a partir da qual, com mais eficácia se resguardará os direitos daquelas comunidades.

Aproveitamos o ensejo para manifestar nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Diretor em c/ de terras Amazonas

Brasília-DF., 19 de setembro de 1986

Jurar cópia à Manaus.

Egon Dionísio Heck
p/Secretariado Nacional do CIMI
Pe. Egon Dionísio Heck

Smeley

Auguim

Smeley

ASI/FUNAI
N. 7451
EM 29/9/86

FUNAI/SAE Reg. 598
Recebido 25/09/86
às 9:00 hs.

Odoriano
ASSINATURA

OFÍCIO Nº 01/86

DE: PROJETOS KANAMARI E KULINA DO CIMI

PARA: SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA FEDERAL

ASSUNTO: COMUNICAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS

EIRUNEPE (AM) 07/09/86

Sr. Superintendente:

Atuando nesta região do Juruá e Jutai desde o final do ano de 1979, o CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO), órgão vinculado à CNBR, vem através das equipes ligadas à Prelazia de Tefé, à Diocese de Rio Branco e IECLB, desenvolvendo um trabalho voltado aos grupos indígenas Kulina e Kanamari, sobretudo nos setores de educação e saúde, tendo participado também nos Grupos de Trabalho compostos por FUNAI, INCRA e ITERAM, que realizaram identificação e delimitação das áreas destes grupos.

Através deste, queremos comunicar nossa preocupação de que estas áreas indígenas possam estar sendo usadas por elementos não índios estabelecidos em Eirunepé para o plantio de narcóticos (cannabis-sativa) e também o risco de que os próprios índios possam vir a ser utilizados para este fim.

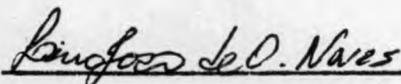
Nossa preocupação fundamenta-se no fato de que, a partir de meados de 1984, tem surgido comentários a este respeito nesta cidade e região. Ao mesmo tempo, cada vez mais freqüentemente, os índios de passagem por esta cidade vêm sendo abordados por populares que lhes solicitam tóxicos e os incentivam ao plantio de drogas.

Esta situação já foi por nós comunicada à FUNAI em contato pessoal com o então sub-delegado da 1ª DR, Sr. Sebastião Amâncio, em setembro de 1984, e através de correspondência ao mesmo órgão, em 24 de novembro de 1985 e

17 de janeiro de 1986.

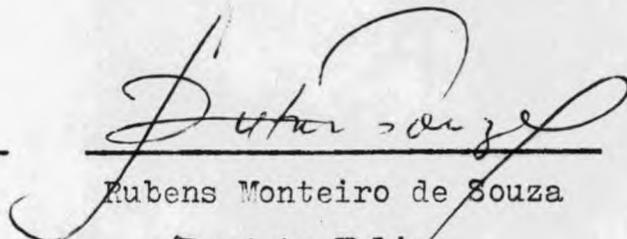
Tendo em vista os graves riscos que tal situação pode acarretar, tanto aos próprios índios quanto à população branca, e visto que até o momento não foram tomadas as devidas providências, solicitamos que V.Sa. trate a questão com a urgência e a necessidade que ela requer.

Atenciosamente



Lino João de O. Neves

p/Projeto Canamari



Rubens Monteiro de Souza

p/Projeto Kulina

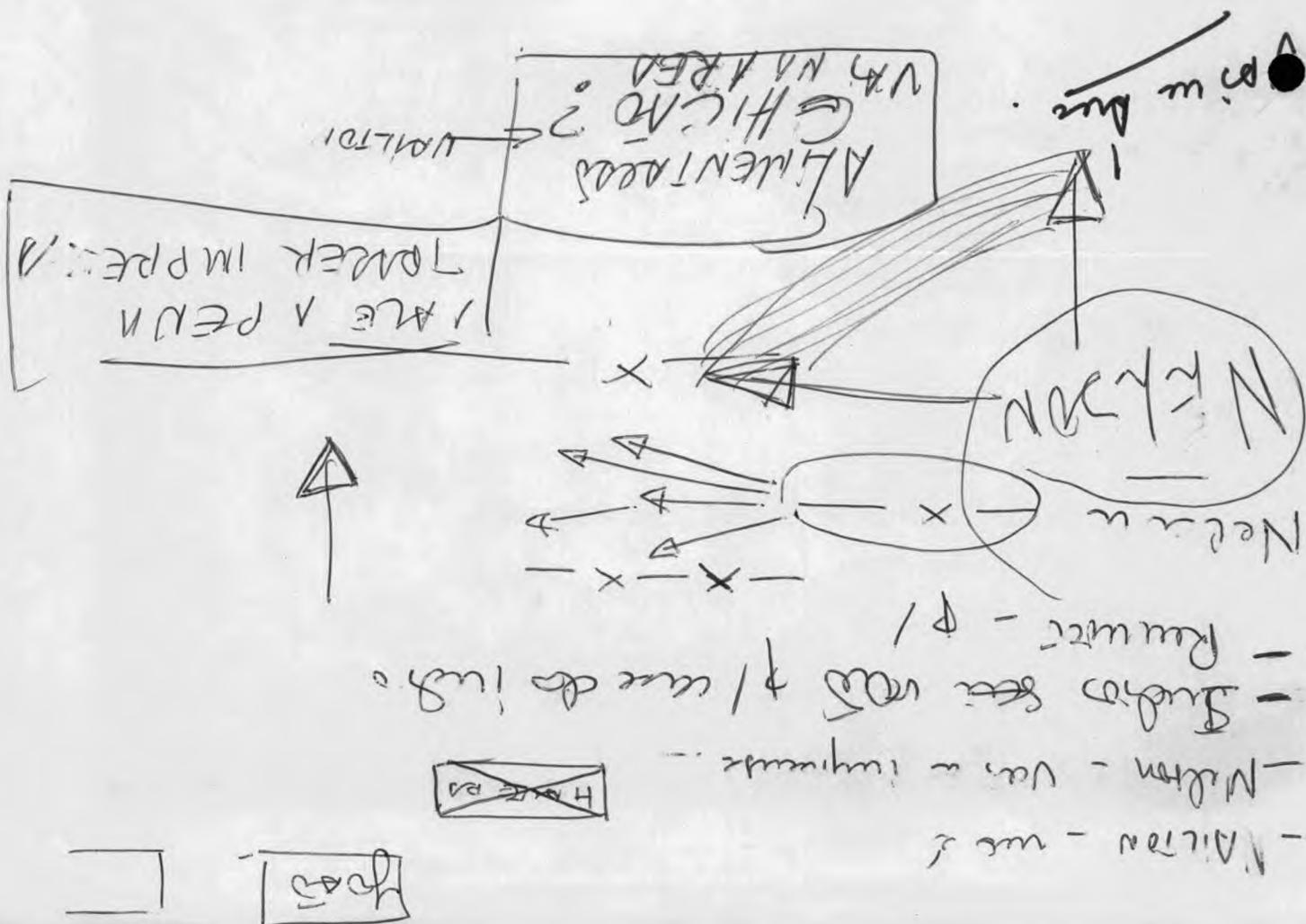
C/C Procuradoria Geral da República
Ministério da Justiça
FUNAI
CNEB
CIMI Nacional
IECLB

Ilmo. Sr.

Superintendente da Polícia Federal

Dr. ROMEU TUMA

Brasília (DF)



MRL.101/p 174/354.

Conselho Indigenista Missionário

Remetente:

SECRETARIADO NACIONAL

Endereço:

CAIXA POSTAL 11-1159

CEP 70.084 - Brasília - DF - Brasil

CEP

--	--	--	--	--

MRL. 10, f. 175/354

SELO

Para: Ilmo. Sr.

Romero Jucá Filho

DD. Presidente da Fundação

Nacional do Índio

Brasília-DF

PASTA CIMI

Reunião CIMI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI -
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PORTO VELHO

Porto Velho

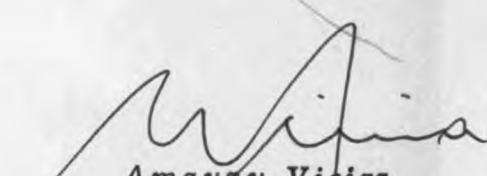
MRL. 10, p. 176/354

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 070/GAB/ADR/PVH/FUNAI/86

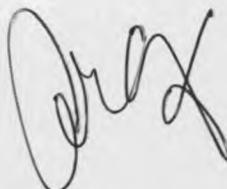
ADMINISTRADOR REGIONAL DE PORTO VELHO/FUNAI

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO/FUNAI/BSB

Em atenção ao Telex nº 219/ASI/FUNAI/CONFIDENCIAL de 13.10.86, estamos encaminhando a V.Sa., em anexo, recorte do Jornal "O IMPARCIAL", de 15.10.86, que aborda a reunião realizada nesta Capital, no período de 10 e 11.10.86, entre as Lideranças Indígenas e Entidades ligadas à defesa dos índios, no Centro Arquidiocesano de Porto Velho.


Amaury Vieira
ADMINISTRADOR REGIONAL DE PORTO VELHO
PORTARIA N.º 713 de 01.08.86 - FUNAI

ASI/FUNAI
Nº 8641
EM 7/11/86



DATA Porto Velh(R0), 22.10.86

ASSINATURA

A terra, proposta do índio à Constituinte

MRL. 10, p. 177/354

A garantia plena e exclusiva e o usufruto da terra e suas riquezas quer estejam no subsolo ou na superfície; o reconhecimento do Governo às instituições indígenas; o respeito à individualidade destes povos, que têm universo próprio; a implantação de programas de saúde e educação que atendam as diferenças entre brancos e índios; o assentamento das famílias sem terra em áreas produtivas, e, finalmente, que o Governo reconheça que o índio foi o primeiro habitante do Brasil, são alguns dos pontos que a União das Nações Indígenas — Uni, através das lideranças regionais, que estiveram reunidas em Assembleia Geral na semana passada, encaminharão à Assembleia Nacional Constituinte. Aílton Krenak, da Codenação da UNI, Anine Suruí, Roberto Cinta Larga, Itabira Suruí, Pizubí Cinta Larga e outros chefes das tribos Pacaia Nova, Ka-

xarari, Karitiana e Nambiquara, representantes do Conselho Indígena de Rondônia, ressaltaram que «sô a partir da legalização das terras indígenas é que se

poderá pensar numa reconstrução de vida». As invasões continuam impunidas e a ameaça de luta armada é iminente.

(Pág. 9)

Foto: Quintela



Anine, cacique Suruí quer, como todas as outras nações, o respeito à sua propriedade

MRL.10.1p.178/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI -
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PORTO VELHO

JORNAL : O IMPARCIAL
DATA : 15-10-86 CADERNO : 20

CONFIDENCIAL

Reunião

MRL-10, p. 179/354

ILMº SR.
AMAURY VIEIRA
ADM REG. PORTO VELHO

219/ASI/FUNAI 13 10 86 FIM ATENDER ESCALÃO SUPERIOR
OR SOL INFO DADOS RESPEITO REUNIÃO LIDERANÇAS INDÍGENAS ET /////
ENTIDADES LIGADAS DEFESA ÍNDIOS OCORRIDA DIA 10 ET 11 CENTRO ///
ARQUIDIOCESANO PVH PT LUIZ AUGUSTO GUADALUPE - CHEFE ASI/FUNAI

Amuriz

CORREIO BRAZILIENSE
09/10/1986
PÁGINA 06

MRL 10, p. 189/354

Quinta-feira

Encontro aborda vida dos índios

Porto Velho — Dois graves problemas que afligem as tribos indígenas da Amazônia — a invasão de suas reservas e a demora das demarcações de suas áreas — serão discutidos profundamente durante o encontro de lideranças indígenas e de entidades ligadas à defesa dos silvicultores que começa sexta-feira no Centro Arquidiocesano de Porto Velho, prolongando-se até o próximo sábado, com a participação de representantes de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso.



PASTA CIMI

HILARIUS PAULUS

MULA

ESTADO 26/8/86
FL 13

Índios chicoteiam funcionário do Cimi

A Polícia Civil de Dourados (MS) está investigando as causas da agressão ao coordenador do Cimi, Hilarius Paulus. Ele foi chicoteado por um grupo de índios quando saía da aldeia de Piraqua, onde deixara em casa dois índios e um outro morador da reserva. Na volta, encontrou a estrada bloqueada por pedaços de madeira. Os agressores do "subversivo" são Ailton de Oliveira e outro conhecido apenas como Julio.

Prefeito manda fechar o motel

O prefeito Jânio Quadros determinou o fechamento de um motel na rua Frei Caneca, esquina com rua Barbosa Rodrigues. Segundo a Regional da Sé, o motel não tem licença de funcionamento e fica próximo da Igreja e da Escola Paroquial do Divino Espírito Santo da Bela Vista. Além disso, o motel está localizado próximo de um prédio de apartamentos e da residência do secretário dos Negócios Jurídicos, Cláudio Lembo.

Povos do Pará e Amapá pela primeira vez em assembléia



Comissão que organizará as reivindicações dos povos indígenas do Pará e Amapá

“Alguém de vocês conheceu seus antepassados? Onde eles moravam? O que é que nós vamos fazer com as nossas terras que o branco está querendo tomar da gente?”

Questionamentos como esses, feitos por Apé, tuxaua Tiryó — com o auxílio de seu genro na tradução de suas palavras — fizeram o Curso-Assembléia dos Representantes Indígenas do Pará e Amapá, que aconteceu de 21 a 26 de julho em Belém (PA) com representantes de 13 povos da região.

Ouvindo e contando sua história como podiam — desenhando o seu território, mostrando seu canto e dança — foram se conhecendo melhor, já que era a primeira vez que se encontravam numa reunião.

“Vim participar pela primeira vez. Até agora nós não temos problemas. Mas nossa reserva não está demarcada e nem está prevista. A estrada Perimetral Norte vai passar em nossa área e trazer problemas.”

— Este foi Juventino Pereira Júnior Kaxuyana, que trouxe ampla documentação à respeito da Perimetral



comissão, que teve o apoio de Apolônio Xokó, do estado de Sergipe, representante da União das Nações Indígenas:

“A comissão mostra que os índios do Pará estão juntos. Isso dá mais força. É como a história da vara. Uma só quebra fácil, duas, três ainda, com bastante força quebra. Mas muitas juntas não conseguem quebrar.”

O encontro teve a visita do superintendente local, Salomão dos Santos, que compareceu para fazer algumas colocações e responder a perguntas. Salomão, ao saber da Comissão, propôs reunir-se com ela a fim de estudarem os problemas mais urgentes de cada região.

Os povos participantes foram: Tembé do alto rio Guamá; Apalai do rio Parú; Kaxuyana do rio P...; Kaxuyana do rio P... da estrada

MRL. 10, P. 182/354

Ouvindo e contando sua história: como podiam — desenhando o seu território, mostrando seu canto e dança — foram se conhecendo melhor, já que era a primeira vez que se encontravam numa reunião.

“ Vim participar pela primeira vez. Até agora nós não temos problemas. Mas nossa reserva não está demarcada e nem está prevista. A estrada Perimetral Norte vai passar em nossa área e trazer problemas.”

Este foi Juventino Pereira Júnior Kaxuyana, que trouxe ampla documentação à respeito da Perimetral, BR-210, que cortará a Reserva Indígena Tumucumaque alcançando sobretudo os índios Wayana-Apalai, atravessando o rio Citarê, e os territórios kaxuyana e warhoyaba, de acordo com mapa do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem).

Cada um foi contando seus problemas, como fez Clemente Tembê, mostrando seu território no mapa: “ Nós moramos aqui no alto rio Guamá; tem Tembê no rio Gurupi também. Aqui está a terra dos Tembê e dos invasores. Estamos aqui para organizar e ver como fazer para reconquistar as terras que estão perdidas. Temos que pressionar e ajudar uns aos outros junto com esse pessoal que não é índio mas que é amigo.”



Pöröpöt e Mundjiko, índios Kayapó, tiveram grande participação na assembléia

UNIÃO E ORGANIZAÇÃO

Com coordenação do Cimi-Norte II, discutiu-se a necessidade de se conhecer o funcionamento da sociedade nacional, das leis que a regem e como elas se relacionam com os povos indígenas.

Com o detalhamento do processo de demarcação de terras, a prática foi clareando as explicações:

“ Quero demarcar nossa área para não mais abandonar como foi aban-

donada a área antiga dos antepassados.” (Apê Tiryó)

“ Nossa terra é demarcada mas está errada porque o serviço da gente fica fora. Queremos endireitar.” (Fernando Munduruku)

Pajakan Kayapó além de contar para todos como foi a luta pela demarcação e controle do garimpo dentro da área traz também um vídeo cassete explicando: “ começamos fazer filmes e vídeo cassete entre nós. Aprendi de um branco no tempo da briga no garimpo. Fizemos reunião filmando a promessa de demarcação”.

Mas depois de conhecerem todas as dificuldades que se atravessa para a conquista definitiva das terras surgiu a conclusão: “ separado não dá força.” e a pergunta: “ o que vamos fazer”? (Kakwiy Kayapó)

COMISSÃO

Para mais facilmente estarem informados e unidos nas reivindicações de cada grupo do Pará e Amapá os representantes indígenas presentes resolveram formar uma comissão.

Itapara Assurini do Trocará, Mokuká Kayapó de A'ukre, Antônio Tembê do alto rio Guamá e Martinho Munduruku do Cururu integram a

muitas juntas não conseguem quebrar.”

O encontro teve a visita do superintendente local, Salomão dos Santos, que compareceu para fazer algumas colocações e responder a perguntas. Salomão, ao saber da Comissão, propôs reunir-se com ela a fim de estudarem os problemas mais urgentes de cada região.

Os povos participantes foram: Tembê do alto rio Guamá; Apalai do rio Parú do Leste; Tiryó e Kaxuyana do rio Paru do Oeste; Munduruku do rio Cururu; Parakanã da estrada Transamazônica do rio Tocantins; Aikewara (Suruí/PA); Assurini do rio Tocantins; Anambê da região do rio Moju; Kayapó da região do rio Xingu; Galibi da região de Oiapoque, rio Uaçá; Karipuna do rio Curipi e Palikur do rio Urucaua.

Em meio a discussões sobre demarcação, Funai, invasões, enfim, assuntos relacionados à problemática dos povos indígenas do Pará e Amapá, os participantes do primeiro Curso-Assembléia de Representantes Indígenas promovido pelo Regional Cimi Norte II encontraram tempo para estreitarem relações também no campo de futebol.

Uma demonstração disso foi a reunião dos povos presentes na formação dos dois times.

A seleção invicta, que venceu as quatro partidas disputadas, tinha a seguinte formação: Pedro Anembê, Antônio Tembê, o artilheiro do time; Apolônio Xokó — representante da UNI presente — considerado pelo público e pelos próprios jogadores como o melhor em campo, Oscar e Clementino Tembê e o goleiro Júnior Kaxuiana.

O time vencedor já entrou com vantagens, todos os seus jogadores costumam bater bola em suas aldeias desde pequenos sendo que um deles, Antônio Tembê traz ainda uma carteirinha da Organização Esportiva de Capitão Poço, tendo ganho já duas coroas e três taças.



Nos finais de tarde, o futebol para descontração

MRL-10, p. 183/354

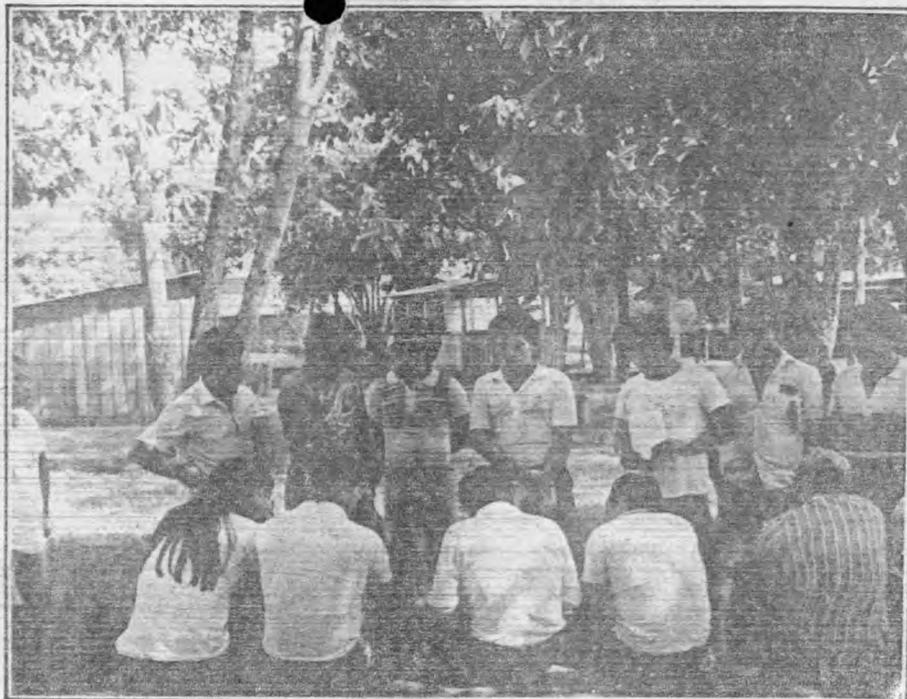
Em Itacoatiara, representante da CUT propõe aliança

Durante nove dias, 3 a 11, do mês de julho último, representantes de 18 povos indígenas do Acre, Amazonas e Roraima se reuniram em Itacoatiara (AM), a 200 quilômetros da capital Manaus, para participar de um curso organizado pelo CIMI e pela UNI (União das Nações Indígenas). Os temas: grandes projetos governamentais, legislação e política indigenista, constituinte e candidaturas indígenas, entre outros. Dos resultados do encontro vale destacar a Coordenadoria da Bacia Amazônia, criada pelas 28 lideranças reunidas. Caberá a essa Coordenadoria exigir do governo informações dos planos de desenvolvimento na Amazônia incidentes em terras indígenas, denunciar esses projetos às agências internacionais que os financiam e solicitar a sua

Que índio e trabalhador têm alguma coisa em comum não é novidade. O novo é isso ser reconhecido por um representante de uma entidade que congrega trabalhadores do campo e da cidade em um encontro de lideranças indígenas. Foi assim em Itacoatiara. Durante a reunião lá realizada, Avelino Ganzer, o vice-presidente da CUT que participou como assessor, propôs uma aliança entre índios e trabalhadores.

Coisas em comum? "Nós temos raízes diferentes", disse ele, "mas temos uma mesma história de sacrifícios. Enquanto vocês, como indígenas, foram marginalizados pela própria legislação e interesses do Estado, o governo também criou leis pra manter a gente fora da sociedade".

Mas pode ser diferente. Conta Avelino: "Principalmente de 1978 pra cá, tentamos descobrir porque os sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade não estavam do lado da gente. Os trabalhadores tomaram alguns desses sindicatos e elegeram diretores indígenas. Quando chegou a hora de eleger o presidente, então, surgiu a CUT. Quando chegou a hora de eleger o presidente, então, surgiu a CUT. Quando chegou a hora de eleger o presidente, então, surgiu a CUT."



Lideranças dos altos rios Negro e Solimões discutem a Coordenadoria da Bacia Amazônica

queles que às vezes nem entendem o que estamos fazendo. Tem acontecido bastante no movimento sindical companheiros que começam a ser lideranças e dão uma de importante, acham que sabem e levam a luta pela cabeça. É uma tentação".

ÍNDIOS X COLONOS

Nessa história toda, "o governo e as empresas têm pego os trabalhadores rurais, tirado suas terras e os colocado para entrar em terra que pode ter índio. Bota a gente pra brigar com quem estiver na frente. E tem dado muito massacre. E botam ainda os índios pra brigar com os

camponeses. E tem dado muito massacre (em julho último, uma família que havia comprado terra grilada foi morta pelos Enauenê-Nauê que viram suas terras sendo invadidas. Ver página 9). "E os índios não têm que ficar de braços cruzados se tiver invasão de garimpeiros, de colonos".

Responsáveis? Avelino Ganzer responde: "O inimigo é comum. O inimigo de vocês é o nosso inimigo. O empresário, o fazendeiro são os mesmos desgraçados que exploram e matam a gente. E o governo está aí pra garantir a dominação de uma classe sobre a outra" (segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, 261 pessoas foram mortas em conflitos de terra em 1985).



ALIANÇA

No Pr

90 milhões de

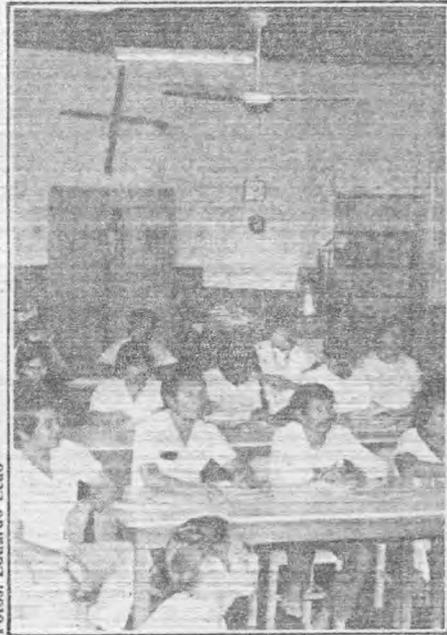
MRL-10, p. 184/354

constituente e candidaturas indígenas, entre outros. Dos resultados do encontro vale destacar a Coordenadoria da Bacia Amazônica, criada pelas 28 lideranças reunidas. Caberá a essa Coordenadoria exigir do governo informações dos planos de desenvolvimento na Amazônia incidentes em terras indígenas, denunciar esses projetos às agências internacionais que os financiam e exigir a demarcação e garantia das terras indígenas. No final do mês de outubro, a comissão provisória formada se reunirá em Manaus. Mas o encontro foi além disso. Afirmou-se também o apoio às candidaturas indígenas para a Constituinte e para assembléias legislativas estaduais. E no sétimo dia do encontro já se ensaiava a proposta de uma aliança com trabalhadores. É quando Avelino Ganzer, vice-presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), entidade que congrega trabalhadores do campo e da cidade, anuncia: "Espero que na frente não seja mais a luta dos índios e a luta dos trabalhadores, mas a nossa luta".

mas uma mesma história de conflitos. Enquanto vocês, como indígenas, foram marginalizados pela própria legislação e interesses do Estado, o governo também criou leis pra manter a gente fora da sociedade".

Mas pode ser diferente. Conta Avelino: "Principalmente de 1978 pra cá, tentamos descobrir porque os sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade não estavam do lado da gente. Os trabalhadores tomaram alguns desses sindicatos e elegeram diretorias comprometidas com eles". É quando, então, a CUT é criada. Com os índios pode se dar o mesmo, diz ele. "Vocês estão preocupados em ter uma organização na região ou no estado e a Coordenadoria da Bacia Amazônica. É um pouco parecida com a nossa".

Fácil tudo isso? Nem pensar, pois o fantasma da corrupção ronda a todos. "A grande preocupação que deve estar mantida nos dirigentes, nas lideranças é que estamos a serviço da-



Fotos: Eduardo Leão

Os participantes ouvem a proposta da CUT

as empresas têm pego os trabalhadores rurais, tirado suas terras e os colocado para entrar em terra que pode ter índio. Bota a gente pra brigar com quem estiver na frente. E tem dado muito massacre. E botam ainda os índios pra brigar com os



Avelino Ganzer: "Não se engane que a gente vá conseguir sozinho a libertação"

empresário, o fazendeiro são os mesmos desgraçados que exploram e matam a gente. E o governo está aí pra garantir a dominação de uma classe sobre a outra" (segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, 261 pessoas foram mortas em conflitos de terra em 1985).

ALIANÇA

No Brasil, cerca de 100 milhões de pessoas são trabalhadores, seja do campo ou da cidade. "Pra nós, diz Avelino, a luta pela terra, liberdade e felicidade não pode mais continuar sendo sozinha: "índio sozinho lá, operário sozinho em outro lugar. Mas como é que a gente parte para uma aliança entre esses 100 milhões de trabalhadores e os índios? A gente não tem receita. Um caminho é aumentar mais a presença de indígenas nos encontros de trabalhadores em todo o Brasil".

Alguma coisa já foi feita: "Nós temos uma bandeira de luta indígena muito pequena na CUT: a luta pela demarcação das terras. Uma coisa inventada pela cabeça da gente. As bandeiras dos companheiros indígenas vão ser discutidas nos sindicatos, nas regionais, pra que seja assumida por todos nós".

"Nós queremos, podemos e vamos assumir essa proposta de luta. Podemos abarcar a luta pela demarcação da terra indígena, contra a invasão. Nós podemos assumir juntos denúncias a nível nacional e internacional. O que falta é a gente discutir com os movimentos de organização indígena. Não se engane que a gente vá conseguir sozinho a libertação. A máquina é muito poderosa. Há milhares de camponeses no Brasil que estão elegendo fazendeiros e grileiros para prefeitos, deputados. Está acontecendo com vocês também. Então todos nós estamos no mesmo caminho".

MRL. 10, p. 185/354

61134
614293

FUNAI

Recebido

17 de

MRL. 10, p. 186/354

TELEX

---CIMI---

ASSINATURA

SECRETARIA DE FUNAI
SR. ROMERO JUCA FILHO

ACUSANDO RECEBIMENTO TELEGRAMA 192/PRESI/FUNAI DE 24.09.86 APROVEITAMOS PARA INFORMAR-LHE QUE MISSIONARIOS ATUANTES JUNTO POVOS INDIGENAS MT E RO, ESPECIALMENTE JUNTO AO POVO ZORO MANIFESTAM PROFUNDA PREOCUPAÇÃO SOBREVIVENCIA INDIGENAS ANTE TOTAL OMISSAO DOS ORGAOS FEDERAIS RESPONSAVEIS PELA GARANTIA INTEGRIDADE FISICA E DO TERRITORIO DESTE POVO. A SOLUÇÃO PARA ESTE PROBLEMA JAH EXISTE E JAH FOI ENCONTRADA, NESMO PORQUE CONTIDA ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO E LEI NR. 6.001/73.

COM BASE NESTA COMPRENSAO FORAM ACERTADOS ENCAMINHAMENTOS PRATICOS COM LIDERANÇAS INDIGENAS QUE ESTIVERAM EM PEREGRINAÇÃO NESTA CAPITAL. POREM, PASSADOS UM MES É MEIO DESCONHECEMOS MEDIDAS EFICAZES E PRATICAS QUE VISEM CUMPRIMENTO PROMESSAS. ENQUANTO ISSO INVASAO TERRITORIO ZORO AUMENTA A CADA DIA E COM APOIO DE POLITICOS LOCAIS.

BRASILIA/DF, 29 DE SETEMBRO DE 1986

ANTONIO BRAND
SECRETARIO EXECUTIVO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO-CIMI

614293CONN BRG
61

ASSINATURA

Rosângela Gonçalves de Carvalho

Rosângela Gonçalves de Carvalho
Secretária da Presidência

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MRL. 10, p. 187/354

Of: Nº 014/PRES-86

, 09 JUL 86

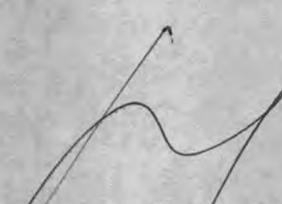
PRESIDENTE DA FUNAI

Sr. CHEFE DE GABINETE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

(informação presta)

REF: Of:GM/SA/02296, de 24 JUN 86

Em atenção a solicitação do Assessor do Ministro, JORGE DE ALBUQUERQUE E MELO, que nos encaminhou carta do CIMI, Regional Rondônia, datada de 24 ABR, informo-vos que desde 06 JUN há, na área, uma equipe chefiada pelo sertanista SIDNEY POSSUELO. Informo-vos ainda, que com o OF.Nº 276/PRES, de 06 MAIO esta Fundação solicitou ao DPF inquérito policial para apurar as denúncias.


ROMERO JUCÁ FILHO
PRESIDENTE

FUNAI SEC/GAB	
2042	
ENT. <i>[Signature]</i>	EM 02/07
SAIDA <i>[Signature]</i>	EM 02/07/86

Of. GM/SA/ 02296

Em 24 de Junho de 1986

Ref.: Carta do Sr. Mário Lúcio Silva ao CIMI/RO, ao Exmo. Presidente da República e encaminhada ao Exmo. Ministro da Justiça - Denúncia.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Romero Jucá Filho
 Presidente
 07/07/86

Autoridade: Doutor ROMERO JUCÁ FILHO
 Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
 SEPS - Quadra 702 Bloco A Ed. Lex - 3º andar

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, para conhecimento e demais providências julgadas cabíveis, cópia do expediente anexo, agradecendo antecipadamente informações que nos possam ser prestadas, para orientação ao missivista.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração.

[Handwritten signature]
 JORGE DE ALBUQUERQUE E MELO
 Assessor do Ministro

ASI/FUNAI
N.º 595,
EM 21, 7, 86

CIMI-RONDÔNIA
R. D. PEDRO II, 650
CAIXA POSTAL 121

SEAP : 64799-3
ASSUNTO: 203 DESTINO: 40

Porto Velho, 24 de abril de 1986

DO: Conselho Indigenista Missionário
PARA: Exmo Sr. Presidente da República
JOSÉ SARNEY

Sr Presidente

Vimos por meio desta, solicitar de V. Ex^a uma atenção especial quanto aos acontecimentos referentes aos índios Nambiquara, localizados no Vale do Corumbiára.

Como está claro no relato que segue em anexo, àquela é uma área comprovadamente habitada pelos índios, ainda arredios. O órgão oficial (a 15ª DR/Funai) já possui todos os dados e materiais necessários para encaminhar a interdição da área, mas incompreensivelmente não tomou as providências necessárias, comprovando mais uma vez, desvio de finalidade.

V. Ex^a. tem tomado decisões importantes para a sociedade brasileira, neste período de Nova República. Esperamos que, com a mesma eficiência atenda aos interesses indígenas, os primeiros e verdadeiros habitantes dessa nação.

No ensejo reiteramo-lhe protestos de elevada consideração.

Atenciosamente

Yániabúcio Silva
p/ Conselho Indigenista Missionário
Regional Rondônia

Com cópia para:
Exmo Sr. Ministro do Interior
RONALDO COSTA COUTO

17/6/86
ref. de ...
...- ...
FUNAI

[Handwritten signature]

MASSACRE DE INDIOS NO VALE DO CORUMBIÁRA

No mês de março pp. alguns colonos do município de Cerejeiras, procuraram o CIMI-Rondônia para denunciar assassinatos de índios e garimpeiros no vale do Corumbiára. Os acontecimentos denunciados já eram do conhecimento de todos na região, com o agravante de que a própria Funai (15ª DR) e a Polícia Federal estarem à par de tudo e com provas concretas, mas ainda assim não ter encaminhado qualquer providência. Porém neste mês de abril, agentes do CIMI acompanhados de índios Mamaindês e alguns colonos da região, comprovaram todas as denúncias anteriores e o descaso dos Órgãos Federais.

Em setembro de 1985 a Funai constatou a presença de um grupo indígena arredio na margem direita do rio Omeré. Naquela data não confirmaram as notícias de destruição de roçados indígenas, por causa dos madeiros e jagunços fortemente armados com espingardas de grosso calibre e de vários revólveres. O caso já tendia à ser arquivado, não fossem os próprios índios arredios terem visitado os índios Nambiquara do Norte, à procura de socorro. Tinham feito vários dias de caminhada e estavam muito tristes e revoltados com a recente morte de seus companheiros.

Depois de adiar o retorno à região por várias vezes, concordando com os argumentos do Sr. Antônio José Junqueira Vilela (proprietário da fazenda YVYBITANGA, aonde têm ocorrido as agressões), a Funai chegou à área no final de novembro/85. Apesar das camuflagens dos criminosos, foi possível averiguar vários roçados, aldeias e um cemitério indígena. Todas as roças, cerca de dez, tinham sido destruídas por um trator de esteira. Várias casas tinham sido destruídas, queimadas ou camufladas com capim colônia, ante a proximidade das averiguações. Mas a natureza ironicamente denunciou o crime, pois com a limpeza do trator, as bananeiras, carás, batatas, fumo, algodão, mandioca, amendoim e o milho-fofo voltaram a brotar por todos os la-

dos. Também encontrou-se uma tibia desterrada, resultado da destruição do cemitério pelo trator, pedaços de panela de barro, de flexas arcos, muitos paus com buracos, de machado, armadilhas, trilhas de caça, cinzas de fogueira, pinguelas de cipó, etc.

Feões e habitantes da região também encontraram muitos vestígios de índios na margem do rio Corumbiára, próximo à barra do rio Omeré. A Casa Paroquial de Cerejeiras denunciou a colocação de açúcar envenenado nas proximidades das aldeias desde 1983. Seguem-se várias outras denúncias perfeitamente verificáveis.

Mas o que pensar dos Órgãos Federais??

Depois de uma completa vistoria, a Funai já possui material suficiente para provar a posse imemorial daquela área pelos índios Nambiquara. Mas ao invés de encaminhar a interdição da área, o Sr. Aimoré, Delegado da 15ª DR/Funai, preferiu substituir a equipe de trabalho que conseguiu todas as provas, e abandonar o caso.

O Delegado da Polícia Federal, Sr. Rivaldo acompanhado de dois agentes esteve visitando duas das dez roças e um acampamento de fuga destruídos. Apesar das provas reais da agressão contra os índios, como a premeditada destruição das suas roças e casas (condenando os sobreviventes à pelo menos um ano de fome), dos cartuchos encontrados sobre as roças e acampamentos, da denúncia da índia Lurdes Sabanês (visitada pelos índios nus), e ainda da presença no município de um dos tratoristas, flexado numa das agressões, o Delegado Federal é de opinião de que as provas são insuficientes.

Acrescente-se o fato de que já há aproximadamente 16.000 hectares de mata derrubada com 600 homens ainda trabalhando na região, e o IBDF nada faz.

Apesar das fortes ameaças e pressões, os agentes do CHMI têm confirmado agora todas as informações e conclusões anteriores:

- da existência do grupo arredio, pertencentes aos Nambiquara;
- de que a área invadida pelo Sr. Antônio José (fazenda Yvypytanga) e demais proximidades, é de posse imemorial desses grupos indígenas, devido a grande quantidade de vestígios e objetos típicos;
- que esse grupo vêm sendo alvo de agressões sistemáticas contra suas vidas desde 1983. E que de setembro/85 para cá já sofreram três ataques distintos. O último e mais absurdo, justamente no período solicitado pelo Sr Antônio José Junqueira Vilela para a Funai

retardar a entrada na fazenda;

- de que a população sobrevivente é pequena e estão muito assustados, ou não procurariam ajuda dos Maimandês (pois nunca possuíram relações amistosas com este grupo);

- de que continuam ocorrendo violências por parte do pseudo-proprietário da fazenda, principalmente através de seu gerente, o Sr. Wilson, estando seriamente em risco de vida os poucos índios sobreviventes.

Nós do Conselho Indigenista Missionário, conclamamos à todos os segmentos da sociedade nacional, especialmente vocês ligados aos meios de comunicação, para ajudar nas tentativas de impedir o extermínio de mais um grupo indígena.

Por uma questão de princípios éticos e morais, não podemos permitir que uma violência dessas, uma selvageria covarde levada avante por alguns gananciosos, possa ficar impune. Esta é uma aspiração dos Mamaindês, dos Negarotês e das equipes de trabalho que presenciaram em loco as barbáries cometidas e ainda vivem o clima de pressão e insegurança instalado na área.

Que a interdição da área e detenção dos criminosos se faça imediatamente!

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
REGIONAL RONDÔNIA

pl. Márcio Búcio Silva
Conselho Indigenista Missionário - RO

Rua Dom Pedro II, 650
Cx. Postal 121 - Fone: (069) 251-9175
CEP 78.900 - Porto Velho - RO



MRL 10, p. 193/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

REF. ofício 02296 de 24/06 Assessor do Ministro da Justiça Jorge de Albuquerque
e Melo.

AN 1

MRL. 10, p. 194/354

DESCENTRALIZAR NÃO É ESTADUALIZAR

Tendo em vista algumas desinformações - intencionais ou não - verificadas em torno do programa de descentralização da Funai, ora posto em prática pela atual administração do órgão, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Apoena Meirelles, que se encontra em Mato Grosso, visitando aldeias indígenas, divulgou nota de esclarecimento. Na oportunidade, o presidente deixa bem claro que "descentralizar não é estadualizar", refutando veementemente os argumentos daqueles que se apressam em afirmar que caberá aos governos estaduais qualquer atuação na questão de assistência aos indígenas.

É a seguinte a íntegra da nota expedida pelo presidente da Funai:

- "Descentralizar não é estadualizar. Descentralizar significa agilizar o atendimento as diferentes comunidades indígenas nos diversos pontos de país. Significa levar a Funai, simultaneamente ao Norte, ao Nordeste, Sul e ao Centro Oeste, através das Superintendências Executivas Regionais e das Administrações Regionais a elas subordinadas e que estão sendo criadas. Significa situar o órgão de direção próximo às áreas indígenas e assim facilitar o trabalho desenvolvido junto as mesmas. Significa proporcionar melhor atendimento nas áreas de Saúde, Educação, Projetos e dar, mais rapidamente, solução aos urgentes problemas de Terra.

Na Funai, em Brasília, permanecerá apenas a direção maior do órgão, encarregada de orientar, supervisionar e fiscalizar o trabalho das superintendências".

03/3/86

Brasília-DF., 03 de março de 1986

N O T A D O C I M I

Funai quer estadualização das terras indígenas

Um novo Estatuto da Funai, elaborado sob a exclusiva responsabilidade do Sr. Apoena Meirelles, ex-presidente da Funai, foi dia 27 de fevereiro, apresentado a uma Comissão Interministerial sem quorum, para sua aprovação. O novo Estatuto prevê em seu Art. 17 "Superintendências Executivas Regionais" às quais atribuiu a competência de "planejar, coordenar, controlar, promover e acompanhar a identificação, delimitação, demarcação e regularização das terras indígenas e o levantamento e uso dos recursos nelas existentes".

O Conselho Indigenista Missionário/CIMI denuncia esse Estatuto da Funai como uma artimanha diversionista da política indigenista oficial que em última instância dividirá os povos indígenas, exclui os setores de comprovada solidariedade indigenista e os próprios Índios da discussão ampla e necessária para uma reforma bem sucedida e que encaminha efetivamente a questão indígena para a sua estadualização.

Junto com a sociedade civil, o CIMI se pergunta: Como as "Superintendências Executivas Regionais" terão a força política para "controlar, promover e demarcar" as terras dos Índios, se ao governo central até hoje faltou essa força e vontade? Por quê essa pretensa reforma administrativa vem sendo apresentado, a "toque de caixa", antes da reabertura do Congresso Nacional? Seguramente porque ela deve temer a luz do dia democrático! Por quê -poucos meses antes que a Nação deve discutir, na Assembléia Nacional Constituinte, uma nova ética da política indigenista -medidas administrativas autoritárias vem esvaziando e prejudicando essa discussão? Para qualquer medida de alteração no órgão da política indigenista, o CIMI exige a consulta dos próprios povos indígenas a respeito e a participação democrática da sociedade civil.

E neste momento o CIMI, além de informar as Comunidades Indígenas sobre estas propostas autoritárias de alteração da FUNAI, apoiará as suas iniciativas de luta. E junto com outros setores da sociedade nacional, solidários com estes povos, empenhará todos os esforços para que, ao invés da estadualização, sejam finalmente demarcadas e garantidas as terras indígenas.

TELEGRAMA
CONFIABILIDADE

23701 Z DFCV
19801 B MTCB
13/1710
ZCZC FMA04694 1303 1625
CUIABA/MT

ECT

TELEGRAMA
SR. APOENA MEIRELES
PRESIDENTE DA FUNAI
MINISTERIO DO INTERIOR
BRASILIA/DF

CIMI
MRL. 10, p. 196/354

FUNAI SEC/GAL
700
ENT. mg. 1703-86
SAIDA *[Signature]* 19/3/86

TELEGRAMA FONADO
MODO. TELEFONE PARA A
HOJE E PAGUE DEPOIS.

TELEGRAMA RAPIDEZ E
CONFIDABILIDADE A SUA DISPOSICAO

REPUDIAMOS REGIONALIZACAO DA FUNAI ., EXIGIMOS DEMARCAÇÃO E
GARANTIA TERRAS INDIGENAS.
~~CIMI~~ - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO
REGIONAL MT

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

NNNN

19801 B MTCB
23701 Z DFCV

ECT

TELEGRAMA
É CÔMODO.
ECT HOJE

1024.1133

611344FNAI BR
611104CNBB BR

CIMI

MRL. 10, p. 197/354

DE: CIMI - NACIONAL
HARA: FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

A DIRETORIA NACIONAL DO CIMI, REUNIDA EM GOIANIA, EXIGE A CONTINUAÇÃO IMEDIATA DAS DEMARCAÇÕES DAS AREAS INDIGENAS DE BOCA DO ACRE - KM 45, KAXARARI E POYANAWA. DEVIDO AO INICIO DO ASFALTAMENTO DA BR 364 QUALQUER DEMORA NA DEMARCAÇÃO DESTAS AREAS INDIGENAS TRARA' CONSEQUENCIAS NEFASTAS HAS MESMAS COMUNIDADES E SIGNIFICA O NAO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES GOVERNAMENTAIS JA' ASSUMIDAS COM ESTAS COMUNIDADES POR FORÇA DE LEI E COM OS PROPRIOS BANCOS INTERNACIONAIS FINANCIADORES DA OBRA.

CIMI - NACIONAL
BRASILIA, 24 DE OUTUBRO DE 1985

611104CNBB BR
611344FNAI BR

ÂNGEHA / GLÓRIA

2243809 - DSI

2244304 - Res.

2236534 - DSI

Chefe Guilherme -

100 metros do aere ?

Ang

Passo CIMI

MRL. 10, p-198/354

0905.1048
611344FNAI BR
926118ICRA BR

Augusto
Augusto

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
1A. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BENJAMIN
CONSTANT - AM

TLX. NR. 003/MP-1A. V/85 - EM 05 DE SETEMBRO DE 1985

RECEBI O ORIGINAL
M 109187
ASS. *[Signature]*
UNIDADE DE FISC.

AO
EXMO. SR.
PRESIDENTE DA FUNAI
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
BRASILIA - DF

ASI/FUNAI
N.º 7351
EM 30/9/85

SENHOR PRESIDENTE:

O REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO DO AMAZONAS, INFRA-ASSINADO, VEM RESPEITOSAMENTE AA PRESENÇA DE V. EXA. REQUERER SE DIGNE MANDAR INFORMAR A ESTE ORGAO 'QUAL A COMPETENCIA DO SR. LINO JOAO DE OLIVEIRA NEVES'/PRELACIA DE TEFEH/C I M I - OPAN, PARA, USANDO O NOME DA FUNAI, TENTAR EXPULSAR PESSOAS QUE EXPLORAM O EXTRATIVISMO DE MADEIRAS NO TERRITORIO DESTA MUNICIPIO. EH QUE TEMOS EM MAOS DENUNCIA DO SR. JOSE NELSON DA SILVA COSTA, QUE FOI AMEAÇADO POR REFERIDO ELEMENTO DO 'CIMI' A DEIXAR O LOCAL EXERCE OS SEUS SERVIÇOS DE 'CORTE-DE-MADEIRAS', AA MARGEM ESQUERDA DO RIO ITUIH UM POUCO ABAIXO E BEM PROXIMO AA CONFLUENCIA C/RIO COARI, NESTE MUNICIPIO, SOB AS ALEGAÇÕES DE QUE 'AQUELAS TERRAS PERTENCEM AOS SILVICOLAS (O QUE PRESSUPOMOS NAO SER VERDADEIRO).

VALE ACRESCENTAR QUE IDENTICAS RECLAMAÇÕES ESTAMOS RECEBENDO DO MUNICIPIO DE EIRUNEPEH, TAMBEM NESTA JURISDIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, A RESPEITO DE ATIVIDADES SUSPEITAS DO 'CIMI' - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. E, QUE, TAMBEM, OS INDIOS, ASSIM ESTIMULADOS E/OU INSTIGADOS POR 'ESSAS TERCEIRAS PESSOAS' QUE N PERTENCEM AA FUNAI, 'SURRUPUARAM' DO DENUNCIANTE, SR. JOSE NELSON DA SILVA COSTA, O SEGUINTE MATERIAL:

- 1 (UM) MOSQUITEIRO GRANDE, 3 (TRES) REDES GRANDES, 6 (SEIS) REDES MEDIAS, 5 (CINCO) COBERTORES, 8 (OITO) CALÇES TAM. GRANDE, 5 (CINCO) CAMISAS, 5 (CINCO) CALÇES TAM. MEDIO, 6 (SEIS) BIQUINIS, 2 (DUAS) TOALHAS
- DE-BANHO, 3 (TRES) VESTIDOS, 1 (UMA) SAIA, 4 (QUATRO) CALCINHAS P/CRIANÇAS, 2 (DOIS) VESTIDOS P/CRIANÇAS, 6 (SEIS) PANEAS GRANDES, 5 (CINCO) PANEAS MEDIAS, 1 (UMA) PANEAL-DE-PRESSAO, 2 (DUAS) BACIAS GRANDES, 3 (TRES) BACIAS PEQUENAS, 1 (UMA)
- MARMITA C/4 PEÇAS, 2 (DOIS) MACHADOS, 5 (CINCO) TERÇADOS '128', 1 (UM) SERROTZ C/8 CM., 1 (UMA) MALHADEIRA C/60 MT., INCLUSIVE UTENSILIOS DE COZINHA COMO: PRATOS, TALHERES, GARRAFA TERMICA ETC. ETC., 1 (UMA) SACOLA DE NYLON, 3 (TRES) GALINHAS, 9 (NOVE) DUZIAS DE OVOS, 1 (UMA) BOLSA AA TIRACOLO, DIVERSAS PEÇAS DE 1 (UMA) MAQUINA DE COSTURAS ETC.ETC., CONFORME CONSTA DA QUEIXA QUE O REFERIDO CIDADAO PRESTOU PERANTE AA DELEGACIA DE POLICIA LOCAL (BENJAMIN CONSTANT - AMAZONAS).

EM FACE DO EXPOSTO, FIXAMOS NA EXPECTATIVA DE MERE-CER DE V. EXA. QUALQUER POSIÇÃO E/OU ORIENTAÇÃO, PARTICULARMENTE, SOBRE A POSSIBILIDADE DESSA EGREGIA FUNDAÇÃO NAC. DO INDIO - SENSIVEL AO ESTADO DE MISERABILIDADE EM QUE VIVE MAIORIA DAS PESSOAS DESTA LUGAR, COMO EH O CASO DO SR. JOSE NELSON DA SILVA COSTA - DEPOLVER A ESTE OS OBJETOS QUE LHE FORAM SUBTRAIDOS PELOS INDIOS DA TRIBU 'MORUBU'.

ATENCIOSAMENTE,

DR. ADALBERTO RIBEIRO DE SOUZA

Promotor de Justiça

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

Posta CIMI

MRL 1016 199/354

DE **GVR** NR **116** PLS **190** DT **17-06-85** **1500**

MINISTERIO
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
BRASILIA - DF
TEL. 317 33 1985

RECEBIDO DE **GVR** ÀS **171715** POR **JF-GIL**

17 06 1985

ENDEREÇO

SUPLEX-ASI-SSB -

CONTROLE Nº 010134

TEXTO E ASSINATURA

NR. 1328/11ADR DE 17-06-85 - REATRANSMITIMOS A VSA SEGUINTE RADIO : NR 180 -
PI PRADINHO DE 15-06-85 PT TRANSCREVEMOS ELITE REPRESENTANTE CIMI-GERALDA -
VG ESCRITO TELFILD OTONI DIA 11/06/85 VG DIRIGIDO INDIO CAPITAOZINHO : ABRA
PAS SOBRE AS DIFICULDADES DE VOCEU AI PT JAH FUI DUAS VEZES ET O CARRO NAO
POUDE PASSAR PT RECEBI TELEFONEMA DE JOAQUIMZINHO ET LOURENÇO PT ESTOU MAN
DANDO ILDEBRANDO AI PARA TRAZER NOTICIA DE PRADINHO PT ESTAR MUITO FRIO -
INTERROGAÇÃO ESTAH TENDO ALIMENTO PARA TODOS INTERROGAÇÃO ET AH FUJAI INTER
ROGAÇÃO PEÇO DAR NOTICIAS PELO ILDEBRANDO PT UM ABRÇO DA AMIGA GERALDA -
FECHASPAS PT SOLICITAMOS VSA INTERDITAR INGRESSO ELEMENTO CIMI NESTA AREA
VG ATRAVES PF VG POIS O MESMO INCUTE IDEIAS COMUNIDADES QUE SAO CONTRADITO
RIAS NOSSA META TRABALNO PT CASO NAO FOR TOMADA TAL PROVIDENCIA VG VEREMOS
NOSSO TRABALHO VOLTAR ESTACA ZERO VG QUANDO PERTO ALCANCAR UM BOM RESULTA
DO PT NA PROXIMA VEZ DONA GERALDA VIER ESTA AREA VG A EXPULSAREMOS VG EMBO
RA SABENDO IRAH GERAR DESCONTETAMENTO COMUNIDADE QUE VG APESAR DELA NADA -

CONTINUA-

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MRL-10, p. 200/354

MINTER.
FUNAI BRASÍLIA - D
TELE

DE NR PLS DT HS

RECEBIDO DE ÀS POR

17 05 1965

ENDEREÇO

CONTINUAÇÃO -

CONTROLE Nº 010136

TER FEITO ATÉ PRESENTE PELOS ÍNDIOENAS VÔ GOSTAM MUITO DA MESMA PT NAZARENO
M. FONTES - PT OUTROSSIM VÔ ELEMENTOS CIMI VÔ VEEM PREJUDICANDO SOBREMANEIRA
ATUAÇÃO FINAI PT VÔ SOL INFORMAR QUAIS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS VÔ CONSOANTES
ADMINISTRAÇÃO FINAI PT SCS - DEL 11ADR

TEXTO E ASSINATURA

ASI/FUNAI

N.º 499 185

EM 08/107/185

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOGRAMA RECEBIDO

MRL. 10, p. 203/354

UNAI BRASÍLIA - DF
SETEL

DE GVR NR 43 PLS 200 DT 05.07 HS 1630

8 JUL 1985

RECEBIDO DE ÀS POR

ENDEREÇO SUPEX CPY ASI BSB

PP1 21 - 088

CONTROLE Nº 002599

TEXTO E ASSINATURA

NR 1475/11A.DR DE 05.07.85 - RETRANSM SEGTE RDG NR 220-PI PRADINHO DE 050785
PT "INF A VSA COMUNIDADE VEM SENDO INSUFRADO PESSOAL EXTRA-FUNAI VG OU SEJA
DONA GERALDA VG DO CIMI VG QUE UM DIA ANTES FURTO GENEROS ALIMENTICIOS HAVIA
MANTIDO CONTATO EM FAZENDA VISINHA ESTA AREA COM INDIO PAULENO VG AUTORK ET
ORGANIZADOR DO FURTO JUNTAMENTE COM FAMILIARES PT REFERIDA NOTICIA FOI CON-
FIRMADA POR INDIOS ET PELO PROPRIO INDIGENA PT OUTROSSIM VG SOL PROVIDENCIAS
PT NAZERENO - CII PI PRADINHO " PT OUTROSSIM INFO VSA VG GENEROS ALIMENTICIOS
SAQUEADOS ERAM PROVENIENTES MERENDA-ESCOLAR ET PROGRAMUTRICAÇÃO ET SAUDE INAN
PT ESTA REGIONAL EM CONJUNTO COM OS REFERIDOS PROGRAMAS VG ESTAH IMPLANTANDO
NA ABEA INDIGENA MAXACALI VG UM TRABALHO DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR VG OBJE
TIVANDO SUPRIR AS DEFICIENCIAS DAQUELAS COMUNIDADES VG PRINCIPALMENTE CRIAN
ÇAS ZERO A 6 ANOS VG NUTRIZES ET GESTANTES PT ESTAMOS ENVIPANDO ESFORÇO PARA
QUE TRABALHO ORA EM IMPLANTAÇÃO ATINJA OBJETIVOS PTVG ENTRETANTO CONFORME
RDG ORA RETRANSM. A VSA ESPELHA PERFEITAMENTE AÇÃO NEFASTA DE ELEMENTO LIGA-
DOS AO CIMI-MG PT REITERAMOS PROVIDENCIAS SOLICITADAS RDG 1328-11ADR- 170685
VG EVITANDO DESTA FORMA NOVAS AÇÕES ELEMENTOS INESCRUPULOSOS QUE VEM PREJU-
DICANDO EXCESSIVAMENTE ATUAÇÃO FUNAI PT --- DEL 11A.DR

FUNAI/SUPLEX
683
Entrada 157 85
Rubrica
Saida

MRL.10, p.202/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

REF.: RDG Nº 1475/11aDR DE 05.07.85 .

Ao chefe DA ASI.

Notifico opinar qto. as providências
propostas no RDC. n.º 1328/11º de 17/06/85, pelo
titular daquele U.E.R.



José Agostinho Soares Metzello
Superintendente Executivo

15/7/85

BSB

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ed. Venâncio III Sala 311

Caixa Postal 11-1159 — Fone: (061) 225-9457

70084 - Brasília - DF - Brasil

PASTA CIMI 205

MRL. 10, p. 204/354

Brasília, 25 de junho de 1985

AO SR.
GERSON DA SILVA ALVES
Presidente da FUNAI
BRASÍLIA - DF.

Prezado Senhor

Em resposta ao ofício 604/85, informamos que Pe. Antonio Iasi, assessor do CIMI, em contato pessoal com Apoena Meireles, superintendente, e Ezequias Hering, chefe da AESP, já equacionaram a ida do referido missionário à área do Alto Rio Negro, AM, como membro do G.T.

Sem mais no momento, atentamente



ANTONIO BRAND

Secretário Executivo do CIMI

26/6/85
18,00



FUNAI SEC/GAB
1743
ENT. [Handwritten Signature] SER 26/06/85
SAÍDA [Handwritten Signature] EM 26/6/85

OF. Nº 604 /85-PRES/AESP

10 JUN 85

Presidente da FUNAI

Ilmo. Sr. ANTONIO BRAND - Secretário Executivo do
Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Senhor Secretário

Em resposta a V. Carta, datada em 07/06/85, agradeço o serviço prestado à proteção e defesa dos povos indígenas.

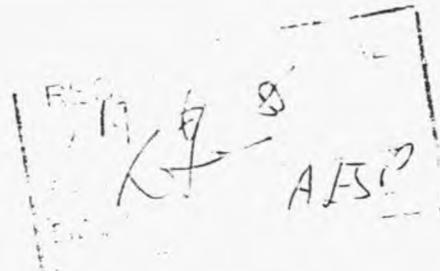
Na oportunidade convido V.Sa. a indicar representante Oficial para a composição de Grupo de Trabalho, que terá como finalidade propor medidas concretas para o equacionamento da questão mineradora na área indígena do Alto Rio Negro, o qual se instalará proximamente, com um prazo de duração de 30 dias para trabalhos de campo e 20 dias para elaboração de relatório.

Dada a urgência que o assunto requer, aguardo a V. manifestação o mais breve possível.

Atenciosamente,

Gerson
GERSON DA SILVA ALVES
Presidente da FUNAI

NM 1488/85
" 1743/85





MRL. 10, p. 206/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

REF.: CARTA S/N - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/CIMI.

*Se Ordenar.
à AESP.
em 29/6/85
Pacetti
Sec/ERB.*

ENCAMINHAMENTO Nº 058 /85 - AESP

REF.: Carta s/n - Conselho Indigenista Missionário-CIMI
de 25/junho/1985

Encaminhe-se à ASPLAN, tendo em vista tratar-se de
indicação de componente para o Grupo de Trabalho que estudará
a questão da garimpagem do Alto Rio Negro, cujas peças cons-
tam no Processo FUNAI/BSB/1864/85, encaminhado aquela Asses-
soria em 20/06/85.

Brasília, 27 de junho de 1.985

[Signature]
Chefe Assessoria de Estudos e Pesquisas
AESP-FUNAI

/ima.

*À C/pt. Moraes,
para conhecimento e providências.*

ASPLAN
27/06/85
11:38
[Signature]

[Signature]
Chefe de Assessoria - ASPLAN

*Leví -
239*

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 024/DEL/10ªDR/85

Em: 21.01.85

Do: Delegado Regional da 10ªDR

Ao: Assessor Chefe ASI

Assunto: Encaminhamento (faz)

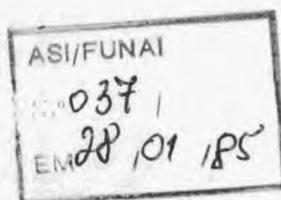
Senhor Assessor,

Estamos encaminhando a essa Assessoria, para conhecimento, o comunicado a Imprensa de lavra do CIMI - Regional Norte 1, esclarecendo que a Diocese de Roraima fez realizar-se na Vila Surumu, nos dias 07, 08' e 09/85 uma assembléia com a participação das lideranças indígenas deste Território e de etnias e entidades exógenas convidadas; nos dias 12, 13 e 14/85 fez realizar-se' na cidade de Boa Vista o curso Étnico Histórico da ocupação da amazônia, a partir da descoberta, até o ano de 1950; e, nos dias 17, 18 e 19/85, também na cidade de Boa Vista, o CIMI-Regional-Norte 1 fez realizar-se uma assembléia com a participação de convidados a critério da entidade, cujos primeiros resultados são o comunicado em anexo.

As duas primeiras reuniões contou com a participação de representante desta UER, cujos relatórios seguirão posteriormente.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Sebastião Amancio da Costa
Delegado Regional 10.a DR
Port. 782/P 01.10.84



COMUNICADO À IMPRENSA

Nós, bispos, padres, irmãs e leigos, membros do Conselho Indigenista Missionário - CIMI NORTE I, representando as Dioceses e Prelazias do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, reunidos em assembléia nos dias 16 a 18 de janeiro de 1985, em Boa Vista, Roraima, queremos levar a público as nossas preocupações diante da grave situação vivida pelos povos indígenas.

Durante a assembléia, avaliamos os trabalhos que estamos realizando nas várias áreas indígenas e reafirmamos em nosso planejamento a necessidade de continuarmos orientando nossa ação no sentido de garantir terra e saúde para os povos indígenas, além de lhes proporcionar espaço para a afirmação de seus valores culturais.

Particular atenção mereceu a questão das terras indígenas. Denunciamos a política oficial do Governo que, criando um Grupo Interministerial com poder de decisão pelo Decreto-Lei Nº 88118/83, vem sistematicamente barrando a demarcação das terras indígenas. Denunciamos também a iniciativa nefasta do Governo de liberar a entrada de empresas mineradoras em áreas indígenas, comprometendo ainda mais a sobrevivência desses povos.

Constatamos em Roraima a situação de conflitos constantes a que são submetidos os povos Macuxi e Wapixana e denunciemos mais uma vez a invasão de fazendeiros e garimpeiros em suas terras, apoiados pela atuação anti-indígena de alguns deputados do Território.

Preocupa-nos a demora na criação do Parque Yanomami, a passividade do Governo diante das denúncias no caso Waimiri-Atroari e a impunidade com que a Petrobrás vem atuando em Território indígena da área do Javari. Insistimos junto ao novo Governo eleito em 15 de janeiro pp que revogue todas as medidas governamentais anti-indígenas e proporcione aos povos indígenas a garantia de todos os seus direitos.

Animados pela fé, renovamos o nosso compromisso de conhecer melhor a realidade dos povos indígenas, de respeitá-los e defendê-los. Olhamos com esperança o avanço do Movimento Indígena e continuamos a apoiá-lo, para que sejam eles, de fato, agentes de sua história e consigam ter sua terra, preservar suas vidas e decidir livremente seu destino.

Boa Vista-RR, 18 de janeiro de 1985

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MRL 10, p. 209/354

~~FUNAI BRASILIA - D. SEXTA~~

DE BVISTA NR 14 PLS 45 DT 03 HS 1400

RECEBIDO DE AS 031726 POR PNF/FT

3 JAN 1985

ENDEREÇO

CONTROLE Nº 21 Nº 05425

UUU PRESIDENTE FUNAI/BSB

TEXTO E ASSINATURA

018/10A.DR DE 030185 - INFO VEX VG ACORDO CONTATO MANTIDO DIOCESE RORAIMA
VG ENCONTRO LIDERANCAS INDIGENAS TERRITORIO VG OCORRERAH PERIODO 07 AH 09
CORRENTE PT OUTROSSIM INFO CONTARAH PARTICIPACAO TRES INDIOS VINDOS DE MA-
NAUS PT NADA INFORMANDO SOBRE PARTICIPACAO NAO INDIOS PT - 10A.DR

FUNAI SEC/GAB
ENT *[Signature]* EM 03.01.85
SAÍDA *[Signature]* EM 08.01.85

ASI/FUNAI
N.º 0431
EM 28/10/1985

[Signature]
Nelson Morabito Domingues
Presidente

MRL. 10, p. 210/354
1097R

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 040/DEL/10ªDR/85

Em: 01.02.85

Do: Delegado Regional da 10ªDR

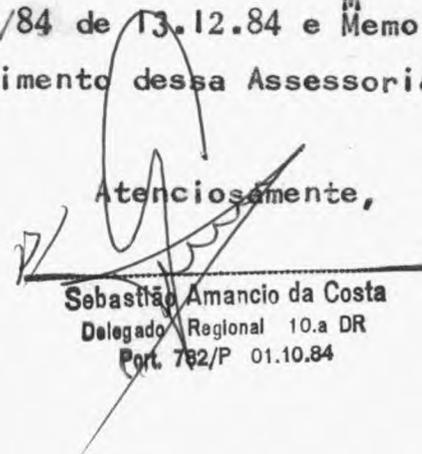
Ao: Senhor Assessor Chefe ASI

Assunto: Encaminhamento (faz)

Senhor Assessor,

Anexo, encaminhamos a V.Sa recortes do Jor
nal "Folha de Boa Vista" edição de 18 de janeiro/85, em adita-
mento ao Of. nº 421/DEL/10ªDR/84 de 13.12.84 e Memo 024/DEL /
10ªDR de 21.01.85, para conhecimento dessa Assessoria.

Atenciosamente,


Sebastião Amancio da Costa
Delegado Regional 10.a DR
Port. 782/P 01.10.84

ASI/FUNAI

N.º 0761

EM 05/02/85

Líderes indígenas reúnem-se no Surumu em assembléia anual

Cerca de 200 líderes indígenas se reuniram em assembléia durante três dias na Missão São José do Surumu, a 197 km de Boa Vista, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro. Como fazem há nove anos, tuxauas, representantes de malocas e capatazes discutiram os problemas comuns dos índios do Território e buscaram soluções conjuntas. Mais de 30 mil índios estavam ali representados. Havia líderes Macuxi, Wapixana, Yanomami, Taurepan, além de dois líderes Mundurucu, um Apurimã e dois representantes da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak e Álvaro Tukano. O bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano, membros da Igreja do Território, que atuam junto aos índios; antropólogos e indinistas estiveram presentes na assembléia, apenas acompanhando o desenrolar dos trabalhos.

Para os dois primeiros dias de discussão, nove pontos foram levantados. A luta pela demarcação das terras e a identificação correta dos limites das áreas indígenas o real funcionamento dos Conselhos, criados em janeiro do ano passado, a proibição da entrada de bebida alcoólica nas malocas e alguns dos temas de debates. Estavam ainda na pauta a questão do ensino da língua e cultura indígena nas escolas, das aldeias, bem como a problemática da saúde e educação. No encontro estava prevista a avaliação da experiência dos Macuxi com o garimpo. Após debates, foi reforçada a proposta de se usar o lucro deste trabalho comunitário para comprar fazendas, em nome das comunidades e controladas pelos conselhos indígenas. Os tuxauas reunidos avaliaram também a eleição realizada em dezembro último para escolher vereadores para cinco municípios criados em 1982 no Território. Alguns deles estão totalmente encravados ou em áreas indígenas. "A eleição foi boa ou ruim? Uniu ou atrapalhou a comunidade?. Terminados os debates, as conclusões dos grupos das diversas regiões de Roraima ali reunidos eram semelhantes: "Não entendemos de política e não queremos entender". O grupo de líderes que vive na região do Surumu foi incisivo: "A gente deve ficar de ouvidos abertos e cabeça em pé pra não cair de novo na conversa de pessoas que usam o gente".

Bebida é Problema

Durante toda a reunião geral dos tuxauas das Serras e do Lavrado o problema que a cachaça traz para as comunidades foi lembrado a cada instante. Melquíades Pereira Neto, tuxaua da Maloca do Curicaca, região do Surumu, afirmou que os índios daquela área "estão fracassados por causa da bebida. Branco está por cima da gente por causa da bebida". Neto, que pela primeira vez participava de uma assembléia geral, pediu a todos para seguirem o exemplo dos índios das Serras, que estão mais organizados. "Não devemos ter coragem pra enfrentar a barra que tá pesada".

Na assembléia foi avaliada a organização das cantinas das áreas Macuxi e Wapixana. Jaci José de Souza, da Maloca do Maturuca, apresentou a situação, das cantinas controladas pelos Macuxi e Wapixana, das regiões das Serras e do Lavrado. Explicou que o sucesso da experiência cooperativista em algumas áreas deve-se ao fato de ter diminuído o con-

sumo da cachaça e devido à colaboração dos "parentes" (é como se chamam entre si), que valorizam as cantinas e fazem suas compras ali. Jaci explicou ainda a importância da exploração dos garimpos das áreas, feita comunitariamente, que está garantindo a retomada de fazendas invadidas, através da compra ou ocupação de fazendas pelo gado dos índios. Mas o tuxaua de Maturuca frisou a importância de se ter a demarcação das terras, pois "garimpo não é melhor que a roça. É como um jogo, é a sorte. Se vai com a intenção de encher o bolso não dá certo. A meta é muito mais segura que o garimpo".

Saúde e Educação

No último dia da assembléia, os tuxauas, representantes e capatazes passaram a debater sobre saúde e educação. A ameaça de fechamento dos hospitais de Surumu e Taiano, por falta de verbas, e a não assistência da Funai em muitas áreas eram duas preocupações. O tuxaua Neto lembrou que "eles não querem dar assistência porque querem acabar com o índio". Recordando sobre a verba dispensada à campanha eleitoral recente, afirmou que "pra saúde não tem dinheiro, mas pra política tem". Após discussões e intervenções acaloradas, tomaram uma decisão: pressionar os órgãos públicos para se responsabilizarem pelos dois hospitais, que são mantidos pela Prelazia, bem como reivindicar a construção de um hospital para índios em Boa Vista e exigir melhor assistência nos postos de algumas malocas. Durante os debates sobre saúde, Davi Yanomami, falou sobre a precariedade no atendimento a seus irmãos, que sequer entendem a língua portuguesa. Denunciou a invasão de suas terras por mais de dois mil garimpeiros, que levam doenças para a área, e pediu que todos ali presentes assinassem um documento exigindo do Governo a criação de um Parque Indígena para os Yanomami.

Tanto nos pequenos grupos quanto na plenária a questão da educação foi enfaticamente debatida. Os tuxauas exigiram que todos os professores ensinem também na língua indígena em todas as malocas. Além disso, ressaltaram a importância de se ensinar, na escola, a cultura indígena. Para isso, segundo eles, os professores deverão ser da própria comunidade e deverão trabalhar sob acompanhamento do tuxaua.

Antes de terminar a assembléia, no final da noite de 9 de janeiro, e todos iniciaram o regresso a suas malocas, à pé, de bicicleta ou de carona, Álvaro Tukano conseguiu condensar em poucas palavras o que significara aquela assembléia: "Tenho participado de vários encontros — disse o representante da União das Nações Indígenas —, mas nunca foi tão completo como aqui. "Emocionado com a organização dos índios de Roraima, Álvaro afirmou que "a nossa resistência não é à-toa. A nossa luta pela terra é uma luta pela paz. Não queremos mais brigar, já perdemos milhares e milhares de irmãos". Ao final de sua intervenção na assembléia dos líderes Macuxi Wapixana, enfatizou que "só o índio pode salvar o índio. Só o pobre entende o pobre". Quase terminando, levantou o brado de vários povos indígenas no Brasil, concluindo que "lutaremos pela paz. Chega de violência".

MRL 10, p. 211/354

Tuxauas enviam carta a Tancredo Neves

Após três dias de reunião na Missão São José do Surumu, os líderes indígenas decidiram enviar carta ao presidente eleito Tancredo Neves, denunciando o abandono a que foram lançados, pedindo a demarcação do Parque Yanomami com a retirada dos garimpeiros. Exigem ainda a demarcação das áreas indígenas do Território de Roraima, como condição indispensável para a sobrevivência dos índios.

A carta dos índios de Roraima endereçada ao presidente Tancredo Neves, tem o teor que se segue:

"Exm^o.

Presidente da República

Dr. Tancredo Neves

Senhor Presidente,

.... Nós Tuxauas e lideranças das Comunidades indígenas do Território Federal de Roraima, reunidos em nossa Assembléia Geral e Anual, debatemos juntos os assuntos que passamos a seu conhecimento:

Questão da Terra:

1 — Representamos aproximadamente 40% da população deste Território e queremos que isso seja levado em consideração por seu governo quando for discutido algum projeto para este Território.

2 — Temos contra nós a ação constante dos parlamentares Mozarildo Cavalcanti e João Batista Fagundes que vêm insistindo na entrada de mineradores em nossas áreas.

3 — Exigimos a demarcação das áreas indígenas do Território com retirada dos in-

vasores, como condição indispensável para a sobrevivência do nosso povo.

4 — Criação e demarcação de uma área contínua e que atenda as condições de sobrevivência das comunidades Macuxi que habitam a região entre os rios Surumu, Tacutu, Maú, com limites a norte pela fronteira com Venezuela.

5 — Criação e demarcação do Parque Yanomami com a retirada dos garimpeiros que lá se encontram.

Questão de Saúde:

1 — O abandono a que fomos lançados tem nos custado a vida de centenas de membros de nossas Comunidades, sendo que no momento temos a ameaça de fechamento dos hospitais da Missão Consolata que até esta época nos tem assistido.

Questão de Educação:

1 — A garantia de escola e formação a que temos direito e sabemos ser obrigação da Funai — Fundação Nacional do Índio e da Secretaria da Educação, não nos é dada.

Necessitamos atendimento e recursos para que nossos filhos tenham garantido este direito.

Povos que habitam o Território F. de Roraima:

Waimi—Atroari

Wai—Wai

Yanomami

Wapixana

Macuxi

Taurepan

Maiongong (Yekuana)

Ingarico (Patamona)

Hiskariana

Katuena

Mawayana

Karatayano"

Januário/85

OFÍCIO Nº 886 /PRES

Brasília, 26 SET 84

Do: Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Ao: Dr. Thelmo Dutra de Rezende
MD. Presidente da Petrobrás

Cumprimentando-o, faço referência à reunião havida na sede dessa Petrobrás no Rio de Janeiro nos dias 17 e 18 p.p. entre Assessores desta Fundação e Diretores da Petrobrás, para discutirem sobre os trabalhos de levantamentos sísmicos e perfuração que a Petrobrás efetua na área do Alto Solimões na região compreendida entre os Rios Javari e Jutaí. Na ocasião, recebemos uma síntese das atividades da Petrobrás e dos projetos de continuidade das explorações.

Face à análise do material comprobatório dos objetivos a serem perseguidos concluíram os técnicos da FUNAI que:

a) Esta Fundação vem desenvolvendo na região trabalhos de atração dos grupos arredios ali existentes desde os primórdios da década de 70 até os dias atuais com resultados negativos e sofrendo inclusive reação violenta dos indígenas que massacraram 04 (quatro) expedições. Esclareça-se que esses acidentes sucederam-se dentro de um quadro totalmente favorável ao desenvolvimento dos trabalhos técnicos de atração, considerando-se a inexistência da influência de qualquer representante estranho não-índio na região;

b) Os 04 (quatro) ataques até então sofridos pela FUNAI, bem como os sucedidos contra a Petrobrás, recentemente, refletem o caráter belicoso desses índios na defesa de seu território;

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Na certeza de que V.Sa. levará em apreço as considerações acima, colocamo-nos a sua disposição para, de imediato, iniciarmos os entendimentos pertinentes.

Nesta oportunidade apresentamos a V.Sa. os nossos protestos de distinguida consideração.


NELSON MARABUTO DOMINGUES
PRESIDENTE

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

c) A localização do Poço Jandiatuba I às margens do rio do mesmo nome, mais se aproxima das malocas dos Índios arredios prováveis autores dos ataques anteriores. Se, por um lado a retirada do acampamento central da Petrobrás às margens do Itacoaí, no intuito de não ferir o direito dos Índios e evitar novas agressões é um fator de distensão, por outro a localização do Poço Jandiatuba I, distando cerca de 30 a 35 km das malocas indígenas, tem efeito contrário acirrando os ânimos;

d) Ainda a permanência do Acampamento-Base, na confluência do Ituí com o Itacoaí não traz segurança às equipes por se tratar ali de área de perambulância de grupos arredios.

Diante dos aspectos acima abordados e, ainda, a incapacidade total da FUNAI de financiar os custos dos trabalhos de atração desses grupos arredios, aliada à carência de recursos humanos, patenteia-se a impossibilidade do órgão em dar aos trabalhos ali desenvolvidos a assistência indispensável à manutenção da higidez do indígena e à segurança do pessoal da Petrobrás.

Acrescente-se aos aspectos apresentados que a finalidade precípua da FUNAI é dar proteção, defender o território e prestar toda a assistência ao indígena, sendo sua colaboração com qualquer atividade de não-Índio em área indígena uma decorrência natural daquela ação.

Face ao exposto, e a despeito de reconhecer a importância da prospecção e extração de petróleo no território nacional, como um imperativo do desafogo econômico do País, não encontra a FUNAI outra alternativa que não a de solicitar a paralização dos trabalhos e retirada dos pesquisadores da área até que, estudados os termos de um novo convênio PETROBRÁS/FUNAI, possam ser encontradas as soluções viabilizadoras de uma ação desta Fundação capaz de proteger efetivamente às comunidades indígenas arredias em questão.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CIMI

Em 26/12/84

MEMO 252/12^aDR/84

Do: Delegado Regional Substituto

Ao: Assessor Chefe ASI-FUNAI

Assunto Encaminhamento (Faz)

Encaminho a V.Sa., cópia de uma Nota, publicada em 1^a pá-
gina, na Folha de Londrina de 23/12/84.

Atenciosamente.


CORNÉLIO VIEIRA DE OLIVEIRA
Delegado Regional Substituto

Arg.
Pasta do CIMI

ASI/FUNAI
N.º 11261
EM 28/12/84

veículo: FOLHA DE LONDRINA

data: 23/12/84

página: página

Cimi quer terras dos índios demarcadas

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi — exigirá do próximo Governo a demarcação das terras indígenas e a revogação do decreto que retira do órgão tutor a competência para esta demarcação, além de solicitar a revogação do decreto que abre as reservas indígenas à exploração mineral. As reivindicações ao novo Governo constam de documento de avaliação do ano em curso, divulgado ontem pelo Conselho. Ao tratar as perspectivas de sua atuação no futuro, o Cimi afirma esperar contribuir para o fortalecimento do movimento indígena e a organização desses povos, favorecendo sua participação nas decisões sobre sua vida, tanto a nível das aldeias como de regiões e do País. Para o Conselho, é necessário também reforçar as alianças com os setores populares, cujas lutas específicas contribuirão também para o fortalecimento da causa indígena, como, por exemplo, a luta pela reforma agrária, por sindicatos livres, pela suspensão de projetos de liquidação de matérias-primas, que provocaram a distribuição desigual dos benefícios e hipotecaram a vida das futuras gerações. O Cimi confia — diz o documento — que uma nação redemocratizada vai entender a tutela dos índios como assistência especial a grupos culturalmente diferentes da maioria da sociedade nacional, como está previsto no Estatuto do Índio. O Conselho faz também comentários a respeito do que deve ser o novo pacto social desejado pelo futuro Governo, afirmando que não será trégua das vítimas do regime de 1964, mas uma redefinição de objetivos políticos e estruturas sociais. Para o Cimi, os povos indígenas, com seus mártires, são uma destas forças que fazem parte de um novo sujeito histórico que organizará uma independência mais ampla, uma abolição mais radical, e sua libertação integral.

FOLHA DE LONDRINA

23-12-84

Indígena

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

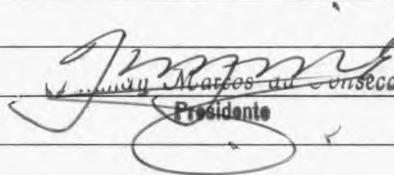
C/M1
PASTA 149 DR

MRL-10, p 218/354

SE SUPERINTENDENTE,

Solicitando conhecer. Dois (2) líderes
APURINÁ estão em Brasília para contato
com a FUNAI.

em 21.05.84


José Carlos de Azevedo
Presidente

Para:

Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio

Jurandy Marcos Fonseca

SA - Trecho 04

Conjunto 750

71.200 - BRASÍLIA DF



Rio Branco 18 de maio de 1984

Prezado senhor:

Por solicitação das lideranças Apurinã da BR ' 317 Km 45, que seguem viagem ao Distrito Federal para manter contato com o senhor, é que o CIMI-AC encaminha um pequeno histórico e relatório referente a situação desses índios.

Há aproximadamente oito anos esses índios estão reivindicando que seja incluída à área já demarcada (que por sinal não respeitou as exigências do próprio Estatuto do Índio) o seringal Aripuanã. O motivo dessa exigência por parte dos índios é pelo fato de que nesse referido seringal existem os semitérios dos antepa^ssados desse povo, bem como enormes castanhais e seringa necessários para a sobrevivência desses índios.

Senhor Presidente; na certeza dos índios poderem contar com o vosso total apoio e na esperança de podermos ver em ' breve essa situação definida a favor dos índios, aproveitamos a ocasião para externar os nossos votos de estima e consideração pelo ' vosso trabalho em prol dos povos indígenas do Brasil.

Atenciosamente;

Anselmo Alfredo Forneck
Anselmo Alfredo Forneck

Coordenador Regional do

CIMI

PEQUENO HISTÓRICO DOS APURINÃ

As notícias mais antigas dão conta de que os índios Apurinã constituíram, até a segunda metade do século passado, uma grande Nação, com mais de dez mil indivíduos, ocupando toda a área que vai desde a Foz do Rio Acre até a Foz do Rio Purus.

Os contatos mais expressivos desse povo com a nossa civilização, deram-se a partir de 1874, quando uma grande leva de cearenses, liderados por João Gabriel de Carvalho e Alexandre de Oliveira Lima estabeleceram-se nas terras Apurinã. Após subjugar o tuchaua Kamicuã, líder de numeroso grupo Apurinã, Alexandre de Oliveira se apossou de suas terras e passou a utilizar os índios em trabalhos em abertura de seringa e como seringueiros. Os grupos que resistiram não tiveram forças suficientes para vencer o invasor e acabaram por se dispersar, em pequenos grupos, pelas regiões vizinhas.

Alguns se estabeleceram às margens do rio Acre. Aí também foram atingidos por novas invasões, de forma ainda mais violenta, o que provocou a desarticulação desses grupos.

Com a construção da BR 317 trecho Rio Branco/Boca do Acre, em 1964, esses índios Apurinã se concentraram em vários pontos próximos a Rodovia o que facilitou ainda mais a ocupação de suas terras por novos invasores.

O grupo Apurinã que habita o Km 45 da Br 317, teve suas terras invadidas, em 1972, pelo sulista aventureiro João Sorbille, mais conhecido na região como "Cabeça Branca". Não satisfeito com a ocupação, Sorbille começou a vender aquelas terras à colonos do sul. Isso por volta de 1975.

A medida que iam chegando os colonos, os Apurinã eram forçados a abandonar os locais onde moravam para ceder espaço aos recém-chegados. Quando tentavam resistir, eram reprimidos com violência por Sorbille e seus jagunços.

Com a chegada da FUNAI no Acre, este órgão tomando conhecimento da situação, interditou uma área de 18.000 ha, declarando-a pertencente aos índios. Essa área, entretanto, não correspondia aos direitos dos índios, conforme as disposições do Estatu-

ção do Índio, e, tampouco atendia as suas necessidades. Foi feito então, um acordo verbal entre índios e colonos, segundo qual os índios poderiam continuar usando a área que ficara fora da demarcação e que, para eles, é de fundamental importância, pois ali se encontram grandes castanhais, abundância de caça e pesca e seu cemitério.

Mesmo sendo ameaçados por jagunços dos fazendeiros, que residem dentro das terras indígenas, para não entrarem no seringal Aripuanã, os índios como donos legítimos dessas terras, continuam as atividades de extrativismo, coleta, caça e pesca na área.

A partir de fins de 1978, iniciada a safra de castanha os colonos quiseram impedir a entrada dos índios nas terras que ocupam, quebrando, assim, o acordo firmado entre eles. Tem início então o grande conflito que se arrasta até hoje.

Senhor Presidente; no dia 21 de Agosto de 1981, o então Presidente da FUNAI, João Carlos Nobre da Veiga, assina a Portaria de Nº1066/E que considera de posse permanente dos Aripuanã uma área de exatamente 17.517 ha. Ficava faltando no entanto, a área principal reivindicada pelos índios, ou seja, parte do Seringal Aripuanã, uma extensão de 8.000 ha. A bem da verdade, senhor presidente, vale ressaltar de que os próprios funcionários que participaram da definição dessa área, reconhecem de que naquela época não houve condições, devido as tensões, de se consultar a comunidade para a definição da área.

Levando em consideração a má definição da área demarcada para esses índios, é que no final de 1979, Ronaldo Lima de Oliveira, o então auxiliar Técnico de Indigenismo do P.I. Boca do Acre enviou um relatório bem sucinto referente a situação dos índios e terra dos mesmos no Km 45 da BR 317. No referido relatório, é solicitado a ampliação da área e alerta ainda a FUNAI de um possível conflito armado que poderia surgir a qualquer momento caso não fosse resolvida a questão. Infelizmente parece que o órgão tutor não levou em consideração esse alerta e conseqüentemente os conflitos surgiram.

A permanência de fazendeiros e/ou colonos naquela área, legitima a grilagem daquelas terras feitas por João Sorbille e dessa forma também seria reconhecer a falsificação de documentos roubos de terra e outras trapaças desse senhor grileiro. Vale registrar de que o cartório que espediu os títulos de terra para o Sorbille, foi fechado pelo Conselho de Segurança Nacional.

Consideramos que a falsificação de documentos, o uso de jagunços para se apoderar de grandes extensões de terras, constitui um problema de Segurança Nacional. Não se entende daí porque o governo Federal até hoje não resolveu essa situação. Em vista disso, cremos que os índios têm todos os direitos e inclusive se a cham apoiados no Estatuto do Índio para exigirem a demarcação da área reivindicada e que a mesma seja resguardada única e exclusivamente para exploração e uso dos selvícolas.

A solução desse problema é de interesse dos índios, das entidades de apoio ao índio, da sociedade civil, da CONTAG que inclusive em 1982 enviou um ofício ao então Presidente Paulo Moreira Leal, solicitando em nome dos colonos a solução para a referida área.

Os colonos por várias vezes se manifestaram à favor de se retirar da área, contanto que recebessem outros lotes do INCRA. Somente alguns fazendeiros, que contam com o apoio de políticos do Amazonas, é que vem se posicionando radicalmente contrários da área ser dos Apurinã.

Uma vez que é comprovado através de estudos antropológicos, que inclusive foram feitos por equipes da própria FUNAI, de a área historicamente ter sido e é dos índios, não vemos o porquê dessa área não ser demarcada. Incorporar o seringal Aripuanã à área já demarcada, é simplesmente cumprir as leis que rezam no Estatuto do Índio e acima de tudo dar condições de sobrevivência física e étnica à esse povo.

Mencionaremos abaixo alguns fatos registrados nos últimos anos com relação a área do P.I. Boca do Acre. Esperamos que esses dados possam clarear um pouco a situação criada, em grande parte pelos próprios fazendeiros e/ou pelos funcionários da FUNAI que se omitiram de resolver a questão.

1973 a 1975: Chegaram várias famílias do Sul e compraram as terras griladas por Sorbille. Os Apurinã não tinham mais nenhuma segurança de vida, pois o grileiro os ameaçava de todas as formas. Neste período também é instalada uma serraria na reserva indígena e os índios são usados como mão de obra barata para trabalhos da mesma em benefício do fazendeiro.

1975: Final daquele ano chega a FUNAI no Acre e se depara com a situação dramática dos Apurinã. A questão foi resolvida parcialmente pelo ato da demarcação de uma pequena área para os índios. Na verdade a demarcação da área foi efetuada somente em 78.

15/11/79 : Apoena Meirelles visita os Apurinã do Km 45 estes lhes manifestam a firme decisão de ocuparem a área reivindicada e colherem castanha e seringa. Diante dessa disposição dos índios, Apoena lhes deu todo apoio.

25/11/79: Francisco Edinaldo dos Santos, que até hoje permanece como chefe substituto da AJACRE/FUNAI, foi à área e ameaça prender os índios caso os mesmos voltassem a coletar castanha fora da área demarcada.

Dezembro de 1979: Apoena Meirelles promove uma reunião na área de conflito e autoriza os índios de coletarem a castanha fora da área já demarcada e diz ainda de que dentro de seis meses os colonos seriam transferidos para uma outra área. Passados alguns dias dessa reunião, os colonos estavam prontos para entrarem em guerra com os índios. Veio novamente o Apoena e dessa vez diz que a terra ficaria para os colonos.

25-0480: O clima de tensão entre índios e colonos é grande e Conselho de Segurança Nacional e o Exército intervem no conflito. Não foi dessa vez ainda que o problema foi resolvido pelo contrário, foi adiado.

Senhor Presidente; conforme xerox, de matérias publicadas na imprensa local, que seguem anexo, podereis observar de que nos últimos anos a situação tem permanecido sob um clima muito tenso na área desses índios Apurinã. Por várias vezes os fazendeiros armaram os seus jagunços contra os índios e esses já estão numa situação de desespero e se providências urgentes não forem tomadas poderá em breve haver mortes nessa área. Seria lamentável se a FUNAI ficasse assistindo essa tragédia sem tomar medidas concretas para resolver o impasse.

As lideranças indígenas do Km 45 da BR 317, já por várias vezes alertaram a FUNAI aqui em Rio Branco, bem como a o pinião pública da triste situação em que estão vivendo, porém até hoje, como o senhor sabe, nada foi feito na área que desse uma segurança maior àqueles índios.

Gostaríamos de ressaltar ainda de que o período de verão já teve o seu início aqui na Amazônia e é por essa época que costumam se fazer as derrubadas. Os Apurinã dizem que não admitirão que os fazendeiros façam derrubadas em sua área, e es ses prometeram (prometeram) dar segurança à seus peões para fazerem as derrubadas. Essa segurança seriam os jagunços conforme a ameaça já feita principalmente pelo fazendeiro conhecido por Mar tins.

Esperamos, senhor Presidente, que sejam atedidos os apelos dos índios e assim lhes seja garantido a sobrevivência co mo um povo.

Atenciosamente;

Conselho Indigenista Missionário - CIMI/ACRE

Rio Branco, 18 de maio de 1984

EM BOCA DO ACRE, DELEGADO

ESPANCA E MATA INDIO

Rio Branco 4º 03/04/78

O delegado de Boca do Acre, Luiz Gonzaga Filho, auxiliado por dois policiais, matou o índio apurinã Raimundo Pereira da Silva, com dois tiros de revólver, pelas costas, além de disparar contra o seu irmão menor, Geodi e espancar e quase enforcar um terceiro irmão, de nome Francisco. O crime e a demonstração de arbítrio de violência dos policiais aconteceram na noite de sábado, no centro de Boca do Acre, e

foram testemunhados por muitas pessoas. O chefe da Ajudância da Funai no Acre, Antônio Pereira Neto, foi ao local na segunda-feira, acompanhado de um agente federal, e disse que a família de Raimundo, formada por dez índios aculturados, está revoltada e quer vingar-se, procurando matar os policiais. Temendo essa vingança, os policiais foram removidos para Manaus. Mas a situação na cidade amazonen-

se continua tensa, sobretudo porque há uma semana, no mesmo município, houve um outro acontecimento grave envolvendo um índio apurinã, e todos componentes da tribo demonstram certa inquietação com os fatos, que somados a indefinição de suas terras e a discriminação crescente revelada pelos civilizados, criam uma situação de mal-estar que pode evoluir para resultados imprevisíveis (pág. 3).

1978 MRL.10, p. 226/354

Apurinãs terão

terra demarcada

Uma equipe de topógrafos da firma Frataty deslocou-se de São Paulo para o município amazonense de Boca do Acre para a tarefa de demarcação da reserva dos índios Apurinãs, nas regiões de Terra Firme e Monte Verde, garantida por agentes federais, informou o chefe da ajudância da Funai no Acre, Antônio Pereira Neto, para quem os trabalhos demarcatórios estarão concluídos no final de dezembro.

A reserva dos Apurinãs será a segunda a ser demarcada em Boca do Acre — a primeira ocorreu em 1976, no quilômetro 45 da BR-317 e compreende uma área de 28 mil hectares, a pouca distância da sede bocacrense — e vem resolver, espera a Funai, o clima de tensão e atritos entre os índios, os fazendeiros e soldados da Polícia Militar do Amazonas. O prefeito Waldir Ávila alega que os Apurinãs estão invadindo áreas particulares.

Diante das pressões dos grupos investidores a Funai resolveu evitar a sistemática invasão das terras indígenas — recentemente a Fundação, pressionada pelo fazendeiro Adão Nunes Barbosa e o ex-prefeito Mário Diogo de Melo cedeu parte de 34 mil hectares delimitado anteriormente ao grupo — com a demarcação da reserva dos Apurinãs para acabar com o clima de insegurança e tensão social.

A próxima demarcação anunciada pela ajudância da Funai será em Sena Madureira, no Acre para a reserva dos índios Manchinieris e Jaminauas, de 300 mil hectares. Em todo o estado do Acre estão previstas as demarcações de 23 reservas.

Journal de Brasília 6/10/78

Journal de Brasília 25/12/79

Índios ameaçam invadir castanhal no Amazonas

Memélia Moreira

O prazo concedido pelos índios apurinã de Boca do Acre (AM) à Funai encerra-se na próxima semana. Caso não haja definição sobre uma redemarcção de área, estes índios vão invadir um castanhal nas proximidades do posto indígena, onde vivem 22 famílias de colonos. A Funai já está com os estudos em mãos e de acordo com as informações do superintendente do órgão, Pedro Paulo Fatorelli, "há condições da nova demarcação porque já foram constatados erros nos primeiros estudos". No entanto, acrescentou, "o trabalho e os novos limites não saem até o final do ano", prazo último dos apurinã.

No momento eles ocupam uma faixa de 17.800 hectares e pretendem dilatar a área para 60 mil hectares, uma vez que suas terras foram griladas por João Sorbille e transferidas a terceiros, desde que se iniciou a construção da BR-317 (Rio Branco-Boca do Acre). Sem nenhuma nascente de rio e campos para a caça — consequência do desmatamento cada vez mais intenso nos limites da reserva —, os apurinã estão se sentindo lesados porque não encontram condições de sobrevivência, como dizem os líderes da tribo em carta dirigida ao presidente da Funai:

— "Senhor presidente, naquela terra nós sempre quebramos castanha, na colocação Bananeira, Zananal, Bambo, Ganha-Dinheiro, Piqui, Barraco, Tatu... e ficou tudo do lado de fora da demarcação, ficou também fora da demarcação o cemitério que fica na beira do rio Acre onde estão enterrados nossos avós e parentes. Ficou fora também os igarapés bom de peixe... Então, quando era só os índios a gente quebrava mais de duas mil latas de castanha, agora a gente só tá quebrando umas 600 latas e só isso não dá para a comunidade. Senhor presidente nós precisamos resolver logo a demarcação dessa terra porque os brancos que compram nossa terra não estão deixando a gente quebrar castanha, andar nos varadouros, caçar e pescar e estão também derrubando a mata". A carta foi assinada por 19 membros do grupo e enviada à Funai em setembro deste ano.

Eles não receberam nenhuma resposta e no final de novembro invadiram o castanhal mais próximo, colocando em pânico os colonos e obrigando a Funai a enviar um destacamento da Polícia Federal. Antes da invasão, porém, os índios foram ameaçados por alguns dos colonos que nos limites da reserva, às margens da BR-317, afirmavam que matariam os índios caso eles entrassem no castanhal.

POLÍCIA

Depois de instalado o conflito e com a presença da Polícia Federal os índios foram ameaçados de prisão porque "já eram aculturados". A ameaça partiu do funcionário da Funai, Francisco Ednaldo dos Santos. Além disso um dos membros da Polícia chamou os índios de "mentirosos" e sugeriu que eles não mais se comunicassem na própria língua, falando apenas o português.

De acordo com o Estatuto do Índio, no artigo 58, "Constitui crime contra os índios e a cultura indígena: Escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição, vilipendia-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática". A pena para este crime é de detenção que pode variar de um a três meses.

Embora amedrontados pelas ameaças, contra o chefe do posto de Boca do Acre, Ronaldo Oliveira (no momento ameaçado de remoção por ter tomado o partido dos índios) "eles não abdicaram de seus direitos". Acredita ele que "nada se pode prever sobre os rumos a serem tomados pelos índios, pois eles mesmos dizem que vão ocupar o castanhal até o fim do mês".

Apesar de contarem com uma área mínima para a sobrevivência, os apurinã de Boca do Acre são os únicos deste grupo que contam com uma área demarcada. Os demais, localizados nos diferentes postos e formando uma população de duas mil pessoas não contam com qualquer área, como no quilômetro 11 da BR-317, onde um ex-funcionário da Funai (Antonio Couto Fonseca) comprou 240 hectares das terras indígenas e auxiliado pelo atual chefe do posto de Kamikuã, iniciou o processo de despejo dos índios.

MRL. 10, p. 229/354

Conflito armado na reserva Apurinã de Boca do Acre

A ANAI-DF e a Comissão Pró-Índio do Acre vêm de público denunciar a situação em que se encontram os Apurinã do PIBA — Posto Indígena de Boca do Acre, no Km 45 da estrada Boca do Acre-Rio Branco, no Estado do Amazonas, em conflito aberto com colonos pela defesa das condições imprescindíveis para sua sobrevivência.

A Reserva Apurinã, com 81 índios, demarcada em 1978, constitui a única área indígena legalmente regulamentada em toda região do sudoeste do Amazonas e no Acre, onde vivem aproximadamente 12 mil índios. É uma estreita faixa de terra com 5 por 30 km, cuja demarcação considerou com mais respeito os interesses espúrios de grileiros e políticos da região do que o território tradicionalmente ocupado pelos Apurinã, excluindo até o cemitério indígena, e as áreas de caça, pesca, e as colocações de castanha que representam a sobrevivência da comunidade.

Cercada por fazendeiros do Sul e colonos levados pelo grileiro João Sorbile, vulgo "Cabeça Branca", a Reserva é ainda progressivamente prejudicada

pelo desmatamento indiscriminado feito pelos recém-chegados. Os colonos, que ocupam exatamente as terras mais utilizadas pelos Apurinã, sempre respeitaram o direito dos índios de usufruírem dessas terras, garantindo a continuidade da sua atividade única de subsistência.

INTERFERENCIAS

A interferência de fazendeiros e políticos de Boca do Acre, que instigaram os colonos contra os Apurinã, gerou uma situação de enfrentamento de consequências imprevisíveis. A Reserva, minguada em tamanho e em recursos, visivelmente demarcada de forma falsa e irresponsável, não dá sequer condição de sobrevivência para a comunidade Apurinã. Os colonos, vítimas de grileiros apesar de reconhecerem os direitos dos índios — "você já estavam aqui quando chegamos", afirmam — exigem indenização e reassentamento.

A resposta da FUNAI foi o envio de quatro agentes da Polícia Federal, que em companhia do funcio-

nário Francisco Ednaldo dos Santos reprimiram os índios, ameaçando com prisão a eles e aos indigenistas que trabalham na área.

Esta atitude reflete, quando menos, insensibilidade quanto à situação dos Apurinã, que têm consciência de que sua sobrevivência física depende da defesa do território que tradicionalmente é seu. E estão dispostos a resistir em qualquer circunstâncias, em defesa de seus direitos.

Esta situação insustentável é apenas uma amostra da problemática de toda aquela região do país, onde as delimitações feitas em 1977 apresentam as mesmas defasagens que a de Apurinã, e levarão a conflitos semelhantes.

A correta demarcação das terras Apurinã e o reassentamento dos colonos não podem ser adiados sem risco de conflitos armados irreversíveis. A continuada omissão da FUNAI, é bom que se diga, vale também como apoio aos especuladores de terras indígenas, que atuam à vontade em toda a região.

Brasília, 19 de dezembro de 1979

Presidente da Funai recebe um documento sobre grupo Apurinã

A Associação Nacional de Apoio ao Índio (Distrito Federal) e a Comissão Pró-Índio do Acre encaminharam, ontem, carta ao presidente da Funai, coronel João Carlos Nóbrega da Veiga "expressando sua preocupação pelos últimos acontecimentos ocorridos com a comunidade Apurinã do Posto Indígena de Boca do Acre." Afirmam as duas entidades que os apurinãs estão agora obrigados a resistir até aos colonos que até pouco tempo reconheciam os direitos de usufruto sobre os castanhais por parte dos índios e a presença da Polícia Federal na área acaba agravando o problema em vez de eliminar as causas do conflito.

Diz a carta que "acuados em uma reserva que não lhes respeitou os territórios tradicionais, separando-os das áreas efetivamente mais caras — como o cemitério — e das colocações de castanhas, que representam seu único meio de sobrevivência", os índios estão entregues à sua própria sorte e a suas próprias armas.

Conhecedores dos antecedentes da criação da reserva, quando grileiros inescrupulosos foram indenizados por direitos que não possuíam, a Anai e a Comissão Pró-Índio do Acre solicitam "que seja urgentemente corrigida a demarcação da reserva com indenização devida aos posseiros ali colocados pelo "grileiro" João Sorbille, como única solução possível para garantir a tranquilidade na região e a sobrevivência da comunidade apurinã.

Ao lado desta carta a Associação Nacional de Apoio ao Índio — DF — e a Comissão divulgaram também um relato mais pormenorizado sobre conflito armado na reserva. É o seguinte a íntegra do documento:



A
demarcação
não pode
ser adiada
sem riscos
de conflitos
maiores

MR.L. 10, p. 236/354

Sertanista volta ao Acre e enfrenta crise indígena

O Incra retirárá posseiros

Do correspondente em
PORTO VELHO

O Incra começará a retirar, a partir de 1º de abril, 250 famílias de posseiros que se encontram na área do Posto 7 de Setembro, no Parque Aripuanã, onde estão os índios suruí, algumas delas ali instaladas há quatro anos. Ontem, em Porto Velho, o coordenador regional do Instituto, agrônomo Reynaldo Galvão Modesto, informou que foram relacionadas 87 famílias que efetivamente residem e possuem benfeitorias na área indígena, enquanto a maioria, segundo ele, tem apenas "marcações". No total, o Incra vai reassentar no projeto de colonização Espigão d'Oeste cerca de 150 famílias retiradas da área indígena; as demais, que só possuem "marcações", terão de entrar no processo normal de seleção.

Modesto anunciou também que o Incra concluiu no dia 2 o levantamento destinado a fixar o número de famílias sem terras em Rondônia, tendo sido cadastradas 16 mil. No entanto, como explicou após uma triagem para definir quem é quem, restarão apenas 13 mil. Há quem diga, no entanto, que esse número é de 25 mil.

Quanto às 13 mil famílias, serão assentadas, segundo Modesto, em extensões de projetos de colonização já existentes até o final deste ano, embora o motivo de preocupação tanto do coordenador regional quanto do governo do Território "seja a avalanche que chegará quando a rodovia BR-364 estiver totalmente asfaltada". Uma das soluções, de acordo com Modesto, é assentar os novos migrantes em um projeto que está sendo preparado no Vale do Guaporé, em área próxima ao distrito de Costa Marques, ainda sem acesso por rodovia. O governador Jorge Teixeira garante que o Vale do Guaporé terá condições de receber 15 mil famílias de migrantes.

Do correspondente em
RIO BRANCO

O sertanista Apoena Meireles, delegado regional da Funai para Rondônia e Acre, é esperado hoje em Rio Branco juntamente com os quatro índios apurinás que na última segunda-feira, em Brasília, exigiram do presidente da Fundação a expulsão do fazendeiro João Sorbile e de outras famílias de colonos das terras onde vivem, no município amazonense de Boca do Acre.

Enquanto os quatro índios permaneciam em Brasília, dois fatos ocorriam na região: os apurinás de outra reserva localizada na margem esquerda do rio Purus expulsavam o chefe do Posto Camicua, Anacleto Antonio da Silva, e o chefe do posto do quilômetro 45 da BR-317, Ronaldo Lima de Oliveira, era levado a depor no 4º Batalhão Especial de Fronteiras, na Capital, sob a acusação de que estaria armando os índios para uma grande batalha contra os colonos.

Segundo o que explicou ontem o próprio Ronaldo Lima, ele passou mais de três horas no gabinete do comandante do batalhão, tenente-coronel Deusdedit Luz Gondim, onde também se encontrava um major vindo de Manaus, tentando demonstrar que o conflito depende apenas da posição que a Funai vai assumir com relação ao problema dos apurinás, que, segundo ele, não vão abrir mão de suas terras. De acordo com Ronaldo Lima, os índios possuem na região uma reserva delimitada de 40 mil hectares e uma já demarcada de 18 hectares, embora em ambas a Funai tenha

deixado de fora ricas áreas em castanhais e até mesmo cemitérios indígenas. No caso da reserva do quilômetro 45 da BR-3317, acrescentou, os índios ficaram até mesmo sem acesso às margens do rio Acre, onde caçavam e pescavam.

EXPULSÃO

Parte das terras dos apurinás no quilômetro 45 foram loteadas pelo fazendeiro paulista (de Ribeirão Preto) João Sorbile, e vendidas para colonos paranaenses, que ali desenvolveram plantios de café, arroz, milho e outras culturas, contando inclusive com financiamentos do Banco do Brasil. Os índios querem, no entanto, que estes colonos sejam indenizados e em seguida retirados da área. Demonstram ainda irritação com os responsáveis pela ajuda da Funai no Acre, os quais, juntamente com agentes federais, tentaram ameaçá-los a desistir das suas reivindicações. Foi denunciado também o caso envolvendo o funcionário Francisco Evanildo dos Santos, substituto do chefe da ajuda, Décio Vieira, que, em dezembro do ano passado, foi com agentes federais buscar o funcionário do posto Boca do Acre, Antonio Macedo, para interrogatórios. As mesmas denúncias dão conta de que Macedo chegou a ser torturado na Polícia Federal para que incriminasse Ronaldo de Oliveira, com o próprio Francisco Evanildo dos Santos conduzindo o interrogatório quando os policiais se cansavam. Ronaldo Lima afirmou, porém, que enquanto isso, o fazendeiro João Sorbile, "principal responsável pelos conflitos, continua agindo na área, impunemente".

Se você é
José,

24/04/80

Boca do Acre: Exército intervém na briga entre índios e colonos

Autoridades militares do Grupamento de Fronteira de Rondônia e do 4.º Batalhão Especial de Fronteira, sediado em Rio Branco, deslocaram-se ontem para o município amazonense de Boca do Acre, num pequeno Jato da FAB, em face da notícia de que índios apurinãs e colonos haviam entrado em grave conflito no km. 45 da BR-317, do qual havia resultado algumas mortes. Os militares viajaram pela manhã, mas à tarde regressavam da área o tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Branco, Leovigildo, que desmentiu a ocorrência de mortes mas confirmou o "clima de guerra" existente, sobretudo da parte dos índios.

Segundo o líder sindical, foi realizada, antontem, uma reunião entre índios e colonos da área com o recém-criado Comitê de Diálogo (formado em Rio Branco, durante a semana do Índio) entre índios e colonos, que não chegou a bom termo. Os índios estão irredutíveis quanto a exigência das terras ocupadas pelos colonos, que pertenciam a sua tribo antes de serem griladas pelo fazendeiro João Sorbille e vendidas em lotes para os colonos vindos do Paraná. Estes alegam que têm plantios de café financiados pelo Banco do Brasil e não podem abandonar as terras, tendo a promessa da Funai e do Incra de que podem permanecer nelas. Os índios

estão armados de rifles 44 e convencidos de que o problema somente será resolvido pela Funai, a seu favor, quando ocorrerem algumas mortes.

Leovigildo disse ainda que algumas famílias de colonos, quando anoitece, deixam suas casas e vão se esconder na mata com as crianças, temendo ataques dos índios. Ele acha que a presença do exército poderá conter estes ataques, por enquanto, mas ameaças voltarão depois que os militares se retirarem. Extraoficialmente, informava-se ontem, em Rio Branco, que uma equipe do Conselho de Segurança Nacional virá de Brasília na próxima segunda-feira, com um representante da Funai, tentar resolver o problema.

REPÚDIO

O recém-criado Comitê de Diálogo entre Índios e Colonos, que resultou de um amplo debate durante a Semana do Índio, em mesa redonda realizada dia 18 último, diante das informações que circulavam ontem pela cidade, sobre o conflito, distribuiu uma nota responsabilizando a Funai e o Incra "pela situação em que se encontram índios e colonos, como também por qualquer fato mais grave que venha a ocorrer na área".

Segundo o documento, "a maneira omissa e irresponsável como vêm se conduzindo tais órgãos (ligados ao mesmo Ministério que promove a política econômica da região) deixa claro que a principal intenção das duas agências do governo é expulsar as pequenas comunidades rurais (de índios ou colonos) para permitir a expansão de projetos devastadores apoiados pelo capital estrangeiro e lesivos aos interesses do povo".

O Comitê manifesta sua preocupação pela segurança da população da área conflitada e "o repúdio a intervenção militar, num momento em que tenta-se promover a pacificação e o entendimento entre índios e posseiros, explorados e atingidos igualmente pela especulação desumana e inescrupulosa dos grandes proprietários de terra".

Horror e suspense no SESC

MRL-10, p. 232/354

GAZETA DO ACRE 25-4-80

«Clima de guerra» em Boca: índios e colonos

A tensão entre índios e colonos do km 45 da estrada de Boca do Acre voltou, ontem, a elevar-se chegando a um "clima de guerra" que levou autoridades militares do Grupamento de Fronteira de Rondônia e do 4º Batalhão Especial de Fronteira a deslocarem-se para aquele município amazonense. Ontem à tarde falava-se que já teria havido algumas mortes, o que foi desmentido pelo tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Branco, o qual confirmou, no entanto, o clima de guerra.

Segundo Leovigildo, que voltou do local ontem, algumas famílias, quando anoitece, deixam suas casas e vão dormir na mata com

as crianças, temendo ataque dos índios. Mas ele acha que a presença do exército no local poderá conter, por enquanto, tais ameaças mas o temor vai persistir depois que os militares se retirarem. Extraoficialmente informava-se, ontem, em Rio Branco, que uma equipe do Conselho de Segurança Nacional viria de Brasília, na segunda-feira, com representantes da Funai, para tentar resolver o problema.

Um recém-criado comitê de diálogo entre índios e colonos, formado aqui durante a semana do Índio realizou, anteontem, uma reunião com as duas partes mas não chegou a bom termo. Os índios estão irredutíveis quanto à exigência das terras. (Pág. 5).

Exército continua em Boca

26/04/80



A situação continua tensa em Boca do Acre, no km 45 da BR-317, onde índios apurinãs e colonos brancos disputam a posse da terra. O exército mantém alguns elementos na área para evitar um confronto armado entre as partes. Extraoficialmente, informa-se que os militares permanecerão no local até que a Funai e o Incra apresentem uma solução. Representantes desses dois órgãos estão sendo esperados de Brasília neste final de semana, e tam-

bém autoridades do Conselho de Segurança Nacional. Enquanto isso, os índios apurinãs insistem nas suas reivindicações, exigindo a retirada dos colonos paranaenses (foto) para outra área. Eles culpam a Funai pela situação a que chegaram e se mostram irritados com o delegado regional do órgão, sertanista Apoena Meireles, que não cumpriu a promessa que fez a tribo de garantir-lhe a posse da terra.

26/04/80

Comitê que esteve em Boca faz relato: situação ainda é tensa

O recém-criado Comitê de Diálogo entre Índios e Colonos retornou, ontem, de Boca do Acre informando que a situação continua bastante tensa e agora aguarda-se a chegada, prometida para esta segunda-feira, de uma comissão da Funai encarregada de decidir a questão. O comitê diz que só com a vinda do pessoal da Funai, de Brasília, será possível evitar uma tragédia.

Os membros do Comitê chegaram na área de conflito dia 23, quarta-feira, encontrando índios e colonos já armados, esperando a qualquer momento o ataque de uma das partes. Ainda a caminho encontraram dois colonos que estavam seguindo para Boca do Acre em busca de garantia policial, informando eles que estavam sabendo que os índios iriam atacar naquela noite. Alertaram, inclusive, os mem-

bro do comitê quanto ao perigo de entrar na área pois estariam se arriscando.

O comitê, entretanto, seguiu em frente e conseguiu conversar com os índios e colonos, propondo uma reunião entre eles. A proposta foi aceita, apesar do clima de tensão e expectativa de ambas as partes. Acreditam as pessoas que integraram a comissão que com a conversa entre índios e posseiros naquele exato momento conseguiram pelo menos adiar o conflito aberto mas a situação persiste com a mesma gravidade, segundo seu relato.

No dia seguinte a chegada do grupo chegaram também na área três oficiais do Exército e o prefeito de Boca do Acre, Valdir Ávila. Eles conversaram com os índios e colonos, advertindo ambas as partes e garantindo que nesta segunda-feira chegaria a comissão da Funai de Brasília.

Trégua em Boca do Acre

Gazeta do Acre 06/05/80



"Quando há uma disputa a gente pode ganhar, perder ou empatar". A declaração foi feita por um coronel do Conselho de Segurança Nacional a índios e colonos do Km 45 da BR-317, no município amazonense de Boca do Acre. O coronel faz parte da comissão que foi ao local na semana passada com a missão de pôr fim ao conflito pela posse de uma área ocupada por colonos e reclamada pelos apurinãs.

Esta comissão retornou a Brasília na semana passada e guarda um relatório do antropólogo Ezequias Heninger, da Funai, que continua em Boca do Acre, para dizer quem vai ficar com a terra. "Se tivermos que sair daqui — afirma o colono José Bertoldo, cabeça de uma numerosa família que veio do Paraná — nós vamos ser boia-fria e não plantamos mais nem um caroço de nada para a Nação". (Pag. 5)

Efetivamos os seguintes recolhimentos: ICM - I
Alvará de Licença - Água - Luz - Telefone - Cruzeiro
Banco Nacional S. A.
Agência Rio Branco - Rua Benjamin Constant

Boca do Acre: foco de tensões sociais

"O Município de Boca do Acre é o lugar mais opressivo de toda a área da Prelazia", informa o bispo dom Moacir Grechi, após ter permanecido uma semana na região. Ele retornou anteontem, e se mostra estarrecido com as dificuldades de vida da população ali radicada.

O isolamento da Capital (Boca do Acre pertence ao Amazonas e está distante mais de mil quilômetros de Manaus) e a falta de comunicação, concorrem para agravar os problemas da cidade. O hospital, embora tenha 3 médicos, "não funciona, por falta de remédios e alimentação".

"Não tem advogado, embora o juiz seja excelente: um homem íntegro, que tem se

mantido digno de confiança", considera dom Moacir. Porém quando há necessidade de apelar para as autoridades a situação se complica, em vista do isolamento geográfico do centro de decisão do Estado a que pertence o Município.

TENSÃO SOCIAL

Na altura do Km 45 da BR-317 o bispo encontrou um caso de tensão social que ele considera da maior gravidade. Os colonos da família Bertholdo, procedentes do Paraná, onde venderam todas suas posses para se radicarem no Acre, e aqui adquiriram terras griladas por João Surbille, vulgo "Cabeça Branca", descobriram ter comprado

área dos índios Apurinã.

"Os colonos não tiveram permissão dos índios para plantar este ano, e estão em situação de fome", assegura dom Moacir. O delegado da cidade sugere as soluções mais drásticas possíveis contra os Apurinãs. E a família Bertholdo, que já recebeu do presidente da Funai, Paulo Leal, a promessa formal de que sua área seria indenizada. Mas até agora não se manifestou a respeito. Segunda-feira três chefes de família dos Bertholdo vieram de avião a Rio Branco, para seguir de ônibus a viagem a Brasília, na intenção de reiterar o pedido à presidência do órgão federal, que garantiu a eles resolver a questão.

"Os Bertholdo estavam bem de vida — informa o bispo: tinham casa, cafezais, mas os índios, com motivos justos, não aceitaram a convivência com eles. E agora estão passando uma situação de necessidade".

CUSTO DE VIDA

Em Boca do Acre, grande parte das provisões alimentares vem de Rio Branco, e ali chega com preços elevados. A cidade conta com cerca de 15 mil habitantes e sofre por não poder acompanhar o custo de vida atual. Até o ônibus para deslocar-se até Piquiá, a cidade nova, distante cerca de 6 Km de Boca do Acre, para o povo constitui sacrifício: eles não podem pagar Cr\$ 130,00 a passagem.

Dom Moacir sugere a possibilidade de que o Estado do Acre mantenha algum tipo de vínculo para assistência ao hospital de Boca do Acre.

Ele menciona ainda a falta de estradas para Rio Branco. E foi informado pelo proprietário da companhia de ônibus interurbano que ligava as duas cidades, que este ano é impossível colocar um carro nessa linha. Isso, no seu entender, dificultará ainda mais a situação da falta de comunicações do Município amazonense, que nem sequer possui rádio.



A família Bertholdo e os índios Apurinã esperam pela solução do conflito há anos.

Gazeta do Acre 23/08/80

Políciais amazonenses ferem mais um apurinã

Políciais civis, vindos de Manaus para o município de Boca do Acre, a pretexto de manterem a ordem que estaria sendo ameaçada pelos conflitos entre índios e colonos do km 43, da BR-317, estão criando um clima de intranquilidade na cidade.

Em pouco menos de um mês, várias pessoas foram espancadas pelos policiais, sendo que na última segunda-feira, o índio apurinã, conhecido por Zequinha, recebeu do policial Marcos, um balão na barriga e hoje está agonizando num leito do Hospital do Município de Boca do Acre.

O FATO

Os dois índios apurinãs, Zequinha e Raimundinho tinham vindo do "centro", para participarem do aniversário de falecimento de outro índio. Após terem "matado o bicho", se dirigiram para a canoa que se encontrava no porto, pois tinham que atravessar para o outro lado do rio. Antes de embarcarem criou-se uma "arenga", entre eles para saber qual dos dois seria o timoneiro do barco. Da discussão os dois foram aos murros e pontapés.

Nesse momento, chegavam três policiais à paisana. Um deles, conhecido por Marcos, foi logo dizendo: "solta o pau caboclo", e, sem mais delongas, puxou de um revólver e deu um tiro na barriga do índio Zequinha, que rolou uns 25 metros, indo cair dentro do rio. Zequinha só não morreu afogado — e ao que parece era a intenção dos policiais —, porque um canoeiro ia passando pelo local e o socorreu.

A prática da violência tem se tornado comum no Município de Boca do Acre. Esse episódio que envolveu o índio Zequinha, revoltou

toda a população indígena do Posto Camicuã e ainda os moradores de Boca do Acre.

OUTRO CASO

Há cerca de 20 dias, o trabalhador rural Aristides Adelino de Souza, do seringal Valparaíso, foi espancado por um outro policial civil de Boca do Acre, que chegou a quebrar-lhe o nariz.

Aristides Adelino veio à cidade vender abacates, e com o dinheiro apurado, pretendia comprar o rancho. Sem fugir à tradição, deixou sua canoa atracada ao porto, subindo logo em seguida com o produto. Ao voltar para o barco, com firme intenção de regressar à sua casa, ele ficou surpreso, ao notar que sua canoa havia sumido.

Não demorou, porém, a descobrir que ela estava no meio do rio, servindo de trampolim para dois elementos que tomavam banho. Vendo aquela "arrumação", o seringueiro Aristides não vacilou em gritar: "Vocês vão perder o costume de pegar nas coisas dos outros". Os dois elementos vieram para a margem do rio onde se encontrava o seringueiro, e disseram:

— "Você sabe com quem está falando?"

— "Eu nem quero saber! Quero voltar para casa", respondeu o seringueiro.

Em seguida, os dois elementos se identificaram como policiais, e começaram a agredir o seringueiro com murros e pontapés, quebraram-lhe o nariz, rasgaram suas roupas, e se os populares não o tivessem socorrido, o seringueiro Aristides seria hoje um homem morto. Os populares ainda foram à delegacia para pedir abertura de inquérito policial, mas o cabo que estava de plantão disse: "isso não é nada grave". E ficou por isso mesmo.

Funai e Incra foram ao 45 resolver o antigo conflito

A Funai e o Incra realizaram, ontem, no km 45 da estrada de Boca do Acre, um encontro para chegar-se a um acordo definitivo entre colonos paranaenses e índios apurinãs da área, que vivem em conflitos pela posse da terra. Participaram do encontro o sertanista Apolina Meireles, delegado regional da Funai, e o executor dos projetos fundiários no Estado, Antônio Carbone, além de representante dos colonos e dos índios.

A questão entre os apurinãs e as famílias paranaenses que se instalaram na área é antiga e já atingiu, no ano passado, um clima de tensão tão forte que forçou a intervenção do Exército e do Conselho de Segurança Nacional. Os índios, que já possuem uma reserva demarcada pela Funai desde 1976, reclamam outra área que ficou fora da reserva e que foi ocupada pelos colonos paranaenses. Nesta área, encontram-se cemitérios indígenas e caminhos de caça e pesca.

As terras indígenas foram griladas por João Sorbile e transferidas a médios produtores paranaenses que fizeram plantios de café e de outras culturas temporárias. Durante algum tempo os índios toleraram a presença dos paranaenses e até se tornaram amigos, porque continuavam caçando e pescando na área ocupada. A partir, porém, do momento em que os

paranaenses começaram a proteger o seu novo domínio, começou a reação.

No final de 79 e começo de 80 os apurinãs estiveram em pé de guerra e ameaçaram expulsar os colonos. A Ajudância da Funai no Acre revelou-se incapaz de contornar o conflito e até contribuiu para agravá-lo, intervindo com policiais e funcionários inábeis. Irritados, os índios chegaram a ameaçar os próprios funcionários do órgão. O indigenista Ronaldo de Oliveira, amigo dos apurinãs, foi demitido e ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, enquanto os principais responsáveis pelo conflito - os grileiros - continuavam impunes.

A proposta que deve ter sido aprovada, ontem, foi a da retirada dos colonos para uma outra área cedida pelo Incra. São oito famílias paranaenses que ocupam uma área de aproximadamente 400 hectares, possuindo víçosos campos de café. Um dos paranaenses, o velho Bertoldo, preferia morrer a transferir-se para outra área, porque se sente velho demais (quase 70 anos) para recomeçar novo plantio de café. O Incra, contudo, comprometeu-se de ceder-lhe área fértil e titulada e o Banco do Brasil ajudaria com o financiamento. O Incra está propondo, também, demarcar a nova reserva dos índios.

MRL. 10, p. 240/354

Polícia ataca índios em Boca do Acre

Os índios apurinã de Boca do Acre (AM) foram atacados por um grupo de cinco policiais armados. Um dos policiais foi ferido e os índios refugiaram-se na mata. Os policiais atacaram o posto indígena no dia 1º de julho, numa camioneta amarela pertencente a um fazendeiro. Nesta região, não há funcionário da Funai em razão das demissões de três indigenistas que lá trabalhavam. A denúncia foi feita ontem pela Sociedade Brasileira de Indigenistas.

O posto indígena Boca do Acre encontra-se sob controle do Conselho de Segurança Nacional desde maio, depois que os colonos invadiram a sede do Incra na cidade, exigindo uma solução para a área que vem sendo disputada por 45 colonos e índios. A partir de maio, depois da chegada do CSN, policiais da PM amazonense e o Exército ocuparam a área indígena, tentando evitar qualquer conflito.

Os apurinã desta região vivem numa reserva de 17 mil e 800 hectares. Todo o local está ocupado por invasores brancos entre eles as autoridades locais, informa a SBI. Tanto o juiz Francisco de Lima Neto, como o prefeito Valdir Avila e o vereador Adão Nunes Barbosa compraram terras na reserva dos apurinã. A venda foi efetuada pelo ex-funcionário da Funai, Antônio Couto Fonseca que "está servindo de mediador nas transações comerciais", diz a nota dos indigenistas.

Os indigenistas responsabilizam diretamente o sertanista Apoena Meireles, delegado em Porto Velho (RO) pelo clima de tensão em Boca do Acre, uma vez que o sertanista, em reunião mantida com os apurinã durante o mês de maio, prometeu-lhes que a terra reivindicada (cerca de 80 mil hectares) seria recuperada pelos índios e em seguida, na reunião com os colonos, Meireles afirmou que os índios não teriam a terra, provocando insatisfação entre índios e colonos. Depois da conversa do sertanista, os colonos invadiram a delegacia do Incra em Boca do Acre, exigindo uma definição.

O ministro Amauri Stábile e o presidente do Incra, Paulo Yokota, participaram ontem da solenidade de entrega de 1.075 títulos a agricultores do território federal de Rondônia, regularizando a posse de um total de 115 mil hectares de terras. A cerimônia foi realizada no projeto de Ariquemes, naquele território.

Existem hoje em Rondônia sete projetos de colonização, com uma área total de seis milhões de hectares, suficientes para absorver mais de 32.000 famílias, das quais, 24.368 já estão assentadas. Este ano, o Incra está investindo mais de Cr\$300 milhões para o assentamento de mais 16 mil famílias, sendo 4.500 nas áreas do projeto e as restantes em terras da União, num processo rápido e sem burocracia.

MRL. 10, p. 241/354

Índios da Boca do Acre terão as suas terras devolvidas

Trezentos e quarenta e um mil hectares de terra pertencentes à reserva indígena de Apurinã, na Boca do Acre, tirados dos índios por um grileiro paulista, João Sorbile, estão sendo recuperadas, conforme revelou ontem o Palácio do Planalto, através de um dos seus porta-vozes, Alexandre Garcia.

O grileiro, de acordo com Garcia, loteou toda a área, e esse assunto foi levantado pelo Conselho de Segurança Nacional, e os 100 lotes, já vendidos, tiveram a transação anulada pela Justiça Federal.

"Dessa maneira o Governo fica com dois grandes problemas: resolver a devolução da terra indígena e definir onde colocar esses 100 colonos que foram enganados e com-

praram irregularmente as terras pertencentes aos índios. Mas o Governo, através do Incra, vai resolver o assunto" - acrescentou Garcia.

Na oportunidade Garcia ressaltou que o Presidente João Baptista Figueiredo tem conhecimento de tudo que se fez para prejudicar o índio no Brasil, ao mesmo tempo em que anunciou novas medidas visando a devolução de suas terras.

Quanto ao caso da Boca do Acre o porta-voz explicou que o grileiro denominou o loteamento de "Fazenda Paulista" e havia registro que comprovaria o domínio por parte dele de 341.633 hectares, judicialmente tidos como fraudulentamente obtidos, com invasão de terras públicas".

*Gazeta do Acre**23/08/80*

Policia! atira na barriga de um apurinã

Três policiais à paisana, que vieram de Manaus a pretexto de manter a ordem no km. 45, da estrada de Boca do Acre, onde existe um conflito entre índios e posseiros, acertaram um balaço de revólver na barriga do índio apurinã Zéquinha, que se encontra agonizando num leito do Hospital de Boca do Acre. O fato ocorreu na última segunda-feira e o tiro foi disparado pelo policial conhecido por Marcos.

Os dois índios Zequinha e Raimundinho estavam discutindo, no porto, para saber quem dirigiria o barco que os levaria de volta para a aldeia. No momento chegaram os três policiais à paisana e um deles conhecido por Marcos puxou do revólver e atirou na barriga de Zequinha, que rolou barranco abaixo e caiu no rio. Várias pessoas, inclusive agricultores e seringueiros da região, já foram agredidos pelos policiais. (Pag. 5)

QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1980

O.E. de J. Paulo

Pedida tropa federal para Boca do Acre

Do correspondente e da sucursal

O governador José Lindoso pediu ontem em Manaus, ao Comando Militar da Amazônia, que envie tropas do Exército ao município de Boca do Acre, no Alto Purus, onde desde anteontem cerca de 500 colonos se encontram amotinados em frente à sede do Inbra. Ao solicitar o reforço do Exército, o governador amazonense sustentou que a situação em Boca do Acre é grave, porque, além de os colonos não aceitarem as diretrizes da política fundiária do Inbra, estão sendo expulsos de suas terras, injustamente, por pessoas que querem apenas explorar o latifúndio. Lindoso acha que o envio de tropas é a melhor forma de evitar um possível derramamento de sangue entre colonos e jagunços que estão a serviço do latifundiário João Sorbille.

No entanto, fontes do Comando Militar da Amazônia desmentiram que o governo do Estado tenha feito aquela solicitação, "até porque o assunto foge à

alçada do Exército, que não pode e nem deve tomar posição no problema". Segundo a mesma fonte militar, o Exército está acompanhando de perto o episódio de Boca do Acre. "Mas de forma alguma intervirá no assunto, que deve ser resolvido pelas autoridades estaduais."

Boca do Acre vem enfrentando sérios problemas de terras desde que o empresário paulista João Sorbille chegou à região, adquirindo uma grande área no município, onde habitam mais de 800 colonos que, aos poucos, foram sendo expulsos. Anteontem, descontentes com o Inbra — que está apoiando João Sorbille — os 500 colonos decidiram-se concentrar em frente ao prédio do Instituto, até o órgão decidir a questão entre eles e o empresário.

REFORÇO POLICIAL

Em Brasília, o presidente do Inbra, Paulo Yokota, informou que já foram deslocados de Manaus para Boca do Acre vários policiais que, junto com funcionários do

Inbra, procurarão acalmar os colonos que ocuparam a sede do instituto. Estes colonos, dependendo do projeto que está sendo estudado pela Funai de demarcação das terras dos índios kulina, poderão ser reassentados pelo Inbra em outros locais.

Yokota afirmou que a situação que ocorre atualmente na região de Boca do Acre também é registrada em outras áreas e que estes problemas estão sendo estudados por uma comissão mista integrada por representantes do Conselho de Segurança Nacional, Inbra, Funai e Banco do Brasil. "O governo está empenhado em que os colonos desalojados das áreas indígenas não fiquem sem terra, mas, em muitos casos, estes conflitos ocorrem de surpresa, não sendo possível reassentar, de uma hora para outra, mais de mil famílias, como já aconteceu."

A Funai também acionou a Polícia Federal da área, que deverá proteger a população indígena de um possível atrito com os colonos.

Inquérito comprova que índios foram assassinados

Do correspondente em SÃO LUÍS

O cacique Mateus e o índio Moreira, ambos da tribo dos guajajaras, foram assassinados no último dia 26 de fevereiro, em Barra do Corda, pelo fazendeiro José Maria Moreira Barros, na presença do capitão da PM José Mateus da Silva e de uma patrulha do destacamento local. Essa foi a conclusão do inquérito policial feito pela Secretaria de Segurança do Maranhão, segundo informou ontem o coronel Antônio Alves Godin, coordenador de Comunicações.

O inquérito revela que os

índios foram mortos por vingança, apesar de não terem participado do ataque de um grupo de guajajaras contra a fazenda Santa Luzia e que resultou na morte de Benedito Moreira Barros e ferimentos em quatro de seus irmãos. De acordo com o relato do coronel Godin, na noite de 26 de fevereiro, Moreira e o cacique Mateus deixaram a aldeia Coquinho para caçar e foram cercados pelo fazendeiro e vaqueiros armados, acompanhados de um jipe do 3º BPM com o capitão e seis soldados. Em seguida, os índios foram fuzilados sem qualquer chance de defesa.

No inquérito, o depoimento do capitão Mateus reconhece o erro, mas alega que se tentasse impedir o crime "a coisa ia ficar preta", pois "os parentes do fazendeiro queriam, a todo custo, vingar a morte de Benedito". Para o presidente do IPM, no entanto, o capitão teve medo de intervir, mas seu dever, "como militar, era não se omitir e impedir a morte dos índios". "Também não conseguimos entender — diz o coronel — por que o fazendeiro José Maria, mesmo após ter confessado a autoria do crime, continua livre".

Polícia afugenta índios em Boca

MRL-107/p 244/354

06/10/83

Agrava-se o conflito entre posseiros e índios apurinãs no km 45 da estrada de Boca do Acre. Informantes procedentes do vizinho município amazonense dão conta de que vários policiais militares seguiram para a área e estariam patrulhando nas imediações da aldeia Apurinã, fazendo intimidações aos índi-

genas.

O conflito é antigo e começou quando os índios reclamaram terras ocupadas por posseiros, mas onde se encontra um cemitério indígena. As terras foram grilladas por João Sorbille e loteadas. Mais recentemente os posseiros venderam suas glebas a fazendeiros que agora es-

tão recorrendo a Polícia Militar do Amazonas para afugentar os índios. A Comissão Pró-Índio do Acre e a Coordenadoria de Assuntos Indígenas denunciaram essa ação policial e pedem intervenção da Funai para garantir os direitos de posse dos apurinãs.

(Pág. 7).

80

Funai tem novo chefe

Desde o dia 19 último a Ajudância da Funai no Acre (AJACRE) já conta com um novo chefe, o qual irá substituir o médico e indigenista, Osvaldo Cid da Cunha, recentemente afastado do órgão.

O novo chefe da AJACRE Emi de Paula e Souza já se encontra em Rio Branco e foi transferido do Mato Grosso, onde

trabalhava na área dos índios Xaxante.

Até o momento a 8.ª Delegacia da Funai, cuja sede é em Porto Velho e à qual a AJACRE está subordinada, encontra-se com um titular designado. O

último Delegado foi Benamour Brandão Fontes, que já exerceu as funções de chefe da AJACRE, e que meses atrás também foi afastado do cargo.

Oswaldo Cid defende os apurinãs

O ex-Chefe da Ajudância da Funai no Acre, médico Oswaldo Cid, acusou ontem de "tendenciosas e levianas", as informações, segundo ele, trazidas ao jornal O RIO BRANCO ("que sempre considerei como democrático"), na edição de domingo passado, sobre a questão indígena de Boca do Acre, mais precisamente no seringal Aripuanã, quilômetro 45 da rodovia que liga Boca do Acre a Rio Branco.

"As terras são dos índios apurinãs, nem há o que se discutir sobre isso", reage Cid, que não admite outra possibilidade para a solução do impasse, "a não ser a retirada dos colonos encravados em propriedade indígena e sua consequente indenização".

— Acontece muito diferente do que foi colocado na reportagem, os colonos sabem que as terras são dos índios, querem sair, mas tudo esbarra na inépcia e omissão da Funai. Há, inclusive, levantamentos feitos sobre as benfeitorias existentes na área e promessas de indenização aos colonos, desde a época em que era presidente da Funai o coronel Paulo Leal, que de posse de um levantamento honesto feito com a minha ajuda, se comprometeu a provi-

denciar o pagamento dessa indenização, e até hoje nada, protesta Cid.

SORBILLE NA JOGADA

Tudo começou, segundo Cid, quando o conhecido grileiro João Sorbille, vulgo "Cabeça Branca", esticou 2 mil hectares de terras que tinha comprado para mais de 400 mil hectares, metade armada através de um conluio entre Sorbille e o tabelião do Carlório de Registro de Imóveis de Boca do Acre, fato depois constatado por membros do Conselho de Segurança Nacional, que após análise feita na documentação expedidas pelo cartório as colonos, constatou a fraude. "Um desses integrantes do Conselho de Segurança Nacional me disse que a grilagem estava provada e estavam achando uma saída jurídica para colocar o "Cabeça Branca" na cadeia, e pelo que sei não foi feita prisão alguma, hoje esse grileiro vive nababescamente em São Paulo, com todo luxo e conforto, à custa dos colonos e índios".

FORAM ENGANADOS

Cid entretanto admite que os colonos compraram as terras de boa fé e por isso, de direito, devem ser indenizados.

"Os índios também reconhecem esse direito, não querem matar ninguém, apoiam inclusive que se indenizem essas famílias, só não abram mão de uma terra que é sua, no caso o seringal Aripuanã. Afiança que a indenização das benfeitorias dos colonos, na base de 96 milhões de cruzeiros, já era para ter sido paga há bastante tempo. Das famílias que estão hoje no aripuanã, área indígena, diz Oswaldo Cid que "os Bertoldos, donos da Fazenda Chaparral, são dos poucos que realmente trabalham a terra, o resto transformou os lotes em invernadas de engorda de boi e outros nem beneficiaram nada, simplesmente seguram as terras compradas ilícitamente junto a Sorbille, como reservas especulativas".

Perguntado sobre como via a distância — de um lado a Funai já tendo reconhecido em portaria, e inclusive delimitado a reserva apurinã e de outros funcionários da própria Funai dizendo aos colonos que as terras são deles — disse que "por trás da bandeira contra os índios existe muita gente, principalmente o diretor do DPJI da Funai (Departamento encarregado de delimitar e delinear as áreas indígenas no Brasil),

Dr. Ubirajara, que esteve recentemente em Rio Branco e que irresponsavelmente disse aos colonos que as terras não são dos índios. "É tudo uma farsa contra os índios".

Cid foi, inclusive, de encontro à portaria da Funai que fixa o seringal Aripuanã como área índia e também contraria levantamento feito por uma equipe de técnicos da Funai, que dá razão aos índios. "Eu quero aproveitar para esclarecer ao povo acreano, aos colonos, aos índios, que esse Dr. Ubirajara é desses burocratas inveterados, dentro da política ineficiente da Funai, em Brasília, que defende os interesses dos grandes grupos agropecuários em detrimento da causa indígena, denuncia Oswaldo Cid.

Adverte Cid que com a permanência dos colonos na área, cresce a tensão, com risco de vida para colonos e índios. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionários, no seringal Aripuanã, região do conflito, com 8 mil e 800 hectares, reserva já delimitada pela Funai, vivem aproximadamente 91 membros da comunidade aripuanã e dos colonos ali assentados pelo grileiro Sorbille, apenas 12 efetivamente trabalham a terra.

MRL 10/1 p. 245/354

ESTADO - S. PAULO

MRL. 10, p 246/354

7/10-83

...do de terra para a preparação
dos terrenos prejudicados pelos tra-
balhos de escavação do garimpo de-
moraria cerca de 16 meses e implica-
ria transporte de mais de 5 milhões
de metros cúbicos de terra, o que
resultaria no afastamento dos garim-
peiros da área por mais de um ano.
Os acidentes por desmoronamento
são freqüentes, e o DNPM considera
"altamente perigosa a continuação
do garimpo em Serra Pelada".

O Estado de S. P. 07/10/83

Índios e posseiros outra vez em luta

Da sucursal de
BRASILIA

Os índios **apurina**, que vivem na região do Boca do Acre, no Sul do Acre, estão novamente em conflito com posseiros da região desde terça-feira, quando três casas dos índios foram incendiadas. O Conselho Indigenista Missionário teme que ocorram mortes na área, para onde a Funai já solicitou reforço da Polícia Federal e deslocou o delegado do órgão em Porto Velho, Amaury Vieira:

"Caso ocorra um conflito mais sério na região — afirmou o representante do Cimi, Anselmo Alfredo Fornaock —, a culpa caberá exclusivamente à Funai que não encontrou uma solução para o caso até agora." Segundo ele, em 1972 as terras dos **apurina** foram griladas por João Sór-bile, que vendeu diversos lotes a colonos do Sul do País numa área situada próxima à rodovia Rio Branco — Boca do Acre:

"A questão foi-se agravando apesar de a Funai ter demarcado uma área para os **apurina**, mas que não atendia às reivindicações dos índios", frisou Fornaock. "Em 1979 e 1980 a situação ficou tão tensa que o Exército foi obrigado a intervir na área e recebeu a visita de representantes do Conselho de Segurança Nacional", acrescentou.

Segundo o Cimi, os colonos da área estão vivendo em situação de extrema miséria.

D

ciã

tiu

adr

sua

zaç

cu

qu

de

oc

ta

as

U

a

al

q

tr

lf

co

q

a

c

e

D

es

ri-

G

a

p

qu

Ms

da

to

ra

ci

o r

do

Me

volt

fess

são

lo h

poia

quis

cade

puta

se "

na r

ven

va Ci

ou de

astan

118

MRL. 10, p. 247/354

Fazendeiro põe jagunços contra índios apurinãs

FA-29141-83

Três jagunços do fazendeiro Martins, de Boca do Acre, estão ameaçando índios da Tribo Apurinã visando impedir que eles transitem dentro da área que ele comprou dos colonos paranaenses, e que no entanto, os índios Apurinãs há tempo reivindicam por serem a terra de seus ancestrais além de terem amparo legal num mapa de delimitação da Funai, de 30.07.82.

As ameaças dos jagunços acabaram deixando os índios irritados que vieram ontem a Rio Branco para expor o problema ao atual chefe da ajudância da Funai, Dimas Dimas, segundo os 3 líderes índios Apurinãs, José Oliveira de Araújo, Osvaldo Marcos e Manoel, lhes respondeu às queixas dizendo que os apurinãs não tinham direito à área em questão e que a Funai já tinha decidido que os índios ficariam apenas com sua área inicial de 17 mil hectares.

Mas os índios alertam que as coisas não ficarão assim e não vão se retirar da área pacificamente. Garantem que vão continuar a pescar, caçar passar no varadouro e recolher castanhas quando elas começarem a cair em dezembro — possível tempo de discórdias.

Contam os apurinãs que primeiramente o Antônio Anselmo, homem de confiança do Martins, botou uma placa proibindo os índios

de passarem nas terras por ele compradas. Chegou alguém e arrancou. Botaram outra placa e alguém arrancou de novo. A partir daí os jagunços — três — passaram a ameaçar verbalmente qualquer índio que cruze por ali. Um dos jagunços, segundo os Apurinãs, é de Belém e contam que ele já matou dois.

MAPA

Os apurinãs tem um mapa que delimita sua área de terra e desta área eles ocupam apenas 17 mil hectares estando os demais 8.650 hectares ocupadas por colonos paranaenses, que os compraram de um "grileiro" chamado João Sorbile e conhecido por "cabeça branca", que após as vendas sumiu da terra.

Já houve gestões junto a Funai, através do CIMI para que indenizasse os colonos enganados e a terra fosse entregue aos índios Apurinãs. Mas devido a lentidão com que corre o processo nada aconteceu até hoje, dando-se a impressão de que a Funai teria decidido não mais mexer na questão, já que entre outras o Dimas disse aos Apurinãs que a área conflitante estava guardada pela Polícia Federal de Manaus.

Na área ainda existem colonos e agora o Martins, residente e dono de hotel em Boca do Acre, possuindo outra fazenda no município está comprando as terras dos colonos e arranjando um jeito de criar dificuldades.

E os índios não estão satisfeitos com a situação, especialmente porque os jagunços ameaçaram invadir a aldeia e "matar até Satanás", caso os índios não pudessem transitar nas terras compradas por Martins.

Deputado critica a Funai

Manaus — O presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, Deputado Belo Ferreira, acusou ontem a Funai de ser responsável pelos conflitos entre brancos e índios em Boca do Acre. Disse estar certo de que as pessoas que cultivam na área pretendida pelo órgão, para ampliação da reserva indígena local, "defenderão intransigentemente suas terras".

Em seu pronunciamento, em que negou a existência de índios em Boca do Acre, frisando que lá habitam apenas "remanescentes de tribos apurina, que hoje são caboclos aculturados possuidores de título de eleitor e outros documentos dos civilizados", o Deputado lembrou que "a meia dúzia de caboclos da área pode viver nas terras a eles destinadas anteriormente."

AMPLIAÇÃO

A reserva indígena de Boca do Acre foi estipulada em 18 mil 400 hectares, mas há tempos a Funai pretende ampliar para 300 mil hectares as terras destinadas aos apurina, abrangendo inclusive trechos ao longo da BR-317, onde se concentram os maiores produtores agrícolas do município.

Depois de afirmar que caso a medida seja tomada "ocorrerão conflitos muito sérios porque os brancos não sairão de modo algum", o Deputado lembrou que "os caboclos inevitavelmente levarão desvantagem pois são em menor número e não teriam condições de se defenderem." O Sr José Belo Ferreira, integrante do bloco do PDS, recebeu apoio de dois colegas de bloco partidário e de um deputado do PTB.

Delegado Heronildes não agrediu índios apurinãs

BOCA DO ACRE (C) — O delegado de polícia de Boca do Acre, José Heronildes da Silva, ficou desgastado com as especulações veiculadas em matutino de Rio Branco, dando conta que os soldados PM do Amazonas ameaçaram, coagiram e hostilizaram os apurinãs, durante a intervenção prestada no conflito travado entre os brancos e índios no Km 45.

"Não houve nada disso que foi divulgado" — disse o delegado — porque aquela operação comandada por mim tinha a missão de manter a ordem, evitar um conflito armado entre os indígenas e a família Bertoldo, e garantir a decisão da Funai em Brasília, quando emitiu aquele telex ao Incra, afirmando que não aumentará a área indígena, nem indenizará os colonos que estão sediados no Km 45".

"Aquele destacamento policial do Amazonas estava rigorosamente recomendado a proceder com moderação e prudência" — continuou — "ainda que fosse hostilizado pelos envolvidos na questão, durante o cumprimento das determinações superiores. O indígena Manoel, sua mulher e filhos, não foram molestados pelos soldados da PM, como afirmou aquela reportagem do diário

acreano. Eles até os ajudaram a apanhar os seus pertences, no momento em que receberam a determinação para deixarem o barraco e se dirigirem com destino da área indígena".

Prosseguindo nos seus esclarecimentos à reportagem de ORB, disse o delegado Heronildes:

— Tenho meu passado limpo nas fileiras da Polícia Militar do Amazonas e todas as atribuições delegadas pelos meus superiores, foram cumpridas sem abuso de autoridade, muito menos a prática da violência.

A população bocacrense poderá ser invocada como testemunha do meu comportamento durante quase dois anos que estou à frente da Delegacia deste município. Em todos os casos de ordem policial, uso o diálogo como arma prioritária para a solução dos problemas. Graças ao relacionamento que mantenho com a comunidade, esse entendimento tem me ajudado substancialmente a exercer a função e a autoridade que estou imbuído em Boca do Acre. A prova inconteste desta afirmação é o ambiente de ordem e sossego público reinante na região que há dois anos tinha maior parte da população desfilando pelas ruas da cidade, com revólveres na cintura".

MRL 10, p. 249/354

9/10/83

Apurinã perdeu a terra em Boca do Acre e vem crise

Um choque da Polícia Militar do Estado do Amazonas, retirou o índio Apurinã Manoel, sua mulher e filhos, de um barraco que ocupava no quilômetro 45 da estrada de Boca do Acre, onde se desenvolve um conflito entre brancos e índios. Após a expulsão, os policiais atearam fogo à palhoça de Manoel, construída por ele às proximidades do lote ocupado pela família do fazendeiro Bertoldo.

As explicações do apurinã, que já morava no local há cerca de três anos, não chegaram a convencer o comandante da operação de despejo. O indígena ocupava a área pacificamente e dedicava-se ao corte de seringa e a agricultura.

Após a casa do apurinã Manoel pegar fogo (alimentada com gasolina), membros da família Bertoldo, equipados com motosserras, começaram a derrubar árvores no varadouro que dava acesso ao barraco de Manoel, entulhando a passagem num extensão de 12 quilômetros. (página 3).

Polícia aterroriza apurinãs do km 45

O índio Apurinã, Serapião, residente no quilômetro 45 da estrada de Boca do Acre, chegou ontem a Rio Branco, tendo revelado que a intervenção da Polícia Militar do Amazonas, na área disputada por colonos e índios, foi muito mais séria do que o noticiado pela imprensa.

De acordo com Serapião, os policiais eram em número de 15 e estavam armados de fuzis, espingardas e revólveres. Acompanhados por um fazendeiro de nome Martins, que segundo disse é proprietário de um hotel em Boca do Acre, além de possuir terras no quilômetro 19 da BR-317, os policiais não só incendiaram três residências de Apurinã que vivem às margens do Rio Acre, dentro da área contestada, como também destruíram pontes e derubaram diversas árvores para obstruir o varadouro que dá acesso à aldeia indígena.

Sem condições de reagir, os índios tiveram pouco tempo para retirar seus pertences pessoais de dentro das residências pois os policiais jogaram gasolina na cobertura de palha e atearam fogo em seguida.

Depois que os policiais militares do Amazonas abandonaram Boca do Acre, um delegado e três agentes da Polícia Federal, acompanhados de dois funcionários da Ajuda da FUNAI no Acre, também estiveram na área indígena, tendo estes afirmado que os índios poderiam circular pela área contestada, mas que lá não poderiam permanecer por longo tempo, enquanto a pendência não for resolvida.

A questão envolvendo as terras do Seringal Aripuanã arrasta-se já há vários anos e a própria Funai tem tomado posições contraditórias em diferentes oportunidades.

Assim, por exemplo, em julho último, um funcionário da Funai lotado em Porto Velho, esteve com os Apurinã, ocasião em que declarou que aquelas terras pertenciam aos índios, conforme fora reconhecido pela Portaria 1414

E-82, de agosto do ano passado, assinada pelo presidente do órgão, Paulo Leal.

Pouco tempo depois, o Diretor do Departamento de Patrimônio Indígena, Ubirajara, também veio ao Acre e visitou a área indígena, quando afirmou que a terra não mais seria entregue aos índios, permanecendo em mãos dos colonos.

Para justificar essa decisão, o diretor da Funai alegou que a modificação numa área já demarcada poderia ser um mal exemplo para as demais comunidades indígenas do Estado, as quais poderiam vir a fazer reivindicações semelhantes, com base no precedente aberto dentro das terras Apurinã.

Desde então os 8.650 hectares do Seringal Aripuanã estão sendo a causa do forte clima de tensão que reina em Boca do Acre. A própria Funai, através de seus funcionários do Acre, de acordo com Serapião, teria afirmado aos índios que o órgão não poderia lhes dar qualquer proteção, caso eles continuassem habitando dentro das terras contestadas.

Depois que vários colonos vendeream suas posses ao fazendeiro Martins, a tensão se agravou, pois conforme revelou Serapião, até mesmo uma placa foi afixada defronte à aldeia dos Apurinã, na entrada do varadouro que dá acesso ao Rio Acre, afirmando que naquele local é proibida a entrada de índios.

A opinião dos índios é que o fazendeiro está agindo de má-fé, pois está adquirindo terras que há anos estão em litígio. Como se recorda o problema começou quando, em meados da década de 70, o grileiro João Sorbille, conhecido por "Cabeça Branca", vendeu as terras dos índios a um grande número de colonos paranaenses. Desde então não cessaram as disputas e hostilidades entre índios e colonos, agravadas agora pela ação do fazendeiro.

PMs afastam apurinãs do km 45 e revolta é muita

BOCA DO ACRE (C) — Um pelotão de 10 soldados integrantes da Polícia Militar do Amazonas obstruiu o varadouro que se iniciava na estrada e dava acesso à margem do rio Acre, retirou da área do km 45 o apurinã Manoel, sua mulher, filhos e ateou fogo numa palhoça deste indígena que foi construída por ele, às proximidades da residência da família Bertoldo.

RESISTENCIA

Após receber a ordem de despejo que lhe foi transmitida pessoalmente pelo delegado José Heronildes da Silva, comandante da operação, o indígena Manoel tentou pálida reação ao afirmar a sua disposição de não deixar a área, mas o delegado não tolerou as justificativas, determinando a desocupação do barraco e a transferência imediata para o outro lado da estrada, onde fica situada a área indígena. Enquanto Manoel insistia explicando que há mais de três anos cortava seringa e plantava várias culturas na região, os soldados começaram a operação retirada dos objetos. Depois que sentiu a pressão da autoridade policial, Manoel passou a juntar suas roupas, pequena quantidade de alimentos e vários utensílios. Desesperada com aquele despejo a mulher de Manoel desabafou:

— Eu sabia que, um dia, dei-

xariamos este local. Eu sempre lhe falei isso Manoel, mas, tu não quisesse dar ouvidos à minha advertência. Nós temos que viver naquilo que é nosso.

Com o remanejamento dessa família para a área indígena, foi derramada gasolina em volta da casa incendiada a seguir. Alguns trabalhadores que empregam as suas atividades na área da família Bertoldo, equipados de motosserras, começaram a derrubar paus e árvores no varadouro, entulhando a passagem numa extensão de 12 quilômetros.

Dali, há meia hora, várias famílias indígenas foram saindo de suas áreas — a maioria mulheres e crianças — e ficaram postadas à margem da estrada, gesticulando revoltadas ao assistir o barraco pegar fogo, prometendo mais tarde vingarse daquela atitude policial.

ARMAS APREENDIDAS

Na casa de Manoel o delegado José Heronildes apreendeu três espingardas, todas elas com o cartucho nas agulhas. Esses cartuchos calibre 16 e 20, são de procedência americana, descoberta essa que aumentam as suspeitas de interferência estrangeira entre os apurinãs. Essas armas foram levadas para a delegacia de Boca do Acre, devendo serem encaminhadas à Secretaria de Segurança do Amazonas.

VIGILANCIA NA AREA

O destacamento da PM permanecerá algum tempo à disposição do delegado de Boca do Acre. Todos os dias os soldados são transportados numa viatura municipal até o local de garantir e manter a ordem no km 45, garantindo a área com o objetivo de garantir e manter a ordem, resguardar a integridade física da família Bertoldo, assegurando a decisão da Funai de Brasília (que já determinou não ter recursos financeiros para indenizar os colonos do km 45) e evitando um conflito entre os brancos e os índios.

A Prefeitura Municipal ficará responsável pela manutenção e hospedagem dos soldados PMs, durante o tempo em que permanecerem prestando segurança na área envolvida nessa questão. A Secretaria de Segurança do Amazonas não determinou o tempo de permanência do destacamento da PM em Boca do Acre, sabendo-se no entanto que somente após a solução desse problema os soldados voltarão a Manaus.

REVOLTA DO APURINA

A reportagem de O RIO BRANCO encontrou-se com o apurinã Manoel, por volta das 9h30min de quinta-feira. Ele se encontrava numa Toyota da Funai de Rio Branco, acompanhado do agente Sebastião

Figueiredo. Instado a falar na sua expulsão do km 45 e na intervenção da Polícia Militar, Manoel — que é acusado como provocador — assim se expressou:

— Eu não entendi essa medida do delegado José Heronildes, despejando-me da minha casa e recolhendo-me à área indígena. Há três anos que eu fiz aquele barraco no quilômetro 45. Lá, eu vivia cortando as minhas seringueiras, pescando o meu peixe, sem incomodar ninguém.

— E como a tribo apurinã se comportou com a presença dos soldados da PM?

— Eles estão revoltados com a queima do meu barraco. Nós já entramos em contato com a Funai de Rio Branco comunicando o acontecimento e pedindo providências.

Quando a reportagem insistiu sobre a presença de dois estrangeiros que estiveram em Boca do Acre, acompanhados de Ronaldo Lima (ex-agente da Funai) e a influência de religiosos, Manoel desconfiou e emudeceu.

Voltamos a insistir perguntando se não havia uma terceira pessoa atrás desse movimento e Manoel limitou-se a responder:

— A gente não vai atrás da cabeça do índio. O índio é adulto. Índio não é criança.

ORB

8/10/83

Dêem um jeito nisso



Essa foto que vocês estão vendo aí em cima já foi tirada há algum tempo, mas é a que eu tenho pra mostrar. Aí está parte da comunidade indígena Apurinã, do Km 45 da estrada de Boca do Acre. É mais ou menos uma centena de pessoas que vive da extração de castanha e seringa, além da plantação de milho e feijão. Vou tentar resumir em poucas linhas a história do problema de terra deles, do jeito como me foi contada. Eles são as vítimas da famosa grillagem do Cabeça Branca, o fazendeiro João Sorbile. Brigaram muito e conseguiram tirar o homem da área. Mas quando o Cabeça Branca saiu, deixou cerca de 25 famílias de colonos na área. A Funai só reconhecia 8 mil hectares como sendo área indígena e por isso os colonos se recusavam a sair. Os índios reivindicavam como sua a área que fica do outro lado da estrada, área mais rica de castanha e seringa e por conta disso começaram os choques com os colonos. A Funai finalmente reconhece o direito dos índios e resolve aumentar em mais 8 mil hectares a sua propriedade. Muitos colonos saíram, a partir disso, restando apenas cerca de 11 famílias na área. Mas os que saíram venderam suas posses para comerciantes e fazendeiros de Boca do Acre. Estes, interessados no estratégico local que dá acesso ao rio e à estrada, passaram a instigar os colonos que restaram e jogá-los contra os índios. Sal o presidente da Funai. O outro que entra resolve diminuir novamente para 8 mil hectares a área indígena. A coisa está nesse pé. Complicado, não é mesmo?

Mas agora ficou mais complicado ainda. Esta semana 12

Boca do Acre e 9 de Manaus, contando com a ajuda de dois colonos e mais operadores de motosserras, invadiram as terras dos índios, destruíram com fogo 4 casas, rolaram as pontes com motosserras e entupiram com troncos os varadouros.

Cheguei a ver uma carta enviada pelo índio Manoel ao Chefe da Ajudância da Funai no Acre, pedindo ajuda e esclarecimentos. Ele diz que quer receber de qualquer maneira um pagamento pelo prejuízo. Os índios que vieram da área contam que a polícia chegou com dois colonos, Antonio e seu filho Daniel, obrigaram Manoel e sua família a saírem da casa e a destruíram após comer a comida que estava no fogo. Pessoal da Comissão pró Índio, que conhece o local, diz que a casa do Manoel fica longe da estrada, na beira do rio e que, portanto, esse é o ataque mais ousado realizado nos últimos tempos contra essa comunidade.

Expus as informações que eu tinha. Agora não vou nem ficar argumentando nem dando cifras econômicas nem apelos ecológicos ou antropológicos. O caso é para uma exigência política.

O governo acreano tem que tratar imediatamente desse assunto com os seus companheiros de partido político que são os governantes do Amazonas. Ambos foram eleitos pelo povo porque se diziam de oposição e prometeram durante a campanha respeitar o direito dos índios. A polícia do Amazonas deve se retirar imediatamente da área e para sempre.

Vou ficar esperando as providências. Se não vierem vou continuar escrevendo sobre o assunto. Por enquanto é só. Até

Folha corrida

ELSON
MARTINS

FA 04/11/83



Os Apurinã não conseguem viver em paz em suas terras

APURINÃS

O indigenista Antônio Macedo, da Comissão Pró-Índio do Acre, retornou esta semana da área dos índios Apurinã, na estrada de Boca do Acre, convencido de que a Funai procura, com apoio da Polícia Militar do Amazonas, dar o golpe de misericórdia naquele grupo indígena. Macedo lembra que esses índios desde tempos imemoriais vem brigando para defender suas terras. Primeiro enfrentaram os caucheiros peruanos, e estes queriam levar também suas mulheres. Depois vieram os grileiros (João Sorbille) e os posseiros carius (brancos).

em 1976, prossegue, os índios ficaram esperançosos com a criação da Ajudância da Funai em Rio Branco e a presença de um indigenista, Porfirio Carvalho, comprometido com suas lutas. Mas logo este e outros indigenistas confiáveis foram afastados e a Funai passou a exercer o papel de polícia contra a tribo. Os índios já viram a Funai chegar com militares do Amazonas e fazendeiros,

todos armados e com moto-serra por abaixo algumas casas. Recentemente, a Polícia Militar do Amazonas voltou a área e segundo o próprio delegado da operação "queima casa", estavam ali a mando da instituição, que desta forma feriu a constituição brasileira e descumpe o Estatuto do Índio. Macedo termina afirmando que ações de violência endossadas pela Funai "confundem muito a cabeça dos índios", que já não sabem qual é o papel do órgão.

GASOLINA

Não há o menor indício de que o problema de abastecimento de gasolina e óleo diesel em Rio Branco seja resolvido dentro de dois ou três meses. Acho até que não será resolvido nunca, levando em conta o pouco caso das autoridades com relação ao mesmo. Mas alguma coisa terá que ser feita, já que vamos conviver com o problema. As autoridades, por exemplo, em vez de estarem mandando encher tambores de 200 litros nos postos (ontem a Emater encheu quatro de 200 litros no posto da AC.1), deviam procurar uma forma de democratizar a distribuição. O governo poderia acertar com a Petrobrás algumas normas, a serem cumpridas pelos postos, permitindo que a gasolina chegasse para todos, mesmo em pequena quantidade. Por outro lado, a Polícia Militar deveria intervir nas filas dos postos para garantir uma distribuição democrática do combustível, não para arbitrar e furando a fila encher os seus tanques.

CARROS

Em abril de 1977, durante um seminário promovido pela Universidade do Acre, o ex-presidente do Inpa, Warwick Kerr, declarou isto: "Os automóveis vão desaparecer em vinte anos nos países desenvolvidos. E em dez nos sub-desenvolvidos".

MUDANÇAS

Quando retornar do Peru, no começo da próxima semana, o governador Nabor Júnior fará novas substituições em sua equipe de governo.

Três jagunços armados ameaçam matar apurinãs



Líderes apurinãs vieram advertir autoridades

Os índios apurinãs do km 45 da estrada de Boca do Acre novamente ameaçados pelos brancos, desta feita pelos três jagunços do "Martins Fazendeiro" e dono de hotel em Boca do Acre, que quer proibí-los a todo custo que passem pelas terras que ele comprou dos colonos paranaenses, terras estas delimitadas pela Funai como pertencentes aos apurinãs.

Os jagunços já ameaçaram invadir a aldeia apurinã e matar até "Satanás" se os índios não obedecerem as proibições. Três líderes indígenas vieram a Rio Branco para denunciar a situação à Funai, mas o chefe da ajudância, Dimas, lhes dis-

se que a terra em questão não pertence mesmo aos índios e que a Funai tinha deixado a mesma guarda da pela Polícia Federal de Manaus.

E os índios mostram-se dispostos a não aceitarem as proibições pacificamente. Primeiramente arrancaram uma placa proibindo a passagem de índios por um varadouro comumente usado na área. Quando recolocaram a placa os índios arrancaram de novo e eles mostram-se dispostos a se defenderem agora que as ameaças se tornaram mais pesadas. Os três representantes indígenas acusam frontalmente a Funai de não estar agindo para solucionar os problemas da área. (Pág. 6).

Fazendeiro põe jagunços contra índios apurinãs

Três jagunços do fazendeiro Martins, de Boca do Acre, estão ameaçando índios da Tribo Apurinã visando impedir que eles transitem dentro da área que ele comprou dos colonos paranaenses, e que no entanto, os índios Apurinãs há tempo reivindicam por serem a terra de seus ancestrais além de terem amparo legal num mapa de delimitação da Funai, de 30.07.82.

As ameaças dos jagunços acabaram deixando os índios irritados que vieram ontem a Rio Branco para expor o problema ao atual chefe da ajudancia da Funai, Dimas Dimas, segundo os 3 líderes índios Apurinãs, José Oliveira de Araújo, Osvaldo Marcos e Manoel, lhes respondeu às queixas dizendo que os apurinãs não tinham direito à área em questão e que a Funai já tinha decidido que os índios ficariam apenas com sua área inicial de 17 mil hectares.

Mas os índios alertam que as coisas não ficarão assim e não vão se retirar da área pacificamente. Garantem que vão continuar a pescar, caçar passar no varadouro e recolher castanhas quando elas começarem a cair em dezembro — possível tempo de discórdias.

Contam os apurinãs que primeiramente o Antônio Anselmo, homem de confiança do Martins, botou uma placa proibindo os índios

de passarem nas terras por ele compradas. Chegou alguém e arrancou. Botaram outra placa e alguém arrancou de novo. A partir daí os jagunços — três — passaram a ameaçar verbalmente qualquer índio que cruze por ali. Um dos jagunços, segundo os Apurinãs, é de Belém e contam que ele já matou dois.

MAPA

Os apurinãs tem um mapa que delimita sua área de terra e desta área eles ocupam apenas 17 mil hectares estando os demais 8.650 hectares ocupadas por colonos paranaenses, que os compraram de um "grileiro" chamado João Sorbille e conhecido por "cabeça branca", que após as vendas sumiu da terra.

Já houve gestões junto a Funai, através do CIMI para que inden-

zasse os colonos enganados e a terra fosse entregue aos índios Apurinãs. Mas devido a lentidão com que corre o processo nada aconteceu até hoje, dando-se a impressão de que a Funai teria decidido não mais mexer na questão, já que entre outras o Dimas disse aos Apurinãs que a área conflitante estava guardada pela Polícia Federal de Manaus.

Na área ainda existem colonos e agora o Martins, residente e dono de hotel em Boca do Acre, possuindo outra fazenda no município está comprando as terras dos colonos e arranjando um jeito de criar dificuldades.

E os índios não estão satisfeitos com a situação, especialmente porque os jagunços ameaçaram invadir a aldeia e "matar até Satanás", caso os índios não pudessem transitar nas terras compradas por Martins.

CIMI - NORTE I
 Jornal DO COMÉRCIO
 Data 14/10/83

JORNAL DO COMÉRCIO, 14 de outubro de 1983

CIMI culpa INCRA e FUNAI por conflito: Boca do Acre

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário em Rio Branco, Anselmo Alfredo Foneck, responsabilizou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI pelo conflito generalizado entre os índios Apurinã e posseiros no município amazonense de Boca do Acre. Temendo o agravamento da situação na região, quatro famílias de posseiros já abandonaram a área reivindicada pelos índios, informou o coordenador do CIMI.

O conflito, que iniciou há três semanas, já resultou na destruição de três casas de índios. Os índios revoltados com os posseiros, que destruíram suas casas com a ajuda da Polícia Militar de Boca do Acre, prometeram atacar as oito fazendas restantes da região, que estão localizadas em área reivindicada pelos Apurinã. A comunidade de Apurinã, composta por 91 índios, está em pé de guerra, enquanto os posseiros estão, da mesma forma, prontos para se defenderem.

Anselmo Foneck informou que não tem conhecimento a respeito da presença da Polícia Federal na região, que estaria tentando contornar o clima de hostilidade na região. Foi no

entanto, que as autoridades da Funai já tomaram conhecimento do problema. "Esperamos que a Funai venha a atender a reivindicação dos índios, isto é: venha reafirmar o compromisso assumido com os Apurinã feito em abril deste ano - de que as terras ocupadas pelos fazendeiros seriam devolvidas aos silvícolas".

MOTIVOS

Afirmou o coordenador do CIMI que os apurinã estão reivindicando uma área de 8 mil hectares, correspondentes ao "Seringal Apurinã", onde estão localizadas todos os cemitérios indígenas daquela área. Por outro lado, o "Seringal Apurinã" é reclamado pelos índios por tratar-se de uma área de produção de borracha e castanha, que regem os recursos que asseguram a sobrevivência dos Apurinã. "A própria Funai, no início deste ano, reconheceu que a área pertence aos índios", frisou Anselmo.

Anselmo revelou que no mês de abril deste ano um técnico da Funai esteve na reserva dos Apurinã e assegurou que o seringal já estava incluído na demarcação de suas terras, argumentando que os fazendeiros

abandonariam a área depois de indenizados. No mês de junho, por outro lado, um técnico do INCRA chegou a região para providenciar o deslocamento dos colonos. Três semanas depois, no entanto, chegou a Rio Branco o Diretor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena da Funai, Dr. Ubirajara, dando notícia de que os colonos iriam permanecer na reserva dos Apurinã, porque a Funai havia mudado de decisão.

A partir daí, de acordo com Anselmo, não tem faltado a presença de comissões em Boca do Acre para resolverem o problema, até hoje não solucionado. O clima de hostilidade entre os apurinã e posseiros, segundo o coordenador do CIMI, sempre existiu, mas, há oito dias, começou a ficar mais tenso, a partir do momento em que posseiros, ajudados pela Polícia Militar, destruíram a moto-serra e queimaram três residências de índios. Os silvícolas prometeram revidar a qualquer momento.

A FUNAI e o INCRA são os únicos responsáveis pelo conflito, uma vez que não resolveram o impasse entre os índios e os posseiros até a data de hoje, assegurou Anselmo.

Boca do Acre teme conflito apurinã

BOCA DO ACRE (Do Correspondente) — "Nós não desejamos nos incompatibilizar e nem devemos tomar medidas precipitadas, repressivas e violentas contra os índios". Esta afirmativa do Chefe da Ajudância da Funai no Acre, Emi de Paula e Sousa, irritou Djalma Dias dos Santos e Alete Morat, Executor do Projeto Fundiário e advogada do Incra, no encontro realizado sexta-feira na sede do órgão, que contou com a presença de Nelson Ale e Aguinaldo Chaves — prefeito e vice do município, além do agente da Funai Sebastião Batista Figueiredo, com objetivo de encontrarem uma fórmula capaz de "esfriar os ânimos na luta dos apurinãs" contra a família Bertoldo.

Após o diálogo de Severino com o colono Primo Caetano — quando ficou caracterizada a intenção dos indígenas — a situação agravou-se em consequência da posição tomada pelos apurinãs de invadir o Km 45, depois que a família Bertoldo terminaria a plantação do arroz. O propósito fixado por eles chega ao ponto crítico e irreversível que rejeita qualquer aproximação dos mediadores.

CRÍTICAS

O Incra não gostou das evasivas demonstradas pelo Ajudância da Funai do Acre, e uma reação imediata foi apresentada com uma série de críticas e colocações, como represália à cômoda posição firmada por Emi

Paula e Sousa. Djalma Dias dos Santos e Alete Morat não encontraram justificativas na omissão da Funai que se opunha a assumir a responsabilidade da tomada de uma providência contra a invasão do Km 45.

"É muito estranho que o Incra tenha trabalhado com rigor diante dos colonos, conscientizando-os a respeitarem as terras delimitadas e demarcadas nas áreas indígenas — disse Alete Morat — e até hoje nenhum colono desrespeitou essa recomendação. Em contrapartida a Funai não tem sido coerente nessa política da área indígena, abusando do paternalismo em todos os casos de invasão de terra".

Vários argumentos foram expostos por Djalma e Alete, na tentativa de sensibilizar o Chefe de Ajudância, como o telex emitido pelo presidente da Funai de Brasília, Otávio Ferreira Lima, ratificando que o Km 45 não é considerada área indígena; a invasão de um terreno de propriedade do colono Antônio Freitas de Melo, num local denominado como B-3; a morte do colono Manoel Criado (conhecido como Manoel "Fogueteiro") cujo autor foi o índio "Nhôzinho"; a colocação premeditada de 16 cabeças de gado dos apurinãs, no pasto do Sr. Rubens Borges de Oliveira; a tentativa de morte da menor de 9 anos Sara, filha de João Sorbille, que foi alvejada com tiros de espingarda na cabeça; emplacements, cartas a-

meaçadoras e outras hostilidades.

QUESTÃO FECHADA

O agente Sebastião Figueiredo comunicou que, antes da reunião do Incra, encontrou-se com os apurinãs, tentando convencê-los a respeitar a decisão da Funai de Brasília e viverem integrados na comunidade indígena. Esse apelo, porém, não ganhou a simpatia dos líderes indígenas José Miranda, Severino, Oswaldo, Pedro Piau e Raimundo, que foram taxativos na resposta:

— Sebastião, é muito melhor você se afastar dessas imediações! Depois que a família Bertoldo terminar o plantio do arroz, nós abriremos colocações no Km 45.

O ex-agente Ronaldo Lima foi acusado por Sebastião, como "pivot" desse tumulto:

"Tudo isso é uma consequência da má administração anterior que deixou raízes negativas na comunidade indígena, difíceis de serem eliminadas em pouco tempo" — disse ele. Além de induzi-los a esse tipo de comportamento ostensivo contra os colonos, ainda os incentivos a rasgarem os documentos de identificação da Funai que, segundo ele, "não serviriam para nada". Descobriu Sebastião que os dois estrangeiros que estavam em companhia de Ronaldo, são integrantes da Universidade de Oxford. A Toyota usada por eles no final da semana passada, quando estiveram visitando a comunidade indígena, é de propriedade do Movimento Pró-Índio, uma entidade de oposição à Funai que recebe recursos financeiros da Universidade de Oxford. Não ficaram descartadas as ligações do ex-agente com os religiosos da Prelazia Acre-Purus e com uma facção política do PT.

CARTA AMEAÇADORA

Eis na íntegra a cópia de uma carta assinada pela "Comunidade", jurando de morte o fazendeiro Dito, proprietário de uma fa-

e o seu proprietário é um dos legítimos herdeiros de João Gabriel, pioneiro e explorador da região em 1878. Além disso, a Prefeitura Municipal de Boca do Acre, poderá legalmente expedir o título definitivo da terra, com base na prescrição aquisitiva.

Mário Diogo já gastou uma elevada importância financeira como pagamento de passagem aérea e hospedagem em Brasília e Rio Branco, à procura de uma providência que afaste essa ameaça de sofrer um grande prejuízo. A sua fazenda continua cercada de placas que foram colocadas pelos indígenas apurinãs, indicando a futura invasão.

FUNAI NÃO INDENIZA

Toda a questão movida pelos índios apurinãs contra os posseiros colocados na extensão do Km 45 e suas imediações, se prende à conquista do rio Acre, cuja margem é fértil de castanheira e seringueira nativa. O pescado e o meio de transporte são questionados, apesar do varadouro existente que atravessa o Km 45 oferecendo acesso ao rio, com a concordância da família Bertoldo.

A área demarcada e delimitada dos índios alcança uma extensão de 18 mil 750 ha. Antes de ser definida essa demarcação, os apurinãs nada contestaram, sendo esta uma das razões porque o executor do Projeto Fundiário do Incra, Djalma Dias, não compreende essa incoerência da comunidade indígena. No Camicua — que fica situado à margem esquerda do rio Purus — 20 mil ha estão reservados na área indígena, faltando somente proceder a demarcação. Apesar da dimensão dessas duas áreas, os apurinãs mostram-se informados e esperam que a reserva indígena seja aumentada.

O chefe de Ajudância da Funai, Emi Paula e Sousa, já comunicou aos indígenas que o telex da Funai está bem explícito, com o presidente Otávio



As casas dos índios foram construídas pela Funai

CIMI busca solução para índios Apurinã

O Coordenador Regional do CIMI, Anselmo Alfredo Forneck, distribuiu nota à imprensa onde relata o que ficou constatado durante sua última viagem aos Km 124 e 45 da BR-317, áreas indígenas dos índios Apurinã. Anselmo Forneck, viaja neste domingo para Brasília, onde manterá contato com o Departamento Jurídico do CIMI, onde será discutido o problema com as terras dos índios Apurinã. Segundo Anselmo, a única solução é a indenização dos colonos, pois eles estão dispostos a abandonar a área, se isto for feito. ALF, colonos que tiveram suas áreas avaliadas em 5 milhões, aceitam até mesmo 2 milhões como indenização, porém, este é um problema a ser discutido com a Funai. Eis na íntegra, a nota divulgada à imprensa.

Diante daquilo que o coordenador Regional do CIMI, Anselmo Alfredo Forneck, constatou por ocasião de sua viagem ao Km 124 e Km 45 da BR-317, áreas indígenas dos índios Apurinã e frente a matéria publicada no ORB no dia 25 de setembro de 83, com o título "Apurinã são induzidos em Boca do Acre a invadirem uma fazenda", o Conselho Indigenista Missionário se sente na obrigação de esclarecer alguns fatos que serão abaixo mencionados:

Há aproximadamente oito anos vem se arrastando um gravíssimo conflito de terras no Km 45 da estrada de Boca do Acre, entre os índios, fazendeiros e colonos, sendo que os responsáveis, tutores dos primeiros jamais tomaram qualquer medida séria para tentar solucionar o impasse criado pelo ex-fazendeiro, João Sorbille (vulgo cabeça branca) que grilou e vendeu de forma ilegal as terras indígenas a colonos via os do Paraná a convite do grileiro.

Esse caso já foi até a última instância da Justiça Federal e ela deu perda de causa ao inescrupuloso invasor, João Sorbille. Embora tendo sido comprovado a grilagem e venda ilegal da área aos colonos, os órgãos Federais responsáveis, até hoje não têm tomado medidas sérias e definitivas em relação àquela área.

Durante os últimos cinco anos, os índios, colonos e todas as entidades de apoio a causa indígena, tem alertado os órgãos responsáveis e a população em geral da grave situação criada no Km 45 da BR-317. É importante ressaltar, de que o descaso em relação ao fato, é feito de uma forma proposital e consciente pelos burocratas da Funai de Brasília que até hoje vem procrastinando a insegurança e a discórdia em que vivem os índios e colonos do 45.

SITUAÇÃO ATUAL

Após a portaria assinada pelo ex-presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, incorporando o seringal Aripuanã como sendo dos índios Apurinã, no final de agosto chega à Rio Branco o Dr. Ubrajara, diretor do DGPI, a fim de transmitir aos índios e colonos a notícia de que aquela área não mais será dos índios e sim dos colonos. Convém frisar ainda de que um mês antes de ter ocorrido a vinda do Dr. Ubrajara, foi

enviado ao Km 45 o Sr. Odilo, funcionário da Funai de Porto Velho (conforme declarações dos índios) a fim de lhes mostrar o mapa assinado pelo ex-Presidente da Funai no qual consta a incorporação do seringal Aripuanã a área indígena.

mensageiro, conforme declarações dos índios, os colonos haviam se conformado (em termos "e já iam saindo, mas aí logo em seguida" veio o Ubrajara trazendo outra ordem e também a Funai de Brasília mandou um telegrama para o Incri de Boca do Acre dizendo que o órgão tutor decidiu não ampliar a área indígena já demarcada".

No dia 24 de outubro teve uma reunião aqui em Rio Branco da qual participaram as lideranças indígenas do Km 45, colonos daquela área, o Dr. Ubrajara, chefe substituto da Ajacre, Francisco Edinaldo dos Santos. Nesse encontro Ubrajara trouxe a "bela" notícia de que o Seringal Aripuanã não seria mais dos índios Apurinã e sim dos colonos. Zé Miranda, líder dos índios Apurinã, foi firme em dizer ao diretor do DGPI de que o seu grupo não aceita mais essas manobras da Funai e de que irão continuar ocupando a área do seringal Aripuanã, pois é de lá que tiram a produção de borracha, castanha e inclusive é o local onde estão enterrados os seus antepassados. Diante dessas contradições da Funai, os colonos que compraram os lotes, de boa fé, dentro da área indígena estão hoje sem saber o que será do seu destino. Qualquer conflito e ou morte que eventualmente venha a ocorrer no futuro, toda a responsabilidade caberá a Funai, que de uma forma proposital não vem querendo solucionar o impasse.

FUNCIONARIOS INESCRUPULOSOS
Conforme declarações dos

Índios Apurinã do Km 45, logo após a vinda do diretor do DGPI, Dr. Ubrajara, um funcionário da Ajudância da Funai do Acre, o motorista Sebastião, foi a área do 45 incumbido de dividir a comunidade indígena e apoiar os colonos no sentido de eles plantarem os seus roçados e ficarem tranquilos nos seus respectivos lotes. Sebastião falou ao índio Raimundo de que "não era para esquentar a cabeça, porque o direito dos índios era só a área já demarcada, pois o restante era dos colonos".

Zé Miranda, líder dos índios Apurinã, continuando a desabafar as suas iras contra certos funcionários da Funai, contou ainda o seguinte: "No dia 22 desse mês o Sebastião veio novamente para cá para trazer umas sementes de milho e arroz, mas o principal trabalho dele foi o de conversar novamente com os colonos e assim ele quer jogar eles contra nós". Além desse papel que Sebastião vem fazendo junto aos índios e colonos, há vários outros fatos que compõem a boa conduta desse funcionário da Funai, que os índios querem em breve expor a opinião pública.

COLONOS ABANDONAM A AREA

Há umas duas semanas, o seu Nico com mais três outras famílias venderam a sua posse ao fazendeiro conhecido pelos índios por Martins e em seguida tomaram o ônibus e retornaram ao Paraná desiludidos das promessas da Funai permitindo que o fazendeiro ponha o seu gado nessa posse adquirida de forma ilegal e inclusive de má fé e essa questão põem em risco um novo conflito entre brancos e índios.

Se alguns funcionários inescrupulosos da Funai em vez de ficarem incentivando o ódio dos colonos contra os índios fossem se dedicar na solução do problema a situação dos colonos e índios hoje seria bem diferente do que é. Cabe aqui portanto a opinião pública saber quais são as pessoas realmente responsáveis por tudo o que vem e o que irá acontecer ainda no Km 45 da estrada de Boca do Acre.
(Anselmo Alfredo Forneck - CIMIAC)



A área em litígio

PMs afastam apurinãs do km 45 e revolta é muita

BOCA DO ACRE (C) — Um pelotão de 10 soldados integrantes da Polícia Militar do Amazonas obstruiu o varadouro que se iniciava na estrada e dava acesso à margem do rio Acre, retirou da área do km 45 o apurinã Manoel, sua mulher, filhos e ateou fogo numa palhoça deste indígena que foi construída por ele, às proximidades da residência da família Bertoldo.

RESISTENCIA

Após receber a ordem de despejo que lhe foi transmitida pessoalmente pelo delegado José Heronildes da Silva, comandante da operação, o indígena Manoel tentou pálido reação ao afirmar a sua disposição de não deixar a área, mas o delegado não tolerou as justificativas, determinando a desocupação do barraco e a transferência imediata para o outro lado da estrada, onde fica situada a área indígena. Enquanto Manoel insistia explicando que há mais de três anos cortava seringa e plantava várias culturas na região, os soldados começaram a operação retirada dos objetos. Depois que sentiu a pressão da autoridade policial, Manoel passou a juntar suas roupas, pequena quantidade de alimentos e vários utensílios. Desesperado com aquele despejo a mulher de Manoel desabafou:

— Eu sabia que, um dia, dei-

xaríamos este local. Eu sempre lhe falei isso Manoel, mas, tu não quisesse dar ouvidos à minha advertência. Nós temos que viver naquilo que é nosso.

Com o remanejamento dessa família para a área indígena, foi derramada gasolina em volta da casa incendiada a seguir. Alguns trabalhadores que empregam as suas atividades na área da família Bertoldo, equipados de motosserras, começaram a derrubar paus e árvores no varadouro, entulhando a passagem numa extensão de 12 quilômetros.

Dalí, há meia hora, várias famílias indígenas foram saindo de suas áreas — a maioria mulheres e crianças — e ficaram postadas à margem da estrada, gesticulando revoltadas ao assistir o barraco pegar fogo, prometendo mais tarde vingar-se daquela atitude policial.

ARMAS APREENDIDAS

Na casa de Manoel o delegado José Heronildes apreendeu três espingardas, todas elas com o cartucho nas agulhas. Esses cartuchos calibre 16 e 20, são de procedência americana, descoberta essa que aumentam as suspeitas de interferência estrangeira entre os apurinãs. Essas armas foram levadas para a delegacia de Boca do Acre, devendo serem encaminhadas à Secretaria de Segurança do Amazonas.

VIGILANCIA NA AREA

O destacamento da PM permanecerá algum tempo à disposição do delegado de Boca do Acre. Todos os dias os soldados são transportados numa viatura municipal até o km 45, garantindo a área com o objetivo de garantir e manter a ordem, resguardar a integridade física da família Bertoldo, assegurando a decisão da Funai de Brasília (que já determinou não ter recursos financeiros para indenizar os colonos do km 45) e evitando um conflito entre os brancos e os índios.

A Prefeitura Municipal ficará responsável pela manutenção e hospedagem dos soldados PMs, durante o tempo em que permanecerem prestando segurança na área envolvida nessa questão. A Secretaria de Segurança do Amazonas não determinou o tempo de permanência do destacamento da PM em Boca do Acre, sabendo-se no entanto que somente após a solução desse problema os soldados voltarão a Manaus.

REVOLTA DO APURINA

A reportagem de O RIO BRANCO encontrou-se com o apurinã Manoel, por volta das 9h30min de quinta-feira. Ele se encontrava numa Toyota da Funai de Rio Branco, acompanhado do agente Sebastião

Figueiredo. Instado a falar na sua expulsão do km 45 e na intervenção da Polícia Militar, Manoel — que é acusado como provocador — assim se expressou:

— Eu não entendi essa medida do delegado José Heronildes, despejando-me da minha casa e recolhendo-me à área indígena. Há três anos que eu fiz aquele barraco no quilômetro 45. Lá, eu vivia cortando as minhas seringueiras, pescando o meu peixe, sem incomodar ninguém.

E como a tribo apurinã se comportou com a presença dos soldados da PM?

— Eles estão revoltados com a queima do meu barraco. Nós já entramos em contato com a Funai de Rio Branco comunicando o acontecimento e pedindo providências.

Quando a reportagem insistiu sobre a presença de dois estrangeiros que estiveram em Boca do Acre, acompanhados de Ronaldo Lima (ex-agente da Funai) e a influência de religiosos, Manoel desconfiou e emudeceu.

Voltamos a insistir perguntando se não havia uma terceira pessoa atrás desse movimento e Manoel limitou-se a responder:

— A gente não vai atrás da cabeça de ninguém. Índio é adulto. Índio não é criança.

KUKURO QUER VER JUSTIÇA CUMPRIDA

Continuam os conflitos em Boca do Acre, envolvendo os índios Apurinã e fazendeiros instalados em terras indígenas na região, segundo denunciou ontem o Grupo Kukuro de Apoio à Causa Indígena, em nota distribuída à imprensa.

A nota afirma que "em julho do corrente ano a Presidência da República emitiu nota veiculada pela Grande Imprensa, reconhecendo o direito daquelas comunidades sobre as terras que reivindicam. Na mesma época a Justiça Federal de Manaus julgou procedentes as acusações feitas contra o sr. João Sorbile, vulgo "Cabeça Branca", considerando-o grileiro e emitindo uma ordem de

prisão contra esse senhor".

Alega a nota, entretanto, que decorridos quase seis meses, as terras indígenas não foram demarcadas, encontrando-se ocupadas por fazendeiros, "o que vem gerando constantes atritos na região. Até o momento também não foram tomadas providências no sentido de fazer cumprir a sentença proferida pela justiça contra o sr. João Sorbile.

Ao concluir o comunicado, o Grupo Kukuro cobra das autoridades duas medidas: a imediata demarcação das terras dos Postos Indígenas Boca do Acre e Camicua e o cumprimento da lei diante da sentença emitida pela Justiça Federal contra o sr. Sorbile.

△

Justiça 12/12/80

12/12/80

APURINÃ

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

CIMI

ARL. 10, p. 262/354

FUNAI

DE RBRANCO NR 47 PLS 63 DT 26-03 HS 16,00

RECEBIDO DE RBRANCO AS 2617,26 POR NY - RB

25 MAR 1984

ENDERECO

DEX -BSB

CONTROLE P. N.º 0886.

TEXTO E ASSINATURA

NR 163/AJACRE DE 26-03-84 PT INFORMO VSA CIMI PROMOVENDO REUNIÃO LIDERES INDIGENAS NESTA CAPITAL VG DEBATENDO PROBLEMAS TERRAS PT ESTA CHEFIA AUTORIZOU CASA DO INDIO NÃO FORNECER ALIMENTAÇÃO REFERIDOS INDIOS VIRTUDE ESCASSEZ RECURSOS ET DEVIDO MESMOS ESTABEM NESTA CAPITAL SEM AUTORIZAÇÃO DESTA CHEFIA PT INFO OUTROSSIM FORAM AVISADOS PROBLEMA ORGAOS DE SEGURANÇA LOCAL PT SDS - CH AJACRE .

A ASI
P/comhecimento -
m, 26.03.84
Lamartine

Lamartine Ribeiro de Oliveira
Diretor Executivo
FUNAI

FUNAI SEC/GAB

26.03.84
27.3.84

ASI/FUNAI
N.º 249, 84
EM 27, 03, 84

AJACRE → MRL. 10, p. 263/354
VER
SILIA

RBRANCO NR. 34 50 22/03 1100

22 MAR 1984
PARTE BSB

ASI/BSB

NR. 151/AJACRE DE 220384 - INFO CIMI ESTAH CONVOCANDO LIDERANÇAS INDIGENAS PARA REUNIÃO EM RIO BRANCO ENTRE 25 AH 280384 PT SEGUNDO COMENTARIOS VG VERSARAH SOBRE TERRAS PROPONDO QUE CASO AH FUNAI NÃO DEMARCAR ELES SE PROPÕEM EM FAZELO PT SDS - CH AJACRE

Car 22 Mar 84

chu. 2. e 1

b

PNF/RB - 221136

Ano 2 autarcs



ASI/FUNAI (M)
N.º 229, P4
EM 22, 03, 84

URL 10, p. 264/354

- MINTER -

GVR NR 109 30 19/03/84 16,50

19 MAR 1984

PFI 21 - BSB

ASI-BSB

NR 486/11A DR DE 190384 . INFO VSA DIA 17 CORRENTE VG ELEMENTOS PERTEN-
CENTE CIMI COMPARECERAM AREA KRENAK VG CONDUZIRAM INDIOS ATEH CIDADE ITAM-
BACURI ONDE PARTICIPARAM REUNIAO PT SDS DEL 11A DR.

Cen 22 Mar 84

Ano 2 e 3

H

NY/GIL 191705 .

Org
Insta
Av. 2

ASI/FUNAI
N. 218184
EM 20/03/84

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

Partey CIMI

MRL-101p-265/354

FUNAI

DE GVR NR 180 PLS 55 DT 28/02 HS 11,30

RECEBIDO DE GVR 28 AS 11 20 POR NY/ JR .

28 FEV 1984

ENDERECO

DPI/CY ASI/DAI -BSB .

CONTROLE Nº 4597

NR 376/11A DR DE 28.02.84. INFORMO A VSA VG DIAS 25 E 26 CORRENTE TEC. INDIG. JORGE GOMES AMORIM ESTEVE AREA KRENAK VG OCASIAO MESMO CONSTATOU PRESENCIA ELEMENTOS CIMI QUE MANTEM PROFUNDO RELACIONAMENTO MEMBROS COMUNIDADE PT SITUACAO APARENTE CALMA PT SDS. DEL 11ADR.

TEXTOS E ASSINATURA

em 28 Feb 84

Am 2
h

Am

ASI/FUNAI
N.º 164 184
EM 28/02/84

Parte CIMI

MRL. 10, p-266/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

MEMORANDO Nº 431/8ªDR/83.

Em 11/10/83.

Do : DELEGADO SUBSTITUTO DA 8ª DR/FUNAI.

Ao : ILMº SR. CHEFE DA ASI/FUNAI.

Ass: RECORTE DE JORNAL (ENCAMINHA).

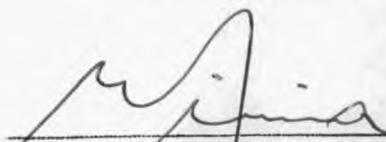
ASI/FUNAI
N.º 1392/83
EM/9/10/83

Pelo presente, encaminhamos a V.Sª., em anexo, para conhecimento, recorte do Jornal " O ESTADÃO DE RONDÔNIA " , desta Capital, do dia 09 e 10/10/83, o qual, nas páginas 04 e 05, publicou uma Entrevista com o Padre Mansueto Dalmaso, Coordenador Regional do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Sem mais para o momento.

21 out 83
Cunho
by

Atenciosamente,



Amaury Vieira
Delegado Subst.º 8ª DR/FUNAI
Port. N.º 490/P de 26.08.82

Ag.



"O ESTADÃO"
PÁG 01, 04 e 05
10 * 10 - 83.

MRL-101, P. 267/354

O ESTADÃO conversou com Mansueto Dal Maso, que se define como o padre dos pobres. Nem esquerdista, nem marxista. Páginas 4 e 5

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Coordenação Regional do Arquivo Nacional no DF- COREG

Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

OR AN, BSB- A3. MRL. 10, N. 268/354

Dados do documento especial

Característica:

JORNAL

Conteúdo:

Localização:

CAIXA: 68

CAMISA: 10

FUNAI:

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

Pasta CIMI 12DR



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MRL 10, p 269/354

See 07 Set 83

An. 2

Memo nº 21/1ªDR/CONF/83

Manaus-AM, 18 de Agosto de 1983.

DO: Delegado Regional da 1ªDR
AO: Exmº. Sr. Dr. OCTÁVIO FERREIRA LIMA
DD. Presidente da FUNAI
ASSUNTO: Informação (presta).

ASI/FUNAI
N.º 1158183
EM 23108183

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao respeitável despacho de V.Exª, exarado no documento anexo, informo:

- as localidades citadas (Ilha do Soriano, Costa do Itaporá, Iranduba, etc) são áreas de influência da Prelazia de Itacoatiara, cujo Bispo, D. Jorge Marskell, pertence à linha 2 e 6 do CNBB.
- Linha 2, cuida da Pastoral Indígena e linha 6, da Pastoral da Terra.
- Essa Prelazia é considerada também, Igreja irmã da Arquidiocese de S. Paulo, de D. Evaristo Arns.
- Pertence também à Prelazia de Itacoatiara, o Pe. Egidio Schwade, do CIMI.
- A Prelazia de Itacoatiara, é a responsável pela estruturação das Comunidades Eclesiais de Base - CIEB, no norte do país.
- As ingênuas reuniões, de caráter esportivo e religioso, nada mais são que reuniões da CIEB, através das quais são difundidas as linhas de ação da pastoral indígena e da pastoral da terra.

CONFIDENCIAL

Segue...



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

II

- Assim sendo, as naturais preocupações dos humildes participantes da reunião, nada mais são que os frutos de uma campanha sistemática e constante da Igreja Progressista contra a atuação do Governo Federal, no trato dos problemas indígenas e fundiários.

A própria moção de repúdio contra a "invasão" das terras dos Waimiri/Atroari", nada mais é que uma síntese do livro "RESISTÊNCIA WAIMIRI/ATROARI" - MOVIMENTO DE APOIO À RESISTÊNCIA WAIMIRI/ATROARI - MAREMA", de responsabilidade da Prelazia de Itacoatiara (Doc. 1).

Respeitosamente,

Fundação Nacional do Índio

1. Delegacia Regional

Kazuto Kawamoto
DELEGADO

PORT. 787 - P de 27 - V. 70

CONFIDENCIAL

KK/ecl.

*Original em ao
Sr. Presidente
em 24/8/83*

Waimi OK

[Handwritten signature]

Ata da reunião realizada na Ilha do Soriano no dia vinte e três de junho de 1983, às 14 horas da tarde na residência do Sr. Jerônimo Araújo.

Ata de atendimento da Dra Geny Bielaz de Castro, aos habitantes da Ilha do Soriano, município de Itacoatiara, Estado do Amazonas, nos dias 23, 24, 25, na residência do Sr. Jerônimo Araújo, com distribuição de medicamentos populares da CEME. doado ao departamento de Patologia, do Instituto de Ciência, Biológica, da Universidade do Amazonas, foram atendido pacientes da faixa de 60 ^{anos} a 6 meses de idade, em nº de aproximadamente 17 pessoas, a maior queixa clínica, 1º lugar, pele, verminose, (Anemia) reumatismo, luxação, e emparelhamento. É queixa de ginecologia de algumas Srás gestantes, e lactentes. 2º partes: Participamos de aspectos sociais, esportivos e dançantes, e reuniões tradicionalmente religiosas, fizemos pequenas aulas ilustrativas de aspecto nutricionais, às mães dos lactentes, como sejam alimentares de, banana mactucados, massa de banana, e sopintas de verduras, e caldos de peixes, banhos nas horas certas e educação nos vestuários das crianças. Nas duas reuniões, esportivas e religiosas, todos os moradores da Ilha do Soriano, Costa do Itaparicá, Quitazes, Japica, Ilha do Beija Flôr, Amatory, Iranduba, Parará da Guá, foram todos unânimes em repudiar "enuação" das terras dos, Waimixys e Atoaxes, que impiedosamente em nome do progresso e do desenvolvimento tentam sequestrar, deixando marginalizados e famintos, da que desta comunidade segue os apelos ao governo para que os poupe da devastação

mãe e moço. Car Maria das graças
Rosas de Araújo, Secretária esta reunião
assessora e assina. Ofício do Sr. Manoel Amago

Presidenta da comunidade: *Geromira Aguiar de Araújo*
comerciante: *Marcélia Soares de Mendonça*

leitor: Hely Batista Rosa.

Dona de casa: Luiza Mendonça de Silva

Escadaria: *Athina Ribeira*

Agricultor:

Inventado: Raimundo Rosas de Araújo

Professores da comunidade: Raimundo Grama de Castro

missionário:

engenheiro: Raimundo Araújo Caldas

Clery Brelaz de Castro - Representante

da Universidade do Amazonas

João S. Augusto de 1502

Para análise e informar

Offício Técnico Topo
18/7/83

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

Pasta CIMI

MRL 10, 1/273/354

DE **PVH** NR **122** PLS **80** DT **19** HS **1730**

RECEBIDO DE AS **191752** POR **PNF/OCS**

[Handwritten signature]

ENDERECO

DGO VG DGPI ET ASI/BSB

CONTROLE Nº 211393

NR 1293/8A. DR DE 190883 - RETRANSMITIMOS VSA RDG 20/LABREA DE 180883 PT ABRASPAS INFO QUE ESCOLAS LIGADO CIMI VG ESTAO ACONSELHANDO INDIGENAS VG QUE FUNAI NAO ESTAH DEMARCANDO TERRAS ET QUE ELES DEVERIAM AGIR PT UM GRUPO APURINAN ALDEIA CAITITU JAH SAIU PERCORRER SUA AREA VG PARA EXPULSAR QUE ENCONTRASSE PT SDS ARNILDO WIEDMANN CH NALAB FECHASPAS PT - SUBST. 8A. DR

TEXTOS E ASSINATURAS

[Handwritten signatures]
Arnildo Wiedmann

ASI/FUNAI
Nº 114/183
EM 22/08/83

MINISTÉRIO - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO

RÁDIO-TELEGRAMA RECEBIDO

DE PVH NR 112 PLS 48 DT 1708 HS 1500

RECEBIDO DE AS 171501 POR AL//ZS

ENDEREÇO: A S I / F U N A I

MRL 10, p. 274/354
FUN
1708

CONTROLE Nº 214841

NR 1276/8A DR DE 17.08.83 PT RETRASM A VSA RDG NR 17/NA-
LAB DE 15/08/83 PT ASPAS PT INFO VSA QUE PESSOAL LIGADO AO CIMI VG
ESTAO INTERFERINDO NO TRAB DA FUNAI EM LABREA VG ESTAO INSTIGANDO //
OS INDIOS VG PARA DESACATAR FUNAI PT SDS ARNILDO FLORI CH NALAB

em 18 Ago 83

An 2

Processos acompanhados
a atuação (confirmada) do
CIMI.

ASI/FUNAI
N.º 1136183
FM 18/08/83

Já estou providenciando
18/8/83

TEXTO E ASSINATURA

Paster CIMI

MRL. 10, p. 275/354

TELEX 3a.DR

(PARÁFRASE)

CH ASI/FUNAI

Nº 021/AGB/3aDR de 04.03.83 TOMAMOS CONH CIMI FARÁ REALIZAR VG
GARANHUNS/PE VG DIA 11/03 VG ASSEMBLÉIA COM INDÍGENAS DO NORDESTE
PT COMUNICAMOS CHEFES PIS DESACONSELHANDO PARTICIPAÇÃO NOSSAS CO-
MUNIDADES PT DIVULGAMOS SNI LOCAL PT 3aDR



MRL 10, p 276/354

- MINTER -
FUNAI BRASÍLIA - DF
SETEL
04 MAR 1983
PPI 21 - BSB

0304.1633
⊙
611344FNAI BR
811390FNAI BR

RECIFE 003 0403 1640

ASI/BSB

ASI/FL: 1
N: 233183
EM 07103183

NR 021/GAB/3ADR/040383. SDMAG SORAI XPLTA INPIA CMSAR ELIDO
REARH DEUBI SSRCE LSNEP ISLNS FIREZ OSCER PCVNS OEIPA OPFOU
RANOD GMAE RRDEO UDIDO AOIE MNAAA EDOED LAAAD ARUNT NMCRE
UIMML NDTAU/SHSIP AVSPF QAZAN EVEOM DOIGS NMSCT MCEIO ILAPN
CSAGO TOROO CDTMG LR CONTEM 39 GRUPOS DE 05 LETRAS ET UM DE
02 LETRAS.

3ADR

T/SF/0403/1645
R+?⊙
611344FNAI BR
811390FNAI BR

AL::: NA ULTIMA LINHA ONDE TEM CSAGO, NESSE C COLOCA CECIDILHA
MINHA MAQUINA NAO TEM.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MRL 10, p 277/354

MIN
FUNAI BRASILIA - DF

DE MANAUS NR 277 PLS 130 DT 24-03- HS 09.30

RECEBIDO DE MAO AS 241025POR JF- NC-

24 MAR 1983

ENDEREÇO
ASI-BSB -

PPV 21
CONTROLE Nº 501203

806/IADR DE 24-03-83 - INFO QUE SOB TITULO ASPAS TIKUNAS CONSEGUIRAM VIAJAR ASPAS JORNAL "A CRITICA " PUBLICA NOTA DE RESPONSABILIDADE DO CIMI DECLARANDO ASPAS MESMO CONTRA A VONTADE DO DEL DA FUNAI KAZUTO KAVAMOTO VG SEIS DOS SETE CACIQUES TIKUNAS DO ALTO SOLIMÕES VIAJARAM A BRASÍLIA VG COM PASSAGENS FORNECIDAS PELO CIMI ET UNI VG COM A INTENÇÃO DE RELATAREM AO PRES. DA FUNAI VG CEL PAULO LEAL VG SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM AS TRIBOS DO AMAZONAS ASPAS PT ESCLAREÇO QUE SEIS INDÍGENAS QUE SE ENCONTRAM EM BSB VIAJARAM COM PASSAGENS PAGAS PELA FUNAI PT CIMI ET UNI MENTINDO ET TUMULTUANDO VG POR ALTA RECREAÇÃO ENVIU INDÍGENAS OLAVO TERTULIANO VG ERNESTO PEDRO COELHO VG FLOREANO PINTO ET LEONILIO GABINO PT IADR -MAO-

TEXTO E ASSINATURA

*Infamar
INPE DSI*

ASI/FUNAI
N.º 372
EM 24 103 183

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MRL 10, p 278/354

- MINTER -
FUNAI BRASIL -

DE MANAUS NR 278 PLS 75 DT 24-03- HS 09.30

RECEBIDO DE MAO AS 241015- POR JF-NC

PP1 21 - 85
CONTROLE Nº 501201

ENDEREÇO

8ADR PVH CPY ASI/BSB-

TEXTO E ASSINATURA

NR.807/IADR DE 240383 - INFO QUE SOB TITULO ASPAS INCRA ACUSADO DE INVADIR TERRA DOS INDIOS APURINAN ASPAS JORNAL "A CRITICA " PUBLICA DECLARAÇÕES DO INDIO LINO PEREIRA CORDEIRO ET DA DIREÇÃO DO CIMI NORTE I ASPAS QUE O INCRA ESTAH INVADINDO AS TERRAS DOS INDIOS APURINAN VG ALDEIA CAITITU VG NO MUNI-PIO LABREA ASPAS PT DECLARANTE INFORMOU AINDA QUE INDIOS JAH COLOCARAM SÉUS SINAIS DE GUERRA ET QUE SITUAÇÃO PODE GERAR SERIO CONFLITO PT SDS- IADR- MAO



ASI/FUNAI

N.º 3731

EM 24/03/83

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MRL-10/p 279/354

- MINTER -
FUNAI BRASILIA DF

DE MANAUS NR 279 PLS 70 DT 24-03 HS 09.45

RECEBIDO DE MAO AS 241020 POR JF-NC-

[Handwritten signature]
20 MAR 83

ENDEREÇO
#7 ASI/BSB/

CONTROLE Nº 501202

TEXTO E ASSINATURA

NR. 808/IADR DE 24 03 83 - JORNAIS LOCAIS DE HOJE VOLTAM PUBLICAR MATERIA SOBRE RODOVIA MAUES/ITAITUBA VG INFORMANDO QUE DEPUTADO HOMERO MIRANDA LEAO PDS ASPAS PEDIU APOIO BANCADA PMDB ET UM MAIOR ESFORÇO DO GOVERNO DO ESTADO VISANDO INTEGRAR MUNICIPIO DE MAUES A TERRA DO GUARANAÍ AO RESTO DO BRASIL VG ATRAVES CONCLUSÃO DO PROJ. ABERTURA DE 200 KM DA ESTRADA ASPAS PT ESCLA- REÇO QUE REF. PROJ. CORTA AO MEIO RESERVA INDIGENA ANDIRA/MARAU PT SDS - IADR -MAO-

[Handwritten signature]

ASI/FUNAI
N.º 3741
EM 24/03/83

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 056/83-ASI/FUNAI

Brasília-DF., 04.ABR.83

Do: Chefe da ASI/FUNAI

Ao: Sr. Diretor do DGO/FUNAI

Assunto: Comunidade indígena Tikuna

Sr. Diretor,

Para as providências cabíveis desse Departamento, encaminho a V.Sa. abaixo-assinado e carta da Comunidade Indígena TIKUNA.

Atenciosamente,


HUMBERTO DA COSTA MONTEIRO
CHEFE DA ASI/FUNAI

Carta ao presidente da FUNAI

- 1- Nós queremos a portaria de delimitação, com número e assinatura bem feito, para nós ter garantia na nossa terra. Nós sabemos que um documento não custa dinheiro.
- 2- Agora, se nós não levamos a portaria numerada nós vamos tomar providências na nossa área. Vamos jogar todos os brancos que que estão na área ou então vamos mandar todos no seu gabinete, ou matar tudo, junto com os chefes dos rostos da FUNAI. Nós não esperamos mais ninguém.
- 3- Nós vamos esperar mais 60 dias para ver se sai demarcação. Nós não viemos para pedir dinheiro. Nós viemos para pedir terra e título da delimitação assinado. Nós queremos na nossa mão agora mesmo.
- 4- Porque, olha, nós queremos também que ajudância seja autonoma mais breve possivel. não só autonomia, mas também nós queremos médico para essa área e escola em cada aldeia. Contratação do professor indio e curso para monitores. nós queremos também ter medicamentos, bastante, porque nós somos 18 mil rikuna fora os indios do Javari. Incluindo marubo, macu, matis, maiuruna são mais de 20 mil indios. Ai não dá pouco remedio para o alto Solimões. Km E não é só isto, precisa também ter um barco em cada comunidade. Voce já sabe que não é só terra que precisa. Precisa de tudo, titulo da terra, demarcação, autonomia, medico, dentista enfermeiro, escola, barco, remedio, contratação dos monitores, curso para enfermeiro indio. Fora isto tem que ter também suficiente combustivel para poder ter condição de levar doente no hospital.
- 5- nós achamos que FUNAI deve conseguir tudo isto. porque que para outros indios consegue e só por tribo rikuna que não vai conseguir? Como conseguiu para Lavante que são poucos habitantes? Se o que Tikuna quer não sai, nós vamos pedir escola de outros e nós não vamos mais esperar a FUNAI. Nós vamos procurar outro órgão que nos conhece, então este órgão pode nos ajudar. Se por acaso FUNAI não der isso nós vamos pedir esmola de outro, fora da FUNAI.
- 6- É por isso nós queremos saber a conclusão do presidente. Estamos pedindo tudo isto porque a FUNAI diz que é tutor do indio. nós não vamos voltar daqui enquanto não conseguir nada. Porque medico, autonomia, curso de monitores de saude dá para conseguir antes da terra, Consequindo a portaria assinada e ~~numera~~ numerada para nós, tudo bem. mais enquanto não conseguir isso não voltamos.

15-2-83

MRL. 10, p. 284/354

Depois de tanto problema o sr:Chefe da Base não quer fazer aquilo que nós queremos, e assim eu não acho de acordo.

Reparem só os problema que acontece e que está acontecendo nas comunidades ou Aldeias.

12. No tempo do Benito, enganava os Tikuna gastava o dinheiro da Cantina levava pinga para o Posto fazia o posto de puteiro por que levava mulher p/ posto, por isso pedimos a demissão dele e nós não fomos atendido, saiu o Benito ficou o Elio de ^{NOVA ITALIA} ~~Estância~~ que proibe o Capitão participar das reuniões por que diz que o Capitão vai falar besteira, tudo isso é comêdo de @ Cap. discutir o defeito que ele faz na comunidade, não que qui o Cap. conta que ele gasta o dinheiro da Cantina, contrata os madeireiro o mesmo o chefe da Base as vezes não acredita oque o Cap. diz vai acreditar no que o chefe de posto diz por EX: se fossemos pedir a demissão do Elio chefe da Base dava a demissão ele ia dizer que o Funcionário é bom trabalhadr nunca viu o problema dele, EX o cara está muito tempo nunca fez nada não tem ninguem! mais, nós tem que se lembrar da s reuniões passadas em Belém foi tratado assim pra tirar um chefe de postom tinhamos que apontar outra vez do feijoal tiramos e apontamos foi mesmo que nada, então como é que pode voltando para Nova Italia Elio faz do Indio oque que, principalmente na problem de Saúde, quanta vez o Cap. quiz reclama isso na Base e foi proibido pelo mesmo Elio, ainda diz que @ Cap. tem que cuidar é da Comunidade, é certo né logico que o Cap. tem que cuidar da comunidade, já que ele cuida da comunidade, então cal ao cap. de chegar na reunião e contar e contar tudo oque o chefe de posto faz.

O Cap. tem que vê se o chefe de posto não mexe com dinheiro da cantina, se cuida de levar os Indio para Hospital, se não chama os Indios de nomes que não dev chamar como Elio que chama cada nome para os Indios de Nova Italia.

Tem que vê tambem EX se ele resolve o problema des branco com Indio pro EX: madeireiro pscadores nas reservas Indigenas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

1ª DELEGACIA REGIONAL

CONFIDENCIAL

QUESTIONÁRIO

Período de: 19 a 25 / 03 / 83

1. Nada a registrar

2. Nada a registrar

3. Nada a registrar

4. Idem

5.1 - A influencia do Cimi e da Uni, no movimento reivindicatório ora iniciado pelos Tikunas, ficou claro após a decisão dos mesmos de enviar à Brasília, os demais indígenas que se encontravam em Manaus.

5.2 - Nada a registrar.

6. - Notícias vindas do Alto Rio Negro dão conta da presença de 6 (seis) garimpeiros na região do Rio Içana. Referidos elementos teriam ameaçado de morte os indígenas que tentaram impedir o seu ingresso na área.

7.

8. - Nada a registrar

9. - Contornada a situação dos índios Nadeb-Maku, atacados de malária. ✓

10. - Nada a registrar

11. - Nada a registrar

12. - Pelo Aux. Técnico de Indigenismo André Junqueira Villas Boas, Chefe do PI Vendaval, foi lançada a tese de que os Tikunas já estão conscientes e devidamente preparados para defenderem seus interesses, não sendo mais necessária a presença de elementos

ASI/FUNAI
N.º 424 183
EM 04 104 183

CONFIDENCIAL

Segue...

Um museu diferente, de múltiplas funções. Assim será o Museu Nacional do Índio a ser construído em Brasília, entre o Palácio das Convenções, o Planetário e o prédio da Funarte, em lugar de destaque no "espaço cultural" originalmente concebido para abrigar os grandes eventos culturais da capital.

O Museu ocupará o lugar pioneiro de primeira iniciativa cultural de vulto a ser implantada em Brasília, comprometida de fato e de direito com as raízes étnicas de nossa civilização.

No plano internacional, o MNI funcionará como embrião de um instituto indigenista brasileiro, órgão a ser criado em decorrência de compromisso formal já assumido pelo Brasil há mais de quarenta anos, e sem perspectiva de cumprimento a médio e curto prazos.

No plano da instituição tutelar, cumprirá o papel de centro formador, aperfeiçoador e treinador de indigenistas, em diversos níveis de escolaridade, eliminando uma carência fundamental e histórica, tanto do SPI como da FUNAI.

No âmbito acadêmico formal, congregará os esforços de toda a comunidade docente e discente interessada na cultura Índia, desde os antecedentes arqueológicos até o índio atual. Na esfera científica, constituirá o laboratório maior e mais sofisticado, permitindo ao Brasil atingir sua maioridade na pesquisa e no estudo indígenas, genuinamente nativos.

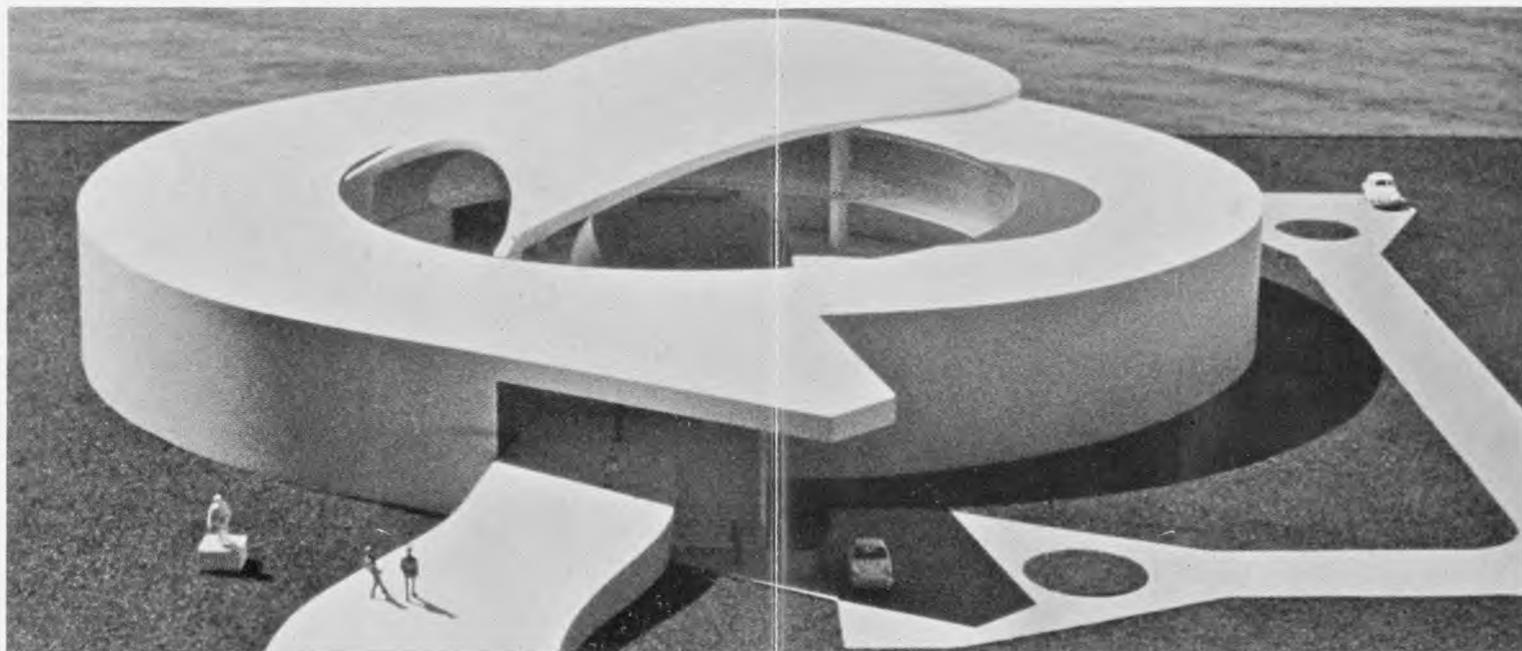
O museu se constituirá no elemento aglutinador do pensamento indigenista, seja filosófico, ideológico, teórico, doutrinário ou prático. Seu produto cultural específico concederá suporte às decisões maiores do órgão tutelar e seu corpo de cientistas, técnicos e administradores encarnará a própria "inteligentzia" crítica do indigenismo oficial.

Representará, no contexto da consciência nacional brasileira, a lembrança permanente de nossos irmãos índios, matriz genética da nacionalidade brasileira.

No plano específico do Governo, o MNI constituirá o compromisso do Estado brasileiro para com a essência de nossa nacionalidade, marco definitivo da presença indígena no curso da história brasileira.

Visão completa — A atividade do MNI será conduzida com base em dois aspectos principais: interesse do público e dos clientes. Universalmente, os museus funcionam com horário especial para visitantes e horário integral para quem faz do museu sua oficina de trabalho.

Tais aspectos, em Brasília, levarão em conta a natureza desses dois grandes e diversificados públicos, compatibilizando visitas, mostras, exposições e eventos externos, com simpósios, seminários, encontros e congressos, de interesse estrito da comunidade indigenista, nacional ou internacional.



MUSEU NACIONAL DO ÍNDIO

A construção de seu prédio foi estudada e concebida pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em dois planos físicos de absoluta globalidade funcional, sem mútua interferência. Sua disposição interna segue as linhas universais da natureza: circulação do público em regime de menor esforço, sem escadas, circulando a partir da entrada com visão completa do espaço. Em nível e piso diferentes, a vida interna do museu se desenvolverá nas salas de aula, auditório e acervo etnográfico, sem faltar toda uma infra-estrutura de apoio às programações da instituição.

A fachada externa foi concebida de forma a garantir espaço, no futuro, para o aproveitamento de plantas características da farmacopéia e dieta indígenas.

Acervo cultural — A edificação do MNI está prevista para um período de dezoito meses. A pedra fundamental deverá ser lançada ainda este ano, provavelmente por ocasião do aniversário da FUNAI. O custeio das obras será feito com recursos orçamentários próprios, admitindo-se, porém, contribuições particulares, de pessoas físicas ou jurídicas.

O acervo cultural, etnográfico, bibliográfico etc, poderá ser enriquecido com doações de instituições congêneres, nacionais e estrangeiras; espera-se que muitas coleções ou duplicatas raras em poder de governos, empresas ou famílias venham a ser doadas, dentro de um quadro tradicional de intercâmbio cultural ou diplomático.

Nesse particular, algumas embaixadas já

manifestaram seu interesse em participar do empreendimento, não só trazendo suas técnicas e meios mais avançados no campo da museologia e da amostragem expositiva, mas estimulando o intercâmbio científico-cultural.

Sumariamente, o **display** permanente do MNI será diferenciado e rotativo, de forma a recobrir todos os campos da cultura Índia brasileira: lingüístico, artesanal etc. Organicamente, o MNI deverá destacar em galerias ou alas os grandes sertanistas, indianistas e outros trabalhadores que trouxeram contribuições relevantes ao indigenismo brasileiro e aos próprios índios.

Maloca clássica — Em terreno doado pelo Governo do DF, a obra terá mais de cinco mil metros de área construída. Sua forma inspira-se na tradicional taba indígena dos grupos Yanomami: ao invés de várias malocas em círculo, apenas uma "água" contínua, abrindo para o interior e fechada por fora.

A visão arquitetônica de seu criador não pode ser mais adequada, porque conserva as linhas mestras do estilo brasileiro, e fidelidade ao objeto de sua inspiração. O grande e amplo pátio interno reconstitui a maloca clássica, de abrigo familiar, dominante na maioria dos grupos indígenas, especialmente os xinguanos.

A gigantesca concha de concreto que serve de quebra-sol do pátio interno simula um cocar reclinado, reunindo leveza e utilidade; o chão de concreto terá trechos de terra natural para eventual montagem de malocas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
MUSEU NACIONAL DO ÍNDIO



BRASÍLIA - DF
— 1982 —

Museu
Nacional
do Índio



APR 10, 1982 289/354



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MRL. 10, p 296/354
CONFIDENCIAL

II

da Funai. Essa ideia, um tanto avançada já vem sendo defendida pelos indígenas, que acusam os servidores da Funai de estarem roubando seu dinheiro e reclamam para si os salários pagos aos servidores, com a alegação de que somente os tuchauas trabalham em defesa do Índio. Nota-se que o fato não é isolado, e a continuar dessa maneira, dentro em breve, nenhum servidor poderá permanecer nas áreas indígenas, não ocorrendo o mesmo com outros civilizados como os Terri, os Carvalho, os Omar Landi, os Ezequias, etc. (vd. RECORTES DO DIA 20/03/83)

- O grupo de Tikuna que se insurgiu contra a Delegacia, não é na realidade o verdadeiro representante de sua comunidade. Dentre eles somente o Sr. Pedro Inácio Pinheiro tem delegação de competência, pois foi escolhido para tal. Os demais representam uma minoria, claramente industriados por terceiros (civilizados) que defendem interesses religiosos e entidades de apoio ao índio, contrárias a política indigenista oficial. Nestas condições, está o Sr. Adelino M. Florentino, que se diz representante da comunidade de Feijoal. Na verdade, ele defende apenas a minoria protestante, contra a maioria esmagadora, adepta da Irmandade da Cruz, que de fato domina 90% da população ribeirinha. Temos ainda, os irmãos Paulo e Osvaldo Mendes, ligados ao Cimi e a OPAN, que em razão dessas ligações foram expulsos de sua comunidade (Umariacú) em ação liderada pelo verdadeiro líder tribal Sr. Nilo Santana, amigo da Funai.

Cristovão Mauricio da Silva, atual líder de Betânia, pertence a Associação dos Batistas para Evangelismo Mundial, foi totalmente contra ao uso da violência defendida por Osvaldo Honorato Mendes, Aureliano Mendes e Ernesto Pedro Coelho. Preferiu voltar para sua aldeia e aguardar as providências que estão sendo tomadas pela Funai.

- 13. - Situação inalterável
- 14. - Na identificação da área Tikuna, a Antropóloga Maria Auxiliadora desprezou qualquer sugestão do pessoal da área, deixando de ouvir não só

CONFIDENCIAL

Segue...



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

III

este Delegado, como também, todos os Chefes dos Postos e os religiosos que conhecem profundamente toda a movimentação desse grupo na região.

Assim, se na margem esquerda do Rio Solimões é perfeitamente possível a delimitação de uma área contínua, sem grandes oposições, o mesmo não deve ocorrer pela margem direita, onde vivem grande número de civilizados.

A margem esquerda, é terra tradicional dos Tikunas, existindo ai inclusive a famosa " EVARE ", região sagrada dos Tikunas. Essa área contínua, todavia, deveria, inicialmente, englobar apenas a área compreendida entre o Igarapé Tacana até o PI Campo Alegre. Após a conclusão dos estudos, ora em desenvolvimento pelo DGPI, poderiam ser defendidas as áreas da margem direita e também da margem esquerda, próxima a Tabatinga. Um fato que não pode ser desprezado é a nova redivisão do Estado, que criou para a Funai, novos e difíceis problemas.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
1ª DELEGACIA REGIONAL

CONFIDENCIAL

veículo: "A Crítica"
data: 20/03/83
página: 1^o

Índios ticunas em guerra com FUNAI



Os caciques ticunas na redação de A CRÍTICA quando faziam suas queixas contra a FUNAI.

Se dentro de 30 dias a Funai não atender as reivindicações dos índios tikuna do Alto Solimões, e não liberar a portaria demarcatória da reserva indígena, os índios começarão a incendiar os postos de atração naquela região e matarão qualquer funcionário do órgão que permaneça na área. A decisão foi tomada por sete caciques tikunas

que se encontram há uma semana em Manaus, tentando contatos com o delegado da Funai, Kazuto Kawamoto, a quem pediram passagens para ir a Brasília tratar diretamente com o presidente da Funai, Paulo Leal, o que lhes foi negado. Diante disso, os caciques anunciaram ontem uma decisão trágica: a de abrir guerra contra a Funai. (Página 5).

veículo: "Abrutica"
data: 20/03/83
página: 05 - 1º cad.

TUKUNA

Índios do Solimões querem abrir guerra contra Funai

Sete caciques Tukunas, do Alto Solimões, que se encontram em Manaus, denunciaram ontem que o delegado da FUNAI Kasuto Kawamoto não liberou suas passagens para Brasília, "com medo de perder o emprego". Eles disseram também que Kasuto Kawamoto alegou que o presidente da FUNAI, coronel Paulo Moreira Leal "não quer índio em Brasília", falando sobre demarcação de terra e nem de outros benefícios. Os índios chegaram até a ameaçar de morte qualquer funcionário da FUNAI, inclusive Kasuto Kawamoto, que tem um prazo de 30 dias para atender às reivindicações.

Em nome dos caciques Adelino Manuel, Floriano, Cristovão Maurício, Leonilo, Gabino, Ernesto e Olavo Tertulino, falou o cacique e líder Tukuna Osvaldo Honorato Mendes, denunciando que já estão em Manaus há algumas semanas sem oportunidade de partirem para Brasília em busca de ajuda. Ele acusa o delegado Kasuto Kawamoto de não querer liberar as passagens porque "tem medo de perder o emprego".

O líder Osvaldo Honorato disse também que no último encontro que mantiveram com Kasuto, este disse que o presidente da FUNAI, coronel Paulo Leal não quer que índio vá a Brasília falar sobre demarcação de terra, porque ele está sabendo tudo sobre a situação dos índios. Mas ele, como líder, acha que é pura enganção de Kasuto, porque se o presidente soubesse, automaticamente conseguiria o que o índio necessita.

Osvaldo denuncia que Kasuto continua enganando os chefes dos postos, quando diz que continua ajudando os índios Tukunas do Alto Solimões. Mas se algum capitão ou qualquer outro índio procura assistência, Kasuto alega que não tem tempo de resolver o problema, pois trabalha muito e não pode fazer nada.

Osvaldo chegou, inclusive, a relatar que quando solicitou ajuda junto ao

delegado, com relação a material escolar, contratação de professores e monitores de saúde, já que a FUNAI é responsável pelo índio, não se conseguiu nada. Caso ele continue recusando este tipo de assistência, os índios Tukunas pedem urgentemente sua demissão do cargo.

Os índios Tukunas dão um prazo de trinta dias para uma resposta positiva de Kasuto, caso contrário poderá ser assassinado, ou qualquer outro funcionário que recusar ajuda aos índios. "Eu, líder Osvaldo, dou prazo durante 30 dias, se não quer ajudar índio, pode cair fora, se não morre e qualquer funcionário" disse.

Osvaldo também denunciou as promessas não cumpridas pela delegacia de Manaus, quando citou o caso do posto Tukuna de Umariacú, que é muito antigo. Desde o tempo do SPI, que as promessas são feitas e até agora nada foi feito, mesmo que o capitão Nilo Santana tenha sido chamado três vezes para tratar das ajudas e nada levou. Tudo isso acontece, lembra Osvaldo, porque Kasuto Kawamoto continua tratando os índios como sendo lesos.

Os caciques foram unânimes em dizer que, de agora em diante, não aceitarão mais nenhum chefe de posto "sem ser apontado pelo índio. Este chefe não deverá ser branco e sim um próprio Tukuna escolhido entre os índios".

Finalmente os índios reclamaram contra os maus tratos recebidos na Casa do Índio. Eles acusam o administrador José, que alegando que os índios comem muito, vem escondendo a alimentação destinada aos que ali se hospedam. Além de outros maus tratos com os indígenas. Os índios disseram que, de agora em diante não se hospedarão mais na Casa do Índio, a FUNAI tem que dar um jeito de hospedá-los num hotel ou numa pensão digna de alimentar os Tukunas.

veículo: "A Crítica"
data: 21/03/83
página: 03 - 1º Cad.

TIKUNA

FUNAI diz que já está demarcando

A Funai já está demarcando a área dos índios Tikuna, do Alto Solimões, mas este trabalho não pode ser feito às pressas diante das grandes responsabilidades do órgão, disse o delegado Kasuto Kawamoto. Os caciques tikuna, entretanto, estão ameaçando guerra aos brancos se suas terras não foram demarcadas em 30 dias. (Página 3).

Kasuto diz que FUNAI está demarcando a terra tikuna

O delegado da Funai, Kasuto Kawamoto, revelou num programa de TV levado ao ar sábado à noite, que a Fundação Nacional do Índio já está procedendo a fase inicial de demarcação das terras dos índios Tikuna, do Alto Solimões, cujos caciques, reunidos em Manaus, anunciaram a disposição de abrir guerra aos funcionários do órgão, se a demarcação não for feita num prazo de 30 dias.

Segundo o delegado Kawamoto, os índios estão confusos por causa da demora da demarcação, mas ressaltou que esta não pode ser feita com maior velocidade por causa de entraves típicos desse tipo de tarefa. Disse ainda que os índios devem ter paciência e aguardar mais um pouco, que tudo será feito para atender as reivindicações dos caciques.

Segundo ele, as reclamações, de certa forma, procedem mas a FUNAI não pode agir discriminadamente, uma vez que tem 43 áreas indígenas em sua jurisdição e deve cuidar por inteiro delas, preservando as terras pertencentes às tribos e oferecendo segurança a estas.

Todavia, os sete caciques Tikuna que se encontram em Manaus não estão demonstrando a paciência solicitada pelo delegado da FUNAI. O porta-voz do grupo, o líder tribal Paulo Mendes, acha que "os brancos da FUNAI estão enganando os índios, com promessas e mais promessas". Ele disse na redação de A CRÍTICA, semana passada, que vieram a Manaus pedir passagem ao delegado da FUNAI para ir a Brasília, tratar o assunto da demarcação diretamente com o presidente do órgão, Cel. Paulo Leal, mas Kawamoto recusou as passagens afirmando, segundo o indígena, que não quer Índio amazonense em Brasília.

Na sexta-feira passada os caciques estiveram novamente no jornal e já estavam com uma decisão tomada: se dentro de 30 dias a FUNAI não lhes der a portaria que demarca a área que lhes pertence, eles abrirão guerra, e ameaçaram incendiar os postos da FUNAI no Alto Solimões e matar os funcionários desse órgão que insistirem em permanecer na área, inclusive o próprio Kawamoto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

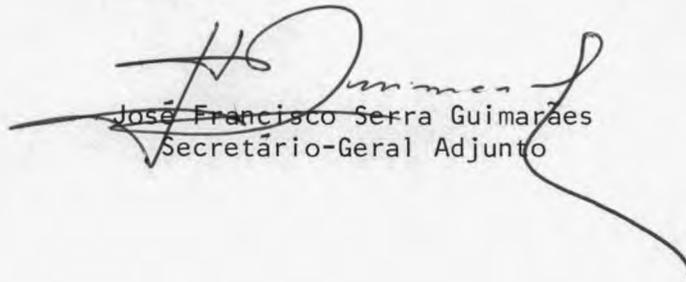
CONFIDENCIAL

REFERÊNCIA: Of. nº 020, de 27.05.83 - FUNAI

Ao Senhor Presidente da FUNAI,

- . conforme despacho do Senhor Secretário-Geral;
- . para as providências adequadas.

Em 06.06.83


José Francisco Serra Guimarães
Secretário-Geral Adjunto

MRL 10, p 296/354



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Handwritten signature

CONFIDENCIAL

REFERÊNCIA: Of. nº 020, de 27.05.83 - FUNAI

URGENTÍSSIMO

À DSI.,

- para controle e acompanhamento;
- obter orientação a respeito da Consultoria Jurídica.

Em 30.05.83

Handwritten signature of Augusto Cezar de Sá da Rocha Maia

Augusto Cezar de Sá da Rocha Maia
Secretário-Geral

*Em 31 mai 83
Autom of 020/83
4*

MRL-10, p. 297/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

OF. Nº 020/83-PRES/ASI

Brasília-DF., 27.MAI.83

Sr. Secretário-Geral,

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. o anexo exemplar do livro "HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS", editado pelo CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI, em 1982, de autoria de EUNICE DIAS DE PAULA, LUIZ GOUVEIA DE PAULA e ELIZABETH AMARANTE, destinado aos grupos indígenas do País.

O livro, cujo texto contém frases que levam a enfoque de ordem subversiva, é dividido em 14 capítulos e, em quase todos, nota-se a intenção de incitar as comunidades indígenas contra a sociedade brasileira e contra os órgãos do Governo. A sua leitura nos induz a uma permanente sensação de revolta contra os "brancos ricos" e suas instituições econômicas, partindo sempre da premissa de que a intenção é "oprimir e exterminar as populações indígenas" e neste particular insere "outras classes marginalizadas" tais como brancos pobres, negros, operários e peões.

Exmo. Sr.

Cel AUGUSTO CÉZAR DE SÁ DA ROCHA MAIA

DD. Secretário-Geral do MINTER

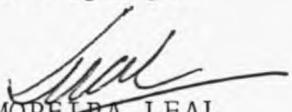
NESTA



Na realidade, o livro é um libelo contra as instituições e um concreto exemplo das atividades contestatórias do controvertido CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI.

Em decorrência dos fatos acima expostos, e caso julgado conveniente, consulto V.Exa. quanto a possibilidade de serem adotadas as providências cabíveis junto ao Ministério da Justiça no sentido de ser apreendida toda a edição do referido livro e, inclusive, quanto a viabilidade do enquadramento dos autores na Lei de Segurança Nacional.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa. protestos de consideração e distinguido apreço.


PAULO MOREIRA LEAL
PRESIDENTE

Pasto, CIM/

MRL. 10, p. 299/354

✱

611344FNAI
611461DPFEB BR

BRASILIA NR 5930 50 311922

ILNO SR CORONEL PAULO MOREIRA LEAL
M.D. PRESIDENTE DA FUNAI
N/CAPITAL

NR 142/83-CCP/DPF DE 310583 PT REF OFICIO NR 019/83-PRES/ASI/FUNAI
VG DE 160583 VG INFORMO ASSUNTO FOI SUBMETIDO SETOR COMPETENTE DPF
ET VG EM SEGUIDA VG FOI REWETIDO EXMO SR MINISTRO JUSTIÇA VG AUTO-
RIDADE COMPETENTE PARA DETERMINAR APREENSAO PUBLICAÇÃO VG DE ACOR-
DO LEGISLAÇÃO VIGOR PT

CCP/DPF

NNNN

TR AG 31=MAI/83=2017

REC PORO J

611344FNAI
611461DPFEB BR

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OF. Nº 020/83-PRES/ASI

Brasília-DF., 27.MAI.83

Sr. Secretário-Geral,

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. o anexo exemplar do livro "HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS", editado pelo CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI, em 1982, de autoria de EUNICE DIAS DE PAULA, LUIZ GOUVEIA DE PAULA e ELIZABETH AMARANTE, destinado aos grupos indígenas do País.

O livro, cujo texto contém frases que levam a enfoque de ordem subversiva, é dividido em 14 capítulos e, em quase todos, nota-se a intenção de incitar as comunidades indígenas contra a sociedade brasileira e contra os órgãos do Governo. A sua leitura nos induz a uma permanente sensação de revolta contra os "brancos ricos" e suas instituições econômicas, partindo sempre da premissa de que a intenção é "oprimir e exterminar as populações indígenas" e neste particular insere "outras classes marginalizadas" tais como brancos pobres, negros, operários e peões. ↵

Exmo. Sr.

Cel AUGUSTO CÉZAR DE SÁ DA ROCHA MAIA

DD. Secretário-Geral do MINTER

NESTA

Na realidade, o livro é um libelo contra as instituições e um concreto exemplo das atividades contestatórias do controvertido CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI.

Em decorrência dos fatos acima expostos, e caso julgado conveniente, consulto V.Exa. quanto a possibilidade de serem adotadas as providências cabíveis junto ao Ministério da Justiça no sentido de ser apreendida toda a edição do referido livro e, inclusive, quanto a viabilidade do enquadramento dos autores na Lei de Segurança Nacional.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa. protestos de consideração e distinguido apreço.


PAULO MOREIRA LEAL
PRESIDENTE

CIMI
MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MRE-10/11/1351
Em 22 de 83
Su. 1
Junta c/luce o ao
Pel da NE (5ª DR)
Hesij

Relatório de viagem referente a
Comunicação de Serviço nº 217/P
de 16/08/83 - RI-MERURI.

Período de viagem: De 16/08/1983 à 20/08/83 . (05 dias)

Motivo: Reunião de Caciques Bororo promovida pelo CIMI. //

Local: Reserva Indígena de Meruri - Aldeias Garças e Meruri.

Duração da Reunião: 18/08/83 à 20/08/83.

Indígenas participantes:

Cacique José Upê (Bororo) - Gomes Carneiro
Cacique Salú (Bororo) - Perigara
Cacique Eduardo (Bororo) - Tadarimana
Cacique João Batista (Bororo) - Sangradouro
Cacique Amarílio (Bororo) - Aldeia Garças /Meruri/
Cacique Enelino (Bororo) - Aldeia Meruri
Cacique José Luiz (Bororo) - Jarudori
Cacique Antonio Rondon (Bakairi) - Simão Lopes
Zefina Bororo (esposa de J. Luiz) - Jarudori
Alaide Bororo (Gomes Carneiro)

Observação: Acompanharam a reunião diversos bororo, das diversas Reservas e Postos Indígenas supracitados. Os Caciques estavam acompanhados dos respectivos secretários. Os Bakairi, chefiados pelo Antonio Rondon somavam oito elementos, tanto do PI-Santana como do PI-Simão Lopes.

Não indígenas presentes que assistiram a reunião:

Padre Tomás Lisboa (Jesuita) - trabalha com Muku.
Padre Ochoa (Salesiano) - trabalha c/Bororo -Meruri
Ivan (leigo) - trabalha c/OPAN apoiando causa indígena.
José Calixto-(reporter) - Cuiabá/ ISTO É.
João Magno - (fotografo)- Cuiabá/ ISTO É.
Glorinha - (reporter TV-Globo) Cuiabá.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

(cont-01)

03 acompanhantes da Glorinha - (fotógrafos e filmadores).

Sr. Kazuto - (Deputado Estadual PMDB) - Cuiabá.

Sr. Mauro - (acompanhante do Sr. Kazuto).

Observação: Também não indígena estava presente o José Guilherme branco casado com índia Bororo (Jarudori).

Assuntos principais da Reunião:

- invasão de terra no PI-Gomes Carneiro.
- má atuação dos funcionários da 5ª DR/FUNAI/CUIABÁ-MT.
- situação precária da Casa do Índio.
- desconsideração aos Bororo e outros índios por parte de funcionários da 5ª Delegacia Regional.

Objetivo final da reunião:

- Apresentar um documento ao Sr. Presidente da Funai contendo todas as decisões e reivindicações discutidas na reunião.

Histórico da viagem:

Saímos para a RI-Meruri na tarde do dia 16 de agosto de 1983, chegando lá na Aldeia de Meruri por volta das 19:00 horas (BSB). Conversando com o Sr. Padre Diretor soubemos que a reunião aconteceria na aldeia Garças e que alguns indígenas já se encontravam no local. Como estávamos de carro próprio (Fiat) e a estrada não apresentava condições de trânsito para carro pequeno. Pernoitamos em Meruri e na manhã do dia 17 a ambulância Rural da Missão nos levou até a aldeia do Garças.

Ao chegarmos, embora com um pouco de surpresa fomos muito bem recebidos pelos membros da Aldeia Garças que muita amizade mantem por nós. Também pelo Sr. Pe.Ochoa.

Soubemos que a reunião ainda não tinha começado pois estavam aguardando o resto da turma chegar. O caminhão de Meruri tinha ido buscar os caciques de Perigara, Tadarimana e Gomes Carneiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI (cont-02)

Encontravam-se na Aldeia apenas o Cacique dos Bakairi (PISimão Lopes) juntamente com mais sete índios da mesma origem. Os índios de Jarudori (José Luiz, Zefina e o José Guilherme e sua esposa Bororo). O Pe. Tomás Lisboa (Jesuita) que colaborou na organização da reunião -(CIMI), o Pe. OCHOA (salesiano), o Sr. Ivan (OPAN), o José Calixto (reporter) e o João Magno (fotografo).

Tanto o Calixto como o Magno estavam fazendo "matéria" para a Revista ISTO É. O Pe. Ochoa, Pe. Tomás e o Ivan colaboraram para a concretização da reunião, com apoio alimentar e de condução.

Informe saiu matéria junta.

No dia 18/08/83, pela manhã chegaram os indígenas esperados. Os caciques e demais companheiros. Posteriormente chegou mais um caminhão de Meruri. Muitos eram os Bororo que se juntaram, os caciques para a reunião e os outros para cumprimentos e festejos.

Também pela manhã do dia 18 chegaram os repórteres da TV-Globo (Cuiabá), a Glorinha e mais tres acompanhantes (fotógrafo e filmador). Entretanto não estavam propriamente a serviço da Televisão, estavam apenas documentando e reportando em video-casset.

Na noite de 18/08/83, ainda chegou o Deputado Estadual do PMDB, Sr. Kazuto, juntamente com um acompanhante, convidado pelas lideranças Bororo, e, que estava disposta a encaminhar e apoiar através da Câmara dos Deputados as reivindicações dos Bororo.

A reunião iniciou-se na tarde do dia 18 na Aldeia do Garças/Meruri terminando no dia 20 na Aldeia do Meruri.

Conforme combinado entre os Bororo e falado na Reunião, no início, somente os Bororo e índios poderiam manifestar opinião e palavra, não sendo permitido aos não índios, quer seja Padre, Funcionário da Funai ou outro qualquer.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI (cont-03)

Houve pronunciamento de todos os caciques, uns em português outros na própria língua materna. A índia Bororo Alaide de Corrego Grande traduziu os pronunciamentos dos índios de Corrego Grande. Alguns outros Bororo, não caciques também deram depoimento. Os índios Bakairi não tinham nenhuma reclamação concreta sobre sua Reserva e PI embora concordassem com os Bororo quanto ao mau atendimento da 5ª Delegacia Regional, estavam simplesmente apoiando os Bororo e participando.

O assunto mais relevante foi o da invasão de Corrego Grande (PI-Gomes Carneiro), onde os fazendeiros estão bem no meio da Reserva e é do inteiro conhecimento do Sr. Delegado Regional da 5ª DR. Dizem os índios que o Sr. Delegado (Dr. Darci Cunha) diz ser legal, pois o fazendeiro paga (arrendamento) mas que os Bororo nada recebem. Que a muito tempo estão invadindo a Reserva.

Outra questão importante foi quanto aos índios de Jarudori, ^{Bororo} que perderam suas terras e acabaram perambulando pelas vilas e cidades. Chegaram no PI-Tadarimana e dizem que o Chefe de Posto Fermão levou-os para fora da Reserva, dizendo que estavam botando "coisa" na cabeça dos outros. Tinham tomado um trator e queriam tomar o barco para poderem policiar, os Bororo mesmo, a Reserva que parece já estar sendo invadida. Dizem que o Chefe de Posto não faz muito por isso. Posteriormente, dizem que o próprio Chefe do PI mandou a polícia civil prender dois filhos da índia Refina. Todos esses acontecimentos foram causa de revolta entre os índios e até pronunciamento pelo Sr. índio José Luiz (Bororo) na televisão de Cuiabá-MT, gerando a Reunião geral de caciques a solicitação do Cacique Salú de Perigara.

Houve muitas queixas a respeito do Sr. Delegado Regional (Coronel Cunha), o Substituto (Sergio), a Assistente Social (Arlene) e o Chefe da Casa do Índio (Alvaro). Realmente todos são unânimes em dizerem que não gostam deles, havendo até uma questão de desvio de verba dos aposentados e do Proje

to, conforme algumas manifestações.

O Cacique Salú (PI-Perigara) manifestou a intenção de pedirem ao Sr. Presidente da Funai a substituição do Delegado da 5ª DR pelo Sr. David, atual Chefe de Posto do Perigara, índio Terena. Gostam muito dele.

Por duas vezes os Caciques se reuniram sozinhos, sem presença de Não Índios, uma para decidirem sobre a continuação da reunião em Meruri e outra para decidirem sobre o documento a ser apresentado ao Sr. Presidente da Funai.

O documento será entregue ao Sr. Presidente da Funai pessoalmente, por representantes dos Caciques. Provavelmente o índio Paulo Meriacuréu.

Relembrou a perda da terra em Jarudore e uma outra, de tradição dos Bororo, ocupadas por fazendeiros e posseiros, terra já demarcada pelo Rondon e parecem estarem interessados em recuperar parte da Reserva, existindo com o índio José Luiz um mapa indicativo da terra perdida, nos rios Paraíso e Foxo-réu. Pouco podemos relatar a respeito pois não conhecemos a região e nem o problema em si, somente o pouco que acompanhamos em conversas. Parte dos Bororo do Garças originaram daquele local e partiram dali por pressão dos brancos, fazendeiros e posseiros.

Foram distribuídos pelo Sr. Deputado Federal o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o Dia do Índio, em anexo, comentando parte dos problemas dos Bororo.

Gravação da Reunião dos Caciques Bororo: 03 fitas anexas.

Fita I - lado 1 - 1º José Luiz (Jarudore)
 lado 2 - 1º Alaíde Bororo (Corrego Grande).
 2º Zefina Bororo (Jarudore)
 3º Índio Bakairi.

Fita II- lado A - 1º João Batista (Meruri/velho)
 2º Eduardo (Tadarimana)
 3º Ex-cacique (Tadarimana-Henrique)
 4º Bakairi (Antonio Rondon)

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI (cont-05)

- lado B - 1º Índio Bakairi
2º Paulo Miriacureã (Meruri)
3º José Carlos (Aldeia Garças)
4º José Luiz (Jarudore)

- Fita III lado 1 - 1º Índio Bororo (Perigara)
2º " " (Tadarimana)
3º " " (Perigara)
4º Índio Bakairi
5º ?
6º Alaide (Corrego Grande)

- lado 2 1º Alaide (Corrego Grande)
2º ?

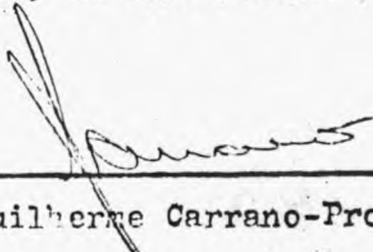
Obs: o restante não foi sobre a reunião, trata-se de uma fita emprestada pelo Pe. Ochoa.

Nota: Os reporteres J. Calixto e Magno não participaram completamente da reunião retornando para Cuiabá-MT no dia 18 (dezoito).

Sem mais para o momento, //

//

/ Atenciosamente, em 23/08/1983.



(Guilherme Carrano-Prof. 1º grau 7º DR)



DIA DO ÍNDIO

O SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação atual das terras dos índios bororos, do Mato Grosso, é das mais críticas. A reserva indígena do Merure está apenas parcialmente demarcada, apesar de contar com o apoio político e econômico sistemático dos missionários salesianos. Sem qualquer apoio encontram-se os bororos da reserva de Teresa Cristina, Tadarimana e Jarudori. Dentre estas três, a reserva do Tadarimana, delimitada e demarcada, ainda não sofreu invasões, embora esteja fortemente ameaçada por brancos da área interessados nas ricas matas e terras muito férteis que nela se encontram. Já a reserva de Teresa Cristina está irreversivelmente invadida por importante fazendeiro que ocupa as melhores terras bem no centro, enquanto os bororos, seus antigos ocupantes, são obrigados a se restringir à ocupação de terras arenosas, muito pouco propícias ao cultivo, além de se debaterem com a intrusão de posseiros e pescadores. É voz corrente na região que "as reservas indígenas vão acabar". A situação mais catastrófica é a dos bororos do Jarudori, que se viram forçados a abandonar gradativamente a sua reserva, pois viram a sua aldeia cada vez mais sufocada por uma cidade de brancos que nela vinham estabelecer-se por ocasião do surto de garimpagem e intensificação da lavoura a partir dos anos 40. Atualmente os bororos do Jarudori são representados por um pequeno grupo de casas de palha totalmente abandonadas, cercadas por arame farpado bem no meio de uma "corrutela" de civilizados. Dispersos, os seus habitantes não conseguem integrar-se nas reservas bororos vizinhas. Isto sem falar do desaparecimento de numerosas aldeias bororos independentes, espalhadas pela bacia do rio Vermelho e médio São Lourenço, que, tentando viver autonomamente, acabaram por desintegrar-se frente às pressões inexoráveis dos regionais.

Cabe a FUNAI acelerar a demarcação das terras bororos antes que sejam irremediavelmente invadidas por posseiros, fazendeiros e empresários ligados à exploração agropecuária. Cabe à FUNAI garantir que as terras indígenas demarcadas sejam registradas em cartório para impedir a legalização de terras tribais usurpadas por métodos por demais conhecidos a todos. Cabe à FUNAI indenizar a tribo bororo pela perda das terras do Jarudori, com base na consulta às suas comunidades, vergonhosamente burladas e negligenciadas pela passividade do órgão tutor frente às pressões da área. Cabe à FUNAI alterar rapidamente o sentido da sua política étnica, fachada de passiva convivência que mantém frente a pressões exercidas em plano nacional e internacional. Cabe a nós, membros da sociedade civil, desmascarar tal fachada inexoravelmente acoplada ao desenvolvimentismo tecnocrata instaurado em nosso País e lutar não por um "paternalismo" selvagem, mas pela salvaguarda, em nosso meio, dos reais direitos humanos que, antes de mais nada, são representados pelo real direito à sobrevivência. Sobreviver, no caso dos bororos, bem como o de qualquer outra minoria indígena, representa viver segundo costumes próprios que, por sua vez, se acham indissolúvelmente interligados a uma base territorial específica em termos de recursos materiais. Negligenciar e usurpar tal substrato territorial aos bororos significa enveredar por uma política de extermínio da tribo, enquanto unidade social e, culturalmente, diferenciada, que, por sua vez, envolve processos de desorganização psicossocial e sintomas de anomia social e deterioração física dos próprios indivíduos.

Em suma, se os bororos clamam com veemência pelo direito inalienável de continuarem vivendo em suas poucas terras é porque clamam pelo direito básico de continuarem existindo cultural e fisicamente, questão esta que não representa mera alternativa de vida, mas, sim, o próprio imperativo da sobrevivência.

19 DE ABRIL DE 1983

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO SEMANAL DA 4a. DR

PERÍODO: 21/11 a 02/12/83

01 a 16 - Nada a informar

Em reunião que tivemos hoje com o Pe. Fabiano Kachel, SVD. obtivemos os seguintes informes:

"Que na semana de 21 a 25/11/83 foi realizada em Curitiba - Pr. reunião do CIMI-Sul. Participaram 20 elementos, entre padres, freiras e leigos. Que na reunião foi dito que a FUNAI executa uma 'Política Divisionista' nas áreas indígenas, visando o extermínio dos silvícolas. Não existe forma de aceitar a atuação da Fundação.

Que afirmam ter a FUNAI destinado verba para a demarcação do PI Rio das Cobras, mas que tais recursos não foram utilizados, talvez desviados.

Que a FUNAI vem deportando índios da Aldeia Avã-Guarani, em São Miguel do Iguaçu-Pr.

Que estaria havendo 'negociata' com madeira na construção de casas para os índios do PI Rio das Cobras.

Que esteve presente na reunião o índio Alvaro Tucano, da UNI, solicitando apoio logístico para realização de reunião com indígenas de vários Estados nesta Capital ainda neste mês de dezembro."

Era o que tínhamos a informar.

Curitiba, 02 de dezembro de 1983.

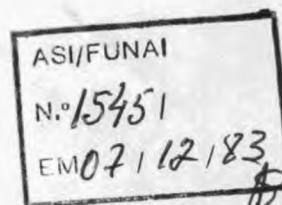
HARRY LUIZ ÁVILA TELES,
Del.Reg./4DR

HLAT/tbl.

MRL 40, p. 309/354 ASI
em 07 Dez 83

An. R.

Ag





MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ASI/FUNAI
N.º 1363/83
EM 13/10/83

Em 13 Oct 83
Au. 1
m

Em 06/10/83

Supo Au. 2.
Supo Sec.
m

Memº nº 21 /83/GAB/4DR/CONF.

Do: Delegado Regional
Ao: Assessor-Chefe da ASI/FUNAI
Assunto: Memº nº 134/ASI/CIRC. (Responde)

CONFIDENCIAL

Senhor Assessor-Chefe:

Em resposta ao Memº nº 134/ASI/Circ. de 26/9/83, informamos que no âmbito desta Regional temos observado reinício da atuação de entidades paralelas ditas de "apoio ao índio", tais como CIMI e ANAI.

Tal atuação tem sido com maior intensidade junto à Aldeia AVÁ-GUARANI, em São Miguel do Iguacu - Pr, através de tentativas de desestabilização da liderança indígena atual, utilizando-se de silvícolas dissidentes de outras áreas e até mesmo do Paraguai.

Para tanto, tais grupos utilizam-se, ainda, de duas religiosas que, no início deste ano, ingressaram naquela aldeia sem prévia autorização da FUNAI.

Essas religiosas têm procurado, através de meios de comunicação, incitar a opinião pública contra o órgão-tutor sob a bandeira de estar expulsando famílias indígenas da área e de subornar o cacique.

Já no PI Mangueirinha, o índio Francisco Luiz dos Santos tem andado em constantes contatos e reuniões com políticos da oposição, com ANAI e CIMI.

Francisco Luiz tem efetuado acusações contra a atual liderança, dizendo ser "comprada" pela FUNAI, que os recursos oriundos do Projeto Serraria são "embolsados" pela FUNDAÇÃO. Junto com ele, está o índio José Luiz, expulso daquela área há anos atrás, sob suspeita de assassinato de outro silvícola.

Francisco e José Luiz têm contado com o apoio e colaboração da pseudo-índia ANA MARIA PARDO - "ENAIE", proprietária de um Salão de Beleza em Curitiba. Esta senhora nunca viveu em área indígena e é

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

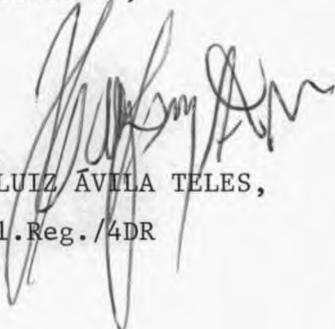
Memº nº 21 /83/GAB/4DR/Conf. - Cont.

"assistida" pelo Advogado e Sociólogo Paulino Agostinho do Nascimento, fun
cionário do Ministério de Comunicações nesta Capital.

A comunidade indígena de Mangueirinha está bastante in-
disposta contra Francisco Luiz, devido as suas entrevistas desairosas à Im
prensa.

É o que tínhamos a informar.

Atenciosamente,


HARRY LUIZ ÁVILA TELES,
Del.Reg./4DR

HLAT/tbl.

DOCUMENTOS PESQUISADOS NA A.S.II - O CIMI - Documento nº 231-A/75

No período de 02 a 04 de setembro de 1975, realizou-se na Colônia de MERURI um Encontro de Chefes Indígenas convocados pelo líder BORORO Lourenço Rondon, com a participação do padre Thomás Aquino Lisboa, que conduziu ao Encontro 17 índios da Missão Anchieta; o padre Egydio Schwade, Secretário do CIMI; dom Thomás Balduino, bispo de Goiás; dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix.

Objetivos do Encontro:

- a) sensibilizar os chefes indígenas para possíveis irregularidades que estariam ocorrendo nos PIs da FUNAI; LSN - Art. 36
- b) conscientizar o índio para um movimento nacional de defesa da terra, alheios à obediência das autoridades constituídas; LSN - Art.: 21, 23 e 36
- c) argumento utilizado: o governo não pretende solucionar o problema de terras indígenas e vem obstando o trabalho daqueles que desejam fazê-lo; LSN - Art. 27 e 42
- d) foi abordado o episódio do padre Francisco Jentel, apontado como vítima de arbitrariedade do governo; etc. etc. etc.

O esquema da Reunião na Colônia Indígena de Meruri contou com a participação de 15 padres jesuítas, entre eles três bispos:

dom Henrique Frochlicd - diretor da Missão Anchieta
dom Thomás Balduino - Presidente do CIMI (à época)
dom Pedro Casaldáliga.

Resumo Prof INALDO
DA AGESP NA ASI
ABRIL/83

IRMÃ MERCEDES SETEM

Admitida na FUNAI, na condição de Enfermeira, em 18.06.74, no HOSPIN, ligada ao bispo Casaldáliga, ocupava-se da tarefa de subverter os índios de Santa Isabel do Morro, procurando p/ choque de índios com militares do Destacamento da FAB, no Parque Indígena do Araguaia.

DOM THOMÁS BALDUÍNO

Remonta há já cerca de 15 anos atrás a atuação desse bispo com pronunciamentos e apoio ao bispo dom Pedro Casaldáliga, incentivando a luta de classes e jogando o trabalhador rural contra o próprio governo. É um dos autores do Documento de Urgência: "Y-JUCA-PIRAMA - o índio é aquele que deve morrer". LSN - Art. 36 - Itens I, III e IV

VIII ASSEMBLÉIA DE CHEFES E REPRESENTANTES INDÍGENAS

A Assembléia realizou-se nos dias 16 a 19/04/77, nas ruínas de São Miguel (RS), com a presença de chefes BORORO, PARECI, KAINGANG, XAVANTE, GUARANI, APIAKÁ e KAYABI.

Assuntos discutidos:

- a) Acusação ao Chefe do PI de escolher o cacique;
- b) Acusação ao Chefe do PI de apoiar mais o intruso do que o próprio índio;
- c) Quando o Chefe do PI é bom, a FUNAI retira;
- d) Proibição das reuniões;
- e) FUNAI promete mas não cumpre seus tratos;
- f) Assistência Médica discriminada;
- g) FUNAI não garante as terras.

LSN - Art.: 36 e 42

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

O CIMI conseguiu em 1976, contra a FUNAI, a qual foi realizada em março de 1977.

II - PROPAGANDA ADVERSA

Atuação do CIMI como fonte de informações contra Brasil no Exterior:

Carta apreendida no tráfego postal da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em Brasília e endereçada ao CIMI pelo INSTITUT DE MISSIONOLOGIE ET DE SCIENCE DES RELIGIONS.

O material citado não deixa dúvida quanto à posição do CIMI que deturpa a imagem do Brasil no Exterior.

Início da carta: "Muy estimados señores, ustedes me han mandado material de información. Quiero agradecerles cordialmente su amable ayuda, etc.

Vale acentuar que os assuntos publicados no Exterior através de informações prestadas pelos padres, eram comentados por eles mesmos na CPI realizada em março de 1977.

LSN - Art. 6º e 23

MORTE DO PADRE JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER

Rendeu, a partir da data do fato: 13.10.76, o maior escarcêu até à prisão e expulsão da polícia militar do soldado EXY FEITOSA RAMALHO. O CIMI colocou-se, então na condição de vítima mais infeliz e desgraçada.

JORNAL DE BRASÍLIA, DE 26.10.76

Missionários admitem diálogo com a FUNAI, mas com restrições:

Dom THOMÁS BALDUÍNO: "Este diálogo precisa ser feito em campo aberto à opinião pública, sem cochichos e segredos. Isso sim interessa à sobrevivência do índio, além de ser uma exigência do viver humano e do existir cristão" (...)

APELO AO MINISTRO DO INTERIOR

Em 29/10/76 (ofício nº 512/PRES) - O Presidente da FUNAI resolveu fazer apelo ao Ministro Rangel Reis, quanto à situação insuportável decorrente das atividades desenvolvidas por bispos e padres junto às comunidades indígenas.

COMISSÃO PASTORAL DA CNBB - 09.11.76

"O Globo" divulga apoio da CNBB aos bispos ligados aos movimentos de ação junto aos índios.

RELATÓRIO DO CHEFE DO PI TUPINIQUINS

Of. nº 006/Confidencial - Membros do CIMI têm gerado inúmeros incidentes e mobilizações diversas de índios, num propósito único de criar embaraços e dificuldades para a FUNAI e para o governo, constituindo, sem dúvida alguma, uma ação subversiva e contrária aos interesses do país. LSN - Art. 27

A MÁSCARA MISSIONÁRIA DO CIMI

Artigo publicado na FOLHA DE RORAIMA de 01.08.80 de autoria do jornalista João Alencar. Trata-se de longa reportagem denunciando as infâmias do CIMI e com a legenda: "A MÁSCARA MISSIONÁRIA DO CIMI COMEÇA A CAIR. ALGUNS NÃO TÊM COMPROMISSOS COM OS INTERESSES NACIONAIS".

JORNAL "LUTA INDÍGENA" MIMEOGRAFADO

Jornaleco rodado com apoio do CIMI acusa a FUNAI (junho de 1980) de ocultar o assassinato do cacique ÂNGELO KRE TÃ (KAINGANG) morto num acidente de automóvel.

Nesse mesmo jornaleco, um ataque ao Governo do Rio Grande do Sul: "Governo do Estado rouba as terras indígenas e depois dá galinhas para os índios criarem, etc. LSN - Art.: 14 e 42

PEÇA TEATRAL EMBARGADA EM MANAUS

Do Delegado da 1a. DR (Kazuto): Elementos ligados ao CIMI prepararam a peça intitulada "A Grilagem do Cabeça", mas a censura não deixou que a mesma fosse encenada no Teatro Amazonas. LSN - Art. 42

A peça é uma crítica sarcástica, falando sobre ter ra;

Fala da invasão da fazenda do Cabeça Branca;

Fala do Apoena Meirelles. Percebe-se o veneno nas entrelinhas.

CARTA ABERTA AO PAPA

Uma série de queixas e acusações contra a FUNAI, principalmente queixa-se da falta de assistência ao índio. LSN - Art. 6º

GUERRA CONTRA A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU

critica o governo, critica o Decreto nº 86.629, diz ser o decreto que roubou ao índio 500.000 hectares aos Waimiri-Atroari. LSN - Art. 14, 27 e 36

PALESTRA DE PAULO SUESS NO COLÉGIO DOM BOSCO*INFORME*

A informação foi de que um padre Paulo do CIMI fez uma palestra no Colégio Dom Bosco, acusando o Governo e a FUNAI do seguinte:

- 1) A FUNAI e o Governo prejudicam os índios;
- 2) Funcionários da FUNAI tiram sangue dos índios para identificá-los e resolverem o problema de ter ras;
- 3) O branco entra na terra dos índios por dinheiro;
- 4) A FUNAI é uma bagunça, pois já trocou de Presiden te três vezes.

Ao término da palestra foram distribuídos diversos panfletos. LSN - Art. 36 - I, IV e VI

O CIMI RECEBE DINHEIRO DA HOLANDA PARA APLICAR EM ATIVIDADES INDIGENISTAS, NO BRASIL (...)

Informação confidencial da DSI do MINTER, datada de 14.05.82, segundo a qual o CIMI Norte II recebeu da Organização Católica para Co-financiamento de Programas de Desenvolvimento (CEBEMO) da Holanda, HF I 164.790 Florins holandeses, equivalente a CR\$ 9.366.000,00 para atender Projeto denominado "Programa Educativo para Grupos de Índios" a ser desenvolvido no prazo de três anos entre índios Tembê, Assurini, Parakanã e Arara, no Estado do Pará e Território Federal do Amapá.

O CIMI justifica o Projeto com a nota: "proteger o índio contra o potente capitalismo, para que eles possam manter sua própria cultura e se organizarem para que possam se defender (???....)"

O CIMI justifica ainda à CEBEMO que "as terras são tomadas dos índios para a construção de estradas, desenvolvimento das grandes empresas agrícolas, lucros com a exploração de minérios como bauxita e carvão, e construção de uma represa - Tucuruí. LSN - Art.: 12, 14 e 42

LITERATURA NÃO RECOMENDÁVEL DIVULGADA PELO CIMI E PELA ANAÍ (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO)

Trata-se, aqui, de duas publicações do CIMI e da ANAÍ de Ijuí:

- 1) CIMI: "A História de São Sepé"
- 2) ANAÍ/IJUÍ: "Procurando"

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS ACERCA DO CIMI
COLHIDAS EM JORNAIS E DOCUMENTOS

"FOLHA DE SÃO PAULO" - 16.12.81 - pág. 05

Manchete: **"DOM THOMÁS CONSIDERA O USUCAPIÃO COMO "BURLA"**

Síntese do Texto: "Bispo de Goiás Velho e Vice-Presidente do CIMI - Dom Thomás Balduino" - classificou a Lei do Usucapião como "uma burla com fins eleitoreiros", acrescentando que a legislação foi "uma concessão puramente burocrática bacharelista do governo". Disse ainda que "os índios recebem indenizações irrisórias, em troca da perda de suas terras". Disse ainda: "A FUNAI age como uma mãe tutora do interesse dos índios". LSN - Art.: 14 e 27

"ZERO HORA" - 02.08.82

Manchete: **"DENÚNCIA"**

Síntese do Texto: DENUNCIA o CIMI que a FUNAI e a CAPEMI desviaram CR\$ 69.000.000,00 da indenização devida aos índios PARAKANÁS. LSN - Art.: 42 - V

"FOLHA DE SÃO PAULO" - 26.08.82

Síntese do Texto: CNBB encampa denúncia do CIMI, segundo a qual a FUNAI realiza distribuição de anticoncepcionais para as mulheres índias do Nordeste. Dom Orlando Doti declarou que o objetivo é o aniquilamento dos índios. LSN - Art. 42 - V

RESQUISA PROF INALDO
DA AGESP NA ASI
APR 183

"JORNAL DO BRASIL" - 29.08.82

Síntese do Texto: CIMI denuncia exploração de petróleo em 35 aldeias dos índios SATARÉ-MAWÉ, com aquiescência da FUNAI, pela empresa estrangeira British Petroleum. LSN - Art. 42 - V

"PORANTIM" - Setembro/1982 - pág. 03

Síntese do Texto: Denuncia a FUNAI de haver feito acordo com a empresa BENFAM, para esterilizar os índios com a aplicação de anticoncepcionais, começando pelos índios KAPINAWÁ, em Buíque-PE. LSN - Art. 42 - V

Síntese do Texto: CNBB aprovou moção de apoio ao CIMI "por sua firme posição a respeito da esterilização das mulheres indígenas e distribuição de anticoncepcionais. LSN - Art. 42 - V

Síntese do Texto: Acusa severamente o Governo Brasileiro em relação ao Projeto CARAJÁS, apontando erros com a ocupação da área pela barragem do Tucuruí. LSN - Art. 27

"PORANTIM" - Setembro/1982 - pág. 04

Síntese do Texto: O CIMI fala de remessa de telex ao Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, comentando a auto-determinação dos povos indígenas do Brasil COMO POVOS e COMO NAÇÕES (grifos da AGESP). LSN - Art.: 6º e 13

Síntese do Texto: Crítica ao Ministro Ludwig, dizendo que S.Exa. chamara os jornalistas de comunistas, por ocasião da apresentação da maquete do Museu Nacional do Índio.

"PORANTIM" - Outubro/1982 - pág. 1

Síntese do Texto: Acusa a FUNAI de EXPULSAR os PATAXÓ para agradar aos fazendeiros do PDS baiano. Afirma que o Presidente Leal tenta iludir os índios com chantagens, ameaças, falsas promessas e dinheiro. (grifo da AGESP) LSN - Art.: 14, 27 e 23

página 03

Síntese do Texto: CIMI acusa Polícia Federal de haver torturado posseiros e índios com a inteira conivência da FUNAI através do Chefe do PI, servidor JORGE AMORIM. LSN - Art.: 3º § 2º, Art. 14 e 42 - V

página 05

Síntese do Texto: Acusa de agressão aos índios MACUXI: 1 fazendeiro, alguns capangas, quatro policiais militares, tudo sob a cobertura da AERONÁUTICA e da polícia federal. Declara o CIMI que os fatos ocorreram na maloca de CAMARAREM. LSN - Art. 36

página 07

Síntese do Texto: Classifica de carnaval as festividades de 7 DE SETEMBRO, quando em Dourados-MT, foi organizado um desfile com duas apresentações (segundo o CIMI) - índios KAYOWÁ enfeitados de penas - mostrando a Dourados de ontem e índios KAYOWÁ uniformizados de estudantes, mostrando a Dourados de hoje. No final do comentário, vem o veneno: "Dourados de hoje estão "despedaçados" e sem as suas terras". LSN - Art. 36

"PORANTIM" - Outubro/1982 - página 7

Síntese do Texto: Sob o título: **"A FUNAI É TODA OLHOS E OUVIDOS"**, informa o CIMI que "cada Posto Indígena é, hoje, um virtual Posto do SNI, que controla não só o movimento dos Índios como o dos posseiros".
LSN - Art.: 14 e 36

Nota da AGESP: Defendem os Índios e advogam a causa dos posseiros que, de alguma sorte, incomodam os Índios !!!

idem, idem - pág. 9

Síntese do Texto: Sob o título: **"A FUNAI É TUTORA IRRESPONSÁVEL"**, a representação movida contra a FUNAI e assinada por MARIA DO ROSÁRIO GONÇALVES DE CARVALHO p/ ANAÍ/BA, MARIA ARACY DE PÁDUA LOPES DA SILVA p/ CPI/SP, ANA GITA DE OLIVEIRA p/ CTI e dom JOSÉ GOMES p/ CIMI (seu Presidente). LSN - Art. 42

idem, idem - pág. 10

Síntese do Texto: Declara o CIMI que o Governador da BAHIA, em 1976, declarou infiltração comunista, naquele Estado, no Posto Indígena Paraguaçu, exatamente como pretexto para expulsar os Índios HÃ-HÃA-HÃE de suas terras. LSN - Art. 42

"O ESTADO DE SÃO PAULO" - 17.09.82

Manchete: **CIMI ACUSA A FUNAI**

Síntese da Notícia: Dom JOSÉ GOMES, Presidente do CIMI, decidiu representar contra a FUNAI junto ao Ministério Público, com base no art. 20 da Lei 6001.

"O ESTADO DE SÃO PAULO" - 18.09.82

Síntese da Notícia: O CIMI resolve acusar a FUNAI de estar exercendo um tipo de "terrorismo tutelar".
LSN - Art. 42

"JORNAL DO BRASIL" - 22.09.82

Síntese do Texto: "O CIMI" diz que a FUNAI foi pressionada por forças políticas, às vésperas das eleições de novembro, e ameaçou retirar o seu apoio e o da Polícia Federal e de entregá-los à ira dos arrendatários se os PATAXÓ não concordarem com a transferência". LSN - Art.: 3º e 42

"JORNAL DE BRASÍLIA" - 26.09.82

Manchete: **CIMI REVELA CAUSAS DA EXPULSÃO DOS PATAXÓ**

Síntese do Texto: Entre outras coisas denuncia o CIMI que a FUNAI tentou com muitas pressões, promessas e chantagens convencer os PATAXÓ a se deixarem transferir. LSN - Art.: 3º, 27 e 42

"JORNAL DE BRASÍLIA" - 06.10.82

Manchete: **"CIMI ACUSA A FUNAI"**

Síntese do Texto: O CIMI acusa a FUNAI de subversiva, declarando que ela é subvertora da ordem, fazendo-se infiltrar na comunidade PATAXÓ, por ter transgredido o art. 20 da Lei 6001, transferindo os índios de sua área. LSN - Art.: 3º, 27 e 42

"O GLOBO" - 20.10.82

Síntese da Notícia: Em documento da Pastoral Indigenista de Ita coatara, o padre EGYDIO SCHWADE denunciou, ontem, o fato de o governo ao elaborar o Decreto-Lei 86.630, de 23/11/81, que desmembrou 31% da reserva indígena WAIMIRI-ATROARI, ter praticado um ato consciente e programado de genocídio, a fim de favorecer empresas de ocupação e propiciar a construção de uma hidrelétrica. LSN - Art.: 3º, 14 e 42

"CORREIO BRASILIENSE" - 24.10.82

Síntese da Notícia: O coronel Ivan Zanoni Hausen foi visto como inimigo dos indígenas na Conferência Internacional de Washington. A conferência foi organizada pelo "Antropology Resource Center".
LSN - Art. 14

"CORREIO BRASILIENSE" - 06.11.82

Manchete: **"CIMI DENUNCIA PRISÃO DE TRÊS MISSIONÁRIOS"**

Síntese do Texto: Nota historiando a captura dos três missionários, aprisionados quando no cumprimento de sua "missão".

CARTA AO CIMI

Revmos. Srs.

Venho, já de algum tempo, acompanhando a luta em que V. Revmas vos encontrais empenhados, através de uma entidade chamada CIMI. E sinto que já não tenho condição de manter-me na posição do observador silencioso. Algo me diz que alguma coisa deve ser feita, e com urgência, antes que alguém se machuque seriamente.

Como é costume dizer-se na minha terra, a corda só quebra no ponto mais fraco. E se assim efetivamente acontece, quem se machucará, no caso, será o índio, se alguma providência não for tomada quanto antes. Por outro lado, não sei porque cargas d'água o Governo Brasileiro já não enquadrou o CIMI na Lei de Segurança Nacional, porquanto o que tenho observado, meus senhores, é que estais organizando uma verdadeira revolução de subversões neste país! Mas eu pergunto: - o que sois? Que tipo de bandeira do anti-Cristo conduzis? A do comunismo da violência? A do Nazi-fascismo de Hitler e Mussolini? Qual é a vossa, Senhores? Este é um país pacífico, é verdade, mas é um país de respeito!!

Lembro-me que desde bem antes do tempo em que o General Ismarth assumiu a presidência da FUNAI, na época do SPI, já os senhores "casavam e batizavam" por esses sertões em fora, levando aos nossos índios o desespero e a precipitação. E os senhores se dizem pertencer à ordem dos padres jesuítas, ordem criada em homenagem ao maior de todos os santos que este mundo conheceu. Mas, ora vamos, senhores padres, Jesus, também chamado o Cristo, que me conste, não foi nenhum desordeiro, nenhum provocador de chacinas ou badernas. Em nossa História, estão registrados os feitos de Anchieta, Nóbrega e tantos outros que foram jesuítas, mas que respeitavam o santo e sagrado nome do Senhor. Vêde bem, padres, como é difícil entender a conduta do jesuíta que os senhores, hoje, representais em

comparação com a conduta de JESUS, o Cristo: "Dai a César o que é de César" (Mt. 22:21), "Concilia-te com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele" (Mt. 5:25), "Não resistais ao mal (Mt. 5:39), "Não julgueis para que não sejais julgados" (Mat. 7:1) "Mas ai do homem por que o escândalo vem! (Mt. 18:7), "Ninguém vem ao Pai, senão por mim" (Jo. 14:6), etc. E fiquemos por aqui pois vós, se sois efetivamente padres, é claro que não aprendestes, já se vê, mas lestes tudo isso das letras sagradas, e de quem injustamente preso, mandou que Pedro recolocasse a espada na bainha quando o velho apóstolo quis reagir contra a prisão injusta e indevida do Mestre.

Não sei, padres; não sei não! Mas a vossa conduta não é nada diferente da dos homens terríveis da KLUZ-KLUZ-KLAN. Aliás a vossa conduta é bem pior, muito pior. Sabe porque, padres? Porque há uma passagem nas escrituras, digo, nos Evangelhos, em que JESUS declara que mais será exigido de quem mais houver recebido. É isso. E se sois padres, recebestes muito mais do que aquela gente má, assassina, hedionda, horrível, racista da KLUZ-KLUZ-KLAN, que nunca conheceu a ciência do Evangelho de JESUS, que reflete a Lei de Deus!

Padres, na minha condição de velho combatente dos inimigos da Pátria, eu tenho pra mim, de mim para comigo mesmo, que a vossa guerra não é pelo Índio: a vossa guerra é contra o Brasil que ama e mantém uma instituição para proteger, educar e integrar o Índio à comunhão nacional. Porque se vossa guerra fosse em favor do Índio, vós não perseguiríeis a casa do Índio que é a FUNAI. Vosso ódio é dirigido ao Brasil, vosso desamor é dirigido a esta nação e eu não sei porque o Governo não o percebe! Ou estou enganado? ou será a emoção que me trai?! Recordo neste instante, ao pensar assim, a figura do velho companheiro, isto é, do velho soldado que amou tanto o Índio que chegou, mesmo, a declarar num brado de Amor que reboasse por vales, planícies e montanhas: "Se preciso morrer, matar nunca!"

E quantos pobres Índios têm morrido, padres, por vossa culpa! porque os tendes instigado, abusando de sua inocência e atirando-os contra as balas assassinas dos pões de fazendas, de grileiros e posseiros... Porventura sois

tão estúpidos que o não percebeis? Ou julgais estúpidos os poderes constituídos deste país a ponto de não conseguirmos adivinhar-vos as intenções?!

Chega, padres! Pois se é exagero de um velho soldado, se é delírio de uma mente já cansada, que se revolta contra tanta infâmia e maldade, por favor dai-me uma prova: Há centenas, milhares, talvez dezenas de milhares de crianças pobres, infelizes, carentes e abandonadas - candidatas naturais ao crime, à loucura - ide ao seu encontro, abraçai-as, e reconduzi-as aos braços de nosso Senhor Jesus-Cristo, salvando-as do crime, do ódio, das balas da polícia, amanhã, quando começarem a assaltar, a roubar, a matar. Estareis atendendo ao Cristo, quando afirmou: "Deixai vir a mim as criancinhas". Recordo-me que Ele também disse: "Há outras ovelhas que não são deste aprisco, convém trazê-las a mim!" Fazei isso, empregai bem o vosso tempo, os vossos conhecimentos, a ternura de vossos corações, se é que sois padres. Mas, deixai em paz o índio. Do índio cuida a FUNAI e cuida bem. Depois de dardes esse testemunho, eu anunciarei e irei de público, beijar - vos as mãos!

Tenho acompanhado, padres, os destinos da FUNAI, como acompanhei bem de perto a coragem indômita de Rondón. É um crime o que estais cometendo, atrapalhando a administração do órgão. E eu já me fiz abalar de meu justo e merecido repouso para pedir ao atual Presidente que vos convide para colaborar no órgão como vigilantes religiosos e fui informado de tudo quanto já foi tentado nesse sentido. Paciência! mas nos meus velhos tempos, meu modo de agir seria outro. Tivesse eu condição, e faria repetir mais uma vez o gesto de Pombal. Só que desta vez com maior segurança e sabedoria.

Perdoai-me. Sou um velho cansado que cumpre com regularidade os seus deveres religiosos. Mas é impossível conter o encapelado mar de ondas bravias que se agitam dentro de mim diante de tanta insânia partida de homens que se dizem Jesuítas e ministros de Deus.

Ainda recordando Jesus: "não provoqueis a ira do Justo": se de nada servissem estas toscas linhas, que sirvam para V. Revmas. como aviso, porque se é

verdade que a índole brasileira é tolerante, também é verdade que a nação brasileira, ao longo de sua história, tem sabido execrar aqueles quantos, aproveitando-se de sua magnanimidade, são costumazes na traição, na felonía e na calúnia.

Sabemos todos, e a sabedoria popular o confirma, que a Justiça Divina tarda mas não falha; já estamos detetando no horizonte religioso do clero brasileiro alguns indícios de repulsa aos falsos pastores que se acobertam até com mitra e báculo sob o manto protetor da Igreja mas que por seus atos semeiam a discórdia e a cizânia.

A lição do Cristo é clara, insofismável e eterna: "A árvore se conhece pelos frutos".

Senhores padres, estais avisados: a paciência nacional tem limites; O Estado acompanha os passos de todos os Senhores e, no caso, o banimento de maus sacerdotes poderá ser paralelamente, um grande serviço prestado à verdadeira Igreja que tanto trabalho e sacrifício já emprestou à construção desta grande Pátria que é o Brasil.

Não vos olvideis da lição da moeda, bem como, de que não podereis servir a dois senhores.

Que o Senhor dos Mundos se apiade de vós!

Antônio Azeiteiro de Sousa

A FUNAI ESCLARECE

(matéria paga)

Senhor Diretor

O Jornal que V Sa tão bem dirige e administra tem aberto espaço, nos últimos dias para matéria sobre os índios PATAXÓ, levando ao nosso público leitor, infelizmente, apenas um lado da verdade.

Dentro do espírito de equanimidade que certamente preside a linha editorial de V Sa, e dentro da reciprocidade que a lei de imprensa assegura, a qual agora cito, sem invocar, coloco em suas mãos algumas verdades solicitando sejam publicadas, preferencialmente, neste domingo:

- 1 - o retorno dos índios PATAXÓ às suas terras de origem foi um ato de livre iniciativa do grupo, sem nenhuma interferência ou pressão da FUNAI;
- 2 - a remoção do grupo PATAXÓ para outra área é temporária, e foi a melhor solução encontrada pelo Poder Executivo Federal e Estadual - para facilitar a ação de um outro Poder independente: o Judiciário;
- 3 - tal decisão foi obtida por consenso entre as lideranças índias, o Governo da Bahia, e esta Presidência, na convicção de que em clima de exacerbação emocional seria pouco provável encontrar alguma solução definitiva e permanente;
- 4 - a FUNAI não possui gênios e sábios em seus quadros, mas simplesmente, homens e por isso não tem a pretensão de

corrigir em um ato e de uma só vez todos os equívocos e de sacertos acumulados em anos passados, quiçá em séculos;

- 5 - ainda assim, a FUNAI assume cabal responsabilidade por qualquer consequência de suas decisões, não transferindo a terceiros seus méritos ou culpas, tão pouco seus ônus ou dividendos;
- 6 - embora em seu processo decisório, necessariamente sejam considerados, a par de aspectos históricos, também aqueles de natureza política, econômica, psicossocial e cultural, a FUNAI só decide à luz de uma premissa-síntese: o interesse maior do índio brasileiro;
- 7 - tal interesse, ainda que representativo de uma distinta minoria, insere-se em quadro mais amplo, o do interesse nacional brasileiro, cristalizado em nossos Objetivos Nacionais Permanentes dos quais destaco pelo menos um: a Paz Social;
- 8 - por essa razão a FUNAI não hesitou em afastar seus tutelados da cena do conflito na certeza de que só assim evitaria o derramamento de sangue inocente - crime doloso de lesa-nacionalidade - estigma indelevel de irrefletida incompetência cujo selo seria a tibieza culposa;
- 9 - a FUNAI aceita, aceitou e aceitará a colaboração espontânea e desinteressada de quantos - brasileiros e estrangeiros - queiram emprestar seus talentos, seus recursos e sua solidariedade na solução dos angustiantes problemas de nossos irmãos índios;

10 - a FUNAI repudia, repudiou e repudiará a ação deletéria e de quantos queiram perturbar a ordem interna do Brasil, principalmente aqueles estrangeiros que vampirizam nossa sociedade, acobertados até pelas vestes sacerdotais; a esses trãnsfugas do dever nacional a FUNAI não permitirá que tentem realizar pela desordem e pela violência seus objetivos pessoais inconfessáveis, semeando a cizânia e tentando implantar no solo generoso do Brasil as sementes malsãs de seus recalques históricos e taras de origem.

PAULO MOREIRA LEAL

Presidente/FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

OFÍCIO Nº 328 /83-PRES

Brasília-DF., 28:MAR.83

Sr. Secretário,

Como é do conhecimento desse Conselho, a FUNAI mantém um convênio com a CASA DO CEARÁ, com o objetivo de garantir hospedagem e alimentação para os índios em trânsito por Brasília que necessitem de uma assistência médica mais efetiva por parte desta Fundação.

Ocorre que aquela Casa vem encontrando dificuldades crescentes em abrigar os indígenas que, ultimamente, sem o devido conhecimento deste Órgão têm chegado a esta Capital em busca de soluções para problemas que não os de saúde. Em decorrência, a superlotação dos alojamentos é uma constante, o que vem causando constrangimento aos índios e aos funcionários da citada Instituição.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que o CIMI, ao longo dos anos, vem dispendendo enormes recursos em prol da causa indígena, chegando, até mesmo, a fornecer passagens para os indígenas que necessitam se deslocar para as grandes cidades. 3

V.Revma

Pe. PAULO SUESS

Secretário-Geral do CIMI

NESTA

Este auxílio, todavia, sobretudo no que se refere ao caso específico de Brasília, vem contribuindo, lamentavelmente, para agravar o problema de alojamento na Casa do Ceará, conforme já explicitado acima. Acresce ainda, que, esta Fundação vem enfrentando graves problemas financeiros, inerentes as notórias restrições orçamentárias existentes na Administração Pública, não podendo, em consequência, arcar com novas despesas de alojamento, que não os oriundos das necessidades médicas indispensáveis

Desta forma, compreendendo o nobre espírito altruístico que rege as atividades dessa Instituição, solicito a V. Revma que sempre que julgar oportuno o deslocamento de indígenas para fora de suas aldeias assuma, a título de colaboração, o ônus integral do transporte e dos alojamentos correspondentes, inclusive no que tange ao retorno às reservas indígenas.

Esse procedimento, uma vez adotado, representará um inestimável apoio à causa indígena e, por certo, muito contribuirá para o engrandecimento dessa Instituição que tantos serviços já prestou a Nação Indígena do Brasil.

Certo de contar com sua aquiescência e apoio, aproveito o ensejo para renovar a V.Revma., protestos de consideração e apreço.


PAULO MOREIRA LEAL
PRESIDENTE

MRL. 10, p. 334/354

Conselho Indigenista Missionário
SECRETARIADO EXECUTIVO
CAIXA POSTAL 111159
CEP 70.070 - Brasília - DF - Brasil

ASI/FUNAI
Nº 535183
EM 30/04/83

Brasília, 06 de abril de 1983

FUNAI SEC/GAB
956
ENTRADA EM 26.04.83
SAI EM 18.04.83

Exmº. Sr.
DD. Presidente da FUNAI
SIA Trecho 4 lote 750
71200 - BRASÍLIA/DF

Exmo. Sr. Presidente

Desejamos acusar o recebimento da última carta que V.Excia. nos enviou e que infelizmente chegou às vésperas de uma viagem do Pe. Paulo Suess ao exterior.

Impossibilitado de responder-lhe nesse momento, pediu-me que lhe transmitisse que o fará após seu regresso.

Nesta oportunidade saudamo-lo com sentimentos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ASI.
Paulo Moreira Loeb
PRESIDENTE

Benedito Prezias
CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Benedito Prezias
Sub-secretário

Pasta do CIMI MRL. 10, p. 335/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

OFÍCIO Nº 328/83-PRES

Brasília-DF., 28.MAR.83

Sr. Secretário,

Como é do conhecimento desse Conselho, a FUNAI mantém um convênio com a CASA DO CEARÁ, com o objetivo de garantir hospedagem e alimentação para os índios em trânsito por Brasília que necessitem de uma assistência médica mais efetiva por parte desta Fundação.

Ócorre que aquela Casa vem encontrando dificuldades crescentes em abrigar os indígenas que, ultimamente, sem o devido conhecimento deste Órgão têm chegado a esta Capital em busca de soluções para problemas que não os de saúde. Em decorrência, a superlotação dos alojamentos é uma constante, o que vem causando constrangimento aos índios e aos funcionários da citada Instituição.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que o CIMI, ao longo dos anos, vem dispendendo enormes recursos em prol da causa indígena, chegando, até mesmo, a fornecer passagens para os indígenas que necessitam se deslocar para as grandes cidades.

V. Revma

Pe. PAULO SUESS

Secretário-Geral do CIMI

NESTA

Este auxílio, todavia, sobretudo no que se refere ao caso específico de Brasília, vem contribuindo, lamentavelmente, para agravar o problema de alojamento na Casa do Ceará, conforme já explicitado acima. Acresce ainda, que esta Fundação vem enfrentando graves problemas financeiros, inerentes as notórias restrições orçamentárias existentes na Administração Pública, não podendo, em consequência, arcar com novas despesas de alojamento, que não os oriundos das necessidades médicas indispensáveis

Desta forma, compreendendo o nobre espírito altruístico que rege as atividades dessa Instituição, solicito a V. Revma que sempre que julgar oportuno o deslocamento de indígenas para fora de suas aldeias assumam, a título de colaboração, o ônus integral do transporte e dos alojamentos correspondentes, inclusive no que tange ao retorno às reservas indígenas.

Esse procedimento, uma vez adotado, representará um inestimável apoio à causa indígena e, por certo, muito contribuirá para o engrandecimento dessa Instituição que tantos serviços já prestou a Nação Indígena do Brasil.

Certo de contar com sua aquiescência e apoio, aproveito o ensejo para renovar a V. Revma., protestos de consideração e apreço.


PAULO MOREIRA LEAL
PRESIDENTE

Papeleta

MR. 10, p. 338/354

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RESERVADO

Brasília-D.F.

Memo. nº *635* /82-AGESP

Em *15* DEZ 1982

Do : Senhor Chefe da AGESP

Ao : Senhor Chefe da ASI

Assunto



Estou credenciando o Assessor III - Prof. INALDO DE LACERDA LIMA, desta Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas para um levantamento de informações sobre a conduta do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, no Brasil e sua influência junto aos diversos grupos indígenas nacionais, bem como suas manifestações contra o Governo Brasileiro.

Informo a V.Sa. que a escolha desse servidor para essa tarefa deve-se ao fato de o mesmo já haver ocupado, nesta AGESP, a chefia da Coordenação de Atividades Religiosas - CAR e ter tido, já, a incumbência de entrevistar pessoalmente o Sr. Secretário Geral do CIMI - Pe. Paulo Suess.

Solicito, assim, a colaboração de V.Sa., colocando à disposição do Prof. Inaldo as informações que contribuam para instruir o documento que está encarregado de elaborar.

Atenciosamente,

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas

Jansen
João Zanoni Hausen
Chefe.

Encl: 41/1^o DR/83

REF: RECORDES DE JORNAIS

Ao Senhor Chefe da ASI/FUNAI

Recortes de jornais desta Capital, contendo matéria de interesse da FUNAI,

DATA	JORNAL	TÍTULO DA MATÉRIA
03.02.83	" DO COMERCIO "	MARGINALIZAÇÃO DOS PAJÉS DENUNCIADA POR PROFESSOR
06.02.83	" A NOTÍCIA "	SEMANA DO ÍNDIO DE 83 JAH TEM UM TEMA OFICIAL
06.02.83	" A NOTÍCIA "	ENCONTRO REGIONAL DE NAÇÕES INDÍGENAS
10.02.83	" A CRITICA "	ÍNDIOS PEDEM PARA FALAR AO GOVERNADOR.

Outrossim solicito remeter cópias para ACS.

Manaus-AM, 11 de Fevereiro de 1983.

Fundação Nacional do Índio
Laele Liege Mirandas Martins
 Substituto do Delegado Regional
 Portaria Nº 253 / P de 24. 6. 78

M.C. ME

ASI/FUNAI
 N.º 170
 EM 21/02/83

CIMI: "NÃO PODEMOS ASSISTIR DE BRAÇOS CRUZADOS, A LENTA AGONIA DO POVO ÍNDIO"

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi, dos Regionais de Rondônia e Acre, reunido em sua 8ª Assembléia Ordinária, expediu o Comunicado Final, no qual afirma que o "caso da índia Karitiana, ao revelar abusos sexuais por parte dos funcionários da Funai, trouxe a público a ponta de um "iceberg" do que acontece com frequência na frente de atração e nos próprios postos da Funai".

Mais adiante, disse que, "como Igreja e como sociedade, não podemos assistir de braços cruzados, à lenta agonia do povo índio caído pela doença trazida pelo branco".

DOCUMENTO

Eis, na íntegra, o comunicado final da VIII Assembléia Regional do CIMI Acre e Rondônia:

"O Conselho Indigenista Missionário, CIMI, dos regionais de Rondônia e Acre, reunido em sua oitava Assembléia ordinária, vem a público exprimir suas apreensões e suas esperanças também a respeito da situação dos povos indígenas desta grande região.

TERRA

Causa estranheza o fato da Funai não ter, até agora, nenhum plano de demarcação de terras indígenas para a Rondônia no presente ano de 83.

Vários índios têm reclamado a demarcação. Há vultosos recursos do Polo Noroeste (insuportável para os índios sozinhos a repressão de fora para a tomada de suas terras. A omissão neste caso é clara

convivência com a próxima morte dos índios pela perda total do chão que lhes pertence e vai sendo entregue a grupos econômicos.

No mês passado o Delegado da Funai em Porto Velho anunciou testivamente a pacificação definitiva dos Uru-Eu-Wau-Wau. A realidade, porém, é outra. Os índios acusados pelos invasores de suas terras continuam reagindo desesperadamente contra posseiros, garimpeiros e até mesmo contra seus irmãos de outras tribos colocados pela Funai na vanguarda de atração como se fossem funcionários do órgão.

Já vêm sendo constatados os efeitos cruéis e desumanos para o povo Nambiquara da passagem da BR-364, por cima de suas aldeias. De moradores livres e felizes do vale do Gueporé, este índios foram rapidamente transformados em párias, mendigos e favelados dos fundos das grandes fazendas de gado.

SAÚDE

E dojoroso constatar a alta mortalidade em vários grupos indígenas afetados pela malária, verminose desintéria e sobretudo pela desnutrição e tuberculose. Existe revela um terrível quadro de uma um dossiê sobre os Pakaa Nova que longinqua extinção do grupo por esta última doença.

Como Igreja e como sociedade não podemos assistir de braços cruzados, à lenta agonia do povo índio caído pela doença trazida pelo Branco.

No rio Purus os Caxinauá gozavam de boa saúde e levaram uma vida equilibrada, decidida por eles

mesmos. A recente entrada da Funai entre eles, de forma prepotente e paternalista, sem consultar os índios se objetivando talvez a concorrência contra a presença missionária levou-os a uma geral situação de enfraquecimento de doença, de desânimo e desagregação do grupo.

O caso da índia Karitiana, ao revelar abusos sexuais dos índios por parte de funcionários da Funai trouxe a público a ponta de um "iceberg" do que acontece com frequência na frente de atração e nos próprios postos da Funai. Elementos completamente despreparados entram em contato com as comunidades indígenas cometendo tais crimes, vários dos quais permaneceriam impunes.

No plano da saúde há companheiros nossos atuando por anos seguidos dentro dos limites que nos restam nas áreas indígenas. Estamos decididos a fazer mais ainda. Para isto contamos com o apoio e a solidariedade de todos os amigos dos índios.

SINAIS DE ESPERANÇA

Esta assembléia contou felizmente, com a presença de nossos irmãos Luteranos, missionários indigenistas eles também, e com companheiros da Comissão Pastoral da Terra. Isto vem reforçar a causa pela qual lutamos.

Estamos nestes dias preparando a mobilização solidária do povo através da semana do Índio promovida pelo CIMI e CNBB para abril próximo.

Mas nossa maior esperança e certeza vem dos próprios índios. Com efeito eles têm revelado, por meio de ações bem claras a sua admirável capacidade de assumirem seus problemas, como sujeitos de sua história e como protagonistas de sua luta de libertação.

Nestes novos sinais los tempos surgidos na Igreja, na sociedade e sobretudo nos povos indígenas devemos reconhecer e bendizer a presença do Senhor Jesus Ressuscitado"

Funai socorre Parakanas arredios

BELÉM — A Funai já iniciou a operação de recolhimento e socorro aos índios Parakanas arredios encontrados no sul do Pará, informou o 2º Delegacia Regional da Funai em Belém.

Um helicóptero da Docegeo conseguiu poucar em Serra Norte levando medicamentos e alimentos

para 18 heanens um deles está ferido em consequência de ataque de uma onça. Os índios serão levados para a reserva Parakana, em Marudjewara, garantiu o delegado da Funai Paulo Cesar Abreu, nos primeiros contatos mantidos com os índios arredios eles concordaram em reunir-se ao resto do grupo. (ERN)

CIMI ACUSA POLONOROESTE DE AMEAÇAR VIDA INDÍGENA

O bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, acusou durante a reunião regional do CIMI, de o Governo vir fazendo ameaças aos índios de Rondônia e de Mato Grosso, com aplicação do programa Polonoroeste "cujo objetivo único é tirar dos índios as terras que lhes pertencem". Ele disse que aplicação de projetos econômicos desse nível "influenciam negativamente a vida da comunidade indígena e é preciso um trabalho muito grande de conscientização da comunidade, através da Igreja, para que a Funai permita um atendimento maior da própria Igreja junto aos índios".

Dom Balduino ainda condenou o Polonoroeste, acusando os aplicadores do programa de estarem formando uma "oligarquia rural" que não ameaça só aos índios "mas também aos pequenos produtores porque não tem finalidade de fixação da classe média e do homem no campo".

O encontro regional do CIMI reuniu, até ontem à noite, em Porto Velho, no prédio da Arquidiocese, 35 pessoas, entre religiosos Católicos, Luteranos e Leigos representantes da comissão pastoral de terras. Durante todo o dia de ontem foi preparado um documento com as decisões finais, conforme informação do padre Mansueto Dal Maso, coordenador do CIMI em Rondônia, além de definir qual a linha de atuação que será adotada este ano em Rondônia e no Acre.

CIMI denuncia trama contra índios de Mo

Amir foi responder perguntas do Cimi na Arquidiocese.



Os deputados Amir Lando e Clóter Saldanha da Mota foram os entrevistados de ontem da 8.ª Assembleia do Conselho Indigenista Missionário, iniciada na última segunda-feira e com encerramento previsto para hoje. Eles falaram a respeito da saúde dos índios, em debate coordenado pelo médico Antônio Araújo, assessor do Cimi para assuntos indígenas do Estado de Goiás.

Velho, vice-presidente do Cimi, fez uma palestra a respeito da realidade sócio-econômica política atual e sua influência sobre a comunidade indígena, quais os projetos econômicos que influenciam negativamente na vida desta comunidade, além de denunciar a inexistência do objetivo de fixação do homem no campo e da classe média rural.

EXEMPLO

Segundo d. Balduino "o exemplo está aqui mesmo, onde se implanta o Polonoroeste, que vai favorecer a formação de uma oligarquia rural, favorecendo uns poucos fazendeiros, em detrimento do pequeno agricultor e do posseiro". Ele afirmou ainda que o Polonoroeste é uma verdadeira ameaça aos índios, "porque tem como objetivo único o de tirar as terras que lhes pertencem".

DENÚNCIA

Inicialmente, o Cimi debateu a situação indígena nos dois Estados responsáveis pela coordenação do evento, seguindo-se o trabalho que vem sendo realizado pela Igreja na defesa dos direitos e interesses dos silvícolas. Além disso, ficou definido que a Igreja fará um trabalho de conscientização junto aos seus fiéis, no sentido de que atuem junto à Funai para que esta permita uma ação mais profunda da Igreja aos índios.

DOCUMENTO

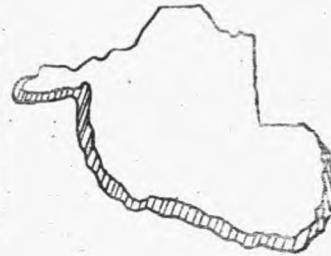
Ao final do encontro, que se verificará na noite de hoje, deverá ser elaborado um documento a respeito de todos os assuntos debatidos durante esta 8.ª Assembleia, que servirá de base para posteriores debates durante a realização da Assembleia Nacional do Conselho Indigenista Missionário.

Por outro lado, o bispo d. Tomás Balduino, de Goiás

Cimi reafirma acusação a Polonoroeste

PORTO VELHO — "O Polonoroeste é uma ameaça para o povo indígena, a partir do asfaltamento e pavimentação da BR-364, que proporcionará uma migração desenfreada, pondo em perigo a sobrevivência dos selvícolas". Foi esta a conclusão a que chegaram os cerca de 35 participantes da 8a. Assembléia do Cimi, encerrada ontem, no edifício da arquidiocese de Porto Velho. (Pág. 31. Cad. Especial)





Funai serve a dois senhores

PORTO VELHO — O bispo de Goiás Velho, dom Tomás Balduino admitiu, nesta capital, por ocasião da 3a. Assembléia do Cimi, haver "posições divergentes" no relacionamento com a Funai, "no sentido de que a Fundação Nacional do Índio tem um compromisso com o modelo econômico desenvolvimentista, ao passo que o Conselho Indigenista Missionário da absoluta prioridade ao índio, que deve ser respeitado na sua terra, na sua cultura e no seu direito de autodeterminação". Em outras palavras, o vice-presidente do Cimi, disse que "a Funai tenta servir a dois senhores: o modelo econômico e o índio".

De acordo com dom Balduino, a Regional Acre/Rondônia, representa verdadeiro pólo indígena. "Por isso considero que a região é um desafio para as igrejas e entidades que apoiam a causa indigenista". Ele defende um processo "realmente democrático", acrescentando que "a superação do

sistema autoritário vai favorecer o índio".

Para ele, a Funai tem-se mostrado "omissa e inoperante" para defender a causa indígena, "se preocupando mais em atender o modelo econômico", em detrimento dos índios, a quem "como tutor, que é, deveria dar maior atenção, para a perpetuação do povo indígena".

O Conselho Indigenista Missionário, Cimi, dos regionais de Rondônia e Acre, reunido em sua oitava Assembléia ordinária, vem a público exprimir suas apreensões e suas esperanças também a respeito da situação dos povos indígenas desta grande região.

TERRAS:

Causa estranheza o fato da Funai não ter, até agora, nenhum plano de demarcação de terras indígenas para a Rondônia no presente ano de 83.

Vários índios têm reclama-

do a demarcação. Há vultuosos recursos do Pólo Noroeste. É insuportável para os índios sozinhos a pressão de fora para a tomada de suas terras. A omissão neste caso é clara conivência com a próxima morte dos índios pela perda total do chão que lhes pertence e vai sendo entregue a grupos econômicos.

No mês passado o Delegado da Funai, em Porto Velho anunciou festivamente a pacificação definitiva dos Urueu-Wau-Wau. A realidade, porém, é outra. Os índios acusados pelos invasores de sus terras continuam reagindo desesperadamente contra posseiros, garimpeiros e até mesmo contra seus irmãos de outras tribos colocados pela Funai na vanguarda de atração como se fossem funcionários do Órgão.

Já vem sendo constatados os efeitos cruéis e desumanos para o povo Nambiquara da passagem da BR-364, por cima de suas aldeias. De moradores livres e felizes do vale Guaporé, estes índios foram rapida-

mente transformados em párias, mendigos e favelados dos fundos das grandes fazendas de gado.

SAÚDE:

É doloroso constatar a alta mortalidade em vários grupos indígenas afetados pela malária, verminozos, desintéria e sobretudo pela desnutrição e tuberculose. Existe um dossiê sobre os Pakaanova que revela um terrível quadro de uma longínqua extinção do grupo por esta última doença.

Como Igreja e como sociedade não podemos assistir de braços cruzados, à lenta agonia do povo índio caído pela doença trazida pelo Branco.

No Rio Puris os Caxinauá gozavam de boa saúde e levaram uma vida equilibrada, decidida por eles mesmos. A recente entrada da Funai entre eles, de formas prepotente e paternalista, sem consultar os índios e objetivando talvez a

concorrência contra a presença missionária, levou-os a uma geral situação de enfraquecimento, de doença, de desânimo e desagregação do grupo.

O caso da Índia Karitiana, ao revelar abusos sexuais das índias por parte de funcionários da Funai trouxe a público a ponta de um "iceberg" do que acontece com frequência na frente de atração e nos próprios postos da Funai. Elementos completamente despreparados entram em contato com as comunidades indígenas cometendo tais crimes, vários dos quais permanecem impunes.

No plano da saúde há companheiros nossos atuando por anos seguidos dentro dos limites que nos restam nas áreas indígenas. Estamos decididos a fazer mais ainda. Para isto contamos com o apêio e a solidariedade de todos os amigos dos índios.

SINAIS DE ESPERANÇA

Esta Assembléia contou fe-

lizmente, com a presença de nossos irmãos Lohmanns, missionários indigenistas, eles também, e com companheiros da Comissão Pastoral da Terra. Isto vem reforçar a causa pela qual lutamos.

Estamos nestes dias preparando a mobilização solidária do povo através da semana do índio promovida pelo Cimi e PMDB para abril próximo.

Mas nossa maior esperança e certeza vem dos próprios índios. Com efeito eles têm revelado, por meio de ações bem claras, a sua admirável capacidade de assumirem seus problemas, como sujeitos de sua história e como protagonistas de sua luta de libertação.

Nestes novos sinais tempos surgidos na Igreja, sociedade e sobretudo nos povos indígenas devemos reconhecer e bandirizar a presença do Senhor Jesus Ressuscitado.

Porto Velho, 04 de fevereiro de 1983.

MRL 101 p 343/354

" O ESTADO DE SÃO PAULO "

Pág. 10 - 1º Caderno

05 - 02 - 83

Acusação à Funai: 'omissa e conivente'

**Do correspondente em
PORTO VELHO**

O delegado regional da Funai, Benamour Fontes, disse ontem, em Rondônia, que não foi procurado por nenhum religioso ou membro do Cimi para tratar da questão indígena. Ao mesmo tempo, a VIII Assembléia Regional do Conselho Indigenista Missionário distribuiu documento que acusa servidores da fundação de praticar orgias nas frentes de atração e nas aldeias. Denunciou também a Funai como "omissa e conivente" com "a próxima morte total dos índios e com a perda do chão que lhes pertence, e que vem sendo entregue a grupos econômicos". Para Benamour, essas acusações não são contra a Funai, mas a ele dirigidas.

CIMI DEBATE PROBLEMA INDÍGENA NA REGIÃO



Entre o dia 31 e 4 de fevereiro o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Amazônia Ocidental estará reunido em sua 8a. Assembléia para debater sobre a demora da demarcação e invasão das áreas indígenas pelas mineradoras, os reflexos da estrutura fundiária e até que ponto afeta os índios, os caminhos da política brasileira e da política indigenista oficial e como o Cimi deverá se portar diante dos novos governantes eleitos. O encontro será na arquidiocese e terá a participação do vice-presidente do órgão, dom Tomaz Balduino, do arcebispo de Porto Velho, dom José Martins, dos coordenadores do Cimi em Rondônia (padre Mansueto Dalmaso) e do Acre, Anselmo Forneck. Os detalhes na página 3.



pag 3

Assembléia do Cimi

Com a finalidade de analisar a invasão de áreas indígenas em Rondônia pelas mineradoras, de estudar os reflexos da estrutura fundiária do Estado e até que ponto afeta os índios, de debater os caminhos da política brasileira e da política indigenista oficial, começa no dia 31 e vai até 4 de fevereiro a 8a. Assembléia Regional do Conselho Indigenista Missionário—Cimi—Amazônia, Ocidental, em Porto Velho.

O encontro será no prédio da arquidiocese e participarão as regionais do Acre e Rondônia, embora englobem áreas do Amazonas e Mato Grosso. Especialmente, serão tratados assuntos de interesse do Acre, como a relação entre o Cimi e o governo do Estado, agora,

peemedebista, conforme disse o coordenador do órgão no Acre, Anselmo Forneck.

"Temos que ver até que ponto é viável nosso apoio e até que ponto a criação de uma secretaria Especial para Assuntos Indígenas, como foi prometido, responderia às necessidades dos índios", completou Forneck.

Ainda especificamente sobre o Acre serão abordados assuntos sobre o Curso de Alfabetização e Atendimento de Enfermagem Indígena, idealizado pela Comissão Pró-Índio daquele Estado. Além disso, um retrospecto de como andam as cooperativas nas áreas dos índios, de borracha e compra de produtos alimentícios.

RONDÔNIA

Entre os temas de Rondônia, um dos que mais preocupa o coordenador do Cimi no Estado, padre Mansueto Dalmaso é a demora nas demarcações das áreas indígenas e o fato de em 83 não haver planos para qualquer trabalho do gênero em Rondônia: "A equipe da Funai (Fundação Nacional do Índio) está no Acre, ora, qualquer um sabe que os problemas aqui são mais graves que lá", argumentou Mansueto.

Além disso, o coordenador do Cimi ainda está preocupado com as declarações do governador Jorge Teixeira no princípio do ano passado quando ele disse que "em Rondônia há muita terra para pouco índio". Para Mansueto isso é motivo de alerta constante.



Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

BR AN, BSO. A3. MRL. 10, P. 346/354

Dados do documento especial

Característica:

JORNAL

Conteúdo:

Localização:

CAUSA: 10
CIVIL 69

FUNAI

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

Marginalização dos pajés denunciada por professor

O professor Francisco Arruda, coordenador do I Encontro Estadual de Curadores, deixou para hoje, no encerramento do conclave, uma denúncia sobre a marginalização a que está submetido o pajé indígena, sofrendo grandes perseguições. Arruda antecipou que fez tudo para trazer ao encontro um pajé, mas todos os convidados se recusaram, expressando pavor e indignação com as perseguições e discriminações. Segundo o professor Arruda, "o curador trabalha pelo bem-estar do próximo, sem nada querer em troca. Através de rezas, de um dom dado por Deus, é que os curadores atuam". Todas as informações estão sendo coletadas no Encontro

(Página 3)



Encontro dos curadores termina hoje, na Emater

JORNAL: *Do Comércio*.....
 DATA: *03*...../*02*...../*83*.....
 PÁG.: *1º*..... CADERNO *1º*.....

Marginalização de pajés denunciada por professor



Renôr criticou agressão das multinacionais

O prof. Frederico Arruda, coordenador do 1º Encontro Estadual de Curadores, deixou para hoje, no encerramento dos três dias de reuniões, uma denúncia sobre a marginalização a que está submetido o pajé indígena, sofrendo as piores perseguições.

Arruda disse que fez tudo para trazer um pajé de alguma tribo ao Encontro, mas todos os convidados recusaram-se terminantemente, expressando pavor e indignação com as perseguições e discriminações. Daí ele prometeu denunciar isso.

"É indispensável revelar os velhos pajés, curadores e parteiras às próprias comunidades e entre si, bem como apoiar todas as iniciativas que visem a preservação dos conhecimentos empíricos relacionados com a medicina popular na Amazônia", advertiu o professor da FUA.

Arruda fez questão de diferenciar o pajé indígena do pajé que a sociedade conhece e pediu que os curadores participantes fizessem essa definição.

Um dos participantes, que se identificou como rezador, deu uma explicação:

"O curador trabalha visando o bem estar do próximo, sem nada querer em troca. É através de rezas, através de um dom dado por Deus, é que nós descobrimos a doença. Agora, o curandeiro, o pajé que trabalha com cachaça, fumo e tocando maracá, trabalha sempre visando dinheiro e esse é mentiroso".

ENCERRAMENTO

Os curadores reunidos — nove ao todo, incluindo cinco mulheres — continuaram ontem fornecendo nomes e discriminando plantas que usam para cura de diversas doenças, as chamadas plantas medicinais.



Curadores reunidos na Emater

Essas informações os professores da Universidade estão anotando para a formação de um Banco de Dados de Plantas medicinais, enumerando tudo sobre espécie, ambiente geral, substrato geral, hábito de crescimento, flor, fruto, etc., além de posologia e modo de usar.

Busca-se com esses dados, também, a fitossociologia do material obtido: a análise dos aspectos linguísticos, folclóricos e sociológicos, relacionados com parâmetros de ordem religiosa e mística; registro das condições de coleta, partes usadas das plantas e modo de preparação de cada espécie considerada; entrevistas escritas, gravadas em fita magnética e vídeo-tape, além de excursão às reservas florestais da capital do Estado.

AGRESSÃO DAS MULTINACIONAIS

Depois de passarem vários anos curando pessoas com ervas medicinais abundantes em nossa região, sofrendo com isso severas críticas por parte da medicina atual, os curandeiros que participam do I Encontro dos Curadores da Amazônia poderão ser aclamados no futuro como heróis, pois a coordenação do conclave está coletando junto aos participantes nomes de plantas, banhas de animais, caroços de frutas e outros medicamentos com suas respectivas "receitas", com vistas a combater as multinacionais que monopolizam o mercado de medicamentos; sem nenhum interesse de investigar a fabricação de novos medicamentos mais baratos.

Segundo o professor da Universidade do Amazonas, João Renôr, ao final do encontro será publicado um livro, contendo todas as informações colhidas no encontro que será encerrado hoje, às 17 horas no centro da Emater, localizado na estrada

Manaus-Itacoatiara.

Somente no dia de ontem, foram anotados 114 tipos de plantas medicinais. Os curandeiros afirmam que as banhas de animais, plantas e caroços de frutas, podem combater doenças, como asma, bronquite, picada de inseto, tumores, inflamação no útero das mulheres e até mesmo a gonorréia, evitando assim o uso de medicamentos "que são comprados das multinacionais", disse ele.

Citando como exemplo, ele afirmou que a banha da Capivara pode tratar da asma e bronquite; a banha do carneiro inflamações diversas, a banha da Curimatã, picada de insetos venenosos, a banha da jibóia tumores e a banha do jacaré pode combater até mesmo o Tétano. Já a banha do Pirarucu, segundo os curandeiros, é aconselhável no tratamento de picada de cobras venenosas como Jararaca e Surucucu.

PLANTAS MEDICINAIS

Sobre as plantas medicinais os curandeiros afirmaram que a Andiroba combate dores no estômago; o Cajá, ajuda na cicatrização de feridas, o Caju Açú combate o escorrimento de senhoras e a casca da Castanheira resolve muitos problemas cardíacos.

A medicina desses curandeiros — prosseguiu o professor — já vem sendo praticado a vários anos, e o importante de tudo isso, é que eles usam a flora e a fauna existente em nossa região, por isso acredito que se aproveitássemos os seus conhecimentos, nossa população seria melhor atendida e compraria medicamentos com preços mais baixos, deixando assim de ser escravo das multinacionais que monopolizam o mercado de remédios, finalizou ele.

10
83
10

Semana do índio de 83 já tem um tema oficial

"Terra Sim. Violência Não" é o tema oficial da Semana do Índio de 1983, promovida, a nível nacional, pelo Conselho Indigenista Missionário — Cimi, órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB. A semana que conta com a colaboração de inúmeras entidades ligadas à causa indígena, prevê realização de debates, seminários, painéis fotográficos, exposições de cartazes, projeção de filmes e slides dentre outras atividades.

O tema escolhido está relacionado diretamente com o da Campanha da Fraternidade deste ano e obedece a uma linha adotada pela Igreja Católica que, nos últi-

mos anos vem alertando sobre problemas gravíssimos vivenciados pela humanidade e, em especial, pelo povo brasileiro. A Semana do Índio vai atuar especificamente em cima da situação das nações indígenas, procurando sensibilizar setores populares, a fim de que se interessem em discutir e conhecer o assunto, visto que estarão conhecendo e valorizando um pouco da própria história, de suas raízes.

A semana realizar-se-á de 14 a 17 de abril e, em Manaus estão sendo programadas, através do Cimi-Norte I, Grupo Kukuro e outras entidades, inúmeras atividades.

ENCONTRO REGIONAL DE NAÇÕES INDÍGENAS

Realiza-se em Manaus, no período de 14 a 18 de março vindouro, o I Encontro Regional das Nações Indígenas, promovido pela União das Nações Indígenas - UNI/Norte. A reunião contará com a participação de dois observadores da ONU e OEA, indígenas dos Estados Unidos, do Canadá, América Central e de outros países da América Latina além de líderes indígenas de várias regiões brasileiras.

Segundo os coordenadores do encontro, todos os debates girarão em torno da terra, saúde, educação. Serão discutidos, ainda, a questão dos índios destribalizados, processo de destribalização e demais problemas enfrentados pelas

nações indígenas. A realização dessa reunião em Manaus, torna-se muito importante, não só pela participação de figuras de renome internacional capazes de influenciar numa nova política indigenista, mas também pelo fato de trazer até a capital amazonense os principais líderes indígenas para discutirem, analisarem e agirem, através de diretrizes estabelecidas pela maioria, sobre a sua realidade.

Mário Juruna

O deputado federal Mário Juruna - primeiro parlamentar indígena de toda a América do Sul - estará presente no I ERNI, para presidir a solenidade de encerramento. Além do deputado deverão participar outros políticos, interessados na causa indígena.

JORNAL: A NOTICIA
 DATA: 06.../02.../83...
 PÁG.: 07... CADERNO 1º.....

Índios pedem para falar ao governador

Os representantes da tribo Tukano, Américo Maranhão e Gabriel dos Santos Gentil, confirmaram ontem a entrada de um ofício a Base Aérea de Manaus, através da Funai, para conseguir uma aeronave, da FAB, a fim de que na primeira quinzena de abril os índios sejam transportados de Pari-Cachoeira para Manaus e retorno a Pari-Cachoeira, a fim de que possam manter um encontro com o governador Gilberto Mestrinho.

Ressaltaram os dois representantes que a Nação Tukano acertou um encontro para o mês de abril com o governador Gilberto Mestrinho, em Manaus, para tratarem de assuntos pertinentes a sua tribo.

Outros assuntos também serão tratados a fim de que aquela comunidade volte a ter a tranqüilidade desejada, em Pari-Cachoeira, onde vivem há vários anos.

JORNAL:	"A Luta"
DATA:	10 / 02 / 83
PÁG.:	05
CADERNO:	10

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/ACS

Veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

Data: 22.01.83

Página: 10

Cimi critica decisão sobre os pataxós

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi — divulgou ontem, em Brasília, uma nota na qual condena a decisão judicial no caso dos índios pataxós ha-ha-hae por considerá-la prejudicial àquela tribo do sul da Bahia. Segundo o Cimi, apesar de a justiça federal ter assegurado aos índios a posse da fazenda São Lucas, de 1.568 hectares, as terras pataxós "esbulhadas durante décadas, estão na iminência de ser definitivamente perdidas".

A nota se refere ao restante da área em litígio, que chega a 34,5 mil hectares: "Esta decisão é motivo de júbilo mais para os fazendeiros do que para os índios, pois, como declarou o presidente da Fundação Nacional do Índio, Paulo Leal, caso o interdito proibitório impetrado pela Funai na justiça federal reivindicando a Fazenda São Lucas seja favorável ao órgão tutor, os demais fazendeiros que arrendaram as terras pataxós podem ficar tranquilos".

Segundo o documento: "Tranquilidade para os fazendeiros significa intranquilidade para os índios". Diz ainda que isto fica patente pela leitura do despacho do juiz Laxaro Guimarães, que considera "um absurdo" a devolução da área total das terras à comunidade indígena.

*AO ASI.
replanar.
leal
13.01.83*

*Paulo Moreira Leal
Presidente da FUNAI*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Coordenação Regional do Arquivo Nacional no DF- COREG

Remissão de arquivamento de documentos especiais

Notação:

BR. AN, BSB. AA3. MRL. 10, p 353/354

Dados do documento especial

Característica:

GRANDE FORMATO

Conteúdo:

JORNAL.

Localização:

CAIXA - 68

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

ASI/FUNAI

**Remissiva de arquivamento de documentos especiais**

Notação:

BR. AN, BSB. AA3. MRL. 10, p. 354/354

Dados do documento especial

Característica:

GRANDE. FORMATO

Conteúdo:

JORNAL

Localização:

CAIXA-68

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

ASI-FUNAI